

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

MARILUCIA MELO MEIRELES

**Os “bobos” na tradição da cultura da Cidade de Goiás:
enigmas e silêncios sobre um tipo característico de figura
do povo**

São Paulo

2010

MARILUCIA MELO MEIRELES

**Os “bobos” na tradição da cultura da Cidade de Goiás:
enigmas e silêncios sobre um tipo característico de figura
do povo**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Área de Concentração:
Psicologia Social

Orientadora: Profa. Titular
Eda Terezinha de Oliveira Tassara

São Paulo

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Meireles, Marilucia Melo.

Os “bobos” na tradição da cultura de Cidade de Goiás: enigmas e silêncios sobre um tipo característico de figura do povo / Marilucia Melo Meireles; orientadora Eda Terezinha de Oliveira Tassara. -- São Paulo, 2010.

358 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia social 2. Laço social 3. Dissonância cognitiva 4. Antropologia cultural 5. Saúde mental 6. Tabus 7. Abuso sexual 8. Adoção 9. Malformações I. Título.

FM251

Nome: MEIRELES, Marilucia Melo

Título: Os “bobos” na tradição da cultura da Cidade de Goiás:
enigmas e silêncios sobre um tipo característico de figura do povo

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico esta tese a Marco Aurélio Velloso, sem o qual, seguramente, este trabalho seria outro.

Sua potência intelectual, seu companheirismo, afeto e sobretudo paciência, são laços que nos unem tão decisivamente e que se fortaleceram no decorrer desta escrita através dos longos dias e noites intermináveis, intercalados com viagens, gravações, transcrições, conhecimentos infundáveis de informática, cafezinhos e sobretudo muitos cigarros... Certamente esta convivência, sustentada pelo seu olhar amoroso e, orgulhoso, cercada de inconfessáveis afinidades, mudou minha história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À Profa. Titular Eda Terezinha de Oliveira Tassara que orientou este trabalho com continência, leveza, rigor e pelo estímulo contínuo às proposituras de minhas ideias e sobretudo pelo respeito à liberdade de pensamento dentro da academia. Aos participantes da Banca do Exame de Qualificação, Prof. Livre Docente Flávio Carvalho Ferraz e Prof. Dr. Paulo de Salles Oliveira, pelos importantes comentários e sugestões valiosas que ajudaram a enriquecer este texto e me instou a seguir adiante. Aos membros da Banca Examinadora pela aceitação do convite para integrá-la. À Profa. Dra. Sônia Guinsburg pela atenciosa acolhida em sua residência e suas balizadas respostas às minhas indagações relacionadas ao campo da genética. À Profa. Dra. Marina MacRae pela versão para a língua inglesa de parte deste trabalho. Ao Prof. Titular Eder Quintão pela constante atenção às minhas solicitações. À Profa. Dra Sônia Pitta Coelho, pelos desdobramentos de nosso encontro lá longe, na Unicamp, mas que permanece sempre como referência instigante ao pensar. Aos colegas do LAPSI - Laboratório de Psicologia Sócio-Ambiental e Intervenção, pelo intercâmbio nos seminários de discussão de nossos projetos e em especial à Vanessa, pelo prestativo e eficiente apoio logístico e administrativo. À Maria Marta Nascimento, bibliotecária do IPUSP, pela prestimosa orientação sobre as normas das referências bibliográficas e à Débora Meister Ortola e Isabela Cardoso pelas transcrições das fitas de entrevistas, tantas vezes inaudíveis.

Ao Pró-Reitor da Universidade Federal de Goiás – UFG, Dr. Ernando M. Filizzola pelos valiosos contatos que me possibilitou em Goiânia. À Profa. Dra. Ellen Synthia F. de Oliveira, do Instituto de Ciências Biológicas da UFG e à Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Morais, da Faculdade de História da UFG, pelo envio de material bibliográfico. Ao historiador da UFG, Rildo Bento de Souza, pelos inúmeros “sedexes” e e-mails trocados contendo bibliografia, que, de certa maneira, o “fisgou” para também investigar os “bobos” em Goiás. Aos amigos Paulo Agenor da Costa Vigário e Jaqueline Siqueira Vigário, pelo leva e traz, até São Paulo, de documentos preciosos, bem como pela delicadeza de nos conduzir à Cidade de Goiás, apresentando-me ao Dr. Fleury. Ao próprio Dr. José Augusto Fleury Curado professor da Faculdade de Medicina da UFG e sua esposa, Magda, pela disponibilidade de nos receber em sua manhã de descanso, na Cidade de Goiás.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Intolerância do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, meus primeiros interlocutores nas indagações iniciais sobre o tema desta tese.

Ao Lounès Bouhadoun pelo empenho em me estimular para o enfrentamento dos obstáculos acadêmicos e pelo delicado ofício da transmissão da língua francesa. À Lina Galletti Martins de Oliveira (*in memoriam*) amiga e companheira querida da interrompida travessia acadêmica.

Aos amigos Dora Kalef e Laerth Pedrosa pela revisão cuidadosa da “Introdução”. À Heloísa Franco e Guilherme Medina pela leitura atenta e crítica. Ao Júlio Aires Sobrinho e Verônica Melo pela indicação da Dra. Sônia, à Ivanise Brandão pela

dedicação e cuidado dispensado aos meus livros e pelo carinhoso interesse pelo desenvolvimento deste trabalho. A todos os outros queridos amigos que se mostraram interessados tanto pelo andamento quanto pelo ansiado término desta tese, para que pudéssemos aproveitar livremente de outras fruições do viver.

Aos meus pais, Lourdes e Deda [*in memoriam*], que me aqueceram com carinho desde os primeiros até os meus últimos passos acadêmicos. Aos meus filhos queridos, Tatianna, Brunno e à Renata, pela alegria, incentivo, jovialidade e, sobretudo, por suportarem a subtração de tantas horas do nosso agradável convívio. Às primas Maria Helena e Virgínia Costa Meireles pelo envio, de Brasília, dos inúmeros livros esgotados da biblioteca de seu pai, tio José Dilermando Meireles. Aos meus irmãos, pela ajuda e infraestrutura indispensáveis em Goiás. Ao Domingos Santana, pelo cuidadoso trabalho de encadernação.

À Cidade de Goiás nas pessoas de: Irmã Acirema Vieira Silva, Diretora do Asilo São Vicente de Paulo, dr. Alexandre Augusto dos Santos Barbosa, médico do Hospital São Pedro de Alcântara e Asilo São Vicente de Paulo, sra. Elaine Telles Rodrigues, assessora da Secretária Municipal da Promoção e Igualdade Social da Cidade de Goiás, sra. Goiandira Ayres do Couto, sra. Ione da Silva Rosa, presidente da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Goiás, sra. Izildinha Aparecida Rodrigues, assessora Asilo São Vicente de Paulo, Sra. Mara Publio de Souza Veiga Jardim, Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Trânsito da Cidade de Goiás, Frei Marcos de Lacerda Camargo, sra. Maria Terezinha Ferreira de Castro fundadora da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Goiás, sra. Maria Vilma Mendes Neves, coordenadora do CREAS, dr. Maurício Póvoa Da Silva, Secretário Municipal da Saúde da Cidade de Goiás, Irmã Minervina Gomes de Souza, Diretora do Asilo São Vicente de Paulo, Dr. Paulo Henrique Ottoni, Promotor do Ministério Público do Estado de Goiás na Cidade de Goiás, sr. Reginaldo Saddi, assessor da Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Trânsito da Cidade de Goiás, sra. Rejane Damaceno Oliveira, coordenadora do CAPES e sra. Tânia Mendes Caiado, Secretária Municipal da Promoção e Igualdade Social da Cidade de Goiás.

Em especial, às pessoas do povo, às famílias e aos “bobos” da Cidade de Goiás, cujos nomes não declino para preservar seu anonimato, que me receberam com hospitalidade e se dispuseram a fornecer informações essenciais, que dão conteúdo e vida a esta tese.

RESUMO

MEIRELES, M. M. Os “bobos” na tradição da cultura da Cidade de Goiás: enigmas e silêncios sobre um tipo característico de figura do povo. 2010. 358 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Esta pesquisa investiga uma categoria de pessoas portadoras, principalmente, de deficiências mentais, associadas também a deficiências físicas, popularmente denominadas de “bobos”, que, embora em processo de desaparecimento, ainda moram na comunidade da Cidade de Goiás, Estado de Goiás. Estes “bobos” emergem de uma extensa rede complementar de papéis, participando do cotidiano da cidade há mais de cem anos. Vivem no interior das famílias, nas praças públicas, ou na única instituição que os abriga, o Asilo São Vicente de Paulo. Em sua grande maioria procederam de regiões vizinhas ou da zona rural, ainda que muitos provenham de famílias do lugar. Foram absorvidos de maneira indiscriminada e naturalizada na convivência cotidiana. Com eles foi estabelecido um tipo de relação social sustentado por costumes muito arraigados. Foram “adotados” e “criados” pelas famílias, que se valeram de suas deficiências mentais para submetê-los. Em troca de casa e comida prestaram toda sorte de serviços domésticos. Eram treinados para a execução de trabalhos árduos e mecânicos que a topografia da cidade e as falhas estruturais dos serviços urbanos impuseram aos habitantes. A “explicação” e “justificativa” para sua existência e o tratamento que recebem se apoiam na formulação generalizada de que os “bobos” são fruto de relações consanguíneas, quando não incestuosas, que, neste trabalho, é denominada de consanguinidade-causa. Esta pesquisa converge elementos da psicologia social, psicanálise, antropologia, neurologia e genética para a análise desta “explicação” e “justificativa”. As vertentes destas disciplinas permitem a crítica das relações sociais no cotidiano, revelando suas origens, desvelando referenciais ideológicos, favorecendo a desmontagem de estereótipos e justificativas escamoteadoras das condutas de dominação e submissão que a comunidade pratica, de forma naturalizada, na relação com seus “bobos”. Este trabalho se alicerça, de um lado, em fontes documentais e bibliográficas e, de outro, em entrevistas realizadas no interior da comunidade, envolvendo os próprios “bobos”, as famílias que os abrigam, a instituição que os recolhe e figuras representativas da cidade. Caracterizando-se como um Estudo de Caso, esta tese foi dividida em três partes temáticas, que se articulam, conferindo-lhe unidade analítica. A primeira intitula-se Bobos de Goiás: reminiscências subjacentes; a segunda, Investigando os “bobos” da Cidade de Goiás, e a outra, O trabalho de campo na Cidade de Goiás.

Palavras-chave: psicologia social; laço social; dissonância cognitiva; antropologia cultural e social; saúde mental; tabus; abuso sexual; adoção; malformações; retardo mental.

ABSTRACT

MEIRELES, M. M. *Bobos* in the cultural tradition of Cidade de Goiás - riddles and silences about this typical popular character. 2010. 358 f. Thesis (Doctoral) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This research investigates a category of people with, mainly, mental disabilities, also associated to physical deficiencies, who are popularly known as *bobos*. Although they are becoming rarer, they can still be found in the community of Cidade de Goiás, in the State of Goiás. These *bobos* come from an extensive complementary network of roles, taking part in the everyday life of the town for over one hundred years. They live with host families, in the public squares, or in the only institution that gives them shelter, the São Vicente de Paulo Asylum. Most of them come from neighboring or from rural areas, but many come from families who live in town. They have been absorbed indiscriminately and incorporated into the community everyday life. A specific kind of social relationship supported by ingrained customs has been established with them. They were “adopted” and “raised” by families, who used their disabilities to assure their submission and the performance of all kinds of menial tasks, in exchange for room and board. They were trained to do the hard mechanical jobs that the topography of the town and the structural flaws in urban services imposed on its inhabitants. The “explanation” and “justification” for their existence and the kind of treatment they receive are based on a generalized concept that the *bobos* are the result of consanguineous relationships, when not incestuous, and in this work they are called consanguineous-cause. This research combines elements of social psychology, psychoanalysis, anthropology, neurology and genetics to analyze the explanation and justification. The approach of these disciplines allows for a critique of everyday social relationships, revealing their origins, uncovering ideological references, favoring the deconstruction of stereotypes and the covering up of justifications for the conduct of domination and submission that is practiced in a naturalized way by the community in its relationship with its *bobos*. This work is based, on the one hand, on documents and bibliographical sources, and on the other, on interviews in the community with the *bobos* themselves, the families that took them in, the institution that shelters them, and with prominent members of the town. It may be characterized as a case study, and is divided in three thematic parts that articulate and confer an analytical unity. The first is entitled *bobos* from Goiás: underlying reminiscences; the second, investigating the *bobos* in Cidade de Goiás, and another, The field work at Cidade de Goiás.

Key Words: social psychology; social ties; cognitive dissonance; cultural and social anthropology; mental health; taboos; sexual abuse; adoption; malformations; mental disabilities.

SUMÁRIO

1 -	INTRODUÇÃO	14
1.1.	Prolegômenos	14
1.2.	Apresentando os “bobos”	19
1.3.	A problemática dos “bobos”	23
1.4.	Os caminhos da investigação	27
1.5.	A estrutura do trabalho	29
	PARTE I	40
	BOBOS DE GOIÁS: REMINISCÊNCIAS SUBJACENTES	41
2 -	REMINISCÊNCIAS DOS BOBOS DO REI NA TRADIÇÃO DOS TEMPOS	44
2.1.	A tradição dos bobos do Rei	44
2.2.	Os bobos brasileiros cantados em prosa e verso	54
3 -	REMINISCÊNCIAS DOS ENJEITADOS, EXPOSTOS, ABANDONADOS E BASTARDOS NA HISTÓRIA	59
3.1.	Enjeitados, expostos, abandonados e bastardos na história	59
3.2.	Primórdios das Rodas dos Expostos	62
3.3.	A Roda dos Expostos e os deixados nas soleiras	64
3.4.	A Roda dos Expostos no Brasil	71
4 -	REMINISCÊNCIAS DA FORMAÇÃO CULTURAL DE GOIÁS: UMA APROXIMAÇÃO DE SEUS COMEÇOS	76
4.1.	Conquista da Província de Goiás	78
4.2.	Vila Boa de Goiás	85
4.3.	Viver, adoecer e morrer naqueles tempos de Goiás	97
4.4.	Cidade de Goiás: suas oligarquias e seus conflitos	110
4.5.	A mudança da capital da Cidade de Goiás para Goiânia	115
4.6.	Goiás na encruzilhada do desenvolvimento	126
5 -	OS “BOBOS” NO COTIDIANO DA CIDADE DE GOIÁS	128
5.1.	“Bobo”: a denotação e suas conotações	128
5.2.	Os enjeitados de Goiás	133
5.3.	A criação dos “bobos da Cidade de Goiás”	136
5.4.	O destino final dos “bobos”: o Asilo São Vicente de Paulo	139
	PARTE II	143
	INVESTIGANDO OS “BOBOS” DA CIDADE DE GOIÁS	144
6 -	CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS PARA ANÁLISE DOS ENIGMAS E SILÊNCIOS NA CIDADE DE GOIÁS	146
6.1.	Nosografia da deficiência mental	147
6.2.	A perspectiva neurológica	151

6.3.	A perspectiva genética	157
6.4.	A perspectiva antropológica	164
6.5.	A perspectiva psicanalítica	170
6.6.	A perspectiva psicossocial	179
7 -	A CONVERGÊNCIA DAS TEORIAS: ALGUMAS HIPÓTESES	188
7.1.	Aspectos neurológicos	189
7.2.	Aspectos genéticos	191
7.3.	A representação social de “consanguinidade-causa”	192
7.4.	O incesto para os antropólogos	199
7.5.	Do não-lugar ao não-tabu	202
7.6.	Dissonância cognitiva	206
7.7.	Inconsistências do discurso naturalizante	208
	PARTE III	212
	O TRABALHO DE CAMPO NA CIDADE DE GOIÁS	213
8 -	METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO	215
8.1.	Os primeiros contatos exploratórios e sua contribuição para o reconhecimento do campo	215
8.2.	Considerações metodológicas	219
8.3.	O trabalho de campo	226
9 -	CAUSOS E PROSAS: RELATO DAS ENTREVISTAS E SUA ANÁLISE	233
9.1.	Apresentando-me às pessoas	234
9.2.	A reação das pessoas ao primeiro contato e os obstáculos para falar dos “bobos”	237
9.3.	A cerimônia da inclusão: código e convenção	239
9.4.	As sofridas reminiscências da Cidade de Goiás	244
9.5.	Endogamia e poder	252
9.6.	“Bobo”: fruto de plebe promíscua e incestuosa	256
9.7.	A “adoção” e “criação” dos “bobos”: uma invenção da Cidade de Goiás	263
9.8.	A cadeia dominial dos “bobos” nas famílias	268
9.9.	O bom trato dos “bobos” nas famílias	272
9.10.	O funeral dos “bobos”	278
9.11.	Comunicação com os bobos – dialeto gestual	279
9.12.	A exploração do trabalho dos “bobos”	285
9.13.	O abuso do corpo das “bobas”	291
9.14.	Reminiscências da escravatura	296
9.15.	O Asilo: destino final dos “bobos” velhos	302
9.16.	A voz dos bobos	312
10 -	CONCLUSÃO	339
	BIBLIOGRAFIA	345
	Referências bibliográficas	345
	Referências filmográficas	356
	ANEXO	357

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Beco antigo da Cidade de Goiás – GO, 2009	16
Foto 02 - Rua Dom Cândido e, ao fundo, o Largo do Rosário – Cidade de Goiás – GO, 2009	17
Foto 03 - Coreto da praça Dr. Tasso de Camargo – Cidade de Goiás – GO, 2006	18
Foto 04 - Internas do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás – GO, 2006	19
Foto 05 - Interna do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás – GO, 2006	20
Foto 06 - Internas do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás – GO, 2006	21
Foto 07 - Bica no jardim da casa de Cora Coralina e, ao fundo, o porão de Maria Grampinho – Cidade de Goiás – GO, 2009	22
Foto 08 - Interno do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás – GO, 2006	22
Foto 09 - Vista geral da cidade – Cidade de Goiás – GO, 2009	24
Foto 10 - Faixa da campanha de vacinação contra poliomielite – Cidade de Goiás – GO, 2009	25
Foto 11 - Entrada do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás – GO, 2006	28
Foto 12 - “Boba” de rua – Cidade de Goiás – GO, 2006	30
Foto 13 - Hospital São Pedro de Alcântara – Cidade de Goiás – GO, 2009	36
Foto 14 - Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás – GO – Google Imagens	43
Foto 15 - Casa da Roda dos Expostos na Freguesia de Caria, em Belmonte, Portugal - Google imagens	61
Foto 16 - Foundliung asylum em Londres, no fim do século XIX - Google imagens	64
Foto 17 - Roda dos Expostos, em Loulé, Portugal, do ano de 1703 - Google imagens	66
Foto 18 - A Rua da Misericórdia, no Rio de Janeiro, no século XIX - Google imagens	71
Foto 19 - Roda dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia do Rio, que se encontra, hoje, no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Google imagens	72
Foto 20 - Vista lateral da Igreja de Santa Bárbara - Cidade de Goiás – GO, 2009	76
Foto 21 - Cruz do Anhanguera vista do jardim de Cora Coralina - Cidade de Goiás – GO, 2006	85

Foto 22 - Casarios típicos da Cidade de Goiás. Ao fundo, a Casa Velha da Ponte e a Cruz do Anhanguera Cidade de Goiás — GO, 2006	86
Foto 23 - Casa Velha da Ponte, de Cora Coralina, às margens do rio Vermelho - Cidade de Goiás — GO, 2009	90
Foto 24 - Cora Coralina na Casa Velha da Ponte – Foto de Flávio Ferraz	91
Foto 25 - A Cidade de Goiás no fundo do vale, cercada pela Serra Dourada - Google Earth	92
Foto 26 - Palácio Conde dos Arcos - Cidade de Goiás — GO, 2009	93
Foto 27 - Chafariz da Cauda Cidade de Goiás — GO, 2009	93
Foto 28 - Quartel do XX - Cidade de Goiás — GO, 2009	95
Foto 29 - São José de botas, de Veiga Vale, Museu de Arte Sacra de Goiás Google imagens	96
Foto 30 - Salão interno do Asilo São Vicente de Paulo - Cidade de Goiás – GO, 2006	108
Foto 31 - Pedro Ludovico com Getúlio Vargas - Google imagens	117
Foto 32 - Ectrodactilia entre os Vadoma, no Zimbábue - Google imagens	163
Foto 33 - Detalhe da faixa de promoção da campanha anual de vacinação infantil - Cidade de Goiás — GO, 2009	239

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 - Triboulet (1832), ilustração para a peça "Le Roi s'amuse" de Victor Hugo. Gravura de J. A. Beaucé (1818-1875) et Georges Rouget (1781-1869)	32
Ilustração 02 - A roda da rua de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, em desenho de Thomas Ewbank (1845)	34
Ilustração 03 - Baixo relevo em mármore com o perfil de Triboulet de autoria de Francesco Laurana - Museu of Oberlin College	47
Ilustração 04 - Frontispício da partitura de Rigoletto – Google imagens	50
Ilustração 05 - Anita Malfatti: Estudo a carvão para o quadro A Boba. (1915-1916) - Acervo do MAB-FAAP	58
Ilustração 06 - Anita Malfatti: A Boba, (1915/16) Óleo s/ tela - 61 x 50,6 cm - Doação MAMSP	58
Ilustração 07 – Desenho esquemático da Roda dos Expostos contemporânea do Hospital Católico <i>Jikei de Kumamoto</i> , Japão - Google Imagens	70
Ilustração 08 – Bartolomeu Bueno da Silva Pintura de Teodoro Braga Museu Paulista da USP - Google imagens	80

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 01 - Representação social de consanguinidade-causa	194
Esquema 02 - A perspectiva antropológica do tabu do incesto	200
Esquema 03 - Perspectiva psicanalítica - Constructo do avesso do tabu e do avesso do <i>mana</i>	203
Esquema 04 - Redução da dissonância cognitiva através da consanguinidade-causa	207

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Mapa de Goiaz (1827) com a localização de Villa Boa (Cidade de Goiaz) e da Serra Dourada (Partie du Bresil. Amer. Merid. 23.) autoria de Philippe Vandermaelen Coleção David Rumsey Collection	35
--	----

LISTA DE FAC-SÍMILES

Fac-símile 01 - Carta do Imperador D. Pedro I, datada de 13 de abril de 1825, criando na Cidade de Goiás o Hospital de São Pedro d'Alcântara Fonte - Arquivos do Frei Simão Dorvi	37
Fac-símile 02 - Carta Régia do Imperador D. Pedro I, datada de 13 de abril de 1825, criando, na Cidade de Goiás, o Hospital de São Pedro d'Alcântara. Fonte: Arquivos do Frei Simão Dorvi	101

LISTA DE CENAS DE FILMES

- Cena de filme 01 - Bobos no plenário do debate teológico entre Gines de Sepúlveda e Bartholomé de Las Casas, em 1550, em Valladolid. Do filme *La Controverse de Valladolid*, de Jean-Daniel Verhaeghe (1992) 52
- Cena de filme 02 - Os bobos e a corte. Do filme *Casanova*, de Federico Fellini (1976) 53
- Cena de filme 03 - Anthony Quinn junto às gárgulas da catedral, no papel de Quasímodo. Do filme *O Corcunda de Notre Dame*, de Jean Delannoy (1957) 53

1 - INTRODUÇÃO

1.1. Prolegômenos

Em setembro de 1999 apresentei ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo dissertação de mestrado intitulada “A crise na clínica psicanalítica: não há pacientes como os de antigamente” (ALENCAR, 1999) ¹.

Examinei alguns contextos do mal-estar presente nos atendimentos clínicos. Procurei rastrear os elementos que se desprendiam ao longo do exercício do trabalho clínico em psicanálise, busquei apoio em teorizações específicas e localizei, do ponto de vista histórico, um possível sentido para este mal-estar.

De fato, as patologias sociais confluem inegavelmente nas subjetividades: situações de impacto individual, advindas de um tecido social esgarçado pela ausência de canais institucionalizados para expressão das singularidades humanas, estão presentes no sofrimento dos pacientes que nos procuram, estes “rebeldes”, com causa e com sofrida dor.

A anomia² definiu-se como o núcleo teórico principal que possibilitava essa elaboração, porque transporta em seu próprio bojo a concepção da crise histórica e social e de seu impacto sobre o indivíduo.

Creio que o mérito desse trabalho foi o de delimitar com clareza o espaço do conceito de anomia no âmbito da psicanálise e de sua articulação com a clínica atual.

¹ Esta dissertação de mestrado, em 2001, foi publicada pela Casa do Psicólogo em sua coleção Clínica Psicanalítica, com outro título: “Anomia: patologia social do milênio” (MEIRELES, 2001). Em 2004, sua segunda edição, recebeu o título: “Anomia: Ruptura Civilizatória e Sofrimento Psíquico” (MEIRELES, 2004).

² A palavra anomia é definida como ausência de referências normativas culturais.

Em seguida, meu interesse foi capturado pelas reflexões sobre experiências de intolerância, quando participei de um grupo de trabalho, em São Paulo, em que pesquisávamos este tema dentro do campo psicanalítico³. Esperava encontrar, por aí, outras possibilidades de desdobramento para o tema da anomia.

Sem dúvida, a intolerância vem sendo tratada, e cada vez com mais intensidade, como um dos eixos fundamentais do desdobramento dos conflitos civilizatórios que caracterizaram o século XX, estendendo-se até os tempos de hoje.

Com este conceito pretende-se abarcar a totalidade dos conflitos raciais, as diferenças de gêneros, as questões de externalização da sexualidade, os preconceitos e a atribuição de estigmas, a existência concreta da miséria e de suas inerentes formas de exclusão e dominação. Com ele, tenta-se alcançar também a diversidade cultural e suas manifestações nas dimensões étnicas, políticas, econômicas e culturais.

Com tais considerações, resvala-se para a perigosa ideia de estabelecer critérios *a priori* que, atribuídos à realidade, dividem nitidamente as águas, separando idealisticamente o ético do não ético, o civilizado do bárbaro, o bem do mal.

Os acontecimentos humanos são bem mais complexos e carregados de incertezas. Submetê-los tão facilmente a crivos reducionistas e apriorísticos não contribui para a apreensão dos movimentos e transformações que atravessam, cotidianamente, as relações sociais.

Há um amplo contexto de conflitos que não se enquadra, necessariamente, na categoria dos preconceitos.

³ Convênio científico entre o departamento de psicanálise do *Instituto Sedes Sapientiae* e o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância - CEPI-LEI, da Faculdade de História da Universidade de São Paulo.



Foto 01 - Beco antigo da
Cidade de Goiás – GO, 2009

Insatisfeita com essa linha investigativa, percorri outros caminhos de elaboração. Procurei um exemplo de estigma social que não correspondesse necessariamente à presença da marca da intolerância. Foi assim que me recordei da figura dos “bobos” que conheci na infância e juventude. Personagens históricas, encontram-se hoje em processo de desaparecimento. Essa marca da intolerância, neste caso, é insuficiente para explicar seu papel no cotidiano das relações sociais das pequenas cidades do interior do Estado de Goiás.

O modo particular pelo qual as pessoas destas comunidades interagem com seus “bobos” denota a presença de um leque de características sui generis, encobertas, ainda hoje, por enigmas e silêncios. Surpreendentemente, apesar de cantadas em verso e prosa, a cotidianidade das relações dos “bobos” com seu entorno social não foi objeto de qualquer estudo mais acurado.

Em minhas aproximações iniciais ao tema, visitei diversas destas pequenas cidades: Vianópolis, Luziânia, Pirinópolis, Formosa, e até Goiânia,



Foto 02 - Rua Dom Cândido e, ao fundo,
o Largo do Rosário
Cidade de Goiás – GO, 2006.

na tentativa de delinear um modo de investigação dessas figuras tão peculiares.

Dada a necessidade de restringir o campo da investigação, a Cidade de Goiás⁴ e seus “bobos”⁵, berço cultural do Estado, foi a escolha privilegiada para a realização de meu estudo a respeito das relações e das práticas de convivência entre a comunidade e seus deficientes mentais⁶, popularmente denominados de “bobos”. São personagens que estão ainda presentes na intimidade das famílias e nas praças públicas, fazem parte da cultura do Estado e,

⁴ Primeira capital do Estado de Goiás. No capítulo 4, intitulado REMINISCÊNCIAS DA FORMAÇÃO CULTURAL DE GOIÁS: UMA APROXIMAÇÃO DE SEUS COMEÇOS, a partir da p. 76, trato de sua história e de seu lugar na formação cultural do Estado.

⁵ Neste trabalho utilizo a expressão “bobos da Cidade de Goiás” e o epíteto “bobo”, grafando-os entre aspas, para, de um lado, respeitar a forma do uso popular e, de outro, evidenciar a ambiguidade presente na utilização deste termo ao qualificar de bobas, sem aspas, as pessoas com deficiência mental.

⁶ Embora, atualmente, se empregue a designação de “portadores de necessidades especiais” em substituição à expressão “deficiência mental”, usarei neste trabalho as denominações de “deficiência mental” e “deficiente mental” para distingui-las de “doença mental” ou “doente mental”. A natureza deste estudo, como se verificará, exige a especificidade desta distinção. Ver também o tópico “Nosografia da deficiência mental” à p. 147.



Foto 03 - Coreto da praça Dr. Tasso de Camargo,
Cidade de Goiás – GO, 2006

a meu ver, cobram, como um retorno do recalcado, seu legítimo espaço na investigação científica.

Acredito que esses costumes, desencadeados desde os tempos do desbravamento daquelas terras, comportam a demanda de desvelar a qualidade do elo social construído com os “bobos”, cujos resquícios se mantêm até hoje. Sem nenhuma intenção de se modificar, enquistados na tradição há alguns séculos, resistiram galhardamente à extinção pelos imperativos do progresso.

Temo que seus enigmas e segredos seculares, se continuarem eternamente fechados no mutismo e na surdez da familiaridade doméstica, corram o risco de cair no esquecimento, perdendo o merecido e adequado lugar no reconhecimento histórico de um povo, no mapeamento de sua cultura, na explicitação de seus conflitos e de suas estruturas sociais.

Talvez, após a realização do presente estudo, o tema da anomia mereça ser retomado com maior abrangência. Seguindo a perspectiva de superação dos divisores de água rígidos, a abordagem dos paradoxos do processo de formação cultural na Cidade de Goiás me prepara para uma investigação complementar sobre o tema.

A complexidade que encontrei nas resistências e transformações das relações sociais, concomitante com o inesperado, o imprevisível e o surpreendente do desenvolvimento do processo civilizatório, lança outras indagações sobre o enraizamento social na produção dos modos de subjetivação.



Foto 04 - Internas do Asilo São Vicente de Paulo
Cidade de Goiás – GO, 2006

1.2. Apresentando os “bobos”

Quando uso a expressão “bobos de Goiás”, refiro-me a uma categoria de pessoas com deficiência mental de grau leve a muito elevado, algumas apresentando também lesões físicas, muitas surdas e mudas, outras com sequelas de bócio⁷, em sua grande maioria de estatura baixa e, em geral, de

⁷ O bócio ou, mais propriamente, a tireomegalia, é um distúrbio da glândula tireóide que se caracteriza por um aumento perceptível no tamanho desta glândula e se manifesta por inchaço na parte anterior e inferior do pescoço, formando o que popularmente é denominado de “papo”. Suas causas mais comuns são: escassez de



Foto 05 - Interna do
Asilo São Vicente de Paulo
Cidade de Goiás – GO, 2006

vida longa. Não são doidos varridos nem loucos de rua; tampouco doentes mentais. Insisto: são deficientes mentais.⁸

Não parecem ser detentores de uma única síndrome. No entanto, a fala popular atribui aos acasalamentos consanguíneos a causa principal de sua alta incidência na popula o daquela região.

Além de sua baixa estatura e de certos traços em suas fei es, os “bobos” são facilmente identificáveis. Uma de suas marcas distintivas   a excentricidade na indumentária.

As mulheres usam sempre vestidos curtos,   altura dos joelhos, rodados, franzidos ou pregueados, em sua maioria feitos de chita ou tecidos

iodo na dieta alimentar, doenças hereditárias decorrentes de defeitos na síntese de hormônios, prolifera o de f liculos da glândula e tumores benignos ou malignos.

⁸ Remeto, para entendimento desta distin o, aos psicanalistas Flavio Ferraz (2000) em seu livro “Andarilhos da Imagina o” e Miriam Chnaiderman (1994), no documentário “Dizem que sou louco” quando examinam e ampliam, sobremaneira, as determina es presentes no imaginário da comunidade sobre os seus loucos de rua.



Foto 06 - Internas do Asilo São Vicente de Paulo
Cidade de Goiás – GO, 2006

estampados, enfeitados com babados, debruados e aplicados com sianinhas, fitas coloridas ou outras passamanarias, como renda, galão, franja, lese e botões de variados tamanhos e cores, mangas curtas “bufantes”.

Com unhas pintadas de rosa forte ou vermelho e muitos anéis em quase todos os dedos, carregam sempre bonecas de louça, plástico ou pano — que costumam ninar — e bichos de pelúcia. Dependuradas nos braços, carregados de pulseiras feitas de sementes colhidas no cerrado, usam bolsas infantis e sombrinhas. Algumas pintam o rosto com rouge encarnado e, nos lábios, batom rosa ou vermelho.

Usam também brincos, muitos colares sobrepostos no pescoço. Nos cabelos, colocam fitas, prendedores coloridos, chapéus, grampos e outros adereços. Uma das famosas “bobas da Cidade de Goiás”, que se abrigava no porão da casa da poetisa Cora Coralina, foi Maria Grampinho⁹.

⁹ A condição de “boba” de Maria Grampinho, paradoxalmente transformada em mito do folclore local e até em grife — embora dela se consiga resgatar só três fotos expostas no museu Casa de Cora Coralina — é contestada por muitos vila-boenses, que, apesar de sua indumentária extravagante, é por eles considerada como uma andarilha.



Foto 07 - Bica no jardim da casa de Cora Coralina e, ao fundo, o porão de Maria Grampinho
Cidade de Goiás – GO, 2009

Os homens vestem folgadas camisas, calças sociais escuras com lenços assoados no bolso, cobrem-se com chapéus, calçam botinas, carregam guarda-chuvas que às vezes usam para se defenderem das crianças.

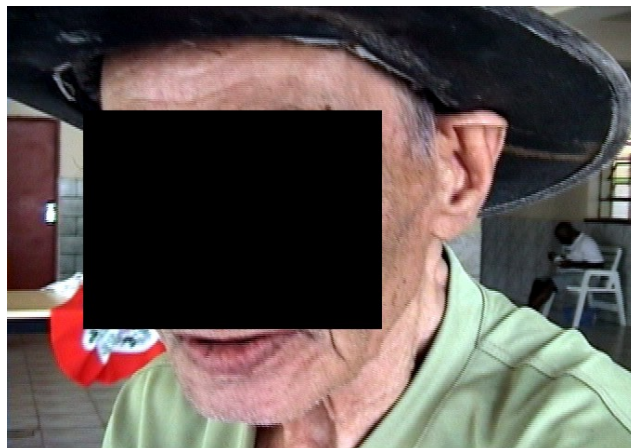


Foto 08 - Interno do Asilo São Vicente de Paulo
Cidade de Goiás – GO, 2006

1.3. A problemática dos “bobos”

Os “bobos” emergem de uma extensa rede complementar de papéis, vivem na comunidade e estão inseridos, secularmente, na dramática e na imagética da cultura mais tradicional do Estado de Goiás. Figurantes essenciais, participam do desenrolar dos argumentos familiares e públicos do cotidiano de suas cidades mais antigas, de grande importância histórica para o Estado, convivendo de maneira indiscriminada e naturalizada¹⁰, em seu meio social.

Trata-se de um tipo de relação social que se apoia em elementos tipificados muito arraigados, legitimando-se numa argumentação de natureza sócio-religiosa, que será especificamente abordada em capítulos subsequentes. Apesar de estes princípios se alicerçarem sobre bases duvidosas, no entanto, para os que se referenciam a eles, assumem caráter imperativo, apriorístico e inquestionável.

Refletir, então, sobre o papel que des–empenham os “bobos” nesta comunidade, obrigou-me a sair de uma posição de espectadora ingênua da cena social para debruçar-me sobre um tema difícil e instigante, sobretudo porque indiscriminado, não-normatizado, desorganizado, caótico, não-pautado e silenciado. São características genéricas das situações anômicas que redescubro presentes nesta comunidade, enunciadas e vividas de maneira

¹⁰ Em vários momentos deste trabalho utilizo as palavras: “natural, naturalidade, naturalização, naturalizado”. Faço uso delas para designar certo tipo de representações sociais que pretendem apresentar uma maneira “simples” de “olhar o mundo” sem requerer do sujeito qualquer raciocínio, crítica ou estranhamento. Trata-se de uma forma de reduzir ao natural, entendido como pertencente à natureza, o que é socialmente construído. Através deste estratagema, a afirmação naturalizada se torna não exigente e, ainda que arbitrária, é aceita como essencial à coisa, ganhando por aí sentido de autoridade. Em geral se transmite ao longo dos anos pela força da tradição, propagando-se como verdade absoluta.



Foto 09 - Vista geral da cidade
Cidade de Goiás – GO, 2009

peculiar, com curiosa complexidade. De certa maneira   um voltar ao que não mereceu aten o social nem acad mica¹¹.

Como já afirmei, escolhi a Cidade de Goiás como fulcro de minha investiga o.   a guardiã das tradi es mais genuínas e da própria história da forma o do Estado.

Considerada como expressão maior de uma cultura que incorpora o estigma do “bobo”, utilizando-se, inclusive, desta palavra em seu proseado intimo e informal, rejeita, entretanto, com veemência, a mera referência a ela quando ouvida de um forasteiro.

Etimologicamente, a palavra bobo (*baubus*, em latim) quer dizer gago. Não raro foram as vezes que, frente   coloca o do tema, ouvi um gaguejar em resposta. A autoriza o de uso da palavra “bobo” define com clareza a fronteira entre os que pertencem e os que não pertencem   comunidade.

¹¹ Os trabalhos acadêmicos encontrados tratam o tema em sua dimensão folclórica e memorialística: OLIVEIRA, 1999 e OLIVEIRA, 2003.



Foto 10 - Faixa da campanha de vacinação contra poliomielite
Cidade de Goiás – GO, 2009

Fortemente inseridos nessa cultura tão rica e peculiar, os “bobos da Cidade de Goiás” têm uma especificidade ímpar, expressa na amplitude contraditória do estigma que carregam. Talvez, por isso mesmo, só possamos pensá-los na acepção de uma “palavra-ônibus”¹², e também de um papel-ônibus, de um personagem-ônibus, de um tema-ônibus. Ser “bobo-ônibus” é ser um quase-tudo e quase-nada, baldeador de polivalência, polissemia, indiscriminação, caso típico de anomia em ato.

Esta comunidade estabelece com o “bobo” uma constante ambivalência. Ele, ao mesmo tempo, é defendido e atacado. Se vive na intimidade de uma família ou nas praças públicas, é e não é valorizado, é indispensável e, ao mesmo tempo, dispensável, é insubstituível, mas pode ser substituído. É objeto sexual, mas também objeto de repulsa e escárnio, é portador de afetos e vio-

¹² Verbete palavra-ônibus: “palavra, quase sempre de uso coloquial, cujas acepções são tantas que não comportam delimitação semântica formal” (HOUAISS, 2009, p. 1415).

lências, de trocas e exigências, de piedades e castigos. Quem é afinal esse “estranhado” tão incorporado, mas que não pode ser tocado nem falado?

Por isso mesmo, também não foram os “bobos” tema de discurso político propositivo, não transitaram para o espaço institucional, para eles não houve propostas e nem programas oficiais. Jamais a integridade pessoal de um “bobo” foi protegida por qualquer denúncia formal de assédio. Os que restaram permanecem imersos, ainda e sempre, no anômico. Trata-se de uma modalidade de interação estática, que não estabelece qualquer conversa com as outras transformações por que o mundo passa.

Como psicanalista, foi o silêncio — explícito na recusa que a população manifesta em tratar do assunto — o aspecto que me capturou. O que justificaria a discricção calada, compactuada pela comunidade, em relação a este tema? Essa sensação que nos passam de que “quem é de fora não pode entender o que se passa entre nós”? Seria uma forma sutil de elisão das manifestações mais corriqueiras de dominação-submissão? Quais os diferentes códigos, seus repertórios e seus limites que autorizariam falar e não falar de “bobos”?

Esse silêncio toca uma diversidade de conteúdos e sentidos e abarca um conjunto variado de fenômenos relacionados às questões de aceitação e inclusão do outro nas relações de vínculos. Pede explicação para além do simples aprisionamento em estereótipos, talvez outros parâmetros para que os processos críticos desses acontecimentos sociais não fiquem retidos no certo ou no errado, no normal ou no patológico, no prezado e no desprezado, ou, pior ainda, no tolerado ou no intolerado.

O silêncio, para o psicanalista, é profundamente “barulhento”, pois é aí que acontece o embate, uma tentativa de reflexão, de reconstrução psíquica, ou uma negação, um isolamento, momento propício da eclosão da angústia, tão necessária para a percepção e captação da externalidade e, conseqüentemente, do nosso lugar como protagonistas de um mundo em relação.

Às voltas com estas indagações nascidas do meu olhar e escuta clínica, percebi-me problematizando esta convivência e resistindo, como Ulisses, a ceder à sedução de me deixar capturar pela cena envolvente que sempre existiu e continua existindo, reforçada especularmente pelo “bobo”, na medida em que reproduz o que a tradição determina, até na sua indumentária e na sua maneira de viver.

Foi então que, imersa neste cenário que não me dava sossego, refletindo e examinando cada fala memorizada, fui em busca de transformar o vivido em uma experiência compartilhada pela escrita deste trabalho. De impasses e transposições de obstáculos, boa parte dele é feito.

1.4. Os caminhos da investigação

Há uma pergunta essencial a ser respondida: qual a legitimidade de investigar os “bobos da Cidade de Goiás”, de quebrar um tabu secularmente instituído? Que universalidade existe num fenômeno tão peculiar, particular e regionalizado? Por que examinar estes sujeitos sociais? Por que investigar sobre como se estruturaram as formas de escamoteamento dos conflitos, de dissimulação e de simbiose que ainda sustentam a servidão a que estas pessoas foram submetidas?

Visitei, em 2006, a Cidade de Goiás e iniciei um primeiro levantamento *in loco* das questões relacionadas ao tema.

Nos encontros, priorizei o prostrar, a fala livre, a conversa no descampado de uma praça, no impasse de um beco, no conforto de um sofá, ou mesmo nos despojados corredores de um asilo.

Durante os encontros, outros interlocutores sempre me eram indicados. Havia, inicialmente, constrangimento em abordar o tema. Era como se quisessem me convencer de que esse outros interlocutores estivessem “autorizados” a falar mais, a, supostamente, responder melhor às minhas indagações, “sabendo de alguma coisa”, dizendo algo que não pôde ser dito, porque interdito. Seria alguém, finalmente, autorizado a romper o silêncio imposto pelo tabu?

Com relativa cautela, fiz minha rede de relações, através de encaminhamentos construídos após certo “ganho de confiança”.

Dessa investigação, surge a indagação: se, nos salões medievais, ao bobo da corte era permitido denunciar, através de suas momices, temas que custariam a vida a qualquer outro súdito do rei, os “bobos da Cidade de Goiás” denunciam o quê, eximindo quem, de que custos e reproches?



Foto 11 - Entrada do Asilo São Vicente de Paulo
Cidade de Goiás – GO, 2006

Senti, claramente, uma forte e tácita interdição de falar desse tema, o que me remetia a um beco sem saída: falar disso é como “lavar roupa suja em público”, “cuspir no prato que comeu”. É ingratidão, deslealdade, traição.

Se não soubesse lidar com esse obstáculo, a investigação a que me propus seria impossível.

Como já disse, sou originária do Estado de Goiás; de lá já me afastei há muitos anos. Vali-me do conhecimento que tenho de sua cultura, desamarrei minhas recordações, minhas memórias afetivas e deixei que elas me aconselhassem sobre o caminho que deveria seguir.

Corri e bebi das fontes e das documentações existentes: nos arquivos, centros culturais, bibliotecas das universidades e particulares. Fui e voltei algumas vezes, com dezenas de materiais escritos ou registrados em áudio e vídeo. Mergulhei na Internet para levantar mais informações.

Foi necessário inventar uma trilha. Só quem transitou, pensei, desta cultura para fora dela, poderia percorrer o caminho de volta, autorizando-se a falar do não falado, a não calar diante do silenciado, resgatando, sem claudicações e com dignidade, a intrincada teia de conteúdos que ela comporta. Nisso reside a legitimidade de minha autoria.

Falar dos “bobos da Cidade de Goiás”, então, é resgatar uma cultura, registrar a história dos costumes de um povo, destilar sua universalidade. É incluí-la num universo discursivo, simbólico, levando a sério seus paradoxos.

1.5. A estrutura do trabalho

Por este caminho constatei que esse Goiás, perdido no sertão, faz parte de uma cultura muito mais abrangente, que lá revela peculiaridades, idiossincrasias próprias das marcas de suas reminiscências.



Foto 12 - "Boba" de rua
Cidade de Goiás – GO, 2009

A complexidade deste objeto de estudo impôs decisões quanto à sua estruturação. Decidi, então, dividir este trabalho em três partes: uma que denominei de Bobos de Goiás: reminiscências subjacentes, outra, que intitulei de Investigando os "bobos" da Cidade de Goiás, e a última que chamei de A Investigação no Campo, às quais acrescentei um Anexo, em volume separado, de acesso restrito aos membros da Banca Examinadora, que chamei de Corpus da Pesquisa.

Faço breves comentários a respeito delas.

Quanto à primeira parte, decorreu da necessidade de reconhecer que não se pode tratar o tema dos "bobos da Cidade de Goiás" sem abordar conteúdos que estão a ele associados, apesar de não constituírem o núcleo propriamente dito da investigação.

Nenhuma fala pode prescindir do contexto cultural no qual é pronunciada. Tampouco pode escapar de sua polissemia. Seria uma violência com as pessoas que entrevistei e com a própria cultura do povo da cidade, deixar de explicitar para o leitor forasteiro elementos constitutivos dos discursos que relato.

Fazem parte de uma *gestalt* e só adquirem sentido se considerados neste contexto. Carregam um peso insuspeitado, integram, numa composição caleidoscópica dinâmica, elementos de origens diversas que se perdem nas entrelinhas do tempo.

De outro lado, em se tratando de elementos que constituem uma cultura, estou ciente dos limites que uma tarefa desta natureza comporta.

Agrupei, portanto, em quatro conjuntos os elementos que gravitam tais discursos, tratando-os como reminiscências atuantes na formação cultural da comunidade que investigo.

São eles: Reminiscências dos bobos do Rei na tradição dos tempos, Reminiscências dos enjeitados, expostos, abandonados e bastardos na história e Reminiscências da formação cultural de Goiás. A esses três conjuntos, acrescentei um quarto: Os “bobos” no cotidiano da Cidade de Goiás. Neste capítulo, abordo algumas idiossincrasias da comunidade, relatando particularidades de suas relações com os “bobos”, especialmente no que se refere à temática dos expostos e enjeitados.

Considero que o entrelaçamento destes conteúdos atravessa o desenvolvimento desta tese, fazendo entrever sinuosos nexos, à primeira vista inadvertidos, do relevo acidentado do tema, à moda da topografia da Cidade de Goiás.

Cabe, por ora, relatar os contornos gerais desses conjuntos de reminiscências.



Ilustração 01 - Triboulet (1832), ilustração para a peça "Le Roi s'amuse" de Victor Hugo.
Gravura de J. A. Beaucé (1818-1875) et Georges Rouget (1781-1869).

Minha primeira parada, neste percurso, foi a “Rua dos bobos, número zero”¹³, o endereço universal dos bobos da Corte.

Num olhar apressado, os “bobos da Cidade de Goiás” podem ser confundidos com crianças ou saltimbancos. A excentricidade de seu vestir e suas chalaças nos reenviam aos bobos da corte. Trata-se, neste caso, de outro tipo de reminiscências inerentes a este estudo, próprias de antigas tradições europeias.

¹³ Trecho da canção infantil A Casa, composta por Toquinho e Vinícius de Moraes.
MORAES, V. e TOQUINHO. A Casa. <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/poesia/index.php>>. Acesso em 07 de jun. 2008.

Carneiro (2005, p. 30) chama a atenção sobre a função discriminatória que, desde os tempos medievais, o uso de determinados trajes acarretava: “[...] o IV Concílio de Latrão (1215) estabeleceu, como princípio geral, o uso de vestimentas diferenciadas para judeus, sarracenos, heréticos, leprosos, prostitutas e outros personagens tratados como infames”.

Sob outra perspectiva, os bobos do Rei — com vestes excêntricas, cuja memória permanece entre nós — estiveram presentes em quase todas as cortes europeias.

Muitos deles foram objeto da atenção de artistas, tanto na literatura e na poesia, quanto na música e na pintura.

Os “bobos da Cidade de Goiás” não povoaram o ambiente das cortes. No entanto, evocam, como dissemos, reminiscências que nos reenviam à tradição dos bobos das cortes europeias.

O segundo conjunto de conteúdos que gravita o estudo dos “bobos da Cidade de Goiás” é o do abandono infantil. Trata-se de outras reminiscências especialmente relevantes para a delimitação do lugar dos “bobos” na sociabilidade goiana.

É importante salientar que o abandono de crianças foi, e ainda é, um problema universal. Suas origens remontam aos primórdios de nossa espécie.

Seguindo este percurso, abordo as diversas práticas de abandono de crianças no decorrer dos tempos e examino o tratamento recebido por bastardos, enjeitados, abandonados e expostos.

A Roda dos Expostos e os abandonados nas soleiras foram objeto de meu interesse, já que os “bobos de Goiás” apresentam características muito particulares na forma como são abandonados, “adotados” “criados” e “cuidados”.



Ilustração 02 - A roda da rua de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, em desenho de Thomas Ewbank (1845)

As Rodas foram a invenção católica para tentar lidar com esta realidade. Introduzidas na Europa no século XIII, também existiram no Brasil.

Goiás, no entanto, deu outra solução para este problema. Lá não existiram Rodas dos Expostos (VALDEZ, 2002, p. 38). Era comum, entre as famílias mais abastadas, a “criação” de menores enjeitados.

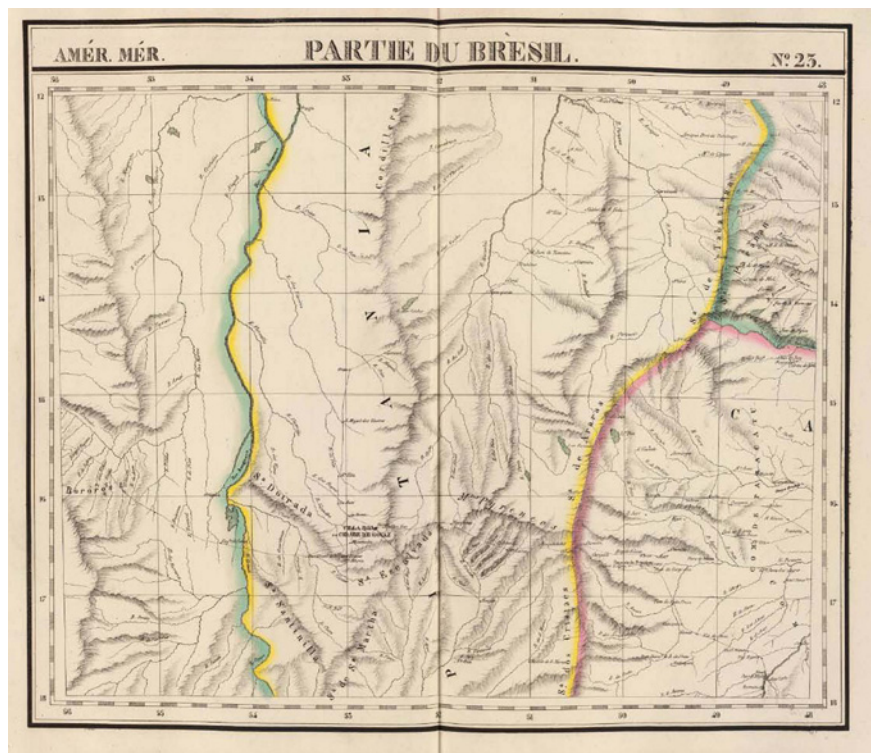
Dentro deste contexto, os “bobos da Cidade de Goiás” foram, em sua grande maioria, crianças abandonadas ou “doadas”, acolhidas por famílias da cidade para serem “criadas” em troca de favores domésticos. Tratava-se de uma espécie de “adoção” com características muito peculiares.

O terceiro conjunto desta primeira parte trata da formação cultural de Goiás.

O território ocupado pela antiga Província de Goiás é o cenário dentro do qual encontramos os “bobos” participando ativamente das relações sociais e do seu cotidiano. O ideário, a ideologia, as relações de poder e de dominação, são traços da tradição goiana que encontramos enraizados nos costumes da Província — quase sempre subjacentes, tácitos e não explicitados — dando forma às práticas de posse e uso de seus “bobos”.

As marcas deixadas pela conquista destas terras e constituição do Estado de Goiás, necessariamente compõem o pano de fundo que realça personagens e dá cor aos enredos apresentados neste estudo.

Portanto, com característica introdutória, aproximo-me da constituição da Província de Goiás e da formação de sua cultura, descrevendo, também, particularidades da Cidade de Goiás. Faço um apanhado da descoberta daquelas terras e das referências ideológicas que sustentaram sua conquista.



Mapa 01 - Mapa de Goiaz (1827)
com a localização de Villa Boa (Cidade de Goiaz) e da Serra Dourada
(Partie du Bresil. Amer. Merid. 23.) autoria de Philippe Vandermaelen
Coleção David Rumsey Collection



Foto 13 - Hospital São Pedro de Alcântara
Cidade de Goiás — GO, 2009

O Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara — onde estão guardados documentos dos arquivos do Frei Simão Dorvi¹⁴ — e o Asilo São Vicente de Paulo são instituições sobre as quais me debruço pelo papel assistencial que desempenharam e ainda desempenham no atendimento aos “bobos”. Incluo neste capítulo um importante documento, datado dos tempos do império, que instituiu o Hospital de São Pedro d’Alcântara.

¹⁴ O dominicano italiano Simão Dorvi, frade leigo da ordem dos Pregadores, veio para o Brasil, em 1936, junto com frei Lourenço Papin e mais outros religiosos. Foi o responsável, na Diocese de Goiás, pela reunião e organização da maior parte de documentos que mais tarde formariam o Arquivo Geral da Diocese de Goiás. Sem nenhum preparo nesta área, apenas com uma curiosidade refinada e usando de uma metodologia simples, coletou, aleatoriamente, manuscritos, especialmente os registrados em livros de assentos de batismos, casamentos e óbitos pertencentes às paróquias, dioceses e irmandades religiosas. Ao longo dos anos foi formando seu acervo particular em que reuniu vasta documentação datada desde 1767 até 1961. Como grande parte se encontrava muito danificada, Frei Simão teve o cuidado de buscar, em outros centros de documentação mais desenvolvidos, pessoas qualificadas para o restauro e recuperação. Em 1979 retorna à Itália e, em 1981, partes deste acervo foram transferidas da Igreja do Rosário para uma sala do Orfanato São Jose. Hoje, encontram-se na Fundação que leva seu nome.

MARTINS, M. Dicionário Biobibliográfico de Goiás.

<<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=8824&cat=Ensaio&vinda=S>>. Acesso em 10 de ago. 2008.

SANTOS, C. Conhecer para Conservar: A constituição e dispersão dos fundos arquivísticos da Igreja Católica na Cidade de Goiás (GO). Rio de Janeiro: v.2, n. 2, p 60-61, ago./dez. 2006. <<http://www.arquivistica.net>>. Acesso em 12 de ago. 2008.

Carta do Imperador Pedro I, de 13 de abril de 1825, criando o Hospital de São Pedro d'Alcântara em Goiânia. O texto trata da transferência do Hospital de São Pedro d'Alcântara da cidade de São Paulo para Goiânia, justificando a mudança por questões de saúde pública e desenvolvimento local. O documento menciona o nome do futuro hospital e o local onde seria construído. O texto termina com a assinatura do Imperador Pedro I e o nome do secretário de Estado, Antonio Pereira de Faria.

Esta conforme
 o Imperador Pedro I
 e Antonio Pereira de Faria

Fac-símile 01 - Carta do Imperador D. Pedro I, datada de 13 de abril de 1825, criando na Cidade de Goiás o Hospital de São Pedro d'Alcântara
 Fonte: Arquivos do Frei Simão Dorvi.

A temática da mudança da capital do Estado para a cidade de Goiânia é também examinada, já que, neste episódio, se evidencia, com cores fortes, o conflito existente entre conservadorismo e modernidade, com os “bobos” no meio.

A quarta parte dá colorido à descrição do cotidiano da Cidade de Goiás, permitindo ao leitor uma aproximação maior com a singularidade da cultura local. Descrevo costumes pitorescos de atribuição de apelidos e formas de tratamento entre vila-boenses, com repercussões para a nomeação dos “bobos”. O abandono infantil naquelas terras mereceu destaque, uma vez que os “bobos”, em sua maioria, foram “adotados” e “criados” por famílias do lugar. O Asilo São Vicente de Paulo, caracterizou-se como destino final para os “bobos” idosos.

A segunda parte desta tese está dedicada à revisão de referenciais teóricos indispensáveis ao estudo do tema.

Após examinar parte da nosografia disponível sobre retardo mental, recolhi contribuições da neurologia, genética, antropologia, psicanálise e psicologia social que pudessem ser associados ao estudo destes deficientes.

Para estabelecer um diálogo fértil entre estas disciplinas, priorizei autores que me permitiram alargar a visão sobre as incógnitas que os “bobos” de Goiás nos propõem como desafios. Procurei, também, ouvir especialistas tanto em Goiás quanto em São Paulo, com a finalidade de delinear com maior precisão o leque de distúrbios por eles apresentados.

O eixo comum da aplicação destas disciplinas ao tema que investigo é que permitirá — cada uma contribuindo a seu modo — a crítica das relações sociais no cotidiano, revelando suas origens culturais, desvelando referenciais ideológicos, favorecendo a desmontagem de estereótipos e justificativas escamoteadoras das condutas de dominação e submissão, explicitando os obstáculos à inserção social destes sujeitos deficientes, naturalizada pela concretude dos padrões culturais que a comunidade pratica na relação com seus “bobos”.

Termino esta parte, levantando hipóteses sustentadas sobre tais contribuições teóricas com a finalidade de levar ao trabalho de campo o enriquecimento da perspectiva investigativa.

A terceira parte desta tese trata do trabalho de campo propriamente dito.

Início com o relato de minhas primeiras incursões de reconhecimento do campo da investigação para, em seguida, apresentar os elementos que considere fundamentais, do ponto de vista metodológico, para a realização das entrevistas com as pessoas que contribuiram com seus depoimentos, compondo o núcleo deste trabalho. Com isso, foi possível fazer um planejamento básico para o trabalho de campo.

Na sequência, apresento o relato e discussão do material recolhido, o que me leva à apresentação de minhas conclusões.

Este, o caminho que percorri em minha investigação.

A oportunidade de desenvolver esta pesquisa no âmbito do Laboratório de Psicologia Sócio Ambiental e Intervenção – LAPSI, da Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo foi a viga-mestra para empreender esta tarefa.

A Prof^a. Titular Eda Terezinha de Oliveira Tassara, ao acolher este objeto de estudo, possibilitou-me o espaço para fazer valer, em suas próprias palavras; *“como é que são produzidas novas verdades no campo do conhecimento científico”*.

Como observação final destaco que as traduções de citações, salvo menção específica, são todas de minha autoria. Nas citações de textos históricos, respeitei a ortografia original. As transcrições dos registros fonográficos das entrevistas realizadas obedeceram ao critério de conservação da fala cotidiana, com os regionalismos, estilo e sintaxe que lhe são próprias.

PARTE I

BOBOS DE GOIÁS: REMINISCÊNCIAS SUBJACENTES

Tradições culturais são marcadas por reminiscências¹⁵ cujas origens se perdem nos confins da história.

Para além do que Freud (1893-1895/1985, p. 33) nos dizia ao afirmar que as históricas sofrem de reminiscências, tomo aqui o conceito numa acepção distinta. As formações culturais são reminiscências em ato, em constante reprodução e mutação, na maior parte das vezes imperceptíveis para os indivíduos que delas participam.

Tomam os traços de suas memórias para lhes dar movimento e dinamismo, resultando daí uma configuração semelhante ao círculo produzido por uma lanterna em movimento na escuridão: algo de concreto e visível, mas, ao mesmo tempo, fugaz e intangível, se materializa perante nós.

Encontrei em Fábio Lucas oportuna referência a Viatcheslav Ivanov¹⁶ quando afirma que “a reminiscência é um princípio dinâmico; o esquecimento é cansaço e interrupção do movimento, declínio e retorno ao estado de uma relativa indolência”.¹⁷

Esta oposição entre reminiscência e esquecimento é perfeitamente cabível se pensarmos o movimento de constante recriação cultural: o que torna viva uma cultura é sua capacidade de se reinventar a todo instante, sem perder o elo de ligação com a memória de seu passado, suas reminiscências.

¹⁵ O Dicionário Houaiss define reminiscência como: 1 - imagem lembrada do passado; o que se conserva na memória; 2 - lembrança vaga ou incompleta; 3 - sinal ou fragmento que resta de algo extinto. (HOUAISS, 2009, p. 1642)

¹⁶ Viatcheslav Ivanovitch Ivanov (1866-1949), poeta, filósofo, dramaturgo e tradutor russo.

¹⁷ IVANOV, V. *Apud* LUCAS, 2002, p. 15.

Foi apostando nisto que busquei na universalidade da literatura e nos registros históricos os elementos capazes de reavivar as reminiscências da tradição cultural ocidental presentes na cultura do povo da Cidade de Goiás.

A formação cultural da Província de Goiás, para não fugir à regra válida para qualquer cultura, não se deu no vazio. Resultou da interação entre conteúdos trazidos pelos colonizadores portugueses — ao exercerem dominação econômica e política — com elementos provenientes dos povos indígenas autóctones e dos negros que para lá foram levados.

A figura dos “bobos” de Goiás traz, em seu cerne, a herança de um imaginário cultural com raízes universais. E não só eles: muitas das manifestações culturais da Província, com suas idiossincrasias, nos remetem de forma imediata a outros tempos e lugares.

O visitante que percorre as ruas da Cidade de Goiás, de Pirenópolis, Catalão ou Luziânia¹⁸, aqui e ali, encontra sinais dessa epifania, dando figuração própria a diversas festas religiosas. É o reaparecimento súbito e monumental, num ambiente tão peculiar, de encenações surpreendentes, que caberiam melhor em tempos medievais.

A Cidade de Goiás, por exemplo, promove a Procissão do Fogaréu com seus personagens encapuzados, os “farricocos”; Pirenópolis, as Cavalhadas, que reproduzem dramaticamente as batalhas entre mouros e cristãos; Catalão, a Congada, que homenageia a rainha africana Njinga e N. Sra. do Rosário, a protetora dos negros; ou, ainda, Luziânia, a Folia do Divino, que tem origens em antigas tradições portuguesas.

Por isso, não é sem propósito afirmar que também os “bobos da Cidade de Goiás” reavivam, ainda nos dias de hoje, reminiscências culturais de outras eras.

¹⁸ Trata-se de cidades do Estado de Goiás conhecidas por cultivarem, em suas tradições, a promoção anual de festejos folclóricos.



Foto 14 - Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás — GO — Google Imagens

Este movimento do universal para o particular é o que orienta o percurso dos próximos capítulos. Pretendo, neste estudo, inverter a direção do olhar, fazendo-o perscrutar, para além do buraco encravado no fundo das montanhas de Serra Dourada¹⁹, o horizonte mais amplo e universal do qual a Cidade de Goiás é legítima herdeira e não filha bastarda.

É uma recuperação de temas relacionados à dramática dos “bobos” de Goiás, pinçados na história, na cultura e na literatura universais, já que, de um lado, nos trazem reminiscências dos bobos da corte, de outro, nos remetem aos paradoxos da realidade e da miséria humana das crianças enjeitadas e, finalmente, nos localizam nas vicissitudes da conquista e colonização da terra dos Goyazes.

Espero que meu leitor, ao percorrer este texto, guarde subjacente em sua retina a memória destas reminiscências, já que seria redundante explicitá-las a cada passo.

¹⁹ Cadeia de montanhas que circunda a Cidade de Goiás.

2 - REMINISCÊNCIAS DOS BOBOS DO REI NA TRADIÇÃO DOS TEMPOS

2.1. A tradição dos bobos do Rei

Coringa, jogral, bufão, sátiro, truão, palhaço, maninelo, histrião e pier-rô, diversos foram os qualificativos usados para designar um tipo de “funcionário” da monarquia que tinha a tarefa de divertir, de fazer rir os reis e as rainhas das cortes medievais europeias: o bobo da corte, ou o bobo do Rei.

A palavra bobo, em sua origem latina — *balbu* — significa gago; balbo, em português, tem o mesmo significado. O esforço de falar do gago frequentemente provoca riso; daí, a atribuição do sentido cômico à palavra.

O professor de literatura Omar Khouri comenta a respeito dessa etimologia:

Gago é, comprovadamente, uma onomatopéia; portanto pode ser classificada, a palavra, como um hipo-ícone imagem, porém com forte carga simbólica, palavra que é. Ou, numa outra visada: um símbolo, com forte teor de iconicidade. (Em última instância, considerando-se a questão do fundamento do signo — o que fundamenta, no caso em questão, é a relação de semelhança com o objeto dinâmico — a palavra Gago vem a ser um hipo-ícone... com forte teor simbólico). É provável que balbus (a, um) seja, também, termo onomatopaico... BOBA, balba... ba ba ba, gagueira [...]. (KHOURI 2002, p. 6-12)

A origem destes personagens data dos tempos do império romano-bizantino.²⁰ Outros atribuem sua origem ao esoterismo proveniente das tradi-

²⁰ O Império Bizantino (330 AD-1453 AD), também conhecido como Império Romano do Oriente, sucedeu o Império Romano (cerca do ano 395) e dominou o Mar Mediterrâneo e várias nações da Eurásia e do norte da África, como parte do atual Marrocos, Cartago, sul da França e da Itália, com suas ilhas, Península Balcânica, Anatólia, Egito, Oriente Próximo e a Península da Criméia, no Mar Negro. Dominou as rotas comerciais com o Mar Negro, que ligavam a Europa à Ásia. Foi um império cristão e terminou seus mais de mil anos de história como estado grego ortodoxo. Seu apogeu se deu no início do século IX, ainda na Idade Antiga. Seu gradual declínio territorial marcou a história da Europa medieval, e sua queda, em 1453, frente aos turcos oto-

ções dos movimentos islâmicos ibéricos durante a época das Cruzadas, que se incorporou às tradições europeias até o século XVII.

Tradicionalmente, ocupavam lugares privilegiados na intimidade da realeza e de destaque na sociedade. Aos bobos do rei era facultado “dizer tudo” sem sofrerem qualquer consequência. Assim, tinham a permissão de ofender e insultar, dizer impropérios, dar opiniões grosseiras, fazer comentários irônicos e dramatizar imitações caricatas que ridicularizavam a nobreza.

Não corriam riscos de serem presos, razão pela qual diziam o que queriam, sem medir suas consequências. Aliás, tinham a licença de expressar até aquilo que os súditos gostariam de falar ao rei e não podiam fazê-lo.

Eram, na maioria das vezes, os encarregados dos cerimoniais de recepção durante a realização das festas, quando, então, tocavam algum instrumento, declamavam poesias e dançavam para os convidados.

Expressão do fenômeno cultural durante a Idade Média, muitas vezes eram críticos do comportamento da realeza e porta-vozes dos súditos. De língua solta e livre, os bobos da corte podiam entrar e sair, subir e descer, pular e saltar todos os degraus da escala dos privilégios sem ouvir qualquer repreensão. Nem sempre de maneira consciente, vingavam-se dos poderosos, defendendo os humildes da opressão e da injustiça. O bobo “era um espelho que refletia, cruelmente sincero, as feições hediondas da sociedade desordenada e incompleta” (HERCULANO, 1967, p. 26).

Conhecedores dos meandros e sutilezas do poder político, questionavam os responsáveis pelo bem público, endereçando-lhes, através de chacotas, suas críticas mordazes. Constituíam-se em verdadeiros diapasões, afinados ora com a monarquia, ora com os súditos, ocupando um lugar de equilíbrio

precário entre estas duas forças. Era como rei, súditos e bobos, no melhor dos possíveis, se complementavam, lidando com seus conflitos.

A função de tradutor e intérprete que o bobo da corte desempenhava, abria, de certo modo, caminhos elaborativos para o escoamento das tensões inerentes aos conflitos sociais que circulavam, reprimidos, entre nobreza e plebe. Através das palavras e gestos caricatos e bem-humorados destes mensageiros, alcançavam uma rica expressividade simbólica, utilizada para esvaizar, por antecipação, a rebeldia dos subjugados.

Estes porta-vozes eram dotados de grande inteligência e sagacidade, o que facilitava o difícil papel que desempenhavam. Como vimos, de um lado, intermediavam as discordâncias entre povo e realeza e, de outro, escancaravam a intimidade dos segredos e artimanhas da corte. Representantes da irreverência, explicitavam a contradição pelo exercício do privilégio — raro, na época — da liberdade de expressão.

Tal qual o coringa, a décima terceira carta do baralho, viravam o jogo a qualquer instante, bem como entravam em qualquer lugar para fazer suas momices. A eles, tudo se permitia.

Estavam sempre vestidos com roupas coloridas, guizos, guirlandas, chapéus com várias pontas e, em seus pés, sapatos de feltro pontiagudos, a fim de facilitar a pantomima e os gestos caricatos. Em geral os bobos da corte eram anões ou de estatura bem baixa. Alguns eram deficientes físicos, com grandes corcundas e aleijões.

A este respeito, é particularmente pertinente o que Eco, ao organizar o livro *História da Feiura*, nos diz sobre estas características:

[...] não se considerava feio somente aquilo que fosse desproporcionado, como um ser humano com uma cabeça enorme e pernas curtíssimas, mas eram ditos feios também os seres que Tomás definia como “torpes”, no sentido de “diminuídos”, ou seja [...] aos quais falta um membro, que têm apenas um olho (ou até três, pois é possível apresentar um defeito de integridade também, por excesso). Portanto eram impiedosamente definidos como

feios os erros da natureza, que os artistas tantas vezes retrataram sem nenhuma compaixão [...]. (ECO, 2007, p. 15-16)

E mais adiante acrescenta:

[...] *é feio* aquilo que é repelente, horrendo, asqueroso, desagradável, grotesco, abominável, vomitante, odioso, indecente, imundo, sujo, obsceno, repugnante, assustador, abjeto, monstruoso, horrível, hórrido, horripilante, nojento, terrível, terrificante, tremendo, monstruoso, revoltante, repulsivo, desgostante, aflitivo, nauseabundo, fétido, apavorante, ignóbil, desgracioso, desprezível, pesadio, indecente, deformado, desfigurado (para não falar das formas como o horror pode se manifestar em territórios designados tradicionalmente para o belo, como o legendário, o fantástico, o mágico, o sublime). (ECO, 2007, p. 16-19)

Estas características físicas, somadas à produção alegórica e pantomímica, facilitavam a produção do humor trivial e inconsequente. Encarnavam, no entanto, o caráter regressivo e infantil, para veicular o sofrimento e as injustiças sociais.



Ilustração 03 - Baixo relevo em mármore
com o perfil de Triboulet
de autoria de Francesco Laurana
Museu of Oberlin College

Muitos bobos deixaram gravados seus nomes na História. Triboulet foi um dos mais famosos bobos da Corte francesa de Luís XII e Francisco I. No final do século XI, na Corte de Guimarães, nos tempos do conde Dom Henrique, este título coube a Dom Bibas. Cristobal de Pernia era o bobo mais

afamado no tempo do rei Felipe IV, e Mitton e Thévenin de Saint Leger, foram os favoritos da Corte de Carlos V.²¹ Outro bobo famoso foi Will Somers, bobo de Henrique VIII da Inglaterra, que foi tomado como personagem principal, ao lado do próprio rei, por Margaret George (1994) ao escrever seu romance histórico.

Os monarcas se sentiam também muito honrados e influentes quando eram precedidos, em seus deslocamentos, por vários bobos, parte integrante do fausto das cortes. Na Corte espanhola, o rei Felipe II andava acompanhado por vários bufões. Os pintores António Moro e Diego Rodriguez de Silva y Velázquez também lhes prestaram sua homenagem: Moro pintou Pejerón, truão favorito do conde de Benavente e Velázquez pintou o bufão Calabazas.²²

A importância destes personagens está presente também na literatura, no teatro, na ópera e na poesia universais.

Encontramos em algumas fontes, referências ao bobo da corte, tanto no que diz respeito à sua sabedoria e esperteza, quanto às suas sutilezas e — porque não dizer — à sua melancolia: o riso encobre a dor e a tristeza.

Suas brincadeiras tinham a difícil tarefa de, junto ao espectador ou ao leitor, promover a reflexão sobre a incongruência humana, nossas esquisitices e diabruras mentais.

O texto de Fred Maia, que encontrei em *banner* de feira de rua, expressa bem esta ideia:

Se você
tivesse acreditado
na minha brincadeira
de dizer verdades
teria ouvido
verdades que teimo
em dizer brincando
falei muitas vezes
como o palhaço
mas nunca desacreditei
da seriedade
da plateia que sorria

²¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bobo_da_corte> Acesso em 18 de nov. 2007.

²² <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bobo_da_corte> Acesso em 18 de nov. 2007.

Na primeira parte da novela satírica *Candide* ou *L'Optimisme* escrita por Voltaire (1978, p. XII) em 1758/9²³, o personagem Cacambo é o bobo fiel sempre disposto a acompanhar Cândido em seu combate ao otimismo metafísico. Dentro de uma cena narrativa da sociedade cruel e materialista do século XVIII, Cândido e Cacambo vão em busca do Eldorado, cidade mística, rica em ouro e pedras preciosas, “localizada” na América do Sul. Trocam esta utopia por outro lugar mais real, Cunegundes, antiga Constantinopla e atual Istambul, na Turquia.

O dramaturgo e poeta inglês William Shakespeare também utilizou-se desta figura tão comum, bizarra e de língua afiada, para contracenar com a plateia, tanto nas comédias quanto nas tragédias.

Em *O rei Lear*, o bobo faz o papel profético, ingênuo e especular, de refletir o próprio Rei:

Bobo - Eis uma bela noite para deixar fria uma cortesã. Mas antes de sair quero fazer uma profecia: quando por obras converter a Igreja e água puser o dono na cerveja; quando o nobre for mestre do alfaiate, e a fogueira não mais o herege mate, mas apenas o amante apaixonado; quando só houver processo bem julgado, dívidas não tiver o cavaleiro e a calúnia poupar o mundo inteiro; quando evitar o experto a turbamulta e a arca do avaro não ficar oculta; quando as alcoviteiras eloqüentes construírem templos caros e imponentes: cairá em confusão este reino de Albião. Então verá quem vivo ainda estiver que com os pés andam o homem e a mulher. Esta profecia será feita por Merlin, porque eu vivo antes do tempo dele.²⁴

E em *Timão de Atenas* (SHAKESPEARE, 2004), outra de suas peças, há a presença de um bobo profissional, participando das tramas, escancarando a fatalidade dos conflitos humanos e devolvendo, a cada um da plateia, a miséria humana encenada.

²³ Voltaire adotou, ao escrever esta novela, o pseudônimo de “*Monsieur le docteur Ralph*”, (“Senhor Doutor Ralph”). <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cândido>>. Acesso em 18 de mai. 2007.

²⁴ <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000086.pdf>>. Acesso em 12 de nov. 2007.



Ilustração 04 - Frontispício da partitura de Rigoletto
Google imagens

O corcunda e bobo da corte Rigoletto, deu seu nome ao título da ópera do compositor italiano Giuseppe Verdi, que estreou em Veneza em março de 1851.

Alexandre Herculano²⁵, por exemplo, escreveu o romance histórico “O Bôbo”, no qual narra a saga de Da. Tereza de Leão, condessa de Portugal. O bufão de que trata seu romance chamava-se Dom Bibas.

Apesar de a citação ser bastante longa, optei por transcrever a candente descrição presente no seu livro, porque a considero uma síntese do que corresponderam, ao longo dos séculos, os risos, as alegorias, as chalaças e os chistes protagonizados pelos bobos da corte.

Herculano começa por descrevê-lo nas suas diabólicas traquinagens:

²⁵ Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810-1877) escritor romântico português, foi também historiador, jornalista, e poeta. Responsável pela introdução da narrativa histórica em Portugal, é considerado, com Almeida Garrett, o introdutor do romantismo na literatura portuguesa. O Bôbo (1843) é um romance histórico, com narrativa centrada na história de D. Teresa de Leão, condessa de Portugal, ou Condado de Portucale, filha ilegítima do rei Afonso VI de Leão e Castela e de Ximena Moniz, uma nobre castelhana. Governou o condado como rainha, por direito próprio, reconhecida como tal pelo papa. O romance foi publicado pela revista "O Panorama", de caráter artístico e científico, da qual Herculano, durante sete anos, foi diretor. A primeira edição em volume data de 1878. Porém em 1846, foi publicada no Rio de Janeiro uma edição, sem autorização do autor. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Herculano>. Acesso em 18 de nov. 2007.

O bôbo, que habitava nos paços dos reis e dos barões, desempenhava um terrível ministério. Era ao mesmo tempo juiz e algoz; mas julgando, sem processo, no seu fóro íntimo, e pregando, não o corpo, mas o espírito do criminoso no potro material do vilipêndio.

E êle ria: ria contínuo! Era rir diabólico o do bôbo: porque nunca deixava de ir pulsar dolorosamente as fibras de algum coração. Os seus ditos satíricos, ao passo que suscitavam a hilaridade dos cortesãos, faziam sempre uma vítima. Como o ciclope da Odisséia, na sala de armas ou do banquete; nos balcões da praça do tavolado, ou das tauomaquias; pela noite brilhante e ardente dos saraus, e até junto dos altares, ao reboar o templo com as harmonias dos cânticos e salmos, com as vibrações dos sons do órgão, no meio da atmosfera engrossada pelos rolos do fumo alvacento do incenso; em toda a parte e a todas as horas, o bufão tomava ao acaso o temor que infundia o príncipe, o barão ou o ilustre cavaleiro, e o respeito que se devia a dona veneranda ou a dama formosa, e tocando-os com a ponta da sua palhêta, ou fazendo-os voltear nos tintinábulo do seu adufe, convertia esse temor e respeito numa coisa truanesca e ridícula. Depois, envolvendo o caráter da nobre e grave personagem, atassalhado e cuspidado, num epigrama sangrento ou numa alusão insolente, atirava-o aos pés da turba dos cortesãos. No meio, porém, das risadas estrepitosas ou do rir abafado, lançando de passagem um olhar brilhante e vago ao gesto confrangido e pálido da vítima, e, como o tigre, recrudescendo com o cheiro da carniça, o bôbo cravava de salto as garras naquele a quem ódio profundo ou inveja solapada fazia saborear com mais estranhável deleite a vergonha e abatimento do seu inimigo. Então a palidez deste pouco a pouco deslizava num sorriso, e ia tingir as faces do cortesão que, havia instantes, se recreava folgado na vingança satisfeita. Se era em banquete ou sarau, onde o fumo do vinho e a ebriedade que nasce do contacto de muitos homens juntos, das danças, do perpassar das mulheres voluptuosamente adornadas, do cheiro das flores, da torrente de luz que em milhões de raios aquece o ambiente, a loucura fictícia do truão parecia dilatar-se, agitar-se, converter-se num turbilhão infernal. Os motejos e as insolências volteavam sobre as cabeças com incrível rapidez: as mãos que iam unir-se para aprovar estrondosamente o fel da injúria vertido sobre uma fronte odiada ficavam muitas vezes imóveis, contraídas, convulsas, porque entre elas tinha passado a seta de um epigrama azeirado, e havia batido no coração ou na consciência de quem imaginava só aplaudir a alheia angústia. E por cima daquele estrépito de palmas, de gritos, de rugidos de indignação, de gargalhadas, que gelavam freqüentemente nos lábios dos que as iam soltar, ouvia-se uma voz esganiçada que bradava e ria, um tinir argentino de guizos, um som baço de adufe; viam-se brilhar dois olhos reluzentes e desvairados num rosto disforme, onde se pintava o escárnio, o desprezo, a cólera, o desfaçamento, confundidos e indistintos. Era o bôbo que nesse momento imperava despótico, tirânico, inexorável, convertendo por horas a frágil palhêta em cetro de ferro, e erguendo-se altivo sobre a sua miserável existência como sobre um trono de rei – mais porventura que trono; porque nesses momentos ele podia dizer: “os reis também são meus servos!”. (HERCULANO, 1967, p. 26-27)

Na sequência de seu texto, nos leva à intimidade miserável, triste, melancólica e solitária, do truão:

Tal era o aspecto grandioso e poético daquela entidade social exclusivamente própria da Idade Média, padrão levantado à memória da liberdade e igualdade, e às tradições da civilização antiga, no meio dos séculos da hierarquia e da gradação infinita entre homens e homens. Quando, porém, chamamos miserável à existência do truão, a esta existência que descreveramos tão folgada e risonha, tão cheia de orgulho, de esplendor, de predomínio, era que nesse instante ela nos aparecera sob outro aspecto, contrário ao primeiro, e todavia não menos real. Passadas estas horas de convivência ou de deleite, que eram como uns oásis na vida triste, dura, trabalhosa e arriscada da Meia Idade, o bôbo perdia o seu valor momentâneo, e voltava à obscuridade, não à obscuridade de um homem, mas à de um animal doméstico. Então os desprezos, as ignomínias, os maus tratos daqueles que em público haviam sido alvo dos ditos agudos do chocarreiro, caíam sobre a sua cabeça humilhada cerrados como granizo, sem piedade, sem resistência, sem limite: era um rei desentronizado; era o tipo e o resumo das mais profundas misérias humanas. Se naqueles olhos então assomassem lágrimas, essas lágrimas seriam ridículas, e cumpria-lhe tragá-las em silêncio: se um gemido se lhe alevantasse da alma, fôra necessário recalzá-lo; porque lhe responderia uma risada: se a vergonha lhe tingisse as faces, deveria esconder o rosto; porque essa vermelhidão seria bafejada pelo hálito de um dito de torpeza: se uma grande cólera lhe carregasse o gesto, tornar-lhe-iam como remédio um insolente escárnio. Assim no largo tirocínio de um dificultoso mister, o seu primeiro e capital estudo era varrer da alma todos os afetos, todos os sentimentos nobres, todos os vestígios da dignidade moral; esquecer-se de que havia no mundo justiça, pudor, brio, virtude; esquecer-se de que o primeiro homem entrara no Paraíso animado pelo sopro do Senhor, para só se lembrar que saíra dele, já preciso, por uma inspiração de Satanás. (HERCULANO, 1967, p. 27-28)

A grande nova arte do século XX, o cinema, também prestou seu tributo aos bobos: é o caso do clássico de Jean Delannoy, O corcunda de Notre Dame, baseado na novela homônima de Victor Hugo, com o inesquecível desempenho de Anthony Quinn no papel de Quasímodo. Também Federico Fellini, com Casanova, e Jean-Daniel Verhaeghe, com La Controverse de Valladolid, entre outros, deram expressão dramática à figura dos bobos



Cena de filme 01 - Bobos no plenário do debate teológico entre Gines de Sepúlveda e Bartholomé de Las Casas, em 1550, em Valladolid.

Do filme La Controverse de Valladolid, de Jean-Daniel Verhaeghe (1992)



Cena de filme 02 - Os bobos e a corte.
Do filme Casanova, de Federico Fellini (1976)

em suas películas.

Com este apanhado a respeito do lugar ambivalente dos bobos nas cortes europeias, procurei explicitar a face pouco considerada da exclusão, dissimulada sob a roupagem do riso, da astúcia, do cinismo, das regalias e privilégios, embebida nos meandros dos minuetos dos salões e das relações de dominação e poder.



Anthony Quinn junto às gárgulas da catedral, no papel de Quasímodo.
Do filme O Corcunda de Notre Dame, de Jean Delannoy (1957)

2.2. Os bobos brasileiros cantados em prosa e verso

A tradição dos bobos da corte já estava esmaecida quando da chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808. No entanto, as reminiscências cortesãs se incorporaram à nossa cultura e ao imaginário popular desde os primórdios da colonização.

Embora distantes, os reis de Portugal exerceram seu domínio e selaram o destino de muitos dos colonizadores que aqui adentraram. Instituíram uma vasta rede para dar conta da administração dos negócios da coroa: doaram capitâneas a donatários de sua escolha, nomearam governadores, estabeleceram vice-reinados e para cá enviaram homens de sua confiança para cuidar dos problemas da colônia. A cultura portuguesa embrenhou-se em nossas terras e em nossas mentes.

Veloso e Madeira (1999, p. 52) corroboram esta ideia quando afirmam que “o Brasil constituiu-se como sociedade em um quadro colonial, o que deixou, sem dúvida, marcas indeléveis no imaginário da cultura, no pensamento e nas práticas sociais.”

Na própria medida do lento processo através do qual a língua portuguesa se tornou hegemônica, sobrepujando a língua geral predominante até meados do século XVIII, seus vocábulos foram sendo assimilados por nossa gente e, por essa via, também o imaginário por eles conotados.

Fábio Lucas ressalta a indelével relação entre o processo de hegemonização da língua portuguesa e a constituição da identidade brasileira:

Ora, o percurso dessa identidade [brasileira] representa duas etapas: a primeira, inserida na hegemonia da contribuição européia, evidente na própria adoção da língua portuguesa; a segunda, na lenta e controvertida incorporação do índio e do negro ao caldo cultural de que resultou a brasilidade. (LUCAS, 2002, p. 28)

Por isso, não é de surpreender que a tradição dos bobos do Rei também arribasse às nossas terras, embora não se tenha notícia da presença entre nós de nenhum deles.

Os vocábulos — bobo, boba — foram incorporadas ao nosso linguajar com o sentido de tolo, sem importância, insignificante, à-toa, palermo, ridículo, descuidado, ignorante, desastrado, errado, mal caído, idiota, aparvalhado, demente, deficiente, asno, inconveniente, entre outras mais. (FERREIRA, 1999, p. 309-310). Há também o sentido carinhoso, familiar, atribuído aos diminutivos — bobinho, bobinha.

Assim, expressões comuns do cotidiano como “chuvinha de molhar bobo”, “ah, isso é conversa de bobo”, “não pode bobear”, “deixa de ser bobo, menino!”, “vai ser bobo lá adiante!”, “peguei o bobo na casca do ovo!”, “bobeou, dançou!”, “bobo olhou, bobo olhou!” — ganham sentidos inimagináveis e nos remetem à universalidade do tema.

Apesar da longa distância da travessia da hinterlândia e do oceano que os separavam dos bobos do Rei, os “bobos da Cidade de Goiás” foram assimilados nestas reminiscências. Guardam traços que nos remetem a eles: suas vestes, suas pantomimas, seu modo de entreter as pessoas e o riso que provocam, são alguns deles. Lembranças de um passado, reeditadas sob os contornos da Serra Dourada.

Houve, também, entre nossos artistas, quem colocasse sua sensibilidade para expressá-los.

Os poetas da Cidade de Goiás, especialmente, se enterneceram com as experiências interiores que guardaram dos “bobos”. Cada qual, referindo-se a um “bobo” partícipe de sua história pessoal, valendo-se de um vocabulário singelo, imortaliza em seus poemas o retrato vivo destes personagens.

Maria Grampinho, recebeu louvores de Cora Coralina (1987). Maria da Purificação era seu nome e virou grife na cidade. Dormia no porão da casa da

Coisas de Goiás – Maria

Maria das muitas que rolam pelo mundo
 Maria pobre não tem casa nem morada
 Vive como quer
 Tem seus mundos
 E suas vaidades
 Suas trouxas e seus botões, seus haveres, trouxa de pano na cabeça
 Pedações, sobras, retalhada, centenas de botões, desusados,
 Coloridos, madre-pérola, louça, vidro, plásticos, variados
 Pregados em tiras pendentes, enfeitando o mostuário
 Tem mais uns caídos, bambinelas,
 Enfeites, argolas, coisas dela,
 Seus figurinos, figurações, arte-decorativa
 Criações inventos de Maria
 Maria Grampinho, diz a gente da cidade
 Maria sete saias diz a gente impiedosa da cidade.

poetisa, ao lado de sua trouxa cheia de roupas, próxima a uma bica d'água. Foi companheira por várias décadas de Cora Coralina.

O poeta vila-boense Marcos Caiado²⁶ preiteia sua Joana Boba.

Joana Boba

joana boba,
 joana boa,
 joana sempre badulaqueira...

joana guarda de tudo:
 braço de boneca quebrada,
 maço de cigarro vazio,

brinco de um pé só
 e anel de pedra nenhuma:
 coisas sem sentido!

guarda papel de bombom dourado,
 por qual de nós comido?

eita joana boba!
 eita joana louca!

- terá meu coração
 aprendido contigo?

²⁶ CAIADO, M. Joana Boba. <<http://www.marcosciado.blogspot.com.br>> Acesso em 07 de jun. 2008.

A casa

Era uma casa muito engraçada
 Não tinha teto, não tinha nada
 Ninguém podia entrar nela não
 Porque na casa não tinha chão.
 Ninguém podia dormir na rede
 Porque na casa não tinha parede
 Ninguém podia fazer pipi
 Porque pinico não tinha ali.
 Mas era feita com muito esmero
 Na rua dos “bobos”, número zero.

Os compositores Marcus Vinitius da Cruz e Mello Moraes, o nosso Vinícius de Moraes e Antonio Pecci Filho, mais conhecido como Toquinho, assim cantaram os “bobos”.²⁷

Há também a referência que a trovinha popular (VALDEZ, 2002, p. 44) faz ao bócio, muito comum entre eles.

Chuva choveu,
 goteira pingou.
 Pergunta ao papudo
 se o papo molhou.

Anita Catarina Malfatti, que nasceu com atrofia muscular no braço direito, realizou, em 1915-1916, um de seus mais radicais trabalhos: A Boba.

Omar Khouri (2002, p. 6-12) assinala que se trata de uma pintura de cores fortes, com áreas-cor que se sustentam sem desenho e deixam ver a textura da tela de suporte.

Comenta ainda que, no mais importante período de sua expressividade artística, Malfatti causa impacto: cria uma figura de “assimetria gritante” e lhe dá o nome de A Boba.

²⁷ MORAES, V. e TOQUINHO. A Casa. <<http://www.viniciusdemoraes.com.br/poesia/index.php>>. Acesso em 07 de jun. 2008.

Complementa: “[...] ao desviarmos o olhar e atentarmos, também, para o título da pintura: A BOBA: ABOBA - perfeita simetria - uma metade espe-
lhando a outra”.

O palíndromo do título A BOBA contrasta com a assimetria pictórica do quadro, reproduzindo o impacto surdo-mudo — um solavanco na expressão de Khouri — que os “bobos” provocam.



Ilustração 05 - Anita Malfatti:
Estudo a carvão para o quadro
A Boba. 1915-1916
Acervo do MAB-FAAP



Ilustração 06 - Anita Malfatti:
A Boba, 1915/16
Óleo s/ tela - 61 x 50,6 cm
Doação MAMSP

Para encerrar este capítulo, quero ressaltar mais uma vez o fio sutil de reminiscências a que nos remetem as conotações da palavra bobo.

É seguindo o seu percurso que podemos reconhecer a presença na Cidade de Goiás, com seus “bobos”, de traços de universalidade que, lá, vão adquirir fisionomia própria.

3 - REMINISCÊNCIAS DOS ENJEITADOS, EXPOSTOS, ABANDONADOS E BASTARDOS NA HISTÓRIA

3.1. Enjeitados, expostos, abandonados e bastardos na história

O segundo tema que me proponho tratar é o da larga história — tão antiga quanto a da própria humanidade — da rejeição e recusa de filhos, abandono de crianças e, em última análise, do infanticídio.

Abordo esta questão por constatar que, em sua grande maioria, os “bobos da Cidade de Goiás” compartilham históricos de vida nos quais o enjeitamento é sinal de origem, marca de nascença. No fundo do tacho, há reminiscências — presenças desses conteúdos — atravessando seu papel na comunidade. Por isso, o conjunto de rastros históricos que este tema comporta merece ser considerado.

Na antiguidade, os pais possuíam a liberdade e o poder absoluto sobre o destino dos filhos. A eles cabia a decisão de matar, vender, abandonar, ou de criá-los. Os costumes e as leis respaldavam tais atitudes. Os reis, também, frequentemente ordenavam infanticídios.

Um breve olhar sobre a história e a tradição literária nos mostra exemplos de infanticídio e de tentativas de afogamento e abandono em lugares distantes.

O patriarca Abraão, segundo o Gênesis, teve seu braço seguro pelo anjo quando, no alto do monte Moriá, estava a ponto de sacrificar seu filho, Isaac, para provar sua fé; de acordo com o livro do Êxodo, Moisés, o líder do povo hebreu, foi, quando criança, encontrado numa cesta que flutuava às margens do rio Nilo; Rômulo e Remo, os gêmeos fundadores de Roma, no

relato de Tito Lívio, foram jogados no rio Tibre e, segundo a lenda, amamentados por uma loba; Édipo, nos conta Sófocles, abandonado por seu pai, Laio, foi encontrado por Tirésias, no monte Citerão. Na tradição bíblica, é o próprio Deus que ordena a execução da décima praga, eliminando todos os primogênitos egípcios, fossem eles homens ou animais, adultos ou crianças, como forma de dobrar a vontade do Faraó para permitir o êxodo dos judeus escravizados. Já a tradição evangélica, no relato de Mateus, registra a Matança dos Inocentes — crianças com idade inferior a dois anos —, ordenada pelo rei Herodes, para eliminar um seu potencial usurpador.

As leis de Sólon em Atenas e do lendário Licurgo de Esparta, na Grécia Antiga, permitiam a eliminação “dos filhos de ninguém”²⁸. O próprio filósofo Platão não admitia que os filhos ilegítimos participassem de sua República. Já as leis hebraicas, autorizavam os pais a vendê-los ou abandoná-los.

Os “filhos de ninguém”, mais do que uma expressão ou figura de linguagem, concretizavam uma realidade cruel e dramática.

É bem verdade que, ao par dessa insensibilidade, havia movimentos de misericórdia e tentativa de proteção aos enjeitados, além da reprovação ao abandono.

Em Atenas, órfãos e abandonados eram abrigados no “*Kinesargos*”, templo dedicado a Hércules, e, em Tebas, o abandono era considerado crime e os pais punidos com a morte. Durante o Império Romano, o imperador Trajano criou abrigo para crianças expostas e órfãos abandonados. Após a queda do Império, as iniciativas desse gênero sofreram um recuo, sendo os filhos naturais e muitos ilegítimos, preferencialmente, entregues à morte por sufocamento, afogamento, ou pelo frio e fome.

²⁸ VISSER, A.
<http://www.officinae.net/eclettica/?module=displaystory&edition_id=28&story_id=1398&format=html>.
Acesso em 18 de nov. 2007.

Consolidado o cristianismo, começaram a surgir, junto às Igrejas, orfanatos que acolhiam crianças deixadas por mães desconhecidas durante a noite, aos pés de seus gradis.

Com o tempo, para que estas crianças não morressem em consequência das intempéries durante a sua longa exposição noturna, foram colocadas, junto às colunatas das Igrejas, conchas de madeira ou de mármore recheadas com flocos de lã ou almofadas, antecessoras das Rodas dos Expostos, a respeito das quais tratarei no tópico seguinte.

Apesar de não existirem estatísticas precisas, o número de enjeitados era significativo. Consta que o Bispo Dateo, de Milão, na segunda metade do século VIII, recolheu, ele mesmo, 150 expostos e fundou para eles uma creche, considerada a primeira da Europa depois do advento do cristianismo. No século IX, outro arcebispo, de nome Ansperto, teria fundado um recolhedor similar em Cremona.

Estas duas instituições não prosperaram.



Foto 15 - Casa da Roda dos Expostos
na Freguesia de Caria, em Belmonte, Portugal
Google imagens

3.2. Primórdios das Rodas dos Expostos

No início do século XII por iniciativa do Papa Inocêncio III foi criado no *Spedale di Santo Spirito* a primeira obra duradoura de assistência aos enjeitados. Conta a tradição que este Papa tomou tal decisão após a visita de alguns pescadores do rio Tibre, que lhe mostraram suas redes cheias de braços e cabeças de crianças. Foi o nascimento da primeira Roda dos Expostos propriamente dita. (VALDEZ, 2004, p. 112)

A partir daí, no século XIV e início do XV difundiram-se tais práticas na República de Veneza e também em Florença, onde foi fundado o *Ospedale degli Innocenti*.

Nos séculos seguintes, o número de encontrados aumentou significativamente pela multiplicação de Rodas, ao mesmo tempo em que as contribuições da sociedade diminuía. Eram acolhidos em pequenos espaços, escassamente nutridos e privados de cuidados. A letalidade, entre eles, era bastante alta.

Com São Vicente de Paulo, os “pobres anônimos” gozaram de um período de tranquilidade e relativo bem-estar. Os franceses se apiedaram de maneira amorosa e solícita, com a criação das obras pias por toda a França e, posteriormente, em outros países.

A Revolução Francesa ratificou os princípios e a assistência caridosa aos “filhos de São Vicente de Paulo”.

Com um decreto de 1793 a Convenção implanta a Roda em todas as comunidades da França e os expostos deixam de ser chamados de “filhos encontrados” e são denominados de “filhos da pátria”.

Houve um salto no número de crianças recebidas por esta via: de 63.000 para 129.000. Os filhos legítimos também foram deixados nas Rodas e passa-

ram a representar, segundo os diversos departamentos, entre 1/3 a 2/3 da cifra total de expostos.

Esta liberdade de se dispor dos filhos não foi seguida pela maior parte das outras nações, todas com uma natalidade ilegítima maior do que a italiana, como a Alemanha, o Império Austro-Húngaro, a Inglaterra, Escócia, Irlanda, Bélgica, Suécia, Noruega e Estados Unidos.

Na Suíça e nos Países Baixos, o abandono dos filhos era punido com prisão. Neles, o pai era obrigado a sustentar seu filho até a idade de 12 ou 15 anos. Se o pai não fosse conhecido, esta responsabilidade cabia à mãe e, só na sua comprovada impossibilidade econômica, era possível apelar para a assistência pública, quando eram entregues aos orfanatos ou aos cuidados de pessoas particulares sem qualquer discriminação entre encontrados e ilegítimos.

O iluminismo e o regime napoleônico introduziram inovações no atendimento à infância, dando-lhe um arcabouço institucional e administrativo mais estruturado, embora isso não resultasse em melhora efetiva na assistência, do ponto de vista das crianças abandonadas.

No fim do século XIX, em Londres, havia somente uma instituição deste gênero: *Foundling asylum* que acolhia 520 lactentes por ano sob solicitação formal de mães de boa conduta. No Império Austro-Húngaro existiam dois asilos, um em Viena e o outro em Praga, nos quais, depois dos dez anos, os internos eram devolvidos aos pais ou, na sua falta, à Província de origem. Na Rússia, os orfanatos de São Petersburgo e Moscou recebiam de seis a dez mil lactantes ilegítimos por ano.



Foto 16 - Foundling asylum em Londres, no fim do século XIX
Google imagens

A Itália, Espanha, Grécia e diversos países da América meridional eram os únicos entre os países civilizados onde vigorava a proibição da pesquisa da paternidade.

3.3. A Roda dos Expostos e os deixados nas soleiras

Como vimos, desde a antiguidade, é um tema recorrente o abandono de crianças recém-nascidas ou mesmo em uma idade mais avançada.

Os motivos do abandono eram variados.

Eram enjeitadas as crianças que, nascidas em famílias ricas e pobres, possuíam alguma deformidade física ou deficiência psíquica. Em alguns casos, a criança era abandonada por não ser do sexo desejado pelos pais. Tinham o mesmo destino os filhos bastardos, gerados em relações adúlteras ou de concubinato e os suspeitos, por parte dos maridos, de infidelidade das esposas. A vergonha e os conflitos de interesse, nesses casos, eram as razões prevalentes do abandono, principalmente em situações em que um filho ilegítimo punha em risco a hereditariedade de famílias nobres. A maior parte dos abandonos, no entanto, provinha de famílias que se encontravam em condições de desamparo e impossibilidade de sustentá-los. Havia mães escravas que abandonavam seus bebês para evitar que fossem escravizados. Os filhos sadios de pais leprosos também eram separados de seus pais.

Os métodos de abandono também variavam.

As crianças eram abandonadas pelas ruas, praças, estradas, nos mercados, nas pontes, sob marquises e nas igrejas, com a intenção de que pudessem ser rapidamente encontradas. Em outros casos, eram deixadas nos campos, correndo o risco de não serem resgatadas, de morrerem por falta de alimento e água, pelo calor e pelo frio, ou de serem devoradas por animais selvagens. Em situações como essas, a morte era quase inevitável.

As mães, em todos esses casos, procuravam se proteger pelo anonimato. Por isso, a escolha preferencial pelas primeiras horas do alvorecer, ou também em meio ao populacho que acorria às festas, quando deixavam as crianças em lugares discretos que permitiam sua descoberta.



Foto 17 - Roda dos Expostos, em Loulé, Portugal, do ano de 1703
Google imagens

A Roda dos Expostos²⁹ surgiu deste contexto. Consistia de um aparato circular, uma caixa cilíndrica giratória, feita em geral de madeira, contendo uma divisão interna, com abertura em um só lado.

Tratava-se de um recurso destinado a proteger o anonimato da mãe, oferecendo melhor cuidado à criança.

De origem medieval, a Roda dos Expostos é, na verdade, uma derivação de um costume de reclusão conventual adotado desde os primórdios pela Igreja Católica europeia. A finalidade deste recinto fechado era isolar os religiosos de qualquer contato com a externalidade, mantendo-os enclausurados para o aperfeiçoamento espiritual. Assim, os alimentos, correspondências, livros, vestuários, ou qualquer outro objeto eram colocados num recipiente redondo e girados, até que a face externa atingisse o lado interno da clausura.

²⁹ *Ex-pono* do latim possui a acepção de: Pôr fora; expulsar: afastar; expor (uma criança), abandonar, *in* (TORRINHA, 1942, p. 314).

Seguindo a mesma concepção, as Rodas dos Expostos eram fixadas em uma abertura junto ao muro ou mesmo em uma janela de catedrais, educandários, mosteiros ou instituições de caridade, como as Santas Casas de Misericórdia.

Os enjeitados eram depositados em seu interior, rodando-se o aparato para que atingissem a parte interna do edifício. Ao lado, havia uma sineta que, tocada, avisava os rodeiros da chegada dos bebês, permitindo recolhê-los para os primeiros cuidados.

O doador, como vemos, mantinha-se no anonimato.

Em uma época na qual predominava o analfabetismo, era comum algumas crianças chegarem acompanhadas de sinais de identificação. Portavam pedaços de ossos, de prata, de ouro, e até bilhetes de cunho afetivo, contendo explicações ternas sobre os motivos do abandono, esclarecimentos sobre o batismo, sugestões de nomes, e indicação do dia, data e hora em que nasceram. Também junto a elas encontravam-se medalhas partidas, santinhos, *agnus dei*, ou outros objetos que poderiam servir de identificação para uma improvável recuperação posterior do filho. Eram sinais da tentativa ansiosa de comunicação da parte de quem abandonava a criança, num momento dramático de ruptura da ligação com o bebê.

A passagem pela Roda se constituía em um verdadeiro ritual de despedida e o sinal portado pelo enjeitado representava uma ligação com sua origem, fosse ela a mãe ou a família. Havia também os casos em que as crianças não traziam qualquer sinal de identificação, assinalando uma decisão de abandono definitivo.

O giro da Roda, para o enjeitado, no contexto deste ritual, representava sua inclusão num novo grupo, a “família” asilar.

Em muitos casos as crianças recebiam cordões pendurados em seus pescoços com o número de sua matrícula, ou eram marcadas, às vezes a ferro e outras por meio de tatuagens, com o símbolo da instituição que as acolheu.

Quando a criança chegava até à Roda, era imediatamente aberta uma página em um livro de anotações, para registro das primeiras informações relativas a ela. Lançavam-se as condições em que a criança havia chegado e seu estado de saúde, transcreviam-se os dados encontrados nos bilhetes e outros sinais de diferenciação, descreviam-se as roupas que usava no dia em que foi encontrada. Em seguida era batizada, recebendo o nome do santo do dia. Na Itália, era comum receberem o sobrenome "*Sposito*"³⁰. Nesse livro, algumas de suas páginas ficavam reservadas para posteriores registros de acontecimentos relativos à criança.

Nem sempre as instituições nas quais as Rodas estavam instaladas possuíam condição asilar³¹. Algumas tinham precárias instalações.

O cuidado dos expostos inaugurou a instituição das amas de leite, responsáveis substitutas pela sua nutrição e, conseqüentemente, pela sua sobrevivência.

Algumas instituições asilares com melhores recursos possuíam um grupo de amas de leite internas, que amamentavam as crianças até que fossem encaminhadas, o mais rápido possível, a outra mulher, com condições de lactação, fora da instituição.

As amas de leite externas correspondiam a um perfil de mulheres capazes de aleitamento, idôneas, sadias, muito pobres e, na maioria das vezes, rudes e severas com as crianças. Recebiam auxílio monetário para cuidarem dos expostos até por volta dos três a sete anos de vida. Após esta idade, eram

³⁰ Em português, Exposto.

³¹ MARCILIO, M. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. In FREITAS (1997).

estimuladas a permanecer com a criança até os doze anos, quando ficavam liberadas para explorar seu trabalho, em troca de casa e comida.

Em alguns casos, a própria mãe, sem explicitar tal condição, se oferecia como ama de leite externa, uma maneira de conseguir, ao mesmo tempo, proventos para o sustento e a permanência junto ao filho.

Embora sofressem muitas variações, havia regras que deveriam ser observadas pelas amas de leite durante o período de proteção e cuidados aos expostos, que incluíam o tipo de supervisão que a instituição exercia, a forma de compensação pelos serviços, assim como o destino que aguardava a criança quando de seu retorno ao asilo.

A falta de recursos, supridos na maior parte pela caridade de particulares, era a causa principal da precariedade dos asilos. As amas de leite eram substituídas com frequência, fazendo com que a criança passasse de uma a outra sem qualquer constância. Além disso, não havia condições adequadas de higiene. O resultado era alta letalidade no primeiro ano de vida.

As condições de sobrevivência das crianças expostas eram mínimas. A maioria não ultrapassava o primeiro mês de existência e os que atingiam a segunda infância enfrentavam novos desafios, sendo obrigados a superar barreiras e obstáculos quase intransponíveis.

Alguns tinham a sorte de permanecerem vinculados às famílias que os haviam acolhido. Os demais, retornavam aos asilos, e aí, a questão de gênero assumia uma importância fundamental.

Os meninos eram encaminhados para a aprendizagem de um ofício que lhes permitia a inserção na vida social como adultos.

Já as meninas eram treinadas em serviços domésticos e dependiam de modo crucial da aceitação por uma família à qual viessem servir e que lhes propiciassem um pequeno dote, indispensável para um improvável casamento. Grande parte delas não conseguia realizar este intento, o que as condenava

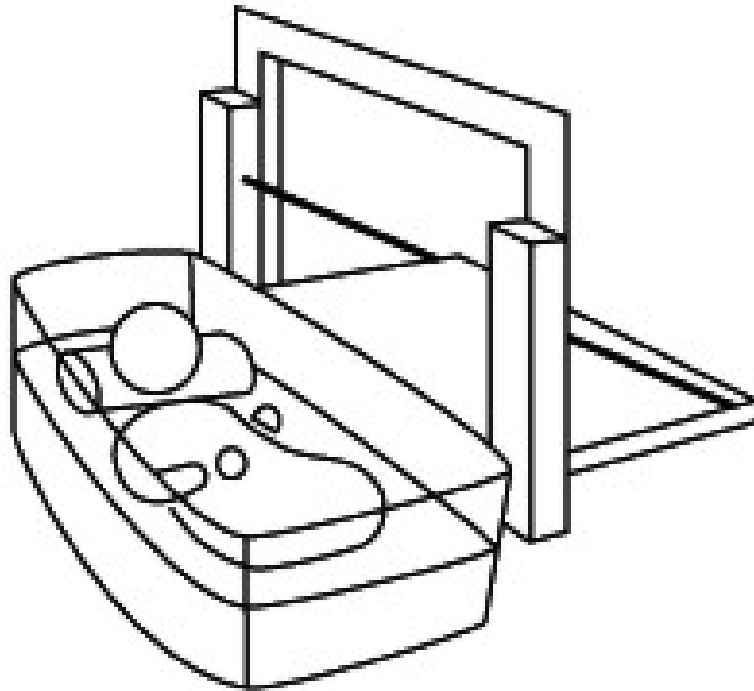


Ilustração 07 – Desenho esquemático da Roda dos Expostos contemporânea do Hospital Católico *Jikei de Kumamoto*, Japão
Google Imagens

a permanecer na instituição até o fim de suas vidas. Neste caso, a roda emperava seu giro, aprisionando-as.

Extinta na primeira metade do século XX, a Roda dos Expostos retorna no século XXI na esteira de movimentos religiosos contra o aborto, com ares tecnológicos mais contemporâneos.

Na Alemanha a Roda dos Expostos foi reativada desde 1996. Conhecida como *Babyklappe* tem a finalidade de impedir a prática do aborto e o abandono.

Em maio de 2007 foi inaugurada a primeira "caixa para bebês" no hospital católico japonês *Jikei de Kumamoto*, similar ao modelo alemão. Seguindo o estilo da antiga Roda dos Expostos, possui recursos tecnológicos modernos: ao se abrir a porta para a entrega do bebê, um sistema eletrônico é acionado, ativando simultaneamente uma câmera em seu interior e um alarme instalado na sala em que se encontra a equipe médica.

Na Itália, o "Movimento *Per la Vita*" quer implantar, em cada Província

do país, uma *“Culla per la Vita”*³², versão contemporânea da Roda, também dotada de sensores modernos para avisar da chegada dos bebês. Este movimento vem lutando pela instalação destes dispositivos em hospitais, igrejas, conventos, procurando integrar os serviços de resgate com atendimento pediátrico especializado.

3.4. A Roda dos Expostos no Brasil

A Roda dos Expostos também existiu no Brasil. O acolhimento de órfãos mediante seu uso ocorreu a partir do século XVIII.

Além da Igreja, coube às Santas Casas de Misericórdia o monopólio da assistência à infância abandonada, para o que recebiam dotações dos respectivos governos municipais e doações da comunidade.



Foto 18 - A Rua da Misericórdia, no Rio de Janeiro, no século XIX
Google imagens

³² “Berço para a Vida”, em tradução literal.



Foto 19 - Roda dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia do Rio que se encontra, hoje, no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Google imagens

Este conceito de criar Rodas para proteger as crianças do abandono foi implantado pelo governo imperial, para atender à demanda cada vez maior dos “filhos de má sorte” (VALDEZ, 2004, p. 123).

A primeira Roda dos Expostos brasileira foi instalada na cidade de Salvador em 1726, seguindo-se a do Rio de Janeiro em 1738, de Recife em 1789, de São Paulo em 1824, de Cuiabá em 1833, de Porto Alegre em 1837 e também em outras cidades do interior das Províncias. Sobreviveram por mais de duzentos anos, sendo desativadas em meados do século XX.

No Rio de Janeiro, a Roda dos Expostos mais conhecida foi a do Edu-

candário Romão Duarte³³ — ligado à Santa Casa de Misericórdia —, até hoje uma instituição voltada para o abrigo de menores abandonados. Também chamado de a Casa da Roda, este Educandário possui em seus arquivos, registros de crianças que foram acolhidas na Roda dos Enjeitados, desde 1857 até a última, em 1930, quando o educandário extinguiu sua Roda.

Permaneceu vinculado à Santa Casa de Misericórdia até 1821, quando foi transferido para a rua que recebeu o nome de Misericórdia, nº 17. Posteriormente, foi localizado em diversos outros endereços.

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, as Rodas receberam também os filhos de escravos, declarados livres. Diogo Antônio Feijó, o regente Padre Feijó, foi um dos que foram recolhidos pela Roda dos Expostos da Santa Casa, em São Paulo.

O funcionamento das Rodas no Brasil guardava pouquíssimas diferenças em relação ao das Rodas dos Expostos criadas na Europa.

Basicamente, nossas crianças também eram deixadas nas Rodas, anonimamente, durante a madrugada e, após serem recolhidas, recebiam os primeiros atendimentos. Seus principais sinais exteriores de identificação eram registrados em livro, recebiam o sacramento do batismo, um nome — em geral o do santo do dia —, sendo entregues, em seguida, às amas de leite externas para serem criadas até à idade aproximada de sete anos.

O índice de letalidade era alto, sendo raras as crianças que sobreviviam ao primeiro ano de vida.

As amas eram estimuladas a ficar com os sobreviventes até mais ou menos doze anos, idade em que começavam a enfrentar outra *via crucis*: ou permaneciam com a família das amas, agora considerada sua própria família,

³³ O Educandário Romão Duarte, ligado à Santa Casa de Misericórdia, foi fundado em 14 de janeiro de 1738 pelo comerciante Romão Duarte.

podendo trabalhar em troca de casa e comida, ou, em caso de desistência ou morte das amas de leite, “os filhos de ninguém” retornavam à instituição que os acolheu. Em casos como esses, havia a tentativa de recolocá-los em outras famílias que se dispusessem a cuidar deles até à idade de sete anos.

As crianças com doenças crônicas, com problemas disciplinares, ou que tivessem atingido a idade considerada limite pelo acordo estabelecido com as amas de leite, eram devolvidas às instituições.

Atingida a idade de doze anos, os meninos eram encaminhados para aprender ofícios que os tornassem, logo que possível, independentes. Às meninas se ensinavam serviços domésticos, para trabalharem em casas de família.

Um destino muito comum para os meninos era o de serem incorporados às Companhias de Aprendizes de Marinheiros ou de Aprendizes do Arsenal da Guerra. Um outro grande contingente de crianças ficava perambulando pelas ruas e atendidos pela população sem nenhuma responsabilidade formal.

Foi também durante este século XIX, que a medicina social ganhou maior poder político e respaldo social. A Roda dos Expostos começou a receber intensas críticas, seja por parte dos higienistas, seja de outros segmentos da sociedade.

A principal delas recaiu sobre o índice de óbitos existentes, pois os recursos destinados aos hospitais e às Santas Casas de Misericórdia, para esta finalidade, eram muito exíguos, além das doenças que as crianças contraíam nas próprias instituições, ou de que já eram portadoras ao chegarem. A outra crítica era quanto ao comportamento das amas de leite para com os expostos que, para estes críticos, era abusivo e fugia ao controle de uma regulamentação mais rigorosa (VALDEZ, 2004, p. 114).

Não custa lembrar que, nesse período, os atendimentos hospitalares estavam vinculados aos movimentos caritativos de um reduzido grupo. Os órgãos públicos, apesar de serem destinados a tal atenção, já, nesta época, não se obrigavam a cumprir suas responsabilidades.

Inicia-se então um processo em que a filantropia e o assistencialismo passam a ser os eixos de orientações pedagógicas para tornarem essas crianças úteis à sociedade. Através de mecanismos disciplinares e princípios caritativos cristãos, procuravam desenvolver “antídotos” para a “desordem social” através de condutas profiláticas de prevenção.

Abordar o tema dos enjeitados, dos filhos indesejados, do abandono, recolhimento e adoção, é percorrer, ainda que do ângulo que nos propusemos investigar, uma problemática universal que acompanha a existência de todo ser humano.

As questões humanas fundamentais atravessam a história, assumindo formas correspondentes à época em que são vividas.

A Cidade de Goiás inventou uma forma diferente de atender aos seus enjeitados através de um mecanismo *sui generis* de “adoção”. No capítulo 5³⁴, examino esta maneira particular de a sociedade vila-boense tratar seus enjeitados e construir o papel social de seus “bobos”.

É da perspectiva de evidenciar os elos entre o universal e o particular contidos neste modelo, que pretendo abordar os enjeitados “bobos da Cidade de Goiás”.

³⁴ Ver “OS “BOBOS” NO COTIDIANO DA CIDADE DE GOIÁS” à p. 139.

4 - REMINISCÊNCIAS DA FORMAÇÃO CULTURAL DE GOIÁS: UMA APROXIMAÇÃO DE SEUS COMEÇOS

Este capítulo completa a trilogia de reminiscências que compõe a primeira parte deste trabalho.

O território da antiga Província de Goiás é o cenário dentro do qual se enquadra o tema desta tese. Considero necessário, portanto, apresentar um ligeiro apanhado de alguns dos acontecimentos da formação da cultura goiana, a título de um reconhecimento prévio do campo e, ao mesmo tempo, apresentar estas paragens ao leitor, provavelmente um visitante forasteiro.

Dizem que, para conhecer o mundo, basta olhar para os pequenos vilarejos. Detalhes sutis, nos entremeios das ambiências, transportam traços



Foto 20 - Vista lateral da Igreja de Santa Bárbara
Cidade de Goiás – GO, 2009

mnêmicos que, por esta via, evocados, se revelam para nós. A Cidade de Goiás é repleta dessas particularidades.

Seguindo esta vertente de resgatar a memória, relato aqui dados que recolhi de várias fontes documentais, sem a pretensão de escorregar para a lavratura de um tratado histórico. Tenho o mero propósito de relembrar algumas passagens importantes da ocupação desta região brasileira, como oportunidade de adentrar nas vicissitudes deste povo e em sua imaginação do mundo. Acontecimentos que marcaram a conquista da Província e, mais tarde, de constituição do Estado de Goiás, estão, muitas vezes, apenas indicados, outras, sumariamente relatados.

Não se trata, reitero, de uma pesquisa histórica, em *stricto sensu*. Pretendo apenas contar algumas passagens da empresa de conquista e ocupação das terras dos Goyazes³⁵, trabalhando elementos — algumas vezes muito mais de invenção do que de descoberta — que subsidiam os discursos e nutrem, ainda hoje, as práticas sociais. Refletem o ideário que orientou o processo de conquista e colonização portuguesa, constituindo a base da ideologia que regula e justifica as relações de poder, de dominação e apropriação de riqueza.

É a tentativa de problematizar a configuração do imaginário cultural — subjacente, tácito e não explicitado — determinante das práticas de posse e uso dos “bobos de Goiás”.

³⁵ Há ainda os topônimos: “guayazes”, “goiases”, “guaiás”, “guoyá”, “goyá” ou “goiá” que se referem a estas terras e seus habitantes originais. (QUINTELA, 2006, p. 44-47).

4.1. Conquista da Província de Goiás

Se, de um lado, desde os bancos de escola, aprendemos que o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera³⁶, durante o século XVII (1682)³⁷, foi o descobridor da Província de Goiás, de outro, há pesquisas (BRASIL, 1961, p. 34-35) indicando que, no final do século XVI (1592), durante o reinado de Felipe II, foi o sertanista Sebastião Marinho, no comando de sua algara³⁸, quem pisou pela primeira vez o solo goiano.

Na verdade, várias outras expedições percorreram a Província desde os anos de 1596 até 1618. Foram muitos os empreendimentos exploratórios³⁹ que adentraram a região “à preia de índios e reconhecimento de minas de metais preciosos” (BRASIL, 1961, p. 29), enfrentando os índios Caiapós, que viviam nas margens do Rio Tocantins.

Seguiu-se um período de algumas décadas em que os bandeirantes se dirigiram ao sul do país, submetendo os gentios a toda sorte de violência para alargar as possessões portuguesas. Só depois, retomam a conquista do ouro

³⁶ Etimologicamente, Anhangüera significa “diabo velho” ou “espírito maligno”. Em tupi se escreve *añã-güera*. Este codinome foi dado ao bandeirante paulista, durante sua expedição ao Centro-Oeste brasileiro, quando, ao tentar conquistar os índios, teria posto fogo em aguardente para convencê-los de seu poder de incendiar os rios. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bartolomeu_Bueno_da_Silva>. Acesso em 15 de mai. 2008.

³⁷ Foi o historiador Americano do Brasil (1891-1931) que, no ano de 1931, corrigiu estas datas. Prefere considerar a data de 1673, quando partem de São Paulo duas famosas bandeiras: a de Manoel Campos Bicudo, com seu jovem filho Antonio Pires de Campo Bueno, que segue em direção ao Mato Grosso e a de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, também acompanhado por seu filho de mesmo nome e alcunha, que segue em direção à terra dos Goyazes. (BRASIL, 1961, p. 34-35)

³⁸ Algara (ou também algarada) é palavra para designar as entradas e bandeiras. Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, tem o significado de “*expedição guerreira, ou incursão de cavaleiros em um território, esp. para provocar tumulto e destruição*” (FERREIRA, 1999, p. 95).

³⁹ A história registra que a primeira bandeira, após sua descoberta, foi capitaneada por Domingos Rodrigues em 1596. Em 1607 a bandeira de Belchior Dias Carneiro adentrou o sertão, enfrentou os índios Caiapós, também denominados de Bilreiros que viviam nas cercanias do Rio Tocantins. Esta bandeira foi chefiada, em seu retorno, por Antonio Raposo, já que Belchior faleceu durante a expedição. Em 1608 também partiu em direção aos Bilreiros a bandeira de Martim Francisco Tenório de Aguiar. Esta algara não retornou. A hipótese levantada é que foi exterminada em confronto com os Caiapós. Entre os anos de 1615 a 1618 a algara de Antonio Pedroso de Alvarenga invadiu as terras dos índios Goyazes, com o objetivo de torná-los cativos. Esta foi a última expedição durante a primeira metade do século XVII a percorrer esta região. (BRASIL, 1961, p. 26-29)

das Gerais. Houve, então, um intervalo sem a presença de nenhuma expedição exploradora na região.

A partir de 1665 até 1671⁴⁰, novas algaras cruzaram aquelas terras, desbravando o sertão e navegando pelos caudalosos rios, principalmente o Paraupava (ou Paraupeba) denominação dada pelos bandeirantes ao atual rio Tocantins.

O sertão do planalto brasileiro foi, portanto, novamente sacudido por inúmeros aventureiros, estimulados pelas cartas régias dos monarcas lusitanos, em busca das minas preciosas. Dessas empreitadas resultou grande número de mortes — de índios e de bandeirantes — ocorridas durante as contendas da conquista. Os sertanistas que se aventuravam nestas bandeiras eram, em geral, homens impiedosos, temerários, sem haveres, aventureiros, conquistadores à cata da lavagem de cascalhos em qualquer veio d'água que encontrassem em seus caminhos. (BRASIL, 1961)

Encerra-se, deste modo, o primeiro ciclo, o da descoberta da terra, iniciado em 1592 por Sebastião Marinho.

⁴⁰ Em 1665, a bandeira do capitão-mor Francisco Lopes Buenavides também chega ao sertão goiano. Outro bandeirante, Lourenço Castanho, comanda sua expedição em 1668 e, em 1671, o bandeirante Antonio Soares Paes encontra o corpo do sertanista Luiz Castanho de Almeida, morto na luta travada com os índios. (BRASIL, 1961, p. 26-29)



Ilustração 08 – Bartolomeu Bueno da Silva
 Pintura de Teodoro Braga
 Museu Paulista da USP
 Google imagens

O segundo descobrimento do Estado de Goiás, o do ouro, teve, como figuras centrais, os dois Bartolomeus (pai e filho) e só se completou em 1722.

De fato, somente em 1673 — oito décadas depois que o descobridor Sebastião Marinho lá esteve —, é que partiu de São Paulo, para a região central do Brasil, a expedição oficial do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, com seu jovem primogênito, na época com doze anos, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, a quem também a alcunha de Anhanguera foi posteriormente atribuída.

Quase cinquenta anos depois desta empreitada, dar-se-á o marco da apropriação da descoberta do ouro. Os historiadores consideram que foi em 1722, após algumas incursões realizadas pela trilha anteriormente aberta pelo seu pai, que Bartolomeu Bueno da Silva Filho comandou sua expedição oficial de retorno à Província de Goiás. (BRASIL, 1961, p. 43)

Os preparativos para esta expedição estiveram carregados de desconfianças e cautelas.

Já a par do número de fortunas que haviam sido gastas em bandeiras anteriores, em sua maioria malogradas, Bartolomeu Bueno Filho não quis partir de São Paulo sem alguma garantia prévia. Para ele, o golpe que a monarquia portuguesa havia desferido nos herdeiros do caçador das esmeraldas, Fernão Dias Paes Leme, já era suficiente para não querer correr riscos⁴¹.

Um ano antes, em 1721, a Província de São Paulo fora separada do governo de Minas Gerais e coube a D. Rodrigo Cezar de Menezes, no cargo de primeiro capitão-general, a negociação entre a coroa portuguesa e os bandeirantes de Santana do Parnaíba e a contratação da arrojada expedição.

A garantia veio nos termos contidos numa carta régia de 14 de fevereiro de 1721 em que D. João V⁴² (1689-1750) autorizava a partida da bandeira aos sertões dos Goyazes capitaneada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, do imediato João Leite da Silva Hortiz e de Domingos Pires do Prado.

Todo esse cuidado não impediu que Bartolomeu Bueno da Silva Filho — o descobridor de uma das mais importantes jazidas auríferas de Portugal —, viesse a falecer no Arraial da Barra, em 29 de setembro de 1740, em condições muito precárias. Vivia, então, em completa pobreza, ameaçado de ver seus parques bens confiscados para pagar os dízimos atrasados, que à época perfaziam o montante de uma arroba de ouro. (BRASIL, 1961, p. 59)

A expedição partiu de São Paulo em 03 de julho de 1722, seguindo pela estrada de Mogi em direção ao rio Grande. Sua poderosa bandeira paulista era

⁴¹ Americano do Brasil, referindo-se a Bartolomeu Bueno da Silva Filho, assim se expressa quanto ao golpe da coroa portuguesa: “Testemunha tinha sido do malogro de quantas fortunas empenhadas infrutiferamente, e perdidas para ingloria e decadência de muitos solares paulistas, quando não acontecia um estranho se locupletar das enormes fadigas de outrem, como é fato terem sido espoliados pelo monarca português os legítimos herdeiros das honrarias que deviam caber aos descendentes de Fernão Dias Paes Leme, o senhor das Esmeraldas.” (BRASIL, 1961, p. 41-42)

⁴² Francisco António José Bento Bernardo de Bragança, foi o 24º monarca de Portugal. O período de seu reinado estendeu do final de 1706 até sua morte, em 1750. Seu predecessor foi D. Pedro II e seu sucessor, seu filho D. Jose I. PEREIRA, E. e RODRIGUES, G. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. Ed. João Romano Torres. <<http://www.arqnet.pt/dicionario/joao5.html>>. Acesso em 09 de mai. 2008.

composta por mais de cento e cinquenta homens. Nela havia portugueses, paulistas e um baiano, três religiosos, trinta e nove cavaleiros, historiadores e um escrivão — para lavrar as escrituras das minas — e vinte índios, mortos posteriormente a mando do próprio capitão-mor.

A história da conquista das terras do interior do Brasil está carregada de violências contra as populações indígenas. As práticas de atrocidades contra os índios, sob a justificativa de dominação necessária do interior do sertão da colônia, no entanto, só foram “legitimadas” no século seguinte, a título de Guerra Justa⁴³, por D. João VI.

Próximos a um rio — posteriormente denominado de rio Vermelho , devido às águas turvas que se formavam em virtude do constante revolver das areias do seu leito na busca de ouro — ele e sua algará se instalaram.

Foi nesta região — primeiro às margens do rio Vermelho e depois, um pouco mais abaixo, às margens do Rio dos Bugres — que, além do ouro, escavaram e talharam a terra rica de metais preciosos. Permaneceram nesta região por um período bem longo, cultivando “roças” e “domesticando” os índios.

Essa foi a origem do Arraial da Barra, hoje denominado Buenolândia, numa clara homenagem ao seu fundador. Foi o primeiro Arraial da Capitania de Goiás, atingindo um grau de prosperidade próximo ao do Arraial de Sant’Anna, berço da atual Cidade de Goiás.

⁴³ A expressão Guerra Justa foi utilizada por D. João VI, em 13 de Maio de 1808, em Carta Régia, autorizando intervenções bélicas contra os gentios, com toda a sorte de crueldade e atrocidades delas decorrentes, com o objetivo de colocar em prática seu plano de dominação do interior da colônia. A utilização oportunista da expressão Guerra Justa foi inspirada na doutrina teológica de Santo Agostinho de Hipona e São Tomás de Aquino, a partir de idéias originais do senador romano Cícero. No contexto da doutrina teológica, esse conceito respondia ao questionamento sobre as condições em que a guerra poderia ser moralmente justificada. A fundamentação dos teólogos apoiava a autorização moral da guerra em um desígnio divino, ou na vingança a uma injustiça, ou mesmo à retomada de algo que foi injustamente tomado. Na *Summa Theologica*, São Tomás de Aquino explicita os critérios que justificariam a Guerra Justa: a autoridade do monarca, a justa causa e a intenção correta dos beligerantes. JOBIM <http://br.geocities.com/worth_2001/guerrajusta.html>. Acesso em 07 de mai. 2008.

Foram inúmeras as vicissitudes que esta expedição sofreu, ao longo de três anos, três meses e dezoito dias. Bueno da Silva Filho retornou a São Paulo vitorioso por haver descoberto riquíssimas jazidas de ouro. Com este feito, alcançou grande renome pela repercussão junto à Corte de D. João V. Este monarca era homem solitário, de saúde delicada e pouco dado a conversas; somente se distraía, em Portugal, com notícias sobre ouro provenientes do Brasil.

A este respeito, o historiador goiano Nasr Chaul na apresentação do livro *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, comenta:

A primeira metade do século XVIII foi marcada, entre nós, por um dos mais longos reinados lusitanos, bafejado em terra d'além mar. O governo de D. João V em sua longa duração, foi um dos mais ricos da historia lusa, fruto, em boa parte, do ouro brasileiro. O governante não era porém, popular. Uma quadrinha da época assim o expressava: 'nós tivemos cinco reis / todos chamados Joões/ os quatro valem milhões/ o quinto nem cinco réis'. Rima que seria retomada por Osvald de Andrade na *Semana de 22*, era a pilhéria da ganância lusitana na boca do povo.⁴⁴

Há divergências entre os historiadores quanto à data da fundação do primeiro povoado plantado por Bartolomeu Bueno da Silva Filho na Província de Goiás.

Do documento oficial, enviado por D. Rodrigo a D. João V, em 22 de outubro de 1725, consta que nesta data foi descoberto o local em que seria fundada a Vila Boa de Goiás, onde se ergueu a igreja de Sant'Anna e foi levantado o Arraial de Sant'Anna. (BRASIL, 1961, p. 47)

Outros historiadores consideram que a fundação de Vila Boa de Goiás deu-se no ano de 1727, quando Bartolomeu, já em seu terceiro retorno à Província e com poderes extraordinários — inclusive o de conceder sesmarias —, descobre as minas de Vila Boa e lá edifica a igreja que hoje é a matriz de

⁴⁴ CHAUL, N. Uma preciosidade documental. *Apud* BERTRAN, 1997, v. 1, p. XXIX.

Sant'Anna. Para este novo local, transferiu os habitantes da Barra — povoado que fundara anteriormente. (BRASIL, 1961, p. 50)

A título de síntese, transcrevo, abaixo, a citação contida na Notícia Geral da Capitania de Goiás⁴⁵:

Bertholomeu Boeno da Silva, por alcunha o Anhanguera, homem Paulista, natural da Vila de Pernaíba, Comarca de S. Paulo, (entrou) para estes Sertões com seu filho, também chamado Bertholomeu Boeno da Silva e que correndo os tempos lhe sucedeu também no apelido de Anhanguera, (e) na conquista dos Gentios, para se servirem deles como era costume.

Estes saindo desta Conquista para S. Paulo em tempo que estavam descobertas as Minas Gerais, entrou para as ditas minas este filho e no tempo que lá esteve, tomando formal conhecimento do que eram minas de ouro e suas formações e também por algumas noticias que lhe participavam os Gentios que tinha apanhado e os possuía como escravos, conjecturou que nestes Sertões de Goyas, por onde tinha andado com seu pai, haviam haveres de ouro e nesta certeza escreveu a El Rey o Sr. D. João, oferecendo-se-lhe para descobrir minas de ouro nestes Sertões de Goyas, cujo nome se derivou do Gentio assim chamado. Respondeu-lhe El Rey que estimava muito ter Vassalo que se lhe oferecia para lhe fazer semelhante serviço, e que se assim fizesse o havia premiar como costumava, cuja Carta a conservava o Guarda-mor Balthezar de Godoy Boeno, seu filho. (BERTRAN, 1997, v. 1, p. 129)

Chegando a São Paulo em 1728, Bartolomeu da Silva Filho foi prestigiado pela Corte portuguesa com o cargo de Superintendente das minas de Goiás, cabendo-lhe a administração da justiça civil, criminal e militar, tal qual constava da carta régia de 1726. (BRASIL, 1961, p. 50)

⁴⁵ A "Notícia Geral da Capitania de Goiás", de 1783, contém transcrições dos manuscritos mais antigos existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Ultramarino de Lisboa a respeito da Capitania de Goiás. Esta publicação "foi mandada fazer por Provisão Regia do Conselho Ultramarino, datada de 20 de julho de 1782, que estipulava ao segundo vereador das Câmaras vilarengas do mundo lusitano, escrever cronologicamente os fatos e casos mais notáveis da historia da colonização portuguesa". A ortografia e sintaxe foram reconstruídas pelo autor, com a finalidade de ficarem mais ao alcance do leitor. Trata-se de uma importante coletânea de documentos que compõem a historiografia do Estado de Goiás. CHAUL, N. Uma preciosidade documental. *Apud* BERTRAN, 1997, v. 1, p. XXIX.



Foto 21 - Cruz do Anhanguera vista do jardim de Cora Coralina
Cidade de Goiás — GO, 2006

O desmembramento entre as minas de Goiás e o governo de São Paulo ocorreu em maio de 1748, por provisão régia.

Desta maneira, pode-se afirmar que o Estado de Goiás teve dois descobridores: um, o da terra, em 1592, e outro, o do ouro, em 1722.

4.2. Vila Boa de Goiás

O arraial de Sant'Anna — território lendário dos índios Goiá ou Guayazes —, crescia a olhos vistos.

Típica aldeia portuguesa, talvez por ser pouco maior do que os outros arraiais, alçou à categoria de vila por ordem régia do ano de 1736. Cumprida em 25 de julho de 1739 (BERTRAN, 1997, v. 2, p. 50), este arraial recebeu, pelo governador provisório de São Paulo, D. Luis de Mascarenhas, o conde D'Alva, o nome de Vila Boa de Goiás, também em homenagem a Bartolomeu Bueno.



Foto 22 - Casarios típicos da Cidade de Goiás.
Ao fundo, a Casa Velha da Ponte e a Cruz do Anhanguera
Cidade de Goiás – GO, 2006

Paulo Bertran, ao fazer sua *Descrição Geográfica do Território do Arraial e Freguesia da Anta* em 1783, comenta, com certa irreverência, o uso indiscriminado pela monarquia do dispositivo das Cartas Régias de instituição de vilas na colônia. Para não fugir a esta regra, quando da criação de Vila Boa, desconsiderou-se a existência, pelo menos há uma década, do arraial de Sant' Anna:

Essa ordem régia, sabe-se hoje, era uma espécie de surrão burocrático, quase sempre usando os mesmos termos, servindo tanto para Vila Boa em Goiás quanto para a Vila de Oeiras no Piauí [...].

Da lei à prática, porém, eram outros quinhentos. Quando por exemplo expediu-se a tal ordem para se criar uma Vila, sem especificar onde, em Goiás, já por longos dez anos de existência o arraial de Santana do Anhanguera, fundado em 1726, se habituara a subir as ladeiras do rio Vermelho. A capelinha fundada por Bartolomeu Bueno da Silva naquele ano já cedia lugar a uma edificação mais sólida desde antes de 1735, quando um bando do Anhanguera declarava que certas multas (sobre transgressões que agora não vêm ao caso) se empregassem para a obra da Matriz. (BERTRAN, 1997, v. 2, p. 49)

Este historiador, nascido nestas terras, manifesta indignação diante da interferência da coroa que tomava como seu o trabalho alheio:

[...] Sendo assim é fantasioso que esse núcleo original do arraial de Santana tenha se orientado por quaisquer ordens reais, a não ser as da experiência dos garimpeiros em constituírem seus arraiais. Aliás, a prática que tinham de um bem montado acampamento destinado a explorações minerais, velha prática dolorosamente aprendida nos garimpos de Minas, devia ser muito superior e eficaz a qualquer instrução real.

[...] Por isso suponho que não apenas na Cidade de Goiás, mas em muitos dos arraiais auríferos do Brasil, o primeiro loteamento do chão fosse imposto pelas chamadas datas mineiras. Mas ainda que, gerando os trabalhos de garimpo verdadeiros lamaçais em que vicejavam miríades de insetos nocivos, tratassem os donos de barrancos de erguerem seus ranchos e primitivas casas o mais longe possível deles, mas não o bastante para descaracterizar a propriedade da data. Assim, pouco a pouco, imperceptivelmente, tomavam forma as primeiras ruas de um povoado. (BERTRAN, 1997, v. 2, p. 50)

A criação de Vila Boa foi cercada de protestos do ouvidor Agostinho Pacheco Teles que demonstrou, através de correspondência, preferir ver a Vila edificada em outro arraial, o Meia Ponte, atual cidade de Pirenópolis, em razão de sua localização mais central (BERTRAN, 1997, v. 2, p. 50). Esta observação é importante na medida em que tratarei, mais adiante, das querelas que acompanharam a mudança da capital da Cidade de Goiás para Goiânia. Vê-se que remontam a longa data as discussões quanto à localização e os privilégios entre arraiais, vilas e cidades, sem falar da indignação diante da interferência do poder central, verdadeiras reminiscências que encontramos, até os dias de hoje, na cultura goiana.

Sobre a criação da Vila Boa dos Guayazes a também historiadora Cristina Moraes observa:

Motivações de ordem política e estratégica estiveram também presentes na decisão tomada pela Coroa quanto a criar essa vila nos distantes sertões goianos. É oportuno lembrar que a administração portuguesa no Brasil caracterizou-se por um transplante de instituições que foram criadas e aperfeiçoadas antes de seu descobrimento. Podemos perceber que durante o século XVIII, o país amadureceu, começou a definir o que era típico de sua fisionomia e, é claro, continuava bem português, tendo recebido as mais variegadas influências, tanto na política, quanto na maneira de viver da sua gente, na religiosidade, mas já se prenunciavam singularidades que, mais tarde, se vieram a consolidar, diferente daqueles que lhes tinham dado origem. (MORAES, 2005)

Vila Boa de Goiás foi promovida à categoria de cidade em 1818, recebendo a denominação de Cidade de Goiás para se diferenciar do nome da Província. Apesar disso, seus habitantes, até os dias atuais, preferem ser denominados de vila-boenses.

Nesta condição, Vila Boa, foi a capital da Capitania, da Província e depois do Estado⁴⁶, até 20 de novembro de 1935, quando, então, a sede do governo e vários órgãos da administração estadual foram transferidos para Goiânia, situada a 140 quilômetros de distância. Deste tema, tratarei mais adiante.

Com a decadência das minas e acabada a extração das lavras de ouro da Capitania, procurou-se equipar a capital com recursos urbanísticos — por alguns, considerados supérfluos —, para impedir seu despovoamento.

Bertran assim descreve a cidade:

Vila Boa de Goiás desde 1780 era também uma cidade em reformulação. Caindo o rendimento dos escravos nas lavras, passava a haver oferta abundante de mão-de-obra nas cidades. Mineiros antigos, com agora empobrecidas lavras, aparelhavam a escravaria ociosa para erguer ou reconstruir a moradia cidadina.

De fato, [...] Vila Boa deveria ser bastante rústica quanto à moradia particular, ainda mero abrigo de pau-a-pique. [...]

Uma tecnologia própria já se esboçava então, com materiais de construção muito próprios, como as madeiras de aroeira e moreira — do que enfim resultavam vastos casarões construídos com a força da terra. O barro eterno perpetuou-lhes a forma. Os cupins arremedam-lhes a estrutura.

Tentaram em Goiás as estruturas em pedras. A pedra esfarinhenta porém não deu forma para econômicos rendimentos. Assim, a pedra de cantaria não pertenceu ao barroco do sertão, ao contrário da zona clássica das Gerais, nos arraiais do Rio das Velhas, no império da pedra-sabão. (BERTRAN, 1997, v. 2, p. 51)

⁴⁶ As Capitânicas foram formas de governo implantadas pelo governo português para administrar o território de suas colônias. No Brasil, o sistema de Capitânicas vigorou do início do século XVI até sua extinção em fevereiro de 1821, um ano antes da declaração da Independência. A partir daí, a maioria das Capitânicas se transformou em Províncias (1824), governadas, por mais de sessenta anos, por ministros do Império. Em 1889, com a Proclamação da República, as Províncias passaram a ser chamadas de Estados. (FAUSTO, 1994, p. 43, 151, 249)

No final do século XVIII, a Capitania de Goiás tinha uma população de 60.000 habitantes, equivalente à da Província de Algarves, em Portugal (BERTRAN, 1997, v. 2, p. 50). Em 1804, Vila Boa tinha 9.477 habitantes. Mais do que Ouro Preto, que no mesmo ano tinha 7000, ou Porto Alegre, que em 1808 possuía 6.035 habitantes. (FAUSTO, 1994, p. 138)

Incrustada num grande vale, Vila Boa é banhada pelas águas do rio Vermelho e abraçada pela cadeia de montanhas da Serra Dourada, pelos morros Dom Francisco⁴⁷, Lajes e Canta-Galo.

As primeiras escavações no período de extração de ouro foram realizadas em suas portas. Além da Intendência do Ouro e da Casa da Fundação, foram construídas em Vila Boa as residências do capitão general da Capitania e de outras autoridades, além de várias edificações que abrigaram, até o século XX, órgãos militares e administrativos do governo do Estado.

O rio Vermelho até hoje é o seu mais importante e perturbador “habitante”. Ele divide a Cidade de Goiás em dois distritos — Carmo e Santana —, entre os quais foram construídas pontes de madeira; de quando em vez, impõe a força de suas águas à cidade. (LACERDA, 1977, p. 35)

Em 1782, no dia 9 de janeiro, essas pontes foram destruídas pela força de suas águas. A partir daí, uma série de presságios e profecias passaram a povoar, até hoje, o imaginário da população da cidade a respeito do despertar deste “morador”. Uma delas prevê enchentes a cada sete anos.

Em 1839, com suas águas represadas, varreu do mapa casas, igrejas, paredes, alicerces e vitimou um soldado que prestava auxílio aos moradores.

⁴⁷ O morro recebeu este nome em homenagem aos passeios dominicais de D. Francisco de Assis Mascarenhas, presidente da Província de Goiás. (LACERDA, 1977, p. 35)



Foto 23 - Casa Velha da Ponte, de Cora Coralina, às margens do rio Vermelho
Cidade de Goiás — GO, 2009

Num episódio recente, no último dia do ano de 2001, quinze dias após a Cidade de Goiás ter sido declarada patrimônio da humanidade, outra inundação culminou com a destruição da Casa Velha da Ponte e do monumento histórico da Cruz do Anhanguera.

Foi nesta casa, construída em 1782 e restaurada recentemente, que a poeta Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a Cora Coralina⁴⁸ residiu. Após seu falecimento, foi tombada pelo IPHAN, abrigando, atualmente, o museu em sua homenagem, com um pequeno acervo, e a sede da Associação Casa de Cora Coralina.

⁴⁸ Cora Coralina, (1889-1985), doceira e poeta, nasceu na Cidade de Goiás. Sua poesia explicita o universo da cultura afro-brasileira do século XIX bem como o cotidiano do interior brasileiro, os becos e ruas históricas de Goiás. Recebeu a distinção de *Doutora Honoris Causa* da Universidade Federal de Goiás. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cora_Coralina>. Acesso em 15 de mai. 2008.



Foto 24 - Cora Coralina
na Casa Velha da Ponte – Foto de Flávio Ferraz

Até os dias de hoje, de quando em quando, o rio Vermelho, com suas enchentes, desperta e surpreende seus habitantes, expulsando de suas margens as tradicionais lavadeiras, provocando grandes destruições nas habitações ribeirinhas e nas pontes, que terminam por desabar. As comunicações ficam interrompidas e importantes monumentos da cidade são atingidos por suas águas.

Malgrado as enchentes, esta cidade resiste bravamente às intempéries.

É, sem dúvida, um exemplo de cidade colonial brasileira, constituída basicamente por casarios típicos do estilo colonial português, fincados ao pé da rua, com imponentes beirais que emolduram suas fachadas, praças — carinhosamente chamadas de Largos —, ladeiras estreitas e becos seculares, solitários e sonolentos, calçados ainda, em sua grande maioria, por pedras disformes, colhidas durante a época de sua pavimentação. Estes são alguns dos detalhes que, diante de nosso olhar, estimulam memórias e falam de suas reminiscências.

Circundada e defendida por esta cadeia de montanhas e morros “sentinelas”, a “cidade pepita” encontra-se, numa primeira visada, dentro de um buraco. Suas casas, ligadas entre si, impedem uma adequada ventilação. Quente o ano todo, esta cidade, ao mesmo tempo em que acolhe seus habitantes e os protege em sua natural concavidade, os mantém isolados, espécie de



Foto 25 - A Cidade de Goiás no fundo do vale, cercada pela Serra Dourada
Google Earth



Foto 26 - Palácio Conde dos Arcos
Cidade de Goiás — GO, 2009

defesa espontânea, diante do “visitante saqueador”.

Descrever o cenário da época colonial e do período imperial desta cidade não é uma tarefa fácil. Aliás, para dizer a verdade, além de ser bem difícil, é provocante e desafiadora. É como se não pudéssemos tocá-la com palavras, com perguntas, somente percorrê-la silenciosamente com os olhos, para não maculá-la.

Vila Boa de Goiás deve ser “vista de longe”, como exige de nós uma



Foto 27 - Chafariz da Cauda
Cidade de Goiás — GO, 2009

obra de arte. É um museu a céu aberto: o Palácio Conde dos Arcos (1751) — que, em parte, foi internamente descaracterizado para hospedar, uma vez por ano, os chefes de governo do Estado quando para lá transferem simbolicamente a capital —, a Catedral, antiga Igreja Matriz de Sant’Anna (1727), a Igreja do Rosário (1733)⁴⁹, a Igreja de São Francisco de Paula (1761), a Igreja da Boa Morte (1779), a Igreja de Santa Bárbara (1780), lá no alto da colina, a Igreja do Carmo (1786), a Igreja da Abadia (1790), as Pontes Nova, da Lapa, do Carmo, da Cambaúba⁵⁰, do Padre Pio, a Pinguela da Carioca, a Cruz do Anhanguera, o Chafariz da Cauda (1778), o da Carioca (1772), os Largos do Chafariz, do D. Francisco, do Rosário, da Matriz, o Museu das Bandeiras (1761/66) outrora destinado à Casa de Câmera e Cadeia, o Hospital São Pedro d’Alcântara (1825) e o Quartel do XX (1751) são apenas alguns dos registros que ficaram deste século de mineração para testemunharem que, para além da movimentação de massa humana, tal qual a nossa contemporânea Serra Pelada, prevaleceu uma sociedade que se gaba e se orgulha por ter preservado sua cultura e sua ordem social.

De fato, os historiadores registram que desde o período colonial, esta cidade se destacava culturalmente de outras Províncias do Império.

Em 1793 foi enviado à Vila Boa de Goiás, por Dona Maria I⁵¹, o Presbítero Domingos Mota Teixeira, com a finalidade de lecionar Filosofia Racional e Moral. (LACERDA, 1977, p. 23)

⁴⁹ A Igreja Nossa Senhora do Rosário é também conhecida como a antiga Igreja dos Pretos. Demolida e reconstruída em 1733, com a finalidade provável de apagar traços negros da história do município, tem em seu interior afrescos pintados na segunda metade do século 20 — e restaurados pelo IPHAN —, pelo dominicano italiano, Frei Giuseppe Nazareno Confaloni (1917-1977) que chegou a Goiás no início dos anos 50. <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiás_\(Goiás\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiás_(Goiás))> Acesso em 22 de jun. 2008.

⁵⁰ Cambaúba é uma espécie de gramínea típica de antigamente na região, taboca. (LACERDA, 1977, p. 48)

⁵¹ Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana, sucedeu a seu pai, o Rei José I, ao trono de Portugal, durante o período de 1777 a 1816. Foi também princesa do Brasil e Duquesa de Bragança. Ficou conhecida popularmente como a Piedosa e mais tarde, Dona Maria, a louca. Seu filho, D. João VI foi o seu sucessor ao trono. Faleceu no Rio de Janeiro sendo seu corpo trasladado para Lisboa. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_I_de_Portugal>. Acesso em 28 de mai. 2008.



Foto 28 - Quartel do XX
Cidade de Goiás – GO, 2009

O Teatro São Joaquim recebeu companhias do Rio e de São Paulo, garantidas por uma plateia exigente. Promoviam-se com frequência conferências e discussões sobre temas literários e filosóficos. Os saraus eram reservados para prostrar sobre a boa música e literatura. Nas ruas de Vila Boa de Goiás, os sons dos carros de boi e dos pianos conviviam pacificamente.

Em 1836 foi comprado o prelo do jornal “Matutina Meia Pontense” no qual, após ser transferido de Pirenópolis para esta cidade, passou a ser impresso o “Correio Oficial de Goiás”. (LACERDA, 1977, p. 26)

Regina Lacerda (1977, p. 24), em sua laboriosa descrição da cidade, aponta que havia uma fértil inquietação intelectual. Em 1847, é fundado o Liceu de Goiás — segundo estabelecimento de ensino secundário do Brasil — cujos alunos, em 1870, lançam o jornal “O Progresso”. Logo depois é criada a Escola Normal, tendo sido também construída a biblioteca pública. Vale destacar que, desde a segunda metade do século XVIII, o ensino do curso primário era exercido com vigor.



Foto 29 - São José de botas, de Veiga Vale,
Museu de Arte Sacra de Goiás
Google imagens

Se, em Minas Gerais, havia o Aleijadinho e, na Bahia, Frei Agostinho da Piedade, a Cidade de Goiás abrigou o goiano de Pirenópolis, Veiga Vale⁵², o santeiro goiano, também escultor, que enriqueceu os altares das Igrejas com seus oratórios e imagens sacras.

Diferentemente de outras cidades brasileiras, Vila Boa de Goiás, que em sua origem recebera o nome de uma santa católica — Arraial de Sant'Anna —, conservou a referência indígena em seu nome: Guayazes. A variedade de topônimos brasileiros, na verdade, obedeceu às influências das tradições lusas que atribuíram muitos nomes de santos às terras da colônia. Muitas cidades,

⁵² O Major José Joaquim da Veiga Vale, nasceu no arraial de Meia-Ponte, hoje Pirenópolis, em 1806 e faleceu em 1874 na Cidade de Goiás. Suas cinzas foram transladadas para um oratório por ele entalhado na Igreja da Boa Morte (Museu de Arte Sacra de Goiás). Escultor e pintor barroco autodidata, conhecido como o Aleijadinho de Goiás, enriqueceu com suas obras as antigas igrejas de Goiás. (LACERDA, 1977, p. 63-74)

durante o século XIX, após a independência, voltaram a adotar nomes indígenas.

4.3. Viver, adoecer e morrer naqueles tempos de Goiás

O Centro de Cultura Goiana⁵³ publicou, durante as duas últimas décadas do século XX, uma coletânea denominada Memórias Goianas, contendo os relatórios dos governos da Província de Goiás abrangendo parte do período imperial — de 1835 até o início da República, em 1889.

Estes relatórios tinham a função precípua de manter a Corte informada, ano a ano, dos acontecimentos que ocorriam durante o transcurso de cada administração. Os governos provinciais tinham a duração de dois anos.

Até então inacessíveis ao público, porque ainda se encontravam em arquivos no Rio de Janeiro, essas comunicações eram escritas pelos presidentes da Província de Goiás, relatando ao Imperador, além de outros dados, um quadro das condições econômicas, administrativas, militares, educacionais e de saúde pública de toda a Província.

Embora contendo informações de caráter oficial — denotando modos ideológicos de condução dessas ações governamentais —, a leitura e análise desses documentos têm o valor de desocultar referenciais importantes e significativos, permitindo o esboço de um desenho mínimo das condições de vida na Cidade de Goiás nos começos do século XIX.

Estes documentos também informam sobre as finanças da Província, quase sempre exíguas, as condições de segurança pública voltadas para a

⁵³ O Centro de Cultura Goiana (1980) está vinculado à Sociedade Goiana de Cultura (mantenedora da Universidade Católica de Goiás (1959) e de outras instituições) e se ocupa principalmente da publicação e divulgação de preciosa documentação de seu acervo, para a preservação da memória historiográfica do Estado de Goiás.

defesa das expedições no combate aos gentios; além da constante preocupação do Governo Provincial em informar a Corte sobre a condição pacífica e ordeira em que se encontravam os habitantes da Província (MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 32), evidenciando o êxito das ações governamentais, da repressão policial ou da catequese religiosa na pacificação dos “índios selvagens”.

Outro item muito discutido e abordado nestes Relatórios foram as inúmeras descrições sobre as condições de insalubridade na qual vivia a população.

Muitas dessas condições eram atribuídas às cheias do rio Vermelho. Como já vimos, com suas fortes correntes, arrastavam tudo o que lhes estivesse pela frente — detritos, animais mortos e dejetos de toda ordem — disseminando, após sua ocorrência, diversas doenças. Estas cheias eram as responsáveis, também, pelos extensos estragos nas edificações públicas, igrejas, casas, casebres e vias urbanas, deixando na cidade seus rastros de destruição e morte.

A este respeito, a transcrição de um trecho — datado de 1835 — sobre as condições sanitárias da Cidade de Goiás, ilustra o desalento da população:

A Saude publica em toda a Provincia está confiada a Providencia, e a nao ser o clima tao saudável, em ermo se teriao tornado as suas Povoações. hum só Professor de Medicina se nao encontra em toda a Província, e apenas se acha nesta Capital hum Estrangeiro, que mostra ter conhecimentos de Chimica, e Pharmacia. [...] Professores habeis nao se abalanço á vir residir em huma Provincia central, cujos habitantes nao podem preencher o interesse, que lhes offerecem a Corte, e as Cidades populosas: n’este estado quao util será, se descobrires meios de fazer com que alguns dos nossos Patricios, sub condições, vao estudar, e aprender huma Arte tao interessante, como a de conservar a vida, e libertar da morte aquelles, cuja enfermidade muitas vezes se torna mortifera pela errada applicação dos remedios! Tratando da saude cabe fallar das causas que a alterao: os charcos, os lameiros, os depositos de immundices, que se encontrao nesta Capital tornao a sua atmosphaera menos saudavel, damno que huma policia mais escrupulosa teria feito desaparecer: os alimentos corrompidos, a carne da rez caçada, e maltratada, as bebidas espirituosas de mistura com o azinhavre dos vasos, em que sao destilados sao sem duvida tambem as cauzas destes males; mas he preciso que ellas se façao effectivas.

O escorbuto, a elephantiazes, a morfea, e as mais molestias contagiosas se vao transmittindo de huns a outros pela livre communicacao dos enfermos com os saos, aquelles por falta de hum azilo correm as ruas da Cidade, mendigando o indispensavel alimento, estes encarando todos os dias o lastimoso espectaculo se acostumao, perdem a sensibilidade, e a repugnancia, e se misturao, e respirando o ar inficionado se fazem victimas das mesmas enfermidades; os primeiros reclamao de Vós os soccorros, e o bem geral exige providencias para que se nao arruine a saude publica. (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 26)

De fato o descaso com a saúde pública vem de longa data. O governo ficava dividido entre providências locais, que deveriam ser tomadas de imediato, ou esperar auxílio, vindo do Rio de Janeiro.

As teorias miasmáticas das enfermidades⁵⁴, que nessa época vigoravam em quase todo o mundo, ali também encontravam apoio. Tinham como princípio teórico que as emanações fétidas do solo — advindas das águas sujas, do apodrecimento de cadáveres humanos e de animais, bem como do lixo urbano — eram transportadas pela atmosfera e causavam as epidemias e a maioria das doenças.

Havia dois temas objeto de exaustivas discussões que passavam de governo a governo: a falta de saneamento básico — responsável por focos de infecção de inúmeras moléstias — e a necessidade de se construir um cemitério público — os cadáveres eram sepultados nas igrejas — que, por falta de recursos financeiros, levou quase dez anos para acontecer.

Na sessão ordinária da Assembleia Legislativa de Goyaz de 1845, o então Presidente da Província, Dr. Jose de Assiz Mascarenhas, apresentou uma curiosa justificativa para a criação do cemitério:

A Magestade da Religiao Santa que professamos, a hygiene, e a decencia exigem soberanamente que os Templos deixam de ser o receptaculo das cadaveres e vermes. Hé indispensavel, que por toda a parte se fação Cemiterios, e assim daremos huma prova de que nao estamos tao atrasados na Civilisação, como querem alguns invejosos ignorantes, esta innovação ha de ser recebida pelo Povo Goyano com applauso: se ainda nao dei principio ao

⁵⁴ Teoria formulada por Thomas Sydenham (1624-1689) e Giovanni María Lancisi (1654-1720). <http://es.wikipedia.org/wiki/Teoría_miasmática>. Acesso em 28 de out. 2007

Cemiterio n'esta Capital, he por ter de [acudir] aos edificios que estavao em ruinas, e faser outras obras de absoluta necessidade, como adiante vos mostrarei. A quantia de dusetos mil réis, que marcastes para o Cemiterio da Capital, he mui diminuta para adornar este lugar sanctificado pela morte. Grande foi o augmento que mandei fazer no edificio do Hospital, que hoje tem a necessaria capacidade para receber os enfermos pobres, que ali sao tratados, sem que nada lhes falte. Ser vos hao presentes as contas do Hospital, e da Botica. (MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 19-20)

Nesta época, a saúde pública era de responsabilidade das Províncias e da Coroa, mas cada família incumbia-se pelos cuidados sanitários domésticos. Posteriormente, essas responsabilidades foram sendo gradualmente atribuídas aos governos municipais e cabia às autoridades legislar sobre o assunto.

O cemitério foi finalmente inaugurado em 1859, seguindo as normas de higiene da época. Estava administrativamente ligado ao único hospital da Província, localizado na Cidade de Goiás, o Hospital São Pedro d'Alcântara, em homenagem ao Imperador D. Pedro de Alcântara.

Este hospital foi criado oficialmente através da Carta Régia de 25 de janeiro de 1825 — cujo fac-símile incluo a seguir⁵⁵ — por iniciativa de um grupo de cidadãos preocupados com a assistência social à saúde dos enfermos e desvalidos da localidade.

Atendia, em sua maioria, doentes alienados, prisioneiros, pobres, indigentes e os escravos que tinham suas despesas custeadas pelos seus próprios senhores, preocupados com a preservação de seu patrimônio.

Construído em um terreno da Rua Nova do Carmo (Rua Couto de Magalhães), à margem direita do rio Vermelho e da Igreja da Senhora do Carmo, era sempre atingido pelas intempéries. Por este mesmo motivo foi, à época, considerado muito insalubre, sujeito a friagens constantes, às inundações e às pragas de insetos. Não havia, em relação às doenças infectocontagio-

⁵⁵ Este documento foi-me gentilmente cedido por Frei Marcos Lacerda de Camargo, o. p.

id Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província de Goiás
 Eu o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Impé-
 rio do Brasil vos envio muito saudaes: Tendo em Con-
 sideração a que Me representastes no vosso Officio de 29 de
 Novembro do anno passado, sobre a necessidade da institui-
 ção dum Hospital nella Província de Goiás, para cuja
 sustentação tem já concorrido alguns Cidadãos, por vias
 sollicitadas, com subscriçoes voluntarias: E Desejando
 Eu que sempre da de tempo se realice tão util estabelecimen-
 to que servirá de caridade publico a infelizes, destituídas de
 meios, e que na sua miseria reclamáo com justiça os socorros
 da Magestade: Hei por bem Approvar a sua funda-
 ção na Cidade de Goiás, com o titulo de Hospital de São
 Pedro d'Alcântara, regendo-se pelo Regulamento que
 estiver subter a Minha Imperial Presença, o qual
 assignado por Estevão Ribeiro de Resende do Meu Con-
 selho Ministro, e Secretario d'Estado das Negociaes do Im-
 perio, Hei outro, sem par bem Approvar e Conferir
 para que tenha inteira observancia. Dada no Palacio
 do Rio de Janeiro aos 25 de Janeiro de 1825, quarto da In-
 dependencia e do Império = Imperador = Estevão Ri-
 beiro de Resende. = Para Caetano Maria Lopes Gama =
 cumpra-se, e registre-se. Cidade de Goiás 23 de Março de 1825 =
 Caetano Maria Lopes Gama = Registrada a fl. do L.º =
 semilhante. Secretaria do Governo 13 de Abril de 1825 =
 Antonio Ferreira das Santos Arredo.

Entã conforme
 O Secretario do Governo
 Antonio Ferreira das Santos Arredo

Fac-símile 02 - Carta Régia do Imperador D. Pedro I, datada de 13 de abril de 1825,
 criando, na Cidade de Goiás, o Hospital de São Pedro d'Alcântara
 Fonte: Arquivos do Frei Simão Dorvi.

sas, nenhum tipo de isolamento do doente, tampouco a desinfecção do local
 era realizada.

Possuía uma área térrea dividida em largos cômodos de chão batido.
 Os pacientes eram alojados sem qualquer distinção etiológica de suas enfer-
 midades. Os colchões, feitos de capim ou de crinas de animais, raramente

eram substituídos. As excreções e secreções, quando não lançadas diretamente ao solo, eram recolhidas por urinóis e escarradeiras, junto às camas dos enfermos. As latrinas se encontravam do lado de fora do Hospital e nem sempre podiam ser usadas em condições normais pelos enfermos. (MAGALHÃES, 2004)

A escassez de leitos, de alimentos e de medicamentos, aliada às condições miseráveis das instalações e ao precário asseio e higiene pessoal foram, ao longo dos anos, deteriorando-se cada vez mais.

A Junta responsável pela administração deste hospital, indicado também nestes Relatórios, buscou, através de donativos ou de concessões de verbas, ampliar as instalações, fazendo reformas ou mesmo insistindo na necessidade de abrigá-lo em outras áreas na capital, já que, permanecer à margem do rio Vermelho, era perpetuar a insalubridade decorrente da umidade e os riscos advindos das enchentes periódicas que o atingiam.

No Relatório datado de 1º de julho de 1838, encontramos no item sobre Saúde Pública, a seguinte descrição:

O Hospital de Caridade de São Pedro de Alcantara, não tendo capacidade para acomodar a todos os enfermos pobres, tem com tudo servido de azilo a muitos infelises, que procuraõ recolher se a este Estabelecimento para serem curados das enfermidades, que os atacaõ. Tem se procurado melhorar este Edificio, dando-se esgoto as agoas, que fasiao o terreno humido, levantando se alicerces, e muros, que se achavaõ arruinados, e fasendo-se mais alguns concertos nas paredes, e tecto, e sendo necessario assualhar se huma Salla, e alguns quartos, compraraõ se os materiaes, e authorisou se ao Administrador para mandar proceder a essas obras: construhio se maior numero de leitos, compraraõ se diversos utensilios necessarios e encarregou se ao Tenente Coronel Joaquim Rodrigues de Moraes a condução de outros, que devem vir do Rio de Janeiro, bem como a compra de huma receita de drogas medicinaes para surtimento da Botica.

Os enfermos pobres, que por falta de comodos no Edificio nao podem ser nelle recolhidos, para se curarem, saõ socorridos de remedios, e alimentados fora do Hospital.

[...] o que não obstante existem ja abrigados nesse mesmo Edifício, bastante arruinado, alguns doentes de molestias contagiosas, os quaes recebem semanariamente na porta do Hospital de Caridade de São Pedro de Alcantara o necessario para sua sustentação, mas taes enfermos ainda deva-

gaõ pelas ruas de mistura com outros pobres, pedindo esmollas. Este objecto reclama a vossa attençaõ. (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 108-109)

O término da construção do cemitério, a receita financeira da única botica da cidade que pertencia ao Hospital, as doações da população e algumas dotações de verbas recebidas, foram os únicos recursos com que o Hospital São Pedro d'Alcântara contava para pagar suas despesas.

Os Relatórios apresentavam, anualmente, a estatística dos atendimentos, demonstrando que o Hospital sempre acolhia mais do que sua capacidade podia suportar e menos do que havia de demanda da população, sendo alta a mortalidade.

A este respeito encontramos descrições de algumas doenças ali atendidas:

As molestias do figado e dos órgãos, que consecutiva ou sympathicamente são por elles affectados, forão as que determinnarão maior numero de obitos.

Aparecerão tambem, talvez com mais alguma frequencia do que nos annos anteriores, as affeccões do aparelho cerebro spinal, predominando especialmente a myelite com character benigno, no maior numero dos casos.

Mais raras do que em 1857 forão as encephalites. A syphiles primitiva sob todas as suas formas, mas principalmente o viros boubatico, disseminado em quasi toda a população, apresentou, comparativamente aos annos anteriores, muito maior numero de enfermos na classe infima principalmente, e na militar.

[...] As pessoas professionaes, a quem tenho procurado ouvir a respeito das causas originaes das molestias que reinão endemicamente n'esta capital, entendem que ellas devem principalmente ser attribuidas ao genero de alimentação e systema de vida do povo, especialmente da classe indigente, onde os mais faceis e comesinhos preceitos de hygiene são completamente postergados, e á pessima posição topographica da capital, que está assentada em uma profunda bacia de terreno humido, cercada de montanhas, que se elevão em pequena distancia, pelos lados de Leste, Norte e Oeste ao passo que se acha sob a influencia de uma alta temperatura.

O serviço da vaccinação ainda está muito longe da desejavel regularidade, não obstante o zelo com que nelle se emprega o commissario vaccinador provincial Vicente Moretti Foggia. Alem da repugnancia que geralmente mostra a população por este tão util preservativo, e da falta de pessoas habilitadas, que queirão encarregar-se da propagação delle nas diversas localidades da provincia, serve-lhe ainda de embaraço o estado de deterioração e inefficacia em que aqui chega quasi sempre o puz remettido da côrte pelo instituto vacinico. (MEMÓRIAS GOIANAS 7, 1997, p. 230-231)

O escorbuto, a elefantíase, além da morfeia ou lepra, sarampo e caxumba, também foram doenças citadas em outros Relatórios. A epidemia de varíola — que grassou e dizimou populações em todos os continentes — recebeu, por parte do governo local, diversas iniciativas sanitárias; era clara, no entanto, sua utilização para finalidades políticas.

Ainda que a criação deste hospital se devesse a uma Carta Régia, nunca se caracterizou como uma instituição integrante da estrutura do Estado. Foram comerciantes, fazendeiros e funcionários públicos abastados, tanto católicos quanto maçons, que o conceberam. Daí a presença, em seu funcionamento, de certos traços religiosos, caracterizados pela proposta caridosa e misericordiosa.

Magalhães relata que:

Os raros estudos que tratam do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara mostram-no como espaço privilegiado para o desenvolvimento das estratégias sanitárias e como estas interferiram em todo o espaço urbano da cidade de Goiás no século XIX (Moraes, 1995; Salles, 1999; Rabelo, 1997⁵⁶). Todavia não se observa nesses estudos uma análise mais apurada no sentido de esclarecer aspectos fundamentais do funcionamento e do serviço assistencial prestado à comunidade, único no gênero naquela província. Percebe-se que o estabelecimento possuía funções que suplantavam aquelas específicas do nosocômio, entendido como principal local de tratamento das doenças. Era diferente das casas de Misericórdia, em que o atendimento hospitalar era complementar, constituindo apenas uma de suas obras. Em Goiás, o hospital, como o eixo central no que se refere à assistência social, abarcava funções e princípios caritativos cristãos, recolhendo alienados, menores abandonados, assistindo aos encarcerados, doentes e necessitados e, posteriormente, enterrando gratuitamente os indigentes. Prestava amparo material e espiritual à comunidade na vida e na morte. (MAGALHÃES, 2004, p. 662)

⁵⁶ Moraes, Cristina de Cássia Pereira de Moraes 1995. As estratégias de purificação dos espaços na capital da província de Goiás (1835-1843). Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia. (mimeo.)
 Salles, Gilka Vasconcelos Ferreira de 1999. Saúde e doenças em Goiás (1826-1930). Em Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas (org.). Saúde e doenças em Goiás. A medicina possível, pp. 63-127, Goiânia, UFG.
 Rabelo, Danilo 1997 Os excessos do corpo. A normatização dos comportamentos na cidade de Goiás (1822-1899). Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. (mimeo.)
 In (MAGALHÃES, 2004, p. 683)

De fato, a confusão estabelecida entre medicina e caridade favorecia, desde aquela época, usos assistencialistas. O Hospital São Pedro d'Alcântara não fugiu a esta regra. Única instituição de assistência à saúde que existia em toda a Província, foi administrada sem que houvesse uma responsabilidade governamental direta com sua manutenção. No entanto, sempre dependeu da providência e magnanimidade das autoridades públicas.

Magalhães nos informa como os recursos financeiros agora eram geridos:

Mesmo gerenciando um precário orçamento, piorado pelos atrasos no repasse da dotação provincial, a junta diretora conseguia a duras penas administrar o nosocômio, graças ao deferimento do pedido de auxílio de uma loteria para as obras do hospital e a competência para possuir bens de raiz até a quantia de 20 contos de réis. Os administradores pretendiam aplicar parte desse recurso na construção de um novo hospital em local que melhor preenchesse as condições higiênicas para seu estabelecimento.

Em 1848 o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara passou a ser regido pelo Regulamento Provincial nº 1, de 5 de setembro do mesmo ano, que reduziu o número de componentes da junta administrativa de seis para cinco membros.

Embora os efeitos desses novos tempos pudessem ser averiguados na contabilidade mais organizada, os recursos disponíveis para o hospital eram irrisórios diante de suas imensas necessidades. (MAGALHÃES, 2004, p. 669)

Em 1849, o hospital esteve prestes a fechar suas portas por motivos de atraso no repasse das verbas.

O cenário que se constrói nos dez últimos anos do século XIX na Cidade de Goiás, com um evidente reforço da atividade religiosa católica, terá grande importância no desenrolar dos acontecimentos políticos que se desdobrarão nas décadas seguintes, desembocando na transferência da capital para Goiânia.

Seguindo o mesmo caminho das proposições que resultaram no desembarque dos primeiros jesuítas no país, no início do século XVI — catequizar gentios e desenvolver missões religiosas — o bispo D. Cláudio Jose Gomçalves Ponce de Leão solicitou ao Vaticano a vinda da Ordem Religiosa

Dominicana para sua diocese, com a finalidade de combater a pobreza e pagar a fé. (PRUDENTE, 2006, p. 23)

Em 1883, chegaram à Cidade de Goiás os primeiros dominicanos, obtendo do bispo, através de instrumentos jurídicos, o usufruto perpétuo da Casa de Goiás, ocupando inicialmente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, com o objetivo inicial de conter a proliferação das práticas religiosas de cunho devocional⁵⁷. Era necessário reforçar a autoridade da hierarquia eclesiástica.

Durante o início da República, em 1889, a congregação religiosa das freiras dominicanas se instala na Cidade de Goiás, dedicando-se, como era sua tradição, aos cuidados com a educação e saúde da população. Desta maneira, o governo vai, pouco a pouco, eximindo-se de suas responsabilidades, deixando para a iniciativa filantrópica o cuidado com a saúde da população.

Com a chegada das dominicanas, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara passa por grandes transformações. Em 1908 esta Irmandade e a Junta Administrativa, iniciaram uma grande reforma com a ampliação das instalações tanto para o Hospital quanto para um espaço contíguo para servir de residência às irmãs de caridade. Em 1921 novas reformas e novas concepções de atendimento hospitalar vão sendo agregados, tais como salas cirúrgicas e enfermarias mais equipadas. (MAGALHÃES, 2004)

Esta congregação religiosa, além de se encarregar do trabalho administrativo hospitalar, funda também o Colégio Santana e o Asilo São Vicente de Paulo.

⁵⁷ Desde o período colonial, a Igreja Católica exerceu grande influência no Brasil. Com a orientação dada pelo Papa Leão XIII, em 1891, através da Encíclica *Rerum Novarum*, o pontífice propôs à sua Igreja, espalhada pelo mundo, uma redução das influências de um catolicismo de cunho devocional, para outro considerado mais “romano” e conseqüentemente mais rigoroso, que era o catolicismo sacramental. Os sacramentos do batismo, da confissão e da eucaristia passaram a ser obrigatórios para todos aqueles que professassem a fé religiosa. As práticas que reuniam as obras pias, confrarias, os movimentos leigos religiosos bem como as irmandades de caridade, de uma maneira geral, nunca perderam totalmente a força e lugar que ocupavam entre a Igreja e o Poder Público. (SILVA, 2008, p. 541-563)

As associações de caridade tiveram, no Brasil, um lugar importante e complexo. Para o atendimento das classes menos favorecidas, confiou-se a tais instituições o papel de benfeitoras, criando-se a tradição, vigente até os dias de hoje, de apelar, através delas, à generosidade dos mais abastados e aos favores das verbas públicas. Esmolas e donativos eram modalidades explícitas — e porque não dizer expiatórias — de auxílio dos ricos em relação aos pobres. Verbas públicas, no mais das vezes, resultavam de alianças políticas.

O Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara assumiu este papel milagroso, prestando assistência aos pobres, aos presidiários e aos morféticos, além da responsabilidade pelos enterros na capital e a distribuição, através de sua botica, de medicação aos desvalidos. (MAGALHÃES, 2004)

Atualmente este hospital denomina-se Hospital Filantrópico São Pedro D'Alcântara. É mantido pela Associação de Saúde São Pedro de Alcântara — ASPAG, entidade civil de fins filantrópicos, declarada de utilidade pública em 23 de maio de 1974. Conta, entre seus dirigentes, com representantes das seguintes instituições associadas: Obras Sociais da Diocese de Goiás, Loja Maçônica Azilo da Razão, Casa de Cora Coralina, Lions Clube da Cidade de Goiás, Igreja Cristã Evangélica e Associação dos Artesãos de Goiás.

Até os dias de hoje, sofre frequentes e sérias crises financeiras. Para seu funcionamento, depende da liberação de verbas provenientes da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, da Prefeitura local, e de donativos da sociedade. Apesar de sua fragilidade, é, ainda, o hospital de referência da região.

A outra instituição, criada no final do século XIX, que também exerceu — e ainda exerce — papel fundamental na assistência aos desvalidos da Cidade de Goiás, foi o Asilo São Vicente de Paulo.



Foto 30 - Salão interno do Asilo São Vicente de Paulo
Cidade de Goiás – GO, 2006

Como vimos⁵⁸, os preceitos introduzidos por São Vicente de Paulo de cuidar e buscar acolhimento digno aos “pobres anônimos”, isto é, às crianças abandonadas, além de outros trabalhos assistencialistas, tiveram continuidade através das Sociedades de São Vicente de Paulo, fundada em 1833, em Paris. A consequência foi a criação de obras pias por toda a França e, posteriormente, em outros países.

A chegada oficial ao Brasil desta Sociedade deu-se em 16 de novembro de 1872. Extra oficialmente esta associação já existia na Bahia desde 1854.

Em Goiás, ela chegou quase treze anos depois — em 29 de abril de 1885 — quando foi criada a Primeira Conferência da Sociedade São Vicente de Paulo, obtendo, na ocasião, a adesão de dezessete pessoas como sócias. Em 08 de dezembro do ano seguinte, foi instituído o seu Conselho Particular. (PRUDENTE, 2006, p. 24)

⁵⁸ Ver o capítulo “REMINISCÊNCIAS DOS ENJEITADOS, EXPOSTOS, ABANDONADOS E BASTARDOS NA HISTÓRIA” a partir da p. 59.

Os primeiros trabalhos desse grupo foram dedicados à fundação de um espaço, na Cidade de Goiás, com o principal objetivo de abrigar e assistir mendigos, velhos e doentes mentais. Esta iniciativa deveu-se a motivos sociais e econômicos, com cunho caritativo. De um lado, a mendicância aumentava a olhos vistos e conviver com esta população perambulante nas ruas, ameaçava a “harmonia social”, isto é, o sossego da sociedade vila-boense. De outro, gastava-se muito com alugueis para o abrigo e assistência a estes necessitados.

Os vicentinos⁵⁹ que, entre os anos de 1886 e 1888, nutriam o desejo de criar um espaço para o atendimento aos mendigos — agora apoiados pelos religiosos dominicanos, que já haviam aportado, dois anos antes, na cidade—, iniciaram, em 1889, a construção do Asilo São Vicente de Paulo. Já que a escassez de recursos era imensa, alugaram prédios provisórios com a finalidade de atender a população, até à conclusão das obras.

Em 25 de julho de 1909, dez anos depois, o Asilo começa a receber seus primeiros internos.

Prudente relata assim este começo:

Os confrades dirigiram para o antigo asilo localizado na Rosa Gomes, onde tem-se um beco, do qual chegava ao depois chamado de Chácara do Sr. Santomé; e buscaram os futuros asilados, carregando nos braços os que não podiam andar e os portadores de necessidades especiais, chamados então de “bobos” ou idiotas. Ora, mas o asilo não tinha como ideal abarcar os mendigos? Mas, quem eram os mendigos? Quem necessitava de ajuda? Ora, os portadores de necessidades especiais estão inseridos desde o começo do asilo até os dias atuais.

No primeiro dia tiveram onze asilados, dos quais quatro eram homens e sete mulheres. Oito dias depois mais uma senhora foi asilada. (PRUDENTE, 2006, p. 68-69)

Como vemos por esta citação, os “bobos” marcam sua presença já neste começo do Asilo. Ela enfatiza, ainda, que desde os seus primórdios até os dias

⁵⁹ Vicentinos são os associados à Sociedade de São Vicente de Paulo, conhecida no Brasil pelas iniciais SSV. Trata-se de uma organização internacional de leigos católicos, fundada na França, em 1833, por Antônio Frederico Ozanam. Inspira-se no pensamento e na obra de São Vicente de Paulo, incentivando a prática da justiça e da caridade, e o alívio do sofrimento dos mais pobres.

atuais, esta instituição foi preferencialmente dirigida a receber “bobos”, que para lá eram encaminhados ou deixados na soleira de sua porta de entrada, tornando-se referência neste setor em toda a região.

Hoje, apesar da qualidade assistencial que oferece, transformou-se na porta de saída da vida para os “bobos” que são lá deixados, afetivamente carentes, sem serventia para os “beneméritos” que os acolheram quando eram jovens e fortes e largados no esquecimento por suas próprias famílias. (PRUDENTE, 2006, p. 78)

Ao recuperarmos a longa história do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e do Asilo São Vicente de Paulo, constatamos que são instituições que, apesar das constantes ameaças à sua sobrevivência, sempre carregaram parte significativa do fardo da assistência à saúde na Cidade de Goiás.

Emolduraram as incertezas de lá viver, adoecer e morrer, até meados do século XX. Aventura sempre presente nas acaloradas polêmicas, nos conflitos políticos das oligarquias e nos usos demagógicos do padecer humano.

4.4. Cidade de Goiás: suas oligarquias e seus conflitos

A recuperação das reminiscências da formação cultural de Goiás não estaria completa sem o esboço dos contornos de suas oligarquias e seus conflitos.

Vila Boa de Goiás foi elevada à condição de cidade, com o nome de Cidade de Goiás, em 17 de setembro de 1818, através de portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, criando o seu Município como Capital da Província de Goiás.

A UNESCO inseriu-a na lista de Patrimônio Mundial em 16 de dezembro de 2001, conferindo-lhe, em Helsinque, na Finlândia, o título do Patrimônio Histórico da Humanidade.⁶⁰

A cidade, como vimos, apesar de aparentemente perdida nos confins do interior do Brasil, procurou, desde os seus primórdios, manter-se em dia com os principais acontecimentos e correntes de pensamento presentes no país e no mundo.

Nos últimos anos do império, a luta abolicionista, as tensões entre Igreja e Estado e a proclamação da República agitaram sobremodo a vida política de Goiás.

Ecoss dos debates nacionais e internacionais que aportavam àquelas paragens também se enredavam nos conflitos entre as oligarquias familiares⁶¹ que regiam os destinos da cidade e da Província. Os conflitos de interesses dos grupos locais se embaralhavam nas crises nacionais.

A política da Província, até o fim da República Velha, seguia os ditames resultantes dos conflitos entre as oligarquias familiares dos Rodrigues Jardim, Caiados, Fleury, Borges e Bulhões.

Os filhos das oligarquias dominantes na Província eram mandados estudar medicina no Rio de Janeiro e direito em São Paulo, o que os fazia atua-

⁶⁰ “Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura — Unesco — criou a Convenção do Patrimônio Mundial, para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. É parte de um esforço internacional na valorização de bens, que por sua importância para a referência e identidade das nações, possam ser considerados patrimônio de todos os povos. Os países signatários dessa Convenção podem indicar bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. As informações sobre cada candidatura são avaliadas por comissões técnicas e a aprovação final é feita anualmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial, integrado por representantes de 21 países. A proteção e conservação dos bens declarados Patrimônio da Humanidade é compromisso do país onde se localizam. A Unesco participa apoiando ações de proteção, pesquisa e divulgação com recursos técnicos e financeiros do Fundo do Patrimônio Mundial.” [Texto extraído do site oficial da UNESCO] <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=371>>. Acesso em 13 de jan. 2008.

⁶¹ “Oligarquia é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou família. De fato, embora a aparência de organização do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado.” (FAUSTO, 1994, p. 261)

lizados diante das principais questões políticas e intelectuais presentes no centro político do país. Havia, também, muitos contatos com próceres políticos das Minas Gerais e esta proximidade foi importante para os desdobramentos da Revolução de Trinta na Cidade de Goiás.

Sinais de expressão local de alguns dos temas nacionais e internacionais podem ser facilmente exemplificados.

Durante a Guerra do Paraguai — que durou de 23 de dezembro de 1864 a 1 de março de 1870 (FAUSTO, 1994, p. 208-217) —, a Cidade de Goiás aquartelou tropas que eram enviadas às linhas de frente, principalmente para o teatro de operações do Mato Grosso. Até hoje os vila-boenses conservam com carinho e orgulho o quartel do 16º Corpo de Voluntários da Pátria, construído em 1751 e hoje conhecido como Quartel da Tropa de Linha ou Quartel do XX, de onde partiram homens que dela participaram. (LACERDA, 1977, p. 47)

A Abolição que, no final do século XIX, significou a maior mobilização política do final do império, teve menor impacto econômico na região, pois já não era tão dependente da mão de obra escrava. A exploração do ouro, com sua alta demanda de escravos, já se havia esgotado e a atividade econômica estava dirigida à criação do gado e à agricultura que, na opinião de Couto Magalhães, “valem mais do que quanta mina de ouro há”. (MAGALHÃES, 1975, p. 66)

Ao contrário, a separação entre Igreja e Estado no Brasil, decorrente da primeira constituição aprovada logo após a proclamação da República e o reconhecimento da liberdade de culto — mais precisamente em 1890, através do Decreto nº 119-A, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca —, foi questão que repercutiu de forma particularmente intensa na Cidade de Goiás.

Em 1893, foi promulgada outra lei, instituindo o registro civil para o nascimento e falecimento de pessoas, o casamento civil e a transferência da administração dos cemitérios para as municipalidades.

A hierarquia eclesiástica da Cidade de Goiás adotou atitude de oposição frontal à própria proclamação da República e aos novos preceitos consagrados pelo Estado Brasileiro⁶².

Começa a se configurar, desta forma, um quadro de confrontação política na Cidade de Goiás que só será “resolvido” com o término da Primeira República (1889-1930).

Formaram-se dois grandes grupos políticos, envolvendo as principais famílias oligárquicas da Província, contrapondo, de um lado, liberais e maçons — liderados pelos Borges e Bulhões — e, de outro, conservadores e católicos — liderados pelos Jardim e Caiado.

O conflito entre estas duas correntes teve inúmeras repercussões.

Um exemplo disso foi o que ocorreu com o bispo da Diocese de Goiás, Dom Eduardo Duarte Silva, designado em 1891. De origem catarinense, filho de diplomata, completou sua formação eclesiástica na Universidade Gregoriana, em Roma, onde foi ordenado sacerdote. Ainda nesta universidade, doutorou-se em filosofia e teologia (ROCHA, 2009, p. 11). Como bispo da diocese, assumiu rígida orientação pastoral, alinhada com as ideias teológicas, denominadas de ultramontanismo, dos papas romanos⁶³ do século XIX (SILVA, 2003, p. 123-146).

⁶² A década de 1870 assistiu a uma tensão entre Igreja e Estado no Brasil. Houve, entre outros, o episódio da prisão de D. Vital, bispo de Olinda e D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará que, em cumprimento de determinações do papa Pio IX, proibiram a entrada de maçons nas igrejas. (SILVA, 2008, p. 542) A presidência do Conselho de Ministros do governo monárquico, na época, era ocupada pelo Visconde de Rio Branco, que era maçom. “A tempestade só amainou depois de um arranjo (1874-1875) que resultou na substituição do gabinete Rio Branco, na anistia dos bispos e na suspensão pelo papa das proibições aplicadas aos maçons.” (FAUSTO, 1994, p. 230)

⁶³ Foram eles: Leão XII — papa entre 1823 e 1829 —, Pio VIII — papa entre 1829 e 1830 —, Gregório XVI — papa entre 1831 e 1846 —, Pio IX — papa entre 1846 e 1878 e Leão XIII — papa entre 1878 e 1903. O ultramontanismo foi uma reação da Igreja Católica ao crescimento das ideias liberais no século XIX. O termo provém do latim *ultra montes*, palavra com a qual, após a reforma protestante, eram designados os Papas de Roma, que estavam situados para além dos Alpes, do ponto de vista da França e da Alemanha. <<http://en.wikipedia.org/wiki/Ultramontanism>>. Acesso em 06 de jul. 2006. <<http://www.newadvent.org/cathen/15125a.htm>>. Acesso em 06 de jul. 2006.

Do ponto de vista teológico, o ultramontanismo era a doutrina que proclamava o primado do papa sobre as igrejas nacionais. A política ultramontana da Igreja Católica, durante o século XIX, privilegiava a supremacia papal, e os jesuítas eram seus maiores defensores, exaltando o papado sobre toda e qualquer tendência nacionalista.⁶⁴

Dom Eduardo Duarte Silva⁶⁵, na cidade de Goiás, certamente influenciado pelos seus anos de estudo em Roma, assumiu ferreamente a defesa das ideias ultramontanistas, concentrando todo o seu fervor na promoção do casamento religioso e no combate ao casamento civil.

Terminou por se indispor com os vila-boenses a ponto de, em 1896, transferir a sede da diocese para a cidade de Uberaba, no triângulo mineiro, na época pertencente à jurisdição eclesiástica de Goiás, com o devido endosso do papa Leão XIII. (SILVA, 2003, p. 128)

O conflito entre liberais e maçons versus conservadores e católicos, na Cidade de Goiás, resultou na vitória dos primeiros ao se alinharem com a

⁶⁴ O pontificado de Pio IX (papa entre 1846 e 1878) foi o mais longo da história. Devido ao quadro decorrente da unificação da Itália e da perda dos Estados pontifícios, foi um período particularmente difícil para a Igreja Católica. Logo em sua primeira encíclica, condenou as sociedades secretas, a maçonaria e o comunismo. Foi um período de radicalização teológica, em que o papa Pio IX proclamou o dogma da Imaculada Conceição de Maria, em 1854 e publicou, dez anos depois, em 1864, o *Syllabus Errorum* (Relação de Erros), apenso à encíclica "Quanta cura", contendo uma lista de oitenta proposições com as quais o pontífice condenava em bloco as ideologias políticas atérias tais como o comunismo e o socialismo e o que considerava os erros do liberalismo dominante na segunda metade do século XIX, como o da liberdade de consciência e culto, o casamento civil e a separação entre Igreja e Estado. Em seu pontificado realizou-se o Concílio Vaticano I, no qual foi sancionado o dogma da infalibilidade do magistério papal em matéria de fé e moral. O Concílio Vaticano I que durou de 1868 a 1870, foi considerado como a Segunda Reforma, após o Concílio de Trento, realizado entre 1545-1563, considerado o Concílio da Contra-Reforma, após o cisma protestante.
<http://en.wikipedia.org/wiki/Syllabus_errorum> Acesso em 06 de jul. 2006.
<http://en.wikipedia.org/wiki/Pope_Pius_IX>. Acesso em 06 de jul. 2006.
<http://en.wikipedia.org/wiki/First_Vatican_Council>. Acesso em 06 de jul. 2006.
<http://en.wikipedia.org/wiki/Council_of_Trent>. Acesso em 06 de jul. 2006.

⁶⁵ Uma curiosidade é a de que Dom Eduardo Duarte e Silva foi tio e incentivador da vocação de Dom Carlos Duarte Costa (1888-1961), tendo enviado seu sobrinho, inclusive, para completar seus estudos no Colégio Internato Pio-Latino Americano (antecessor do Pontifício Colégio Pio Brasileiro), em Roma. Dom Carlos foi nomeado o segundo bispo de Botucatu e, posteriormente, obrigado a renunciar à diocese em função de seus conflitos com a hierarquia católica romana, recebendo a designação de Bispo de Maura (uma diocese extinta). Do desdobramento desses conflitos, Dom Carlos veio a chefiar o cisma brasileiro da Igreja Católica, fundando a Igreja Católica Apostólica Brasileira. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Duarte_Costa>, Acesso em 06 de jul. 2006.

Revolução de Trinta, levando, como consequência, à transferência da capital do Estado para Goiânia, em 1937.

Aqui cabe uma observação curiosa, que fala do ritmo demorado do desdobramento dos conflitos entre as oligarquias de Goiás. Os goianienses celebram o aniversário de sua cidade no dia 24 de outubro, data em que a pedra fundamental da nova capital foi lançada, no ano de 1933, na localidade de Campinas. Ocorre que a transferência definitiva da capital só ocorreu, de fato, em 23 de março de 1937 (ROCHA, 2009, p. 22-26), cinco anos antes da inauguração da cidade, em julho de 1942. (CHAUL, 2009, p. 109)

Como memória desse período, até hoje, o governador de Goiás, durante uma semana por ano, transfere a sede do Governo para a Cidade de Goiás, num gesto de homenagem à antiga capital.

Alguns vila-boenses manifestam muito orgulho em relação a esta transferência simbólica, participando de diversas solenidades durante a permanência do governador na cidade. É como se, durante estes dias, Vila Boa recuperasse a pujança da condição de Capital.

4.5. A mudança da capital da Cidade de Goiás para Goiânia

A mudança da capital do Estado é um episódio que, em seu conturbado processo, bem expressa o modo singular de o povo goiano pensar, exercer o poder e combater suas lutas políticas.

O historiador e professor Nasr Chaul externa a seguinte opinião sobre a transferência da capital:

(...) Goiânia nasceu para ser capital, nasceu sem infância histórica, sem adolescência interior, madura demais para tão pouco tempo de criação. Resultado de idéias antigas, percorridas pelas vozes dos séculos XVIII e XIX, Goiânia foi surgindo no compasso dos anos 30, na necessidade de projeção política de Pedro Ludovico Teixeira, por entre os embates políticos contrá-

rios à mudança da capital, conduzindo seus passos por entre a carência de verbas e a necessidade de investimentos. (CHAUL, 2009, p. 100)

Neste processo, a figura de Pedro Ludovico Teixeira⁶⁶ adquire importância especial.

Nascido na Cidade de Goiás, formou-se em medicina no Rio de Janeiro. Foi amigo de Olavo Bilac, fundador da Liga da Defesa Nacional⁶⁷ e de Lima Barreto. Sua tese de conclusão de curso versou sobre a histeria, o que denota sua proximidade com os psiquiatras pioneiros da psicanálise no Rio de Janeiro, que, já no início do século XX, se referiam às então recentes teorias de Freud. (VELLOSO; MEIRELES, 2007)

Recém-formado, abre sua clínica na cidade de Rio Verde, em Goiás. No entanto, sentia-se profundamente entediado com a vida interiorana de seu Estado. Sempre que podia, viajava ao Rio de Janeiro⁶⁸ e a Minas Gerais, cultivando amizades e relações de cunho político.

Em 1918, casou-se com Gercina Borges, filha do senador e coronel Antônio Martins Borges, vinculando-se, deste modo, à oligarquia dos Borges.

Pelas mãos do sogro, em 1924, envereda pelo jornalismo, fundando "O Social" em Rio Verde e, por este caminho, ingressa também na política. Combate a oligarquia dos Caiado, cuja violência repudiava. (BITTENCOURT Filho; RIBEIRO, 2009, p. 192)

Em suas viagens, manteve-se em contato com os conspiradores que preparavam a Revolução de Trinta. Marilena Fernandes cita-o em seu trabalho sobre a trajetória política de Ludovico:

⁶⁶ Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) foi um dos líderes da revolução de 1930 em seu Estado. Foi, por duas vezes, Interventor Federal, durante os períodos de 1930 a 1933 e 1937 a 1945. Foi, também, Governador por duas vezes: de 1935 a 1937 e de 1951 a 1954. Foi senador da República em duas legislaturas, 1955 a 1962 e 1962 a 1970. Em 1969, seus direitos políticos foram cassados e suspensos, por dez anos. (FERNANDES, 2003)

⁶⁷ A Liga da Defesa Nacional foi fundada em 1916 e existe até hoje. Sua finalidade principal é "robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo". <<http://www.ligadadefesanacional.org.br/>>. Acesso em 17 de fev. 2007.

⁶⁸ Até o final de sua vida, manteve residência no Rio de Janeiro e em Brasília. (ROCHA, 2009, p. 22)



Foto 31 - Pedro Ludovico com Getúlio Vargas

Google imagens

[...] duas vezes fui convocado a Minas Gerais, para ser orientado. Duas vezes foi adiada [...]. Combinei um código [...] recebi um telegrama de Belo Horizonte nos seguintes termos: procuração segue urgente [...] que significa Revolução começou. (FERNANDES, 2003, p. 26)

Quando eclode a Revolução de Trinta, está integrado ao movimento e se dirige a Minas Gerais. Participa de algumas escaramuças e tiroteios em Quirinópolis, em Goiás, terminando preso em Rio Verde. Após 14 dias, é conduzido, ainda preso, para a Cidade de Goiás.

Há dois relatos, ambos de autoria de Pedro Ludovico, sobre o que ocorreu a partir de então.

No primeiro, afirma que no caminho para a Cidade de Goiás, mais precisamente a trinta quilômetros da cidade, fica sabendo da vitória do movimento liderado por Getúlio Vargas: “vencera a Revolução. [...] Passamos, desde então, de prisioneiro a comandante, entrando vitorioso nesta capital” (TEIXEIRA, 1933, p. 4). A façanha da tomada do poder na Cidade de Goiás, segundo Fernandes (2003, p. 26), foi por ele assim descrita: “Consultei alguns amigos se queriam comigo ocupar o Palácio do Governo. Dez concordaram e assim o fizemos...”

No segundo relato, em depoimento de 1978 — um ano antes de sua morte —, narra sua prisão em Rio Verde e o sério risco que correu de ser assassinado, quando, levado preso, pernoitou na fazenda de César Bastos, um dos responsáveis por sua escolta. No dia seguinte, a três léguas de distância da

Cidade de Goiás, “veio um carro trazendo o recado para o Zaqueu Crispim de que a Revolução realmente havia triunfado” (BITTENCOURT Filho; RIBEIRO, 2009, p. 200). Ludovico convidou César Bastos, Crispim⁶⁹ e a escolta para prosseguirem até a Cidade de Goiás. Bastos se recusou a prosseguir, razão pela qual Ludovico foi acompanhado somente por Crispim. Quando lá chegou, constatou que a maioria das autoridades já havia deixado a cidade. Restara somente o vice-governador que, visitado por ambos, num tácito reconhecimento de que Pedro Ludovico não era mais um prisioneiro, recomendou que fosse levado para a casa de sua mãe.

Em qualquer das duas versões, quando a Coluna Mineira, sob o comando de Carlos Pinheiro Chagas e Quintino Vargas, chega à Cidade de Goiás, já encontra Pedro Ludovico instalado no Palácio do Governo.

Foi constituída, então, em 29 de outubro de 1930, uma Junta Governativa para assumir o poder no Estado de Goiás, Junta esta que durou apenas três semanas. Logo em seguida, provavelmente em razão de seus vínculos com o Dr. Carlos Pinheiro Chagas, Pedro Ludovico Teixeira é nomeado Interventor Federal no Estado, condição em que permaneceu até 1945, quando ocorreu a derrubada do Estado Novo.

A partir daí, Ludovico conduz o seu governo em direção ao que ele denominou de “combate a uma rotina estacionária” (TEIXEIRA, 1933, p. 5), imprimindo ideias que considerava serem progressistas e consubstanciadas em atos concretos, como foi o seu desejo de mudar a velha capital do Estado para outro lugar:

[...] Mas o fator flagrante, o que se apresenta em primeiro plano, o imediato é, inquestionavelmente, a incapacidade da capital atual para impulsionar o progresso do Estado. E como o poderá fazer uma cidade que, com duzentos e tantos anos de existencia, apoiada na situação impar de capital, [...] como poderia dirigir e acionar o desenvolvimento do colossal território goiano uma cidade como Goiaz, isolada, trancada pela tradição e pelas proprias

⁶⁹ César Bastos e Zaqueu Crispim foram políticos caiadistas. (BITTENCOURT Filho; RIBEIRO, 2009, p. 202)

condições topográficas ao progresso, e que em meio século não dá um passo para a frente não se mexe, não se remoça, não resolve um só dos seus problemas? (TEIXEIRA, 1933, p. 122)

Este texto já permite entrever a estratégia adotada pelos progressistas, liderados pelo médico Pedro Ludovico, aliado a Getúlio Vargas, diante dos oligarcas conservadores: frente ao imobilismo dos vetos cruzados entre oligarquias, a saída é transferir a capital, isolando seus oponentes, deixando-os encarcerados no fundo do vale da Serra Dourada. O principal mote da argumentação — que remonta aos idos de 1830 — para justificar esta mudança, será a precária condição de saúde da população, advinda da falta de recursos para o saneamento da cidade.

A primeira declaração pública de Ludovico a respeito da mudança da capital ocorreu em 4 de julho de 1932, na cidade de Bonfim, atual Silvânia. (CHAUL, 2009, p. 102)

Como já vimos, desde a Carta Régia que alçou o Arraial da Barra à condição de Vila, a disputa de privilégios entre arraiais, vilas e cidades, estava presente em Goiás. Por isso, a própria ideia de mudança da capital de Goiás não era original⁷⁰.

A primeira referência que se tem é de 1830, quando o Marechal de Campo Miguel Lino de Moraes, segundo Governador de Goiás no Império, apresentou a proposta. Em 1863, Couto Magalhães voltou a colocar este tema em debate em seu livro *Viagem ao Araguaia* (MAGALHÃES, 1975, p. 66).

A precariedade da estrutura de saneamento e da saúde pública da Cidade de Goiás será lembrada, a todo instante, entre os argumentos para justificar a mudança da capital.

⁷⁰ Apenas dois outros Estados da Federação já tinham transferido suas capitais: Sergipe em 1855 e Minas Gerais em 1897.

Para melhor ilustrar a opinião de Couto Magalhães a respeito, transcrevo alguns trechos de seu livro, citados por Pedro Ludovico em seu “Relatório a Getulio Vargas”, apoiando sua justificativa de transferência da capital:

Temos decaído desde que a industria do ouro desapareceu. Ora, a situação de Goiaz era bem escolhida quando a Provincia era aurifera. Hoje, porém, que está demonstrado que a criação do gado e a agricultura valem mais de que quanta mina de ouro ha pela Provincia, continuar a capital aqui é condenar-nos a morrer de inanição, assim como morreu a industria que indicou a escolha deste lugar. As povoações do Brasil foram formadas a esmo; e economia politica era uma ciencia desconhecida, de modo que o governo ainda que quisesse não poderia dirigir com acerto essas escolhas: hoje, porém, assim não é.

Uma população de 5.000 homens, colocada em lugar desfavorável, não pôde nada mais produzir, do que o necessario para sua nutrição.

[...] Quanto á salubridade, não conheço, entre todos os lugares por onde tenho viajado (e não são poucos) um onde se reunam tantas molestias graves. Quasi que se pode asseverar que não existe aqui um só homem são. A mielites, a hidropsia, a hipertrofia do coração, as aneurismas, a lepra de tres especies diferentes, a tísica, as pneumonias, as febres paludosas, o raquitismo e idiotismo, o bossio, a sífilis e, sobretudo, as inflamações crônicas do estomago, figado e intestinos, ou diziman anualmente a população, ou enfraquecem-na e enervam, de modo que, reproduzindo uma palavra verdadeira e melancolica do finado Bispo, pode-se dizer “que aqui a vida se escôa gemendo constantemente”.⁷¹

Em 1891, o então presidente da Assembleia Estadual, Rodolfo Gustavo da Paixão, assim justifica sua opinião sobre a necessidade da mudança da capital, também apontando as condições sanitárias precárias da cidade, responsável pelos focos de infecção e pelo alto índice de mortalidade:

A capital de Goiaz é, sem duvida, uma daquelas cidades cujo estado sanitario, dia a dia a peor, reclama as mais prontas e energicas providencias. [...] desprovida de bom sistema de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialissimo das latrinas perfuradas no terreno, onde as materias fecais sem escoamento entram em rapida decomposição e exalam deleterios miasmas e absorvidas pelo sub-solo, bastante permeavel, comunicam-se com os poços de serventia, de ordinario abertos nas proximidades daqueles focos de infecção, a decadente Vila Boa hospéda em seu seio poderosos agentes de destruição, que hão de, em breve, transforma-la em vasta Necropole, onde a morte campeie com todo o seu cortejo de horrores.

Ainda ha pouco, as febres palustres, valentemente auxiliadas pela terrivel influenza e por outras enfermidades, vieram provar a razão do asserto; por-

⁷¹ MAGALHÃES, C. Primeira Viagem ao Rio Araguaia, 1863. *Apud* TEIXEIRA (1933, p. 117-118).

quanto houve dia em que se deram oito obitos, mortalidade aterradora para uma pequena cidade de dez mil almas, se tanto!⁷²

Também em 1891, o bispo Dom Duarte Silva, que percorreu a cavalo toda a diocese, registrou em seu diário que “Campinas é um dos mais aprazíveis lugares de Goyaz: vasta é a planície, abundante e excelente a água, matas de primeira qualidade, de modo que presta-se para uma futura cidade e talvez até mesmo para ser a capital do Estado”. (ROCHA, 2009, p. 11)

Os legisladores goianos já fizeram constar da primeira constituição do Estado, em 1891, o projeto de transferência da capital, preceito que permaneceu nas reformas de 1898 e de 1918. (TEIXEIRA, 1933, p. 120)

Os editores da Revista UFG, em 2009⁷³, afirmam que o Estado de Goiás, em 1930, estava isolado do restante do país, ocupando o penúltimo lugar no índice de desenvolvimento dos Estados brasileiros. As práticas políticas de então eram quase feudais. O impulso da construção de Goiânia, segundo eles, foi o início de um processo de desenvolvimento que inseriu Goiás no primeiro grupo de estados brasileiros.

Esse processo teve início quando, na condição de Interventor, Pedro Ludovico Teixeira retoma a questão da mudança da capital, estruturando o discurso político sobre o qual sustentará sua liderança. Com muita sagacidade conquistou o apoio da base da população para suas ideias.

No Relatório encaminhado a Getúlio Vargas — então Chefe do Governo Provisório — e ao povo goiano, no início dos anos trinta, Ludovico Teixeira assim se manifesta no capítulo IX, quando propõe a mudança da capital:

Pondo-nos em contato permanente, diário e intensivo, com as necessidades de Goyaz, estudando-as nas suas fontes, perquirindo, observando, analisando detidamente as causas que têm impossibilitado o desenvolvimento econômico de um Estado rico de reservas naturais como este, chegamos á con-

⁷² PAIXÃO, R. *Apud* TEIXEIRA (1933, p. 111-112).

⁷³ Trata-se da apresentação, denominada Memória, da republicação da entrevista que Pedro Ludovico Teixeira concedeu, em 1978, ao *Jornal Opção*. (BITTENCOURT Filho; RIBEIRO, 2009, p. 191)

vicção, já agora cimentada por mais de 30 meses de governo e investigações, de que a mudança da capital não é apenas um problema na vida de Goiás. É também a chave, o começo de solução de todos os demais problemas. Mudando a sede do Governo para um local que reúna os requisitos de cuja ausência absoluta se ressentia a cidade de Goiás, teremos andado meio caminho na direção da grandeza desta maravilhosa unidade central.

Uma capital acessível, que irradie progresso e marche na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada, é o órgão de que o Estado de Goiás necessita absolutamente para reivindicar, no seio da Federação, o lugar de saliência que os seus imensos recursos, as suas possibilidades infinitas já lhe teriam conquistado, sem dúvida, se a capital atual, retrogradante, incapaz de promover o seu próprio desenvolvimento, não lhe tivesse, pela poderosa influência do meio na mentalidade dos homens, estreitado os horizontes e embargado os impulsos de engrandecimento.

[...] Basta acrescentar que até na população tem havido decréscimo sensível. Em 1890, a população da Cidade de Goiás atingia 10.000 almas. Em 1932, segundo o recenseamento realizado, a sede deste município tinha apenas 8.256 habitantes.

O ambiente de sã renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de 30, não ficou, felizmente, adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação operou-se também em Goiás. E o Governo revolucionário que se instalou neste Estado veio proporcionar à ideia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para a ambicionada realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande Estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo, não poderíamos permanecer surdo à vontade incontestável da maioria do povo goiano, de cujos anseios nos cumpre ser o defensor. (TEIXEIRA, 1933, p. 121-122)

É sobre esta base que Pedro Ludovico Teixeira, através do decreto n. 3.359 de 18 de maio de 1933, fixa as condições da mudança.

Com isso, desfecha seu golpe definitivo sobre seus adversários, os Caiado, e a corrente conservadora predominante na Cidade de Goiás. O processo eleitoral para eleger o governo do Estado estava em curso e a mudança da capital também serviu de estratégia para seu mentor hastear sua bandeira eleitoral.

Com habilidade política, Pedro Ludovico articulou a tessitura para a concretização desse objetivo, o que incluiu a nomeação, em 1932, de uma comissão encarregada da escolha do local para a construção da nova cidade, presidida por Dom Emanuel Gomes de Oliveira, então Arcebispo de Goiás.

Desta comissão também faziam parte: o coronel do Exército Pirineus de Sousa; o médico sanitarista Laudelino Gomes; o comerciante Antonio Augusto de Santana; o engenheiro Jerônimo Curado Fleury e o advogado Colemar Natal e Silva. (TEIXEIRA, 1933, p. 123-124)

Sob pressões políticas e diante de conflitos de interesses, a Comissão — seguindo a recomendação do interventor de que a “história não perdoa os fracços” e de que a nova capital fosse, em tudo, diferente da Cidade de Goiás —, escolhe o município de Campinas para edificá-la. (ROCHA, 2009, p. 25)

Ao contrário da antiga capital, sua localização apresentava clima ameno, água abundante, topografia menos acidentada e a estratégica presença de estrada de ferro. Próxima do rio Meia Ponte, às margens do ribeirão Botafogo, compreendendo as fazendas Crimeia, Vaca Brava e Botafogo” (ROCHA, 2009, p. 22), Goiânia⁷⁴, foi inventada. A nova capital foi construída a partir de projeto de autoria do urbanista Atilio Correia Lima (1901-1943), depois substituído por Armando Augusto de Godói (1876-1944)⁷⁵.

No Relatório a Getúlio Vargas, Ludovico declara seu altruísmo valendo-se de argumentos racionais e positivos, defendendo-se dos que o acusavam de ser movido por preconceitos contra a antiga capital:

Não alimentamos sentimentos contrários á velha capital. Nascido aqui, criado aqui, educado no Liceu de Goiaz, preso portanto á cidade pelos laços afetivos que se estabelecem geralmente entre o homem e a sua terra natal, se considerações de ordem sentimental podessem influir em nosso animo, relativamente ao caso da mudança, é claro que a nossa opinião seria contraria á mesma, tanto mais pelo motivo de que ela fere profundamente os interesses de muitos membros de nossa família, assim como os de numerosos amigos. (TEIXEIRA, 1933, p. 131)

⁷⁴ Goiânia topônimo inspirado no poema épico Goyania, de Manuel de Carvalho Ramos, sobre a saga dos caia-pós, no final do século XIX. (ROCHA, 2009, p. 24)

⁷⁵ O projeto urbanístico de Goiânia proposto por Atilio Lima seguiu a tendência da escola francesa de urbanismo. No entanto, este urbanista rompeu seu contrato com o governo do Estado, antes de concluir a sua implantação. Foi substituído pelo engenheiro urbanista Armando de Godói que adotou o modelo das cidades jardim inglesas. (DAHER, 2009, p. 77)

A figura dos “bobos da Cidade de Goiás” não esteve ausente deste debate.

A propósito do problema de abastecimento de água que flagelava a capital desde 1890, Pedro Ludovico se refere aos “bobos” com palavras duras:

Toda a agua potavel, consumida pela população da Capital, é transportada na cabeça em potes e fornecida pelas duas unicas e pobres fontes existentes, que ainda são as mesmas mandadas levantar, ha 160 anos, pelo Capitão-General D. José de Almeida Vasconcelos — a historica Fonte da Carioca, antigamente chamada Cambaúba, construida em 1772, no primeiro ano, e o não menos historico Chafariz do largo da Cadeia, construido em 1778, no ultimo ano de governo daquele Capitão.

Devido á perpetua escassez de agua potavel, com que a população da Capital se vê a braços o ano inteiro, principalmente nos meses da sêca, ha aqui uma verdadeira legião de carregadores e carregadoras, em que predominam os debeis mentais — ocupada na baldeação de agua para as habitações. (TEIXEIRA, 1933, p. 114)

No arroubo de seus argumentos, denigre a legião de baldeadores:

A contingencia secular de necessitar a população de um exercito de baldeadores de agua, deu lugar a que surgisse uma estranha instituição nitidamente local — o bôbo. Caracteriza-se esta instituição pela tendencia comum, verificavel em muitas das familias goianas, de manter cada uma delas um bôbo — mentecapto, idiota, imbecil — para o serviço de transportes domesticos especialmente o de agua. (TEIXEIRA, 1933, p. 115)

É, no mínimo, surpreendente que um médico, arvorando-se da condição de líder da corrente progressista e modernizadora do Estado, se refira de maneira tão brutal e preconceituosa aos deficientes mentais da cidade. Mais uma vez assiste-se ao espetáculo da completa desconsideração aos “bobos” como figuras humanas que demandam atenção e cuidado. Não difere muito do escárnio a que eram submetidos, em sua vida particular, seus ancestrais, os bobos do Rei.

Em suma, o grosso da argumentação de Ludovico, portanto, enfatizava a impossibilidade de um governo, sediado na Cidade de Goiás, empreender o ritmo necessário para modernizar o Estado.

A consequência foi a estigmatização da antiga capital, considerada como decadente e com “sinais evidentes de atraso”. Os habitantes de Goiânia

passaram a designar a Cidade de Goiás como “Goiás Velho” e seus habitantes como os “bobos de Goiás”, alcunhas que terminaram por se generalizar em todo o Estado, provocando justa indignação dos vila-boenses.

Outro aspecto resultante desse processo é que, com a mudança da capital, a Cidade de Goiás permaneceu com a fama de ser o reduto dos conservadores e opositores à transferência da sede do governo, o que, em parte, é verdadeiro. Existem na cidade, ainda hoje, pessoas que terminantemente se recusam a conhecer Goiânia.

A transferência da capital permanece, até os dias atuais, como uma ferida mal cicatrizada.

Nasr Chaul, a respeito da oposição velho e novo, afirma que a construção de Goiânia inseriu definitivamente Goiás no cenário nacional do projeto nacionalista da Era Vargas: a região na nação.

E continua:

Goiânia pode assim ser encarada como a imaginação utópica da época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela Revolução de 30. Esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado, enfim, de concretização de um projeto político. A velha Goiás representava o exemplo de como não devia ser uma capital. A Goiás Velha era vista como a antítese dos tempos, o buraco do sertão goiano, paciente em fase terminal. A velha Goiás estava velha demais para uma plástica eficiente. Suas rugas no espelho do tempo serviam de demonstração não valorativa.

[...] Goiânia é bonita e perigosa. Agora aos 75 anos, mais astuta, cada vez mais experiente, mesmo sem dar conta das rugas violentas que o tempo moldou a contragosto em sua face mais real e menos poética. (...) Goiânia hoje é também e, sobretudo, a criatura que sobrevive aos criadores. (CHAUL, 2009, p. 108-110)

Assim como Vila Boa, nos tempos das minas de ouro, assumiu posição de destaque entre as demais vilas de sua época, cabe, agora, a Goiânia, a inserção do Estado na modernidade.

Nas palavras de Melo, educadora goiana que priorizou o tema da leitura em suas pesquisas:

Goiânia, cidade inventada, constitui uma nova configuração não só no contexto do Estado de Goiás, mas também no sertão do Brasil. Cidade que desconstrói o equilíbrio da antiga configuração – a tradicional Cidade de Goiás –, criando novas redes de interdependências de aliados (os mudancistas) e de adversários (os antimudancistas), atores fundamentais na representação desse cenário. (MELO, 2007, p. 31)

De fato, este período do século XX foi regido pelo *slogan*: “mudança e progresso”, uma variação para além do lema: “ordem e progresso”. A oposição existente entre selvagem e civilizado, atrasado e progressista, sustentou muitos discursos a favor da modernidade.

4.6. Goiás na encruzilhada do desenvolvimento

Ao longo deste capítulo descrevi vicissitudes sofridas pelo povo do Estado de Goiás. Em reiteradas ocasiões foi atravessado por peijas e controvérsias que resultaram, com frequência, em apropriação de terras e partilha de poder. Desde seus inícios, foi uma terra de fronteira, uma terra de ninguém, que aí estava para ser desbravada, conquistada e explorada. É sua marca de nascença.

A saga empreendida pelos bandeirantes durante as primeiras invasões das terras dos Guayazes parece corresponder a esta voraz compulsão de seguir em frente, no apego a uma miragem de riqueza a ser apropriada, como um Eldorado, posto em algum lugar inalcançável. É uma sanha de andar, e andar, e andar ainda mais um pouco, sem tempo de apreciar, incorporar, engendrar sentidos que perdurem e sustentem as bases de uma identificação coletiva.

A Província de Goiás envolveu-se em diversos litígios para estabelecer os marcos divisórios de suas fronteiras, principalmente com o Pará e Mato Grosso. A criação e demarcação dos limites entre seus povoados, muitas vezes

desembocou em disputas políticas pela obtenção da condição de Vilas. Em 1955, o agora Estado foi escolhido para acolher, em suas terras, Brasília. Mais recentemente, em 1988, cerca de 40% da área, ao norte de Goiás, foi desmembrada, dando origem ao Estado do Tocantins. É inegável que foi, talvez, um dos poucos Estados da federação brasileira a ser dividido tantas vezes.

Goiás foi sacudido pela concretização destas propostas, vendo suas terras rasgadas por modernas rodovias e participando ativamente da construção da nova capital do país.

As reminiscências destas disputas e partições deixaram no povo goiano traços de ameaça, de desconfiança, de medo da exploração, de dificuldade de integração. Ainda aprisionado pelo olhar externo do conquistador, fica à espreita de ser descoberto para se descobrir.

A vaidade de seu povo é a de ter-se tornado um Estado moderno, fincado na encruzilhada do desenvolvimento, com uma produção agropecuária abundante.

A formação cultural do povo goiano, de certa maneira, apesar de ter sofrido uma série de determinações, numa gama de variações muito ampla, foi bem marcada na sua identidade social.

A educadora goiana sintetiza esta ideia ao afirmar que

É nesse sentido que o “sertão goiano” busca seu pertencimento à nação brasileira através das imagens e representações que engendram sua afirmação enquanto região que se pretende moderna e civilizada. (MELO, 2007, p. 32)

Ao final desta explanação, fica a constatação de que a oposição velho e novo se encontra imbricada na história dos “bobos da Cidade de Goiás”, paradoxalmente, enredados nesta aventura utópica da procura do melhor “centro” para o desenvolvimento do Brasil: o Brasil Central.

5 - OS “BOBOS” NO COTIDIANO DA CIDADE DE GOIÁS

O relato feito até agora das reminiscências presentes na formação cultural da Cidade de Goiás não estaria completo sem a inclusão de um esboço das relações sociais cotidianas das quais os “bobos” participam.

É curioso pensar a maneira idiossincrática como essa comunidade “organiza” e “explica” sua trama de papéis e sua própria existência, com os “bobos” nela incluídos.

5.1. “Bobo”: a denotação e suas conotações

Os vila-boenses cultivam hábitos e costumes que, em muitos casos, não diferem dos praticados pelos que lá viveram há três séculos. Conservadores, de tradição católica, de costumes rígidos e severos, apesar da grande hospitalidade, são ciosos de seus princípios e legados culturais, aos quais silenciosamente se aferram.

Um desses “costumes da terra” é o de atribuir apelidos que “pegam” e que acompanham as pessoas pelo resto de suas vidas, mesmo apesar de sua discordância. O primeiro dos apelidos de que se tem notícia é Anhanguera.

Encontramos esta referência em registros do folclore local:

O vila-boense não costuma ferir o conterrâneo com ataques pessoais e achincalhes. Dotado de senso de humor, quando muito cria para o possível desafeto certas situações cômicas ou um epíteto que, se bem imaginado, acompanha-o pela vida a fora. Sendo este um costume da terra, raro é o forasteiro que depois de três dias na cidade não tem seu nome acompanhado por um apelido relacionado com sua aparência física ou qualquer um fato ligado à sua profissão, comportamento ou à sua pessoa. (LACERDA, 1977, p. 37-38)

Isto ocorreu com a própria Cidade de Goiás, frente aos seus desafetos goianienses⁷⁶.

Para desagrado dos vila-boenses, foi por eles apelidada de Goiás Velho, alusão ao passado de cidade histórica e primeira capital de Goiás, ao contrário de Goiânia, capital inventada, moderna e planejada.

O apelido de “velho”, lá, até hoje, é bastante ofensivo. O que se depreende é que se tornou uma espécie de injúria, que põe a nu conteúdos para além da rivalidade entre as capitais: “velho” é o apelido que “pegou” na Cidade de Goiás, por mais que ninguém goste dele. Outro apelido que “pegou” — e que permanece até hoje — é o de “bobo”.

O curioso é que não há explicitação verbal dessa indignação. Quando perguntei, tanto nas ruas quanto nos domicílios, sobre o uso dos vocábulos “velho” e “bobo”, deparei-me com grandes constrangimentos, silêncios, recuos corporais, explícita negação, proibição calada de falar sobre o assunto.

“Bobo” — palavra pertencente ao vocabulário corriqueiro dos vila-boenses — é a denominação “inexplicável” dada a certos deficientes mentais que vivem na Cidade de Goiás. Quando esta palavra, na boca do forasteiro, se transmuta em apelido — como fazem os goianienses —, causa mal-estar.

Diante do forasteiro, esta palavra costuma ser disfarçada, já que os vila-boenses sempre desconfiam da possibilidade de ela ser usada como apelido, e não como denominação.

Uma das dificuldades, durante as entrevistas, foi a de assegurar aos interlocutores meu conhecimento preciso do código local.

É de uma riqueza ímpar de sentidos, o instante de hesitação que surge ao se pronunciar a palavra “bobo” diante de um vila-boense.

⁷⁶ Goianiense: relativo a quem nasce em Goiânia, capital do Estado de Goiás.

A dúvida que permanece no ar é um teste definitivo, um ritual de passagem de inclusão na comunidade. Só se dissolve através do asseguramento do interlocutor quanto ao pleno domínio do código local, com a explicitação do uso denotativo da palavra “bobo”, excluindo-se todas as demais conotações possíveis.

Para exemplificar, tomemos a expressão: “A boba da Joana”.

No código local, o uso, nesta expressão, da palavra “boba”, denomina preferencialmente a deficiente mental que mora na casa de Joana. Ao morador da cidade, conforme a entonação que confere à sua pronúncia, é permitido usá-la em todas as acepções, inclusive a de chamar, de fato, Joana de boba.

No entanto, a polissemia que esta expressão carrega, dita por um forasteiro, é reduzida ao único sentido de que Joana é só — e somente só — uma “boba”. Ou seja, há uma redução do signo ao índice. “Boba”, dita por um que veio de fora, aponta apenas para o sentido ofensivo.

Para ser admitido na comunidade, o estrangeiro deve assegurar ao interlocutor da fidedignidade do uso que faz da convenção local: este é o ritual de passagem. Em síntese, o uso correto da palavra “bobo” é uma senha de pertencimento a esta comunidade.

Talvez por isto, a vila-boense Regina Lacerda, na década de setenta, ao escrever um livro que seria lido também por forasteiros, em vez de “bobos”, preferiu utilizar o epíteto “tipos de rua”. Completa esta amenização, referindo-se a eles como figuras do passado — tentando passar a ideia de que lá não existem mais —, descrevendo-os deste modo:

Criaturas que viveram em Goiás, nas calçadas, debaixo das pontes, ou sob a copa das velhas árvores, homens e mulheres com suas manias, loucos passivos, débeis, mentecaptos, impedidos de se integrarem na sociedade e na vida normal da família. Viviam acossados pelos apupos de crianças travessas. (LACERDA, 1977, p. 52)

Os apupos não se restringem às crianças travessas. Os vila-boenses, quando exigem do forasteiro a garantia de uso devido de seu código, têm boas razões para assim fazê-lo. De fato, no interior da comunidade, a atribuição de apelidos comporta, sempre, certo grau de deboche e escárnio, acompanhados de disfarces amenizadores.

Lacerda nos dá bons exemplos desse manejo linguístico.

Em dado momento, cita o nome — ou seria melhor dizer apelidos? — de muitos dos seus “tipos de rua”, descrevendo-os pormenorizadamente: Antonio-Meia-Quarta, Hilário Biscoito, Pelegrino-Cofre-das-Almas, Maria-Balão, Reboque, Timbó, Galinha-no-Anzol, Chibiu, Bojota, Mané-Boi, Andorinha-no-Fio, Maria Rouca, Inocência, Puíca, Maria-Mandioca, Maria-Bolo-de-Arroz, Paulinho-Sete-Voltas, Zé-Piqui, Aniceta, Antônio-Baú, Benedita-Cocá, Mané-Copinho, dentre outros. (LACERDA, 1977, p. 52-54)

Ao final das três páginas através das quais esta descrição escorre, escreve o seguinte, à guisa de exorcismo da agressividade dissimulada que está na raiz desses apelidos: “Figuras populares perseguidas pelas crianças, porém estimadas e protegidas pelas famílias e instituições de caridade”. (LACERDA, 1977, p. 54)

Dedica-se, na sequência de seu texto, a semelhante descrição das carregadeiras d’água, lenheiros e leiteiros, enfatizando que em “não sendo desajustados sociais, são figuras conhecidas de todos e que se tornam estimados pelos serviços que prestam gentilmente em seus humildes ofícios”. (LACERDA, 1977, p. 54)

A respeito das carregadeiras d’água que ainda existiam no ano de 1977, faz o seguinte relato:

Poucas são hoje as que se dedicam ao trabalho de buscar água na Carioca ou nos chafarizes para as casas de família. Em outros tempos, era muito grande o número de mulheres que ganhavam o sustento da casa com o pote na cabeça, transportando água (potável) o dia todo. [...] Recebendo por mês ou por viagem dada, lá iam as carregadeiras, alegres, limpinhas, conversadei-

ras, faceiras e até parecendo muito felizes. Conforme conduziam água, transmitiam recados entre as famílias e faziam um pequeno jornal trazendo e levando notícias de um bairro a outro, de uma rua a outra. Faço a essas mulheres muito estimadas minha homenagem na figura de Maria do Rosário, a quem, por sua figura esguia e vivaz, chamavam com muito carinho — Maria Macaca. Era muito simpática e muito bem quista. (LACERDA, 1977, p. 54)

O disfarce, a discrição e a zombaria, outras vezes, cedem à execração e à repulsa explícita.

Já vimos, na primeira parte deste trabalho, o tratamento desrespeitoso dado pelo Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, em 1930, aos “bobos”:

Devido á perpertua escassez de água potável, com que a população da Capital se vê a braços o ano inteiro, principalmente nos meses da seca, ha aqui uma verdadeira legião de carregadores e carregadoras, em que predominam os débeis mentais — ocupada na baldeação de água para as habitações. (TEIXEIRA, 1933, p. 114)

Mais adiante, prossegue, utilizando-se, inclusive, do apelido de “velha” para referir-se à cidade:

Em certas epocas do ano, para conseguir encher a vasilha é o carregador obrigado a entrar na «cauda». Parece incrível. É sabido que, em campanha, nas horas de distribuição de refeições, os soldados formam «cauda». Dizem os cronistas que na Russia Sovietica é comum o espetaculo da «cauda» nas portas dos armazéns ou cooperativas de generos. Mas formar «cauda» por causa de um pote de agua é acontecimento estranho e deprimente, que somente se verifica na velha capital de Goiaz. (TEIXEIRA, 1933, p. 114)

Descreve as condições brutais do trabalho dos deficientes mentais no abastecimento de água na Cidade de Goiás:

[...] Nos anos em que a sêca se torna mais demorada, o penoso trabalho de transportar agua do Chafariz e da Fonte da Carioca, para desalterar a população, começa alta madrugada, ás vezes ás tres e até ás duas horas da manhã, durando todo o dia e prolongando-se pela noite a dentro, até ás dez horas. É que o fio de agua de ambas as fontes se adelgaça extraordinariamente, exigindo que, como nos guichets bancários, a ordem da chegada seja obedecida e que cada carregador aguarde a sua vez de encher a vasilha, ainda que dezenas deles já se achem na frente. (TEIXEIRA, 1933, p. 114)

Destilando seu ódio, achincalha os “bobos”:

A contingencia secular de necessitar a população de um exercito de baldeadores de agua, deu lugar a que surgisse uma estranha instituição nitidamente local — o bôbo. Caracteriza-se esta instituição pela tendencia comum, verifi-

cavel em muitas das famílias goianas, de manter cada uma delas um bôbo — mentecapto, idiota, imbecil — para o serviço de transportes domésticos especialmente o de água. (TEIXEIRA, 1933, p. 115)

Talvez este seja o único documento oficial que reconhece a existência dessa “estranha instituição nitidamente local”: o “bobo”.

Vê-se então que o qualificativo conota, de um lado, a ideia de submissão, escravidão, servidão, barbárie, exploração, justificção de violência e, de outro, seus disfarces de caridade, proteção, cuidado, acolhimento, tolerância, redenção e conversão.

5.2. Os enjeitados de Goiás

Outra vertente a esclarecer são as práticas de abandono e recolhimento de crianças pequenas, agora na Cidade de Goiás, para distinguir a feição peculiar que, nela, assumiu a “adoção” dos “bobos”.

Na Província de Goiás a prática da Roda dos Expostos não vingou. Lá, o atendimento dos enjeitados seguiu um curso distinto das demais cidades brasileiras. Em Vila Boa de Goiás vigorava uma modalidade mais branda — e disfarçada — de expor os enjeitados.

As crianças órfãs, de uma maneira geral, eram “doadas” para famílias mais abastadas. Só os muito pobres abandonavam anonimamente seus filhos, deixando entrever que havia certa resistência a esse ato, praticado só em último caso.

Tornou-se então tradição na Província, entre algumas famílias, receberem estas crianças que tanto podiam ser filho de algum parente distante, de algum amigo, ou um afilhado, para serem “criados”, recebendo o honroso título de “filhos de criação”, gesto distinto da adoção, que pressupunha o registro formal de adotivo. Essa tradição tem raízes na época medieval, quan-

do servos entregavam filhos aos mestres de ofício para serem “criados e adestrados”. Tratava-se de uma parte indispensável do ritual de passagem para a futura inclusão do aprendiz nas guildas⁷⁷.

A historiadora goiana Diane Valdez considera que a adoção de crianças de famílias goianas não era comum.

Apesar de não ser comum o abandono de crianças por famílias goianas, práticas como a adoção forçada de crianças indígenas, a utilização da mão-de-obra dos chamados “bobos” e a adoção de crianças negras foram muito utilizadas no período em questão. (VALDEZ, 2004, p. 107)

Os que não podiam se valer de parentes ou amigos ricos, dada a inexistência da Roda, deixavam suas crianças recém-nascidas nas ruas, nas soleiras das Igrejas ou de alguma residência de família, considerada com posses.

Na “adoção” dos “filhos de criação” permanecia implícito um pacto de troca entre os cuidados que lhes eram prestados e a contrapartida de seu trabalho, principalmente doméstico. Chegados à idade adulta, eram livres para seguir seus próprios caminhos. Formavam suas famílias, desenvolviam atividades profissionais, não havendo “cobrança” de retribuição. A única dívida era a afetiva. Permaneciam ligados emocionalmente e deles se esperava a presença submissa, leal e solidária na rede vincular da família extensa, embora só raramente, lhes fosse conferida alguma participação no patrimônio comum, a título de doação.

As práticas informais de adoção, na Cidade de Goiás, chegam a mascarar as estatísticas.

Valdez em pesquisa empreendida nos Arquivos de Registros de Batismos da Diocese da Cidade de Goiás, verificou que “o total de expostos em Goiás, nas três primeiras décadas do século XIX, corresponde a 0,9% do total.

⁷⁷ Guilda, a denominação própria das corporações de ofício: “associação que agrupava, em certos países da Europa durante a idade Média, indivíduos com interesses comuns (negociantes, artesãos, artistas) e visava proporcionar assistência e proteção a seus membros” (HOUAISS, 2004, p. 1000).

Ou seja, de um total de 817 registros, oito crianças foram expostas”. (VALDEZ, 2004, p. 115)

É um número irrisório a olhos vistos, índice bem inferior a São Paulo, que somente na paróquia da Sé, entre os anos de 1741 e 1845, atingiu a porcentagem de 15,99%, ou de Salvador que, em apenas um ano, recebeu 75 crianças em sua Roda dos Expostos. (VALDEZ, 2004, p. 115)

Esta pesquisadora confirma a peculiaridade das adoções na Cidade de Goiás:

O abandono nas portas era característica de Goiás. Ao contrário de outras regiões do Brasil, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, criado em 1825 na Vila Boa de Goiás, não desempenhou nenhum papel na criação dos expostos. (VALDEZ, 2004, p. 117)

O abandono de crianças não fez parte dos costumes dos escravos e tampouco das sociedades indígenas da Província, até o século XVIII. Quando ocorria a orfandade ou abandono de uma criança negra, seguia-se o preceito cristão de ser criada “como se fosse filha”, e com as indígenas, quando adotadas, eram “em nome da civilização”. Alguns conseguiam estudar, mérito atribuído à “generosidade” das famílias. (VALDEZ, 2004, p. 119)

Valdez faz as seguintes considerações sobre este tipo de adoção:

Importante registrar que, apesar de não ter sido encontrado um índice elevado de abandono em Goiás, em muitas circunstâncias, crianças foram separadas de seu [sic] pais, não por opção destes, mas por meio de adoção, como no caso das crianças negras recebidas pelas famílias da elite para serem criadas como empregadas e dos filhos dos índios que foram tomados de seus pais e tribos em nome da “civilização”. (VALDEZ, 2004, p. 118)

Na Província de Goiás, esta adoção acontecia de várias maneiras. A principal delas é que este filho de criação teria seu destino traçado: em troca de casa e comida deveria prestar serviços. Se fosse menina faria serviços domésticos e “brincava”, cuidando das crianças. Se menino, trabalharia em serviços mais pesados, em atividades comerciais, técnicas e também rurais, sempre de auxílio a um dos moradores adultos da casa, ou entraria no “Quar-

tel dos Menores”, codinome dado à Companhia de Aprendizes Militares do Ministério da Guerra, instalada na cidade em 1877, como também nos relata Valdez (2004, p. 124), para servir o exército.

Esta instituição militar recebeu inúmeras crianças órfãs, pobres e filhos naturais, com uma idade variável entre sete e doze anos. Em 1889, ano da proclamação da República, contava com 127 meninos aprendizes.

Esta Companhia permaneceu na Província de Goiás durante aproximadamente 14 anos, tendo por finalidade pedagógico militar a inserção destas crianças no serviço das armas. Resultava que estes meninos, inseridos nas instruções militares sob rigorosa disciplina, além de conviver com os presos, recebiam outros tipos de aprendizagem. Eram também alfabetizados, recebendo noções musicais e práticas esportivas. Muitos tornavam-se soldados, outros desertavam.

No final do século XIX, em substituição a esta Companhia, foram criadas nas áreas rurais, em regime de internato, as colônias agrícolas e as colônias para órfãos, com a finalidade de abrigar os menores abandonados.

Sem dúvida, reconhecemos que este tema é de grande relevância. No entanto, a nossa principal atenção, neste momento, é trazê-lo para uma discussão com uma intenção mais definida, que é examinarmos o lugar do “bobo” na Cidade de Goiás, na medida em que as vicissitudes que sofreram guardam grande proximidade com os destinos das crianças que foram expostas, abandonadas, largadas e enjeitadas.

5.3. A criação dos “bobos da Cidade de Goiás”

Vimos que a tradição do “filho de criação” — a entrega de um filho para outra família criar — foi uma prática comum na Província de Goiás.

Já o abandono e recolhimento de deficientes mentais — a “adoção” dos “bobos” — eram revestidos de outras particularidades, fugindo às tradições, diríamos, clássicas.

A marca de nascença dessas crianças determinava seu destino. Eram, em sua maioria, geradas no meio rural e a condição de deficiência as incapacitava para o trabalho no campo. Ir para a cidade era sua sina.

Recolhi relatos de famílias que “adotaram” “bobos”, nos quais se contava que algum parente havia trazido uma criança deficiente mental solicitando que fosse acolhida. Em alguns casos, o parente pedia à família adotante, a guarda provisória da criança, alegando motivo de viagem, para nunca mais voltar para recolhê-la.

As deficiências das condições de vida da Cidade de Goiás casavam como uma luva com as deficiências dessas crianças enjeitadas. Eram cuidadosamente treinadas para a execução dos trabalhos mais árduos e mecânicos que as falhas estruturais dos serviços urbanos impunham aos seus habitantes. A docilidade ao comando lhes era imposta, para o que em muito contribuía a surdo-mudez de que a maioria deles padecia.

Preenchiam, ao mesmo tempo, a lacuna deixada pela abolição da escravidão, sob a aura caridosa da adoção dos “filhos de criação”. E o jugo a que eram submetidos valia para toda a vida.

Valdez reforça, em 2004, esta afirmação: “Havia também os “bobos” que foram largamente adotados por famílias para serem utilizados como serviços.” (VALDEZ, 2004, p. 118)

Mais adiante agrega:

De acordo com a literatura e o folclore, a prática de adoção ficou patente no que diz respeito aos “bobos”, adotados em massa pelas famílias, para cumprirem o papel de serviços da casa.

[...] Sobre os “bobos”, Rodrigues(1982, p. 42) alerta que, logo após a Abolição, veio o segundo empobrecimento das famílias vila-boenses, e, para a

classe dominante manter seu nível, os trabalhos domésticos foram redistribuídos para sustentar seu orgulho de classe:

“As senhoras nada faziam, mas possuíam uma tremenda capacidade de mando que passaram a exercer sobre as crias da casa nas quais descarregavam o trabalho pesado, e nos “bobos”, que buscavam água, lenha, lavavam, passavam e davam recados”. (VALDEZ, 2004, p. 119)

A esse respeito, o médico e interventor Pedro Ludovico, no Relatório já citado, com seu duro destempero, nos oferece uma descrição clara e direta sobre os motivos que levava a sociedade local a adotar estes deficientes:

Ha numerosas familias que se beneficiam dos serviços desses desherdados da sorte, transformando-os em escravos irremissíveis, a troco dos restos de comida e de um canto para dormir, nao raro entre os animais domesticos. Contam-se ás dezenas, nesta Capital, os infelizes classificaveis no extenso grupo patológico dos débeis mentais, desde os imbecis natos até os cretinizados pela miséria física ou por outras causas degenerescentes, congêntas ou adquiridas, os quais, como verdadeiras maquinas se esbofam nos trabalhos caseiros das famílias que os acolhem. (TEIXEIRA, 1933, p. 115)

Catar ciscos, varrer o quintal e as portas da rua, mexer os grandes tachos de doces, lavar e arear as vasilhas, brincar com as crianças, levar e trazer bilhetes, rachar lenha, carregar água na cabeça, lavar, passar, cozinhar, estes eram, em sua maioria, os encargos recebidos pelos “bobos” da Cidade de Goiás. Em alguns casos, sofriam severas punições físicas. Eram submetidos em corpo e alma.

O ônus de sua “criação” era quitado pela exploração de seu trabalho. As “famílias de criação” tinham, no entanto, o benefício de se sentirem aliviadas na consciência e dispensadas de culpas, pois se tinham como “caridosas” por ajudarem um “bobo”.

A exigência explicativa deste fenômeno, até os dias de hoje, fica adormecida sob um grande manto. É proibido a qualquer pessoa de fora da comunidade, tocar no assunto. Como já vimos, o constrangimento é enorme.

O paradoxo é que, de um lado, temos o atributo de “bobo” sendo depositado, há séculos, numa categoria de deficientes mentais. De outro, temos o segredo, o isolamento, a reclusão, a banalização, a vulgarização.

Ao mesmo tempo em que há certa reificação e naturalização⁷⁸, há também um grande tabu. Seria a forma de escamotear a subjugação?

É como se, aos “bobos”, a natureza humana fosse negada. Sua presença naturalizada no cotidiano os transforma em mais um tipo de animal doméstico, muito útil, bem mais inteligente do que outros bichos de estimação.

Como, no imaginário da comunidade, se explica a existência desta “espécie” diferente de seres vivos?

5.4. O destino final dos “bobos”: o Asilo São Vicente de Paulo

Naturalizados pelo cotidiano e esquecidos pelo poder público, foram tratados com displicência, quando não, na forma oficialmente preconceituosa do médico interventor federal Pedro Ludovico Teixeira (1933, p. 115) que a eles se referiu como “débeis mentais”, “imbecis”, “cretinizados”, “mentecaptos”, “exército de baldeadores de água”, entre outros “mimos”.

Já no século XIX (por volta de 1830), o também médico e inspetor de saúde José Netto de Campos Carneiro, descreve a má sorte a que eles foram relegados:

(...) a vida anormal que levam, esses indivíduos, abandonados e colocados em uma posição crítica e indefinida, mantêm-nos fora da comunhão social, infeliz pelo seu estado mórbido mil vezes pior que a morte, infelizes porque a caridade pública parece esquecê-los e negar-se a estender-lhes a sua bem fazeja mão, infelizes porque o governo até agora tem-se mostrado surdo aos seus gemidos e quando alguma providência se toma é apenas para retirá-los da sociedade quais animais hidrófobos e não para socorrê-los, e, sendo curá-los, mitigar por seus cruéis sofrimentos, prestando de acordo com a civilização, real serviço a humanidade e ciência (CARNEIRO *Apud* MAGALHÃES, 2004b, p. 141). (PRUDENTE, 2006, p. 39-40)

⁷⁸ Este tema será abordado com mais vagar no tópico “A perspectiva psicossocial” na p. 185.

Somente no final do século XX é que os deficientes mentais, físicos e fonoauditivos do Estado de Goiás, através da Lei nº. 12.695 de 11 de setembro de 1995, foram incluídos num programa de atenção e preocupação legal, sendo oficialmente criados: a Política Estadual de Atenção ao Deficiente, o Fundo Estadual de Apoio ao Deficiente e o Conselho Estadual dos Direitos do Deficiente. (PRUDENTE, 2006, p. 40)

Anteriormente, na Cidade de Goiás, deficientes mentais, idosos, doentes mentais e outros portadores de doenças infecciosas, tiveram como único programa de atenção, a modalidade asilar. Alojados indiscriminadamente no Asilo São Vicente de Paulo, receberam, além dos cuidados caritativos de sobrevivência, atenção genérica, sem observância específica das necessidades que sua condição demandava. É até de se perguntar se, para os internos do asilo, tais políticas e programas oficiais tiveram alguma valia. Constatei que, até para a obtenção de aposentadoria para os “bobos” internados, o Asilo enfrenta grandes dificuldades, dadas as exigências burocráticas quanto à documentação civil dos mesmos.

Este espaço, fundado no início do século XX pelos vicentinos com apoio dos dominicanos, foi construído para o atendimento dos mendigos e excluídos sociais. Sua finalidade original foi modificada: transformou-se no último reduto dos “bobos da Cidade de Goiás”. Na medida em que envelhecem, estão sendo progressivamente ali abrigados. São poucos os que ainda permanecem vivendo nas famílias que os “adotaram” ou que perambulam pelas ruas.

Hoje, esta instituição é referência no Estado para o acolhimento e atendimento aos “bobos” em seu final de vida. São encaminhados pelas famílias quando não mais apresentam as condições físicas necessárias para o desempenho dos serviços domésticos.

O acolhimento dos “bobos” pelo Asilo, historicamente, aconteceu de várias maneiras. O mais comum, era que um dos pais, habitantes das áreas

rurais, colocasse na soleira da porta da instituição o recém-nascido com “defeito de nascença”. Esta prática se disseminou por todo o Estado, chegando o Asilo a receber crianças com alguma deficiência, vindos de regiões distantes da antiga capital. Quando o Asilo as recebia, cuidava de identificar famílias que desejassem “adotá-las”. Nos dias atuais, lá não mais existem crianças internas.

Apesar de os vicentinos serem oficialmente seus mantenedores, o Asilo São Vicente de Paulo conta, até os dias de hoje, com a colaboração material e espiritual das dominicanas que o dirigem⁷⁹ e abriga em torno de 100 “bobos” entre seus internos.

Em 28 de outubro de 2005 faleceu a irmã dominicana Maria Aspásia Lisboa (1925-2005), figura carismática que, durante décadas, influenciou autoridades e governo para assistir, com donativos e verbas, o Asilo.

As condições materiais de sobrevivência da instituição são precárias. Possui alguns imóveis alugados, espalhados pela cidade, que rendem aluguéis — bastante irrisórios e nem sempre pagos em dia — usados para as despesas do dispensário, além de doações e alguma contribuição do governo.

No entanto, pelo esforço das irmãs que o dirigem, vem sendo bem conservado e recebeu equipamentos de fisioterapia, tornando-se referência na cidade, também como centro de reabilitação física.

Em 2002, este Asilo foi considerado pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como um bem de relevância histórica e cultural da cidade. Apesar deste honroso título, a sua sede e alojamentos ficam localizados fora da área do Entorno, isto é, da área de tombamento do Centro

⁷⁹ Atualmente, três freiras se encarregam de conduzi-lo: Ir. Acirema Vieira de Souza, diretora do Asilo; Ir. Verônica assistente social, auxiliar de enfermagem e cozinheira; e Ir. Minervina Gomes de Souza, assistente social, tesoureira da província, e ecônoma das Irmãs. (PRUDENTE, 2006, p. 70-71)

Histórico. A edificação, por si própria, não apresenta as características típicas dos prédios históricos da Cidade de Goiás.

Em visita a esta instituição constatei a presença não só dos deficientes que são considerados “bobos”, mas também de pacientes que, notadamente, apresentavam outras patologias: psicoses, demências senis, esclerose múltipla, ou mesmo deficiências fonoaudiológicas.

Com o envelhecimento dos “bobos” e seu desaparecimento previsível, o Asilo São Vicente de Paulo, de destino final dos “bobos da Cidade de Goiás”, está progressivamente se transformando numa instituição especializada em abrigar idosos de baixa renda.

PARTE II

INVESTIGANDO OS “BOBOS” DA CIDADE DE GOIÁS

Abordei, na primeira parte deste trabalho, o que denominei de reminiscências, ou seja, os conteúdos de memória que atravessam o dia a dia dos moradores da Cidade de Goiás.

A presença inequívoca dos “bobos” na sua vida social cotidiana, acarreta pluralidade de manifestações. Se fizermos um exercício imaginário de olhar para a cidade num sobrevoo, veríamos a população, no seu azáfama, caminhando pelas ruas e atravessando praças, entrando e saindo das edificações domésticas, públicas, religiosas, educacionais, hospitalares, comunicando-se verbal e gestualmente, desempenhando papéis, ocupando-se dos fazeres mais diversos de higiene e sobrevivência, realizando um sem fim de trocas.

Continuando nesse exercício de imaginação, distinguiríamos um certo número de criaturas — nossos “bobos” —, entrelaçadas no tecido social, coloridamente vestidas e enfeitadas com penduricalhos, debruçadas nas janelas, brincando com os transeuntes, andando pelas praças, gesticulando efusivamente, rachando lenha, carregando latas d’água na cabeça enrodilhada, varrendo quintais, catando gravetos, cuidando de meninos, mexendo grandes tachos de doces.

A ensaísta goiana Cássia Fernandes nos acode com sua descrição:

Em Goiás os bobos babam livres. E são uns velhinhos mansos que riem de tudo e parecem achar ainda dinheiro perdido nas calçadas e alguma graça na vida. Perguntam as horas a toda hora, baixinho, como se o tempo ou os relógios lhes importassem, como se a pressa ou a missa lhes conviessem, como se tivessem compromissos urgentes na próxima esquina, onde se deitam a mendigar nadinha. Eles não têm que salvar o mundo. Não são Jesus ou qualquer Buda. Não depende deles a sorte dos homens sobre a Terra.

Seus delírios de grandeza não passam de curtos suspiros. Não leram O Alienista”⁸⁰.

A contemplação desta paisagem nos deixaria, passada a surpresa, cheios de indagações.

É um quadro de enigmas, atravessamentos entre realidade e imaginário, resultantes de atordoante entrecruzamento de conteúdos.

Na segunda parte deste trabalho, dedico-me à apresentação do desenvolvimento da investigação que constitui o núcleo propriamente dito desta tese.

Parto da descrição do cenário da Cidade de Goiás em que ela se desenvolveu para, em seguida, dedicar-me à explicitação de algumas referências teóricas e científicas necessárias à adequada abordagem da multiplicidade de fenômenos comportados por meu objeto de estudo: os “bobos da Cidade de Goiás”.

⁸⁰ FERNANDES, C. Os bobos de Goiás. <<http://mimeographo.blogspot.com/2006/05/os-bobos-de-gois.html>>. Acesso em 26 de jun. 2006.

6 - CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS PARA ANÁLISE DOS ENIGMAS E SILÊNCIOS NA CIDADE DE GOIÁS

A Cidade de Goiás, cidade histórica e monumento da humanidade, criou em torno de si mesma um conjunto de lendas que constituem seu fascínio e sua graça. Entre elas, a lenda do Anhanguera, a de Pedro Ludovico, a de Cora Coralina, a da Procissão do Fogaréu, a participação da cidade na Guerra do Paraguai, a mudança da capital e tantas outras. São as reminiscências de que falei na primeira parte deste trabalho.

Os “bobos da Cidade de Goiás” também fazem parte deste arsenal lendário. As “explicações” e “justificativas” para a existência, apropriação e uso destes “seres excêntricos” são expressões desse repertório mítico: consanguinidade, papo (bócio), “adoção” generosa e sua “criação” cuidadosa, por exemplo. Há um lastro sociocultural depositado sobre eles, tratado com tácito fatalismo, como se sua existência decorresse da ordem natural dos acontecimentos e estivesse acima do bem e do mal, blindada contra toda e qualquer indagação.

Sua presença no cotidiano, no entanto, é fenômeno complexo, carregado de enigmas e silêncios, que não pode ser reduzida à simples categoria de uma figura de folclore. São deficientes mentais que apresentam características peculiares que, do ponto de vista sociocultural, foram apropriadas e utilizadas pela comunidade. Da perspectiva etiológica, essas deficiências não são redutíveis a uma única síndrome patológica. A reflexão crítica recusa a mera aceitação das “explicações” que comumente lá ouvimos para a alta incidência de casos na região. A ideia de “consanguinidade-causa”, examinada neste capítulo, não pode ser aceita de forma acrítica. As práticas sociais de apropriação e

uso de sua força de trabalho e de seus próprios corpos também merecem análise acurada.

Neste capítulo, procuro convergir elementos teóricos oferecidos pela neurologia, genética, antropologia, psicanálise e psicologia social para abordar o fenômeno dos “bobos” com mais acuidade, evitando escorregar em equívocos muito comuns quando se acerca do tema.

6.1. Nosografia da deficiência mental⁸¹

É inegável que os “bobos” são portadores de deficiência ou retardo mental. Por isso, é imprescindível o exame de sua conceituação e de suas diversas implicações.

Foi somente durante o século XX que a deficiência mental obteve, por parte das organizações ligadas à área da saúde, reconhecimento e diagnóstico oficial.

Até os dias atuais, sua conceituação suscita grandes desafios. Os instrumentos de avaliação e diagnóstico disponíveis, quase sempre, remetem a critérios estereotipados de normalidade, gerando inúmeras interpretações, concepções e metáforas relativas à incapacidade dos deficientes mentais, impedindo-os de serem adequadamente atendidos em suas singularidades.

Para ser diagnosticado deficiente mental o consenso é o de considerar o grau de adaptabilidade do sujeito ao mundo, aos objetos e sua relação com os demais indivíduos de uma mesma cultura.

⁸¹ Como já afirmei na Introdução, apesar das propostas de mudança de nomenclatura, seja para “portadores de necessidades especiais”, seja para “deficientes intelectuais”, manterei neste trabalho as expressões “deficiência mental” ou “retardo mental” utilizadas pelo CID-10 e DSM IV por serem mais vigentes e por considerá-las mais adequadas, já que permitem a clara distinção entre “deficiente mental” e “doente mental”, além de o conceito de mente ser mais abrangente que o de intelecto.

Os mecanismos sociais e culturais são os reguladores definitivos na caracterização do diagnóstico. O diagnóstico, em geral, é feito através de métodos comparativos, o que denota a relatividade com que deve ser tratado este tema.

Na descrição proposta pelo CID-10⁸², o Retardo Mental — em substituição à expressão Deficiência Mental — caracteriza-se por uma:

[...] parada do desenvolvimento ou desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizados essencialmente por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência, isto é, das funções cognitivas de linguagem, da motricidade e do comportamento social. O retardo mental pode acompanhar outro transtorno mental ou físico, ou ocorrer de modo independente. (CID-10, 2003, p. 66-68)

Este documento estabelece como critério de classificação a amplitude aproximada do QI — Quociente de Inteligência, resultando em seis tipos de retardo mental: o leve ou limítrofe (QI 50-69), o moderado (QI 35-49), o grave ou severo (20-34) e o profundo (abaixo de 20). O CID-10 também admite em sua classificação as categorias de “outro retardo mental” e o “não especificado”.

No manual do DSM IV⁸³, encontramos uma classificação similar à do CID-10, com a seguinte definição para a Deficiência Mental ou Retardo Mental:

[...] funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança.⁸⁴

⁸² CID-10 é a décima revisão feita na classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde, realizada pela Organização Panamericana da Saúde, da OMS – Organização Mundial de Saúde.

⁸³ DSM IV é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, da *American Psychiatric Association*. Contém os últimos critérios mundialmente aceitos e aplicados dos diagnósticos em transtornos mentais.

⁸⁴ DSM IV. <http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm_janela.php?cod=178>. Acesso em 23 de set. 2007.

Mais recentemente, ao final da Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual da Organização Pan-americana de Saúde e Organização Mundial de Saúde (OPS/OMS), realizada nos dias 05 e 06 de outubro de 2004, no Canadá, foi divulgada a “Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual”, na qual, além de inovar na denominação, ao adotar a expressão deficiência intelectual para substituir outras expressões utilizadas, explicita os direitos fundamentais da pessoa com deficiência.⁸⁵

Ainda que os critérios para aferir o grau de deficiência de uma pessoa se baseiem nos índices numéricos do QI, já é quase unânime a opinião de que estes critérios devem ser desprezados em detrimento de uma cuidadosa análise qualitativa das condições de adaptabilidade do indivíduo.

Isto quer dizer que na avaliação de um quadro de deficiência mental será levado em maior consideração o

[...] modo como a pessoa enfrenta efetivamente as exigências comuns da vida e o grau em que experimenta uma certa independência pessoal compatível com sua faixa etária, bem como o grau de bagagem sócio-cultural do contexto comunitário no qual se insere.

O funcionamento adaptativo da pessoa pode ser influenciado por vários fatores, incluindo educação, treinamento, motivação, características de personalidade, oportunidades sociais e vocacionais, necessidades práticas e condições médicas gerais. Em termos de cuidados e condutas, os problemas na adaptação habitualmente melhoram mais com esforços terapêuticos do que o QI cognitivo. Este tende a permanecer mais estável, independente das atitudes terapêuticas, até o momento⁸⁶.

É também considerado, na classificação por estes organismos de saúde internacional, que o início da deficiência mental deve ocorrer antes da idade de dezoito anos, isto é, dentro da faixa etária em que surgem comumente os transtornos específicos de desenvolvimento.

⁸⁵ OPS/OMS. DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. <http://www.defnet.org.br/decl_montreal.htm>. Acesso em 29 de nov. 2009.

⁸⁶ BALLONE, G. Deficiência Mental <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html>>. Acesso em 23 de set. 2007.

Este tema, sem dúvida alguma, comporta, pela sua complexidade, ampla discussão.

Os déficits de linguagem, da memória, do juízo, do raciocínio lógico e do pensamento, os distúrbios cognitivos e de aprendizagem, da atenção, da percepção dos elementos simbólicos, são alguns critérios importantes para o estabelecimento do diagnóstico diferencial. Afinal, encontramos outros quadros patológicos que apresentam sintomatologias similares, tais como psicoses, dislexias, autismos, carências nutricionais, deficiências culturais, ausências de resposta por escassez de estímulos adequados.

Pichon-Rivière (1907-1977), psiquiatra e psicanalista suíço-argentino, a partir de seus estudos sobre o autismo precoce, proposto por Leo Kanner (1894-1981), e durante seu estágio no Asilo de Torres para deficientes mentais, em Lujan, Argentina, propôs o conceito de oligotimia, como diferencial ao quadro patológico das oligofrenias. (VELLOSO; MEIRELES, 2007, p. 18)

Para Pichon, ao lado do quadro clássico das oligofrenias, em que há de fato um déficit mental proveniente ou de causas genéticas ou de lesões orgânicas, não se pode deixar de considerar as causas de natureza emocional e afetivas como responsáveis também pelos quadros de deficiência mental.

Seguindo esse caminho, percebeu que uma grande porcentagem (sessenta por cento) dos internos tinha transtornos de retardo mental decorrentes de causas de natureza emocional e afetiva, o que os distinguiu dos demais pacientes que apresentavam lesões orgânicas como causa fundamental para seus males.

[...] Os oligotímicos, no entender de Pichon, são crianças educáveis, harmônicas, bem-formadas, enquanto os oligofrênicos têm estigmas físicos inconfundíveis. Discordava da palavra re-educáveis, porque, para ele, os oligotímicos ainda não tinham sido educados." (VELLOSO; MEIRELES, 2007, p. 74)

Atualmente, o que determina o diagnóstico de deficiência ou retardo mental são os resultados provenientes das avaliações neurológicas, genéticas, psiquiátricas, psicológicas, sociológicas e clínicas.

Esta conduta, que leva em consideração a dinâmica mental do deficiente — e não em qual score ele se enquadra (QI) —, rompe com a orientação preconceituosa que até bem pouco tempo atrás era utilizada, negando às pessoas mentalmente deficientes, as possibilidades de desenvolver e desempenhar suas habilidades adaptativas de maneira singular e de exercer seus direitos de cidadania.

Nessa perspectiva, é inegável que a maioria dos “bobos” são portadores de deficiência ou retardo mental. No entanto, se estudados caso a caso, pode-se identificar alguns dos que são tidos por “bobos”, como simples portadores de deficiência auditiva que não receberam atenção especializada.

6.2. A perspectiva neurológica

As deficiências apresentadas pelos “bobos da Cidade de Goiás”, a olhos vistos, não correspondem a uma única síndrome. Em seu variado quadro de comprometimento de maior ou menor severidade, a vertente neurológica é uma das perspectivas necessárias para situar suas “excentricidades”.

A proposta deste tópico, à guisa de subsídio, é apenas a de reunir de forma sucinta, alguns conceitos neurológicos básicos que permitem destacar aspectos importantes da deficiência ou retardo mental.

No DSM IV, encontrei a afirmação de que o “Retardo Mental possui muitas etiologias diferentes e pode ser visto como uma via final comum de vários processos patológicos que afetam o funcionamento do sistema nervoso central.”⁸⁷

⁸⁷ DSM IV. <http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm_janela.php?cod=178>. Acesso em 23 de set. 2007.

Sabemos que as diversas etiologias das deficiências mentais advêm de causas orgânicas ou ligadas a fatores ambientais, resultando em malformações congênitas ou hereditárias, ou em lesões de tecidos do sistema nervoso central.

O psiquiatra Geraldo Ballone⁸⁸ reitera que o retardo mental é

[...] conseqüência de fatores genéticos, de agentes tóxicos, de carências físicas e nutricionais, de doenças infecciosas ou agressões diretas sobre o cérebro. Quando o Retardo Mental se deve a uma lesão do sistema nervoso central (SNC), há pouca esperança de restaurar as áreas lesadas. Nesses casos, muitas vezes, o cérebro desenvolve um rendimento máximo nas áreas intactas para compensar o mau funcionamento das zonas danificadas.⁸⁹

Os danos de natureza orgânica podem ocorrer em qualquer período do desenvolvimento, até à idade de dezoito anos.

Se considerarmos os processos responsáveis por retardos mentais, a causa orgânica encontrada com mais frequência decorre de lesões neurológicas, responsáveis pelo maior número de sequelas e problemas de adaptabilidade e de aprendizagem. As lesões das células cerebrais podem ser circunscritas a uma determinada região do cérebro (lesão focal), ou podem se disseminar através de áreas maiores (lesões difusas). Portanto, as restrições que se manifestam no processo de aprendizagem e nas funções adaptativas do deficiente mental estão diretamente vinculadas ao grau de comprometimento sofrido em seu tecido nervoso.

Com relação aos fatores etiológicos mais frequentes, presentes tanto nos quadros de malformações quanto de lesões cerebrais, este especialista cita, além das acima referidas, as carências nutricionais advindas de condições socioeconômicas, as metabólicas, as lesões ocorridas antes, durante e depois do parto, os fatores constitucionais, ambientais e a hereditariedade.

⁸⁸ Membro da SPPC-Sociedade Paulista de Psiquiatria Clínica, ex-professor do Departamento de Neuropsiquiatria da Faculdade de Medicina da PUCAMP.

⁸⁹ BALLONE, G. Deficiência Mental <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html>>. Acesso em 23 de set. 2007.

Portanto, no diagnóstico de deficiência ou retardo mental deve-se levar em consideração uma ampla gama de fatores de risco.

Há os fatores⁹⁰ de origem materna, presentes no período pré-natal — a etapa que corresponde ao período que vai da fecundação até o início do trabalho de parto: a desnutrição e perturbações no metabolismo, anemia, hiper ou hipotensão arterial, as doenças infecciosas (toxoplasmose, encefalites, sífilis, rubéola), o alcoolismo, o consumo de drogas, o tabagismo, a carência de oxigênio devido à asfixia materna e o uso de medicação excessiva e a idade materna.

A geneticista Sonia Guinsburg⁹¹, em entrevista concedida, realça que a idade materna pode aumentar as doenças hereditárias, pois “a partir dos 36 anos ocorre, estatisticamente, um aumento de quebras cromossômicas em que o material genético da mulher envelhece e o do homem não”⁹².

Prosseguiu sua explicação afirmando:

A criança, de sexo feminino, quando nasce, já tem em seu ovário os ovócitos que darão origem ao óvulo. Esses ovócitos sofrem duas divisões celulares: a meiose e a mitose. Ao nascer, os óvulos estão na fase de prófase I. Na puberdade, a cada menstruação, ocorre, normalmente, a maturação de um óvulo. Quando a mulher está com quarenta anos, esses óvulos, que ficaram parados nessa fase durante todos estes anos, vão maturar. As proteínas que são uma espécie de caminho para os cromossomos, ao longo destes anos, também sofrem influências de diferentes ordens, que podem ocasionar, ou não, sua quebra, afetando conseqüentemente a trajetória dos cromossomos. No caso do homem, o processo entre a produção e eliminação do espermatozoide leva apenas sessenta e um dias para acontecer, não envelhecendo. Daí a mulher ser mais propensa a causar deformações fetais. A mulher durante todo seu ciclo reprodutivo gasta em média quatrocentos óvulos, apesar de ter mais de mil. Este estoque fica à mercê de fatores ambientais.⁹³

⁹⁰ BALLONE, G. Deficiência Mental <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html>>. Acesso em 23 de set. 2007.

⁹¹ Bióloga, geneticista médica e Prof.^a Dra. da Universidade de São Paulo e das Faculdades de Medicina e de Biologia da Universidade de Taubaté.

⁹² GUINSBURG, S. Entrevista concedida à autora em setembro de 2008.

⁹³ GUINSBURG, S. Entrevista concedida à autora em setembro de 2008.

No período neonatal, que compreende o início do parto até o trigésimo dia de vida do bebê, os fatores causais que interferem, aumentando o risco de deficiência no seu desenvolvimento, podem ser: acidentes e traumas de parto — partos prematuros, condições precárias de assistência resultando em manobras incorretas, má oxigenação cerebral —, ausência ou defeitos enzimáticos — fenilcetonúria⁹⁴ —, incompatibilidade materno fetal — como o fator RH e fator ABO —, alterações cromossômicas e proteicas, icterícia grave, entre outras.

Após o trigésimo dia de vida até a idade aproximada dos dezoito anos, os fatores mais comuns que podem acarretar a deficiência ou retardo mental são: as infecções — tais como sarampo, coqueluche, escarlatina, encefalite, meningite e outras doenças infecciosas da infância —, intoxicações — por venenos, inseticidas, remédios, produtos químicos —, infestações neurocisticercose — larvas da *Taenia solium* — e lesões decorrentes de acidentes — de trânsito, quedas, armas de fogo, choques elétricos, asfixias e afogamentos, dentre outros.

Além dos aspectos ligados à dinâmica sócio familiar e ambiental, na elaboração da avaliação e diagnóstico diferencial da deficiência, é preciso levar em conta, ainda, o desenvolvimento neuropsicomotor, ou seja, o tempo de maturação individual do bebê, indicado por alguns sinais evidentes: o tempo que a criança precisou para elevar a cabeça, sentar, adquirir locomoção, falar, controlar os esfíncteres. Também é importante considerar os fatores de natureza neuronal constatados por exames laboratoriais, eletroencefalograma e

⁹⁴ A fenilcetonúria é também uma doença genética, localizada no cromossomo 12. É causada pelo defeito ou ausência da enzima fenilalanina hidroxilase, transmitida dos pais para os filhos. Quando esta ausência enzimática não é detectada precocemente, pode ser causadora de deficiência mental. Os principais sintomas são: oligofrenia, distúrbios psicomotores, alterações da fala, convulsões, hiperatividade, tremor e microcefalia. O retardo mental apresentado é o de um QI inferior a 50. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fenilcetonúria>>. Acesso em 08 de jun. 2008.

exames de diagnóstico por imagem do crânio, como a tomografia computadorizada e a ressonância magnética.

As observações de Ballone, relativas aos fatores ambientais, merecem atenção:

[...] Muito embora os elementos ambientais não devam nunca ser ignorados, cada pessoa herdaria um esquema pessoal e próprio de desenvolvimento, o qual determinaria sua capacidade de adaptar-se a seu ambiente. Outros investigadores, mais ambientais, têm comprovado que as crianças provenientes de zonas menos desenvolvidas seriam submetidas a um ambiente sem muitos estímulos, o que resultaria em desenvolvimento mental mais acanhado. Skeels e Harm pesquisaram um grupo de crianças cujas mães tinham um QI baixo, ou cujos pais tinham um status socioeconômico mais baixo, mas que foram adotados por outras famílias de ambientes mais desenvolvidos. Essas crianças alcançaram níveis mentais dentro do normal, sugerindo que a estimulação ambiental influía mais que o dote genético.⁹⁵

Ao realizar este breve levantamento de informações neurológicas a respeito de retardo mental, e ao me voltar para a realidade dos “bobos da Cidade de Goiás”, abate-me o sentimento de frustração, dada a brutal distância existente entre o conhecimento científico acumulado e o contexto factual do atendimento a essa população.

Em primeiro lugar, porque os “bobos” que lá encontramos, nos dias de hoje, são, em sua maioria, idosos. Por isso, fica difícil — quase impossível — recuperar as informações necessárias para a formulação de um diagnóstico diferencial mais preciso para caracterizar suas diversas patologias. Como se encontram já bem envelhecidos, têm falhas de memória, e as famílias que os acolheram não têm dados sobre a origem e nem sobre o seu desenvolvimento. O que se ouve são relatos genéricos sobre pessoas oriundas da própria cidade e de vários lugares das redondezas. Os dados são muito vagos ou inexistentes. Indagações sobre pais, grau de parentesco, são quase impossíveis de serem feitas. E como a maioria não fala, a eles nada é perguntado.

⁹⁵ BALLONE, G. Deficiência Mental <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html>>. Acesso em 23 de set. 2007.

De outro lado, desconheço a existência de registro sistemático a respeito de diagnósticos diferenciais dos portadores de deficiência mental na Cidade de Goiás, desde o século XIX até o presente.

Os arquivos do Asilo São Vicente de Paulo não receberam qualquer ordenamento documental, e quando de minhas visitas, encontravam-se fechados a qualquer tipo de consulta. Pelo que me foi informado, não existem prontuários disponíveis e os atendimentos médicos são realizados em resposta a situações clínicas pontuais. Não consta nenhum estudo acadêmico sobre as causas orgânicas ou ligadas a fatores ambientais dos distúrbios dos internos.

Em documentos avulsos do Arquivo Frei Simão Dorvi referentes ao hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, encontramos anotações quanto a causas de óbitos ocorridos na cidade: febre intermitente e encefálica, ataques epiléticos, encefalite aguda, amolecimento cerebral, beribéri paralítica, encefalomielite, alucinação mental, enfraquecimento senil, astremia nervosa, embolia cerebral. O que se depreende destes diagnósticos, registrados no final do século XIX e inícios do século XX é que, de uma maneira incipiente, já havia o reconhecimento de fatores neurológicos nos padecimentos dos enfermos da época.

Surpreende que, apesar deste reconhecimento, não houve qualquer curiosidade investigativa que desse prosseguimento a tais constatações diagnósticas.

O paradoxo é que a Cidade de Goiás, em seus áureos tempos, manteve-se informada e atualizada no que tange à cultura e ao desenvolvimento científico da época. Sua elite, como vimos na primeira parte deste trabalho, acorria aos grandes centros para o estudo da medicina. É bem verdade que, apesar disso, havia grande carência de médicos residentes na cidade, já que não se sentiam motivados para nela se estabelecerem.

No avançar do século XX, a neurologia deu passos significativos na delimitação dos quadros etiológicos dos retardos mentais. No entanto, apesar de a cidade se encontrar a somente 148 km de Goiânia, e tendo a possibilidade de acesso aos novos recursos da medicina, decretou-se impedida de prosseguir no conhecimento de si mesma, mantendo-se estacionada na indagação quanto à natureza das patologias de seus “bobos”.

6.3. A perspectiva genética

De uma constatação, não se pode fugir: durante o século XIX — e, talvez, antes disso — e início do século XX houve uma grande ocorrência de retardos mentais na Cidade de Goiás.

Frente a esta constatação, que se escancara a qualquer transeunte desavisado, uma “explicação” se tornou frequente: a consanguinidade como principal fator responsável pela deficiência mental dos “bobos” da cidade.

Esta justificativa merece reservas, como atesta a historiadora Maria da Conceição Silva:

É interessante notar que a capital goiana [refere-se à Cidade de Goiás] no século XX apresentou número significativo de deficientes mentais conhecidos por bobos. Em quase todos os lares havia um deficiente. Algumas pessoas são convictas de que a quantidade de indivíduos com problemas mentais foi uma consequência de casamentos dentro do mesmo grupo de parentesco. No entanto, a deficiência, seja física ou mental, não pode estar associada aos “casamentos endogâmicos”, pois o número de dispensas de consanguinidade não foi tão alto. Seguramente, não houve uma alta proporção de casamentos entre parentes, pelo menos os legitimados pela Igreja Católica e anotados nos registros paroquiais. (SILVA, 2003)

Diante dessa constatação, fica perigoso estabelecer uma correlação direta entre consanguinidade e deficiência mental na Cidade de Goiás. Seria razoável aceitar, como vimos na sessão anterior deste trabalho, que há outras razões para a presença de transtornos, deficiências, ou retardo mental nesta

cidade, do que simplesmente atribuí-los aos casamentos consanguíneos. Se alguma causalidade genética houver para as deficiências que lá encontramos, não necessariamente, sua origem deve ser atribuída exclusivamente à consanguinidade. É este o motivo pelo qual tornou-se necessário levantar mais dados sobre os fatores genéticos implicados no retardo mental.

Em busca de maiores informações, marquei, em Goiânia, entrevistas com duas geneticistas da Universidade Federal de Goiás. Para o meu desapontamento, quando lá cheguei, a professora especialista com quem havia reiteradamente confirmado o compromisso, ausentou-se da cidade, quebrando o combinado. A outra especialista, encontrava-se em trabalho de parto, na maternidade, o que impossibilitava o contato. Outros geneticistas contatados no Departamento de Genética, apesar da disponibilidade, eram especializados em genética botânica e animal, e não se sentiram à vontade para opinar sobre o tema.

Procurei, então, ouvir, agora em São Paulo, a opinião da geneticista Prof^a. Dra. Sonia Guinsburg⁹⁶, da Universidade de São Paulo. Após uma breve explanação desta pesquisa, e alguns esclarecimentos que se fizeram necessários, apresentei-lhe um vídeo com oito minutos de duração: numa parte, filmado no Asilo São Vicente de Paulo em dezembro de 2006, mostra alguns bobos na situação do cotidiano do asilo e, noutra parte, apresenta pequeno excerto de entrevista com uma “boba” integrante de uma das famílias da cidade.

O vídeo foi editado com o objetivo de evidenciar alguns dos traços peculiares dos “bobos”: características fisionômicas, malformações nas articu-

⁹⁶ Bióloga, geneticista médica e Prof^a.dra. da Universidade de São Paulo e das Faculdades de Medicina e de Biologia da Universidade de Taubaté.

lações de mãos e pés, baixa estatura⁹⁷, posição ao andar, a surdo-mudez, relato sobre dificuldades na aprendizagem.

Ainda que considerando todos os limites inerentes à situação, solicitei à geneticista sua opinião.

A Prof. Dra. Sonia Guinsburg assistiu ao vídeo com muita atenção, pedindo-me para repetir cenas e parar a imagem em alguns momentos, de modo a melhor examinar o que nelas estava registrado. Pacientemente, procurou esclarecer-me, como leiga no assunto, sobre alguns conceitos básicos de genética importantes para orientar-me no tema.

A esse respeito, esclareceu que as doenças genéticas podem ter origem cromossômica ou gênica.

No caso das patologias cromossômicas, ou aberrações cromossômicas, o que ocorre é a falta ou o excesso de um ou mais cromossomos resultantes do processo de formação do indivíduo. Lembremo-nos de que os cromossomos são compostos por muitos genes. No processo de reprodução das células, o material genético se condensa e se parte para formar os cromossomos. É neste momento que podem ocorrer quebras, com duplicação de certas partes ou sua perda. Já as patologias gênicas decorrem de defeitos em genes particulares.

Sua primeira constatação referiu-se à longevidade dos pacientes.

Esclareceu-me que, quando a enfermidade é de origem cromossômica, na maioria das vezes, há problemas cardíacos a ela associados. Isso ocorre porque a formação do coração depende de um grande número de cromossomos. Por isso, quando ocorre uma enfermidade de origem cromossômica, a longevidade é reduzida.

⁹⁷ A acondroplasia é uma forma comum de nanismo.

A longevidade dos pacientes da Cidade de Goiás poderia ser uma indicação importante para caracterizar que as síndromes apresentadas no vídeo não são de caráter cromossômico.

No entanto, a Prof. Guinsburg observa que, quando registramos em vídeo os pacientes do Asilo São Vicente de Paulo, estamos diante de uma amostra viciada. Isso porque não há aleatoriedade, nesse caso, já que foram levados para lá exatamente porque são portadores de deficiências e são velhos. Uma amostra não viciada pressuporia a possibilidade de coleta de dados diretamente nas comunidades de origem, de modo a situá-los com adequação no universo populacional de que são originários.

Por isso, mesmo a afirmação quanto à longevidade desses pacientes deve ser vista com precaução, já que são pessoas que viveram muitos anos e que só foram enviadas para a instituição quando se tornaram idosas. Desse ponto de vista, a própria longevidade dos pacientes pode também ser um indicador do vício da amostra.

Esclareci à Prof. Guinsburg que, pelo que me foi informado, os arquivos do Asilo São Vicente de Paulo, aos quais não tive acesso, não estão sistematicamente organizados e que, muito provavelmente, neles não se encontrariam informações adicionais que permitissem o levantamento de dados quanto à origem dos pacientes e, menos ainda, registros que permitissem identificação de seus precedentes genéticos.

Vendo as imagens, a Prof. Guinsburg observava nos pacientes sinais variados, tais como de hipotaylorismo, estrabismo, hipoplasia da região malar, microfalmia, deformações das mãos e pés, estatura baixa, mas considerou que as imagens apresentadas não lhe permitiriam uma opinião mais precisa sobre as patologias desses pacientes. Seria necessário um exame clínico, além de uma rigorosa anamnese, para que pudesse fazer afirmações mais seguras, em qualquer caso.

No entanto, observou que são patologias distintas. Não se trata, definitivamente, de uma patologia única.

Quando questionei minha entrevistada sobre se tinha conhecimento de algum trabalho específico no campo da genética sobre os “bobos” da Cidade de Goiás, respondeu-me que desconhecia, mas que precisaria procurar para confirmar ou não a existência de alguma publicação sobre este tema.

Questionei-a também sobre a opinião generalizada quanto à influência da consanguinidade na origem das deficiências mentais dos “bobos” da Cidade de Goiás.

Explicou-me que existem dois fenômenos distintos relacionados a este tema: consanguinidade e oscilação genética.

Quanto à consanguinidade, usando do exemplo do albinismo, que é uma doença autossômica recessiva rara, observou que a probabilidade de ocorrer um caso depende, em primeiro lugar, de que ambos os pais sejam portadores do gene recessivo. É muito pequena a probabilidade de se encontrar um gene recessivo raro em heterozigotos numa população normal. Neste caso, uma em 20.000 pessoas apresentam o gene, e não a doença. A probabilidade de nascimento de uma criança albina é de 25% em casais em que ambos os pais sejam portadores do gene recessivo. Os filhos albinos têm 50% de probabilidade de gerarem filhos também albinos.

A consanguinidade aumenta a probabilidade de ocorrência dos mesmos genes recessivos em ambos os pais. Neste caso, porque os pais provêm da mesma família, há sempre uma probabilidade muito grande de serem os dois portadores dos mesmos genes recessivos raros.

Os geneticistas consideram que crianças nascidas de relações incestuosas⁹⁸ têm 50% de risco de nascerem com alguma doença genética. Porém, o ris-

⁹⁸ Entre pais e filhos ou entre irmãos.

co de terem, essas mesmas crianças, um filho com anomalia genética, quando se procriam com parceiros não consanguíneos, é da ordem de 10 a 12%.

O outro fenômeno é o da oscilação genética. É próprio de pequenas comunidades.

Num grupo social pequeno, quando os casais se procriam, há uma distribuição diferenciada de seus genes entre os filhos. Esses por sua vez, em condições normais, ao se reproduzirem, repassam esses genes para as gerações seguintes. No entanto, se um ou mais dos filhos do primeiro casal não se reproduzem, ocorre que certos genes de que são os únicos portadores dentre seus irmãos não se transmitem às gerações subsequentes. Com isso, há uma mudança no repertório genético da população, já que um ou mais genes da diversidade inicial desapareceu, gerando aumento da probabilidade de transmissão dos demais.

Transcrevo a íntegra de sua explicação:

Em todas as populações estudadas em todos os países (adiantados e não adiantados) em todas as classes sociais, a incidência de malformações congênitas varia de três a cinco por cento (3 a 5%), algumas graves, outras letais e outras pequenas. Nem todas são devidas a causas genéticas.

Em alguns segmentos da população esses valores são alterados. Esses segmentos são os filhos de casais consanguíneos, mulheres que se reproduzem acima dos trinta e sete anos e populações de comunidades pequenas e isoladas.

A consanguinidade favorece o aparecimento de doenças devido a graus autossômicos recessivos.

Em mulheres acima de trinta e sete anos, há maior probabilidade de ocorrer aberrações cromossômicas devido ao envelhecimento dos óvulos. Na oscilação genética, que ocorre em lugares pequenos e isolados, os genes são aumentados ou diminuídos na população, independentemente de seu valor adaptativo.

Suponhamos que numa comunidade pequena um casal **AA** x **AA** não tenha filhos, enquanto que outro casal **aa** x **aa** tenha dez filhos. Com o suceder de gerações o gene **aa** aumenta na população em relação ao **AA**, independente do valor adaptativo dos dois alelos **A** e **a**.

Isso se deve ao pequeno tamanho da amostra. Numa população grande como a de São Paulo, por exemplo, essas pequenas diferenças estatísticas não aparecem (alguns autores denominam este fenômeno de deriva genética).

Como provavelmente os indivíduos da presente amostra provêm de comunidades pequenas e isoladas, onde geralmente ocorre um alto grau de con-

sanguinidade e oscilação genética, talvez, os dois fatores, aliados às condições ambientais desfavoráveis, sejam importantes na origem desses “bobos”. Trata-se de uma soma de fatores.⁹⁹

Concluindo, consanguinidade e oscilação genética podem interagir numa pequena comunidade, agravando a tendência à predominância de determinados genes. Isto leva ao surgimento de certas patologias tanto cromossômicas quanto gênicas em uma comunidade deste tipo.



Foto 32 - Ectrodactilia entre os Vadoma, no Zimbábue
Google imagens

Um caso que pode ilustrar a ocorrência de malformações congênitas em uma pequena comunidade é o da predominância da ectrodactilia entre os Vadoma, pequena tribo habitante do oeste do Zimbábue, na África.

Como se vê, os esclarecimentos da Prof. Guinsburg situam com muita propriedade os fatores de consanguinidade e de oscilação genética no contexto de patologias dessa natureza.

Fundamentam também minhas suspeitas de que a “explicação” — tão frequente na Cidade de Goiás — da consanguinidade como causa principal das deficiências de seus “bobos”, é inconsistente. Corrobora constituí-la, ela

⁹⁹ GUINSBURG, S. Entrevista concedida à autora em setembro de 2008.

mesma, como objeto merecedor de investigação para o desvelamento das razões culturais subjacentes a este tipo de justificativa.

6.4. A perspectiva antropológica

A inserção dos “bobos” na sociabilidade da Cidade de Goiás, como vimos, tem sua primeira justificativa na necessidade de uma série de atividades produtivas que a eles foram atribuídas: o corte e transporte da lenha, o baldear da água, o mexer os tachos de doces, os trabalhos domésticos e daí por diante. Suas limitações intelectuais facilitavam, de certo modo, sua “domesticação”. Desta forma, se incorporaram à estrutura das famílias extensas, característica da cultura do lugar.

É esta inserção na cotidianidade da estrutura familiar que dará surgimento a um tipo particular de vínculo entre “bobos” e suas “famílias”, próprio das relações indiscriminadas.

Ainda que os “bobos” não sejam biologicamente consanguíneos de suas “famílias” de adoção, no dia a dia instala-se uma “consanguinidade” sociocultural, imaginária, um íntimo pertencimento familiar.

Este fenômeno merece ser abordado da perspectiva antropológica: são laços elementares e complexos de parentesco.

Claude Lévi-Strauss é o autor de referência, neste caso. Dedicou, no final da década de quarenta (1949), sua tese de doutorado a este tema: “As estruturas elementares de parentesco” (LÉVI-STRAUSS, 1969).

No prefácio à primeira edição de seu livro, esclarece este conceito¹⁰⁰:

¹⁰⁰ As traduções do espanhol para o português das citações de Lévi-Strauss, constantes deste capítulo, são de minha autoria.

Entendemos por estruturas elementares de parentesco, os sistemas cuja nomenclatura permite determinar de forma imediata o círculo dos parentes e o dos próximos; vale dizer, os sistemas que prescrevem o matrimônio com certos tipos de parentes ou, se preferirmos, aqueles sistemas que, ao definir todos os membros do grupo como parentes, distinguem neles duas categorias: os cônjuges possíveis e os cônjuges proibidos. Reservamos a expressão “estruturas complexas” para aqueles sistemas que se limitam a definir o círculo dos parentes e deixam a outros mecanismos, econômicos ou psicológicos, a tarefa de determinar o cônjuge. Portanto, neste trabalho, a expressão “estruturas elementares” corresponde ao que os sociólogos denominam habitualmente de matrimônio preferencial. (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 11)

Devemos, também a Lévi-Strauss, o exame antropológico da interdição do incesto. Este tema é especialmente relevante para a abordagem das questões relacionadas aos “bobos da Cidade de Goiás”, particularmente se considerarmos as “explicações” dos acasalamentos consanguíneos como causa para a sua existência.

Partindo de seus estudos sobre as relações de parentesco, Lévi-Strauss apontou imbricados paradoxos relativos a esta proibição. Fundamentou sua concepção a respeito das estruturas elementares de parentesco na constatação da universalidade da interdição do incesto: todas as culturas humanas a adotam, ao ponto de podermos considerá-la como a única lei universal.

Para ele, esta regra se coloca necessariamente na condição de ser, ao mesmo tempo, social e pré-social. Seu caráter universal se deve à “natureza animal” do homem e às suas necessidades sexuais. Se, de um lado, a regulamentação das relações entre os sexos é vista como uma intromissão da cultura na natureza, de outro, a natureza do sexual já comporta, em seu nascedouro, o embrião do social, haja vista seu caráter de alteridade: o homem busca “fora de si” a satisfação de suas faltas.

Lévi-Strauss procura superar as formulações biológicas ou psicológicas situando suas contribuições no plano da cultura, da ordem social. A prevalência dos instintos, a “rebeldia” na busca de satisfação dos desejos individuais, apesar dos sistemas sociais repressivos, é uma constante ameaça à integridade

dos grupos sociais: por isso, precisam ser reguladas. Esta é a razão pela qual privilegia a temática da proibição do incesto.

Nessa abordagem, sublinha a condição ambivalente da proibição do incesto, nem natural, nem cultural:

[...] não tem origem puramente cultural, nem puramente natural, nem tampouco é um composto de elementos retirados, em parte, da natureza e, em parte, da cultura. Constitui o movimento fundamental graças ao qual, pelo qual e, sobretudo, no qual, se cumpre a passagem da natureza à cultura. Em um sentido, pertence à natureza, já que é uma condição geral da cultura e, portanto, não deve causar espanto a comprovação de que tem o caráter formal da natureza, ou seja, a universalidade. Mas, também, em certo sentido, já é cultura, pois atua e impõe sua regra no seio de fenômenos que não dependem, em princípio, dela. A relação entre a existência biológica e a existência social do homem nos levou a colocar o problema do incesto e comprovamos, em seguida, que a proibição não corresponde com exatidão nem a uma, nem a outra. Neste trabalho nos propomos oferecer a solução dessa anomalia, demonstrando que a proibição do incesto constitui exatamente o vínculo de união entre uma e outra. (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 58-59)

Na verdade, as reflexões de Lévi-Strauss sobre a proibição do incesto, que se transforma numa prescrição, evidenciam que sua função primordial é a de regular as relações de troca no grupo social, favorecendo as alianças entre seus homens pela repartição de suas mulheres. A interdição das relações endogâmicas prescreve, obriga mesmo, o estabelecimento de vínculos exogâmicos. Através deste processo, uma complexa rede de relações sociais se estabelece — surgem, além das figuras dos filhos e irmãos, os papéis de sogro, sogra, genro, nora, cunhado, cunhada, primos, etc. —, oferecendo, ao mesmo tempo, tanto as condições necessárias para a integração do grupo social, quanto as bases para a cooperação sustentada na divisão social do trabalho.

A proibição do incesto não regula apenas o impedimento de se casar com a mãe, irmã ou filha, mas, sobretudo, obriga a concedê-las a outros. É por excelência, segundo Lévi-Strauss, a regra do dom, da reciprocidade. O casamento é, segundo ele, a condição necessária e suficiente para a realização dessa reciprocidade.

Desse modo, desmistifica a força e o poder que a exogamia, isoladamente, alcançou dentro do campo das ciências sociais, pela afirmação de que a origem dos vínculos de casamento, em qualquer caso, está num sistema de trocas, isto é, em “assegurar, por meio da proibição do casamento, nos graus proibidos, a circulação total e contínua dos bens por excelência do grupo: suas mulheres e suas filhas” (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 556).

Aposta, também, no valor funcional da exogamia se confrontada com a prática exclusiva de casamentos consanguíneos, pois, no limite, ela levaria o grupo social a uma explosão e à formação de famílias em sistemas absolutamente fechados, verdadeiras mônadas.

No entanto, as organizações dualistas ainda que assegurem o domínio do social sobre o biológico, correm o risco de, por exemplo, duas linhas de descendência, para alcançarem uma maior coesão, isolarem-se em múltiplos intercassamentos, autossuficientes, evitando um incremento automático, e em demasia, das classes¹⁰¹.

Para completar sua argumentação, aborda o paradoxo da questão dos cruzamentos consanguíneos e das aberrações genéticas.

Sustenta que a adoção universal da interdição do incesto, como princípio fundamental para a estruturação das relações de parentesco, está desvinculada de qualquer consideração quanto ao controle eugênico:

Por outra parte, não se deve esquecer que, desde o fim do paleolítico, o homem utiliza procedimentos endogâmicos de reprodução que levaram as espécies cultivadas ou domesticadas a um grau cada vez maior de perfeição. Supondo que o homem tenha tido consciência dos resultados de semelhantes métodos e que tenha julgado, como também se supõe, a respeito deste tema, de modo racional, como é possível, então, explicar que, no domínio

¹⁰¹ Segundo Simone de Beauvoir, para Lévi-Strauss “a classe é um elemento analítico, como o conceito; o homem pensa antes que o lógico apreenda o pensamento enquanto forma; assim a sociedade se organiza antes de definir os elementos separados que essa organização trará à tona; lá onde são encontradas as classes – e isso não é por toda parte – elas são menos um grupo de indivíduos concebidos em extensão que um sistema de posição, no qual somente a estrutura é constante e onde os indivíduos podem se deslocar, desde que as relações sejam respeitadas.” (BEAUVOIR, 2007, p. 186)

das relações humanas, chegue a conclusões opostas às que sua experiência verificava todos os dias no domínio animal ou vegetal e da qual dependia seu bem-estar? Sobretudo, se o homem primitivo tivesse sido sensível a considerações desta ordem: como compreender que se tenha detido nas proibições e não tenha passado às prescrições, cujo resultado experimental — pelo menos em certos casos — tivesse mostrado efeitos benéficos? Não só não o fez, como também, ainda hoje, rechaçamos uma tentativa desta índole e foi necessário a aparição de teorias sociais recentes — as quais, por outra parte, são denunciadas como irracionais — para que se preconizasse para o homem a reprodução orientada. (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 47)

Quanto à proteção que a interdição do incesto criaria para impedir os “resultados nefastos” dos casamentos consanguíneos, Lévi-Strauss alerta que esta noção não existia até o século XVI.

O autor chega a afirmar que, na hipótese de que a humanidade tivesse adotado, desde suas origens, a reprodução endogâmica, as aberrações genéticas não mais se manifestariam e o horror ao incesto não encontraria nelas qualquer justificativa.

Manifesta incredulidade diante desta constatação:

Por outra parte, é surpreendente o vigor com que o pensamento contemporâneo se recusa a abandonar a ideia de que a proibição das relações entre consanguíneos ou colaterais imediatos se justifica por razões eugênicas; sem dúvida isso se deve a que — e nos diz nossa experiência dos últimos dez anos — os últimos vestígios de transcendência de que dispõe o pensamento moderno se encontram nos conceitos biológicos. Um exemplo particularmente significativo é proporcionado por um autor cuja obra científica contribuiu, em primeiro lugar, para dissipar os preconceitos quanto às relações consanguíneas. Com efeito, E. M. East¹⁰² mostrou, mediante trabalhos admiráveis sobre a reprodução do milho, que a criação de uma linhagem endogâmica tem, como primeiro resultado, um período de flutuação, durante o qual o tipo está sujeito a variações extremas, que sem dúvida são devidas ao ressurgimento de caracteres recessivos habitualmente mascarados. Logo, as variações diminuem de forma progressiva, para desembocarem em um tipo constante e invariável.

(...)

Mas, antes de mais nada, o que East estabeleceu, indiretamente, com seus trabalhos, é que estes supostos perigos [matrimônios entre parentes próximos] jamais se manifestariam se a humanidade tivesse sido endogâmica desde sua origem: neste caso, nos encontraríamos, sem dúvida, em presença de raças humanas tão constantes e definitivamente fixas como as linhagens

¹⁰² NT. - Lévi-Strauss cita a obra do biólogo americano Edward Murray East (1879-1938): EAST, E. *Heredity and Human Affairs*, Nova York: C. Scribner's Sons, 1927.

endogâmicas do milho depois da eliminação dos fatores de variabilidade. O perigo temporário das uniões endogâmicas, supondo que existe, é, na verdade, resultado de uma tradição de exogamia ou pangamia¹⁰³ e, não, sua causa. (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 47-48)

Em relação às pequenas populações endogâmicas, em que as mutações genéticas recessivas seriam mais prováveis e perigosas, argumenta do seguinte modo:

É certo que as mutações que determinam a aparição de uma tara recessiva são mais perigosas nas populações pequenas do que nas grandes. Com efeito, nas primeiras, as probabilidades de passagem ao homozigotismo são mais elevadas. Ao contrário, esta mesma passagem rápida e completa ao homozigotismo deve, em maior ou menor prazo, assegurar a eliminação do caráter temido. Pode, então, considerar-se que, em uma pequena população endogâmica de composição estável, cujo modelo é encontrado em muitas sociedades primitivas, o único risco do matrimônio entre consanguíneos provém da aparição de novas mutações, risco que se pode calcular, posto que esta taxa de aparição é conhecida; todavia, a probabilidade de encontrar, no seio do grupo, um heterozigoto recessivo é menor do que a que seria acarretada por um matrimônio com um estrangeiro. Ainda no que concerne aos caracteres recessivos que surgem por mutação em uma população dada, Dahlberg¹⁰⁴ estima que a gravitação dos matrimônios consanguíneos é muito fraca no que diz respeito à produção de homozigotos. Isto se deve a que, para um homozigoto proveniente de um matrimônio consanguíneo, existe um número enorme de heterozigotos que — no caso de uma população ser bastante pequena — serão necessariamente levados a se reproduzirem entre eles. Deste modo, em uma população de 80 pessoas, a proibição do matrimônio entre parentes próximos, incluindo primos em primeiro grau, não diminuiria o número de portadores de caracteres recessivos raros mais do que 10 a 15%. Estas considerações são importantes porque fazem intervir a noção quantitativa da cifra da população. Além disso, certas sociedades primitivas ou arcaicas estão limitadas, pelo seu regime econômico, a uma cifra populacional muito restrita, e, precisamente, para cifras semelhantes, a regulamentação dos matrimônios consanguíneos só pode ter consequências genéticas desprezíveis.” (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 49)

Como se pode ver, Lévi-Strauss (1969, p. 46) relativiza, em muito, as consequências nefastas das relações consanguíneas. As monstruosidades prometidas pelo tabu do incesto, a seu ver, são muito mais de caráter cultural do que biológico e as punições a ele relacionadas resultam de sanções sociais.

¹⁰³ Pangamia: união sexual indiscriminada.

¹⁰⁴ NT. - O sueco Gunnar Dahlberg (1893-1956), médico, eugenista e geneticista, foi um dos signatários da Declaração das Raças da Unesco (18 de julho de 1950). A citação de Lévi-Strauss se refere a seu livro *Inzucht bei Polyhybridität bei Menschen*. Hereditas, v.14, 1930.

É sabido que o incesto só provoca repúdio quando a relação parental já é conhecida previamente, ou quando se recebe posteriormente, a notícia da familiaridade. Há um consenso nas ciências humanas em torno da ideia de que a proibição do incesto, pelos homens contemporâneos, deve-se ao horror que sentem, quando veem, escancarados em suas relações sociais, seus desejos primitivos, os quais, numa simples consulta à sua natureza, obteriam autorização sem nenhum temor.

6.5. A perspectiva psicanalítica

Ampliando o diálogo com as vertentes teóricas anteriormente enunciadas, pretendo agora desenvolver alguns conceitos relacionados à corrente psicanalítica.

A psicanálise é um instrumento valioso de investigação também para o estudo dos fenômenos sociais, por insistir na descoberta das nuances dos circuitos associativos, permitindo trabalhar os processos psíquicos dentro de um contínuo, sem isolar polaridades, sejam elas normais ou patológicas, não se deixando enredar pelas tradicionais oposições entre certo ou errado, sadio ou doente, ladino ou bobo, perfeito ou deficiente, sensato ou louco, ou pelos estigmas e preconceitos que os recobrem.

Início este diálogo retomando a temática do incesto, que é também nuclear na teoria freudiana.

Para esclarecer melhor a ideia do horror ao incesto dentro do campo da psicanálise, faz-se necessário retomar o que Freud (1913/1986) escreveu sobre o conceito de tabu.

Seu livro *Totem e Tabu* (1913), ainda que pesem as críticas, é sempre uma preciosa referência. Sela a marca interdisciplinar entre a psicanálise e outras disciplinas do conhecimento na investigação de fenômenos coletivos.

Esta perspectiva permite refletir sobre a significação de alguns conteúdos intersubjetivos, ricos de sentidos e que se disfarçam sob o manto do tabu — aqui pensado na acepção da interdição de ordem cultural e social — que se manifestam muitas vezes em situações do cotidiano, através da evitação e pudor no falar, nos silêncios e nas crenças ou superstições.

Para Freud, os totens e os clãs totêmicos estão na origem da estruturação exogâmica das sociedades humanas. A interdição do incesto, como norma cultural, regula a prática das relações sexuais, interditando-as no interior de cada clã totêmico, ao mesmo tempo em que as permite entre membros de clãs distintos. Freud aborda o horror ao incesto provocado pela constante presença do desejo sexual, que, embora proibido, traz sempre o germe da tentação de transgressão da norma. A obra freudiana, no seu percurso, enfatiza a interdição do incesto como necessária para a regulação dos ambivalentes sentimentos de amor e ódio e a complexidade do erotismo presentes na circulação dos desejos.

Nas sociedades primitivas, a exogamia, sustentada por esta proibição, tem outros efeitos além do impedimento da união de um homem com sua mãe ou irmãs: ficam proibidas todas as mulheres de seu próprio clã. Esta proibição tem a força de um tabu.

Trata-se pois, de uma série de limitações a que estes povos primitivos se submetem; isto ou aquilo é proibido, não sabemos porquê, e nem se lhes ocorre perguntá-lo, a não ser que se submetem a essas proibições como a uma coisa óbvia, convencidos de que uma violação, por ela própria, seria castigada com a máxima severidade. Há informações dignas de crédito sobre casos de violações involuntárias desta classe de proibições, que logo, de fato, foram castigadas automaticamente. O inocente infrator, que, por exemplo,

comeu de um animal proibido, cai em uma depressão profunda, espera sua morte e, logo, morre de verdade.”¹⁰⁵ (FREUD, 1913/1986, p. 30)

Para Freud, ao longo da evolução da humanidade, estas proibições revelam a presença de desejos incestuosos inconscientes que, mesmo quando fantasiosos, são encarados como perigosos e sujeitos a severas e automáticas medidas punitivas.

O resultado é o recalque de um dos sentimentos opostos envolvidos — desejo e horror —, o primeiro permanecendo inconsciente, mantido recalcado pelo domínio compulsivo do outro.

É neste entremeio de desejo e de horror, de pulsões e de seu recalque, que, ainda hoje, o tabu do incesto está presente nas sociedades contemporâneas.

Freud faz também uma consideração que é aplicável ao tema:

Por que haveria de interessar-nos o enigma do tabu? Todo problema psicológico merece uma tentativa de solução. Opino, no entanto, que não é essa a única razão. De fato, vislumbramos que o tabu dos selvagens da Polinésia poderia não ser algo tão remoto para nós como suporíamos à primeira vista, que as proibições a que nós mesmos obedecemos, estatuídas pela moral e os costumes, possivelmente tenham um parentesco essencial com este tabu primitivo e que se esclarecêssemos o tabu, talvez lançaríamos luz sobre a obscura origem de nosso próprio “imperativo categórico”. (FREUD, 1913/1986, p. 31)

No objeto deste estudo, o imperativo categórico é a proposição de “consanguinidade-causa” com que se pretende “explicar” a deficiência mental dos “bobos da Cidade de Goiás”.

Freud nos lembra que, em polinésio, o inverso de tabu é *noa*, significando “comum”. O tabu possui o sentido de algo inabordável, cercado de temores, proibições e restrições, impostos por sua própria conta. Tabu pode ser atribuído a pessoas, lugares, coisas ou condições transitórias.

¹⁰⁵ NT - As traduções das citações de Freud constantes deste capítulo são de minha autoria.

Freud também reconhece a obscuridade a que esta palavra polinésia — tabu — nos remete, dando-nos sempre definições que ele mesmo considera insatisfatórias. Contudo, descreve-o como possuindo sentidos contrários: de um lado, sagrado e consagrado e, de outro, misterioso, perigoso, proibido, impuro. Esta palavra traz, em seu âmago, a concepção do regressivo e do primitivo; e uma vez que suas restrições não encontram justificativas, podem ser consideradas enigmas.

Ao tabu está associada a ideia de *mana*: algo inerente a pessoas e coisas, ou a determinados estados, conferindo um poder misterioso, uma influência mágica. O *mana*, que tem fonte no tabu, possui um caráter de transmissibilidade.

Freud, citando extratos e resumos do artigo intitulado “Tabu” da *Encyclopaedia Britannica*, de autoria do antropólogo Northcote Whitridge Thomas¹⁰⁶, registra o seguinte:

[...] o resultado de uma violação do tabu não depende só da intensidade da força mágica inerente ao objeto tabu, mas também do poder do *mana* que no sacrílego se contrapõe àquela força. Por exemplo, reis e sacerdotes são possuidores de uma força grandiosa, e para os seus súditos significaria a morte entrar em contato direto com eles; mas um ministro ou outra pessoa, cujo *mana* seja maior que o das pessoas comuns, pode tratar com eles sem risco. E, por sua vez, estes intermediários podem permitir que seus inferiores se aproximem deles sem se colocarem em perigo. (FREUD, 1913/1986, p. 29)

Mais adiante, citando Frazer (1911)¹⁰⁷ que, por sua vez, se referia a Taylor (1870)¹⁰⁸, nos dá um belo exemplo da transmissibilidade do *mana*:

Um chefe maori não atizará o fogo com seu sopro, pois seu santificado hálito comunicaria sua força ao fogo, este à panela que está sobre o fogo, a panela

¹⁰⁶ NT - Northcote Whitridge Thomas (1868-1936) foi um antropólogo britânico que escreveu diversos artigos para a edição de 1910-1911 da *Encyclopaedia Britannica*.

¹⁰⁷ NT - Sir James George Frazer (1854-1941), antropólogo social escocês, contribuiu para os primeiros estudos modernos sobre mitologia e religiões comparadas.

¹⁰⁸ NT - O Rev. Richard Taylor, britânico, publicou a obra *Te Ika a Maui* (O peixe de Maui, em língua nativa), que tinha como subtítulo: "Nova Zelândia e seus habitantes, ilustrando as origens, maneiras, costumes, mitologia, religião, ritos, canções, provérbios, fábulas, e linguagem dos nativos. Junto com a geologia, história natural, produções, e clima do país; seu estado com relação à Cristandade, esboços dos principais chefes e seu presente". A obra foi publicada em primeira edição em Londres em 1855 pela William Macintosh.

ao alimento que nela se cozinha, o alimento à pessoa que o coma e assim morreria sem remédio a pessoa que tivesse comido o alimento que se cozinhou na panela que estava no fogo, que foi avivado pelo chefe com seu sopro sagrado e perigoso. (FREUD, 1913/1986, p. 36)

O mito é uma forma de conhecimento, pois explica a realidade para as pessoas. Seu caráter tautológico, circular, se reveste de uma força imperativa, de uma certeza inquestionável. Em razão da importância de seu valor explicativo, permite entender melhor as relações que as pessoas estabelecem entre si e com o mundo que as rodeia e, por isso, sua análise é uma eficiente ferramenta de avaliação, de reflexão e de crítica das manifestações culturais, inconscientes e coletivas.

No momento em que escrevia sobre totem e tabu, Freud estava atento às suas formulações a respeito da neurose obsessiva e à estruturação dos desejos sexuais infantis que foram recalcados e aos seus efeitos, que permanecem na vida psíquica, como fantasias inconscientes ou restos demandantes de elaboração.

Aqui encontramos uma estreita aproximação entre mito e fantasia. Ambos são modos de elaboração e tentativas de explicação do mundo. Abastecem os homens para o enfrentamento e teorização de situações de cunho desconhecido, equipando-os com ferramentas para a articulação de desejos e proibições no campo de batalha entre fantasia e realidade.

A marca principal resultante do continuado conflito entre desejo e proibição é a ambivalência afetiva. As barreiras erigidas sob os efeitos do recalque se evidenciam nas condutas de proibição e recriminação moral. Silenciam os conflitos, mas aparecem nas diferentes formas de recato e comedimentos.

Piedade, caridade, repugnância, vergonha e severidade são, ao mesmo tempo, formações de compromisso¹⁰⁹ resultantes do recalque dos “excessos” sexuais — traço comum presente no desenvolvimento libidinal de todos os seres humanos.

Tais barreiras resultam em forte coesão grupal, alicerçadora de consensos espontaneamente presentes em qualquer comunidade, e sentidas e concebidas como implicitamente positivas e boas. Os consensos provocam apaziguamento do conflito, pois reasseguram, minimamente, a ordem grupal da sexualidade. O lastro da coesão grupal, neste caso, é a negação.

Já afirmava Freud (1925/1984) que negar é uma curiosa maneira de aceitar na consciência lembranças advindas de acontecimentos cujos conteúdos foram recalcados. Trata-se de uma recusa perceptiva de um fato que imperativamente se manifesta no âmbito da externalidade. Em outras palavras, é o afloramento, no plano da consciência, do conteúdo recalcado, não para ser reconhecido nem aceito, mas para ser confirmado em seu recalque, com toda sorte de deformações inerentes. O resultado é uma quebra entre a função intelectual do juízo e os afetos correspondentes.

Estas formas de escamoteamento e recusa perceptiva demandadas pela necessidade grupal de ordenação de sua sexualidade, visceralmente imbricadas numa comunidade, constituem a base para a permanência de mecanismos de silenciamento e negação em ato que envolvem a produção cultural de mitos e tabus, resultando em representações compartilhadas pelos integrantes do grupo social.

¹⁰⁹ Laplanche e Pontalis assim definem a formação de compromisso: “Forma que o recalcado vai buscar para ser admitido no consciente, retornando no sintoma, no sonho, e, mais geralmente, em qualquer produção do inconsciente: as representações recalçadas são então deformadas pela defesa ao ponto de serem irreconhecíveis. Na mesma formação podem assim satisfazer-se – num mesmo compromisso – simultaneamente o desejo inconsciente e as exigências defensivas.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1975, p. 257)

Quando falamos em representação, a grosso modo, pensamos em encadeamentos — lógicos ou não —, em caminhos associativos que provocam a emergência de determinados pensamentos e lembranças presentes em nossa comunicação.

Se revolvermos estes encadeamentos “lógicos” na tentativa de restaurar minimamente alguma conexão que se desfez ao longo do trajeto, nos deparamos com “estruturas compostas”, de “elementos mistos” que, sem este esforço de disfarce, jamais poderiam ser aceitas na consciência (FREUD, 1900-1901/1984, p. 329). Este caráter incongruente que nos surpreende, a todo momento, em nossa linguagem, é efeito produzido pela associação destes vários registros — simbólicos — presentes nas representações.

Nas representações simbólicas, os símbolos são “elementos mudos” vinculados a uma maneira de representar, na consciência, ideias, conflitos, desejos. Presentes na cultura — nos poemas, nos mitos, nas religiões, na música e, especialmente, nos sonhos —, revestem-se de uma característica enigmática e, por isso mesmo, é impossível estabelecer uma ligação apressada entre símbolo e simbolizado. Há sempre múltiplas determinações, daí seu caráter obscuro e misterioso. (FREUD, 1900-1901/1984)

O aparelho psíquico utiliza-se de uma “técnica hábil”, por assim dizer, combinando seus diversos traços, articulando novos sentidos, muitas vezes absurdos e ingênuos e, ao proceder desta forma, costura os elementos para serem “admitidos” na consciência. No entrelaçamento do individual e do social, esse caráter aparentemente absurdo, pela ingenuidade de sua formulação, pode ganhar certo grau de aceitabilidade geral, em razão das mútuas identificações sobre as quais se sustenta a coesão grupal.

Nesse caráter absurdo e de ingenuidade da formulação é que reside o fascínio misterioso que envolve a “explicação” generalizada da consanguinidade-causa. Para alcançar tamanha coesão grupal, deve existir forte ligação

entre este símbolo e o que ele representa, e ela só será decifrada no revolver de seu contexto simbólico.

Nesta representação — entroncamento do recalque da sexualidade com sua expressão social na comunidade — circulam elementos polimórficos.

A polimorfia — vertente inaugural da sexualidade infantil — foi conceituada por Freud (1905/1985, p. 173) para descrever o desenvolvimento normal da libido. Na disposição perverso-polimorfa, os objetos são contingentes, tais como as primeiras experiências que os determinaram. Resulta das pulsões parciais — anárquicas e desorganizadas — vinculadas às diversas zonas erógenas e é anterior ao estabelecimento da primazia das funções genitais. Na sexualidade infantil, o dado importante a se considerar é a resignificação, que só é feita *a posteriori*, pelo “fato de a sexualidade da criança ser inteiramente estruturada por algo que lhe vem como que do exterior” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1975, p. 613).

Possuidora de numerosas formas de satisfação, através do recalque de alguns de seus componentes, a polimorfia torna-se a base constituinte da sexualidade adulta.

O psicanalista Sándor Ferenczi — discordando de Freud que abandonara a teoria da sedução —, em conferência pronunciada no XII Congresso Internacional de Psicanálise, em Wiesbaden, em setembro de 1932, e publicada, como seu último trabalho, em 1933, chamava a atenção para o fato de que o abuso infantil é mais comum do que se pensa:

Inclusive as crianças de famílias honoráveis e de tradição puritana são vítimas de violências e de violações, com muito mais freqüência do que se crê. Ou são os pais que buscam um substituto para suas insatisfações de forma patológica, ou são pessoas de confiança da família (tios, avós), ou também os preceptores e o pessoal doméstico que abusam da ignorância ou da inocência das crianças. A objeção de que se trata de fantasias das crianças, quer dizer, de mentiras histéricas, perde toda a sua força, ao sabermos da quantidade de pacientes [adultos] que confessam, em análise, suas próprias culpas sobre as crianças. (FERENCZI, 1984, p. 144)

Nesta conferência, ilustrou, a partir de sua clínica, como a dinâmica erótico-sedutora entre criança e adulto se estabelece. As manifestações explícitas das crianças em busca de carinho, motivadas pelo desejo de serem amadas, são distorcidas pelas predisposições patológicas dos adultos que confundem as demandas pueris, lançadas sobre eles, como desejos sexuais de pessoas adultas, daí resultando o que denominou de “confusão de línguas entre o adulto e a criança”.

Segundo ele, a dinâmica incestuosa tem característica própria:

As seduções incestuosas se produzem habitualmente deste modo: um adulto e uma criança se amam; a criança tem fantasias lúdicas, como, por exemplo, desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. Este jogo pode tomar uma forma erótica. (FERENCZI, 1984, p. 144)

Diante das seduções, as crianças se sentem física e moralmente indefesas. Sem condições de protesto frente à força dos adultos, ficam mudas e acuadas.

Continuando a citar Ferenczi:

Mas, quando este temor alcança seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar seu menor desejo, a obedecer, esquecendo-se totalmente de si e identificando-se por completo com o agressor. Por identificação, digamos que por introjeção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior, e se faz intrapsíquico; mas o que é intrapsíquico vai ficar submetido, em um estado próximo ao sonho — como é o transe traumático — ao processo primário, quer dizer que o que é intrapsíquico pode ser modelado e transformado de uma maneira alucinatória, positiva ou negativa, seguindo o princípio do prazer. (FERENCZI, 1984, p. 145)

Essa submissão da criança ao adulto — do fraco ao forte — resulta, para ela, numa enorme confusão: fica dividida entre sentimentos de culpa e de inocência, uma vez que suas próprias certezas em relação a suas percepções do mundo objetivo ficam quebradas. Além disso, a atitude de negação dos adultos, que tratam os fatos como se nada tivesse ocorrido, reforça a perda de referência e de credibilidade em si mesmas.

Ferenczi observa:

A isso se acrescenta o comportamento grosseiro do adulto, ainda mais irritado e atormentado pelo remorso, o que torna a criança mais consciente de sua falta e envergonhada. [...] Diante de um fato desta natureza, não é raro ver o sedutor aderir a uma moral rígida ou a princípios religiosos, esforçando-se com sua severidade para salvar a alma da criança. (FERENCZI, 1984, p. 145)

São essas as principais contribuições da vertente psicanalítica que utilizarei na análise do material que coletei no meu trabalho de campo.

6.6. A perspectiva psicossocial

O ponto de vista que nos oferece Sandor Ferenczi quando nos apresenta o que denominou de “confusão de línguas”, lança luz sobre os paradoxos do recalque, na confrontação entre desejo e proibição, no âmbito restrito do universo da criança e dos adultos que lhe são próximos.

No entanto, esta característica conflitiva, tão própria da existência humana, é um fenômeno que se manifesta não só no contexto das relações intrafamiliares. Apresenta-se, também, no plano da cultura e das relações comunitárias.

Os tradicionais e conservadores costumes de uma cultura ciosa da moral e das boas maneiras, comportam prescrições rígidas quanto às práticas sexuais. O resultado do recalque aparece enredado em complexas construções — sob a forma de pudor, recato, rigidez, pactos de silêncio, negações — sustentadas em severas considerações quanto ao que é permitido e proibido.

É nesse sentido que a contradição existente entre um ambiente cultural circunspecto e práticas habituais de subjugação do corpo constitui um fenômeno intrigante. Exige, para sua abordagem, além das ferramentas conceituais que reunimos nos tópicos anteriores, a agregação de instrumentos específicos do campo da psicologia social.

Uma primeira contribuição para a abordagem psicossocial deste fenômeno é oferecida pelo psicólogo social americano Leon Festinger. A oposição entre dois polos de crenças, com a tensão psíquica que ela comporta, recebeu, por parte dele, a denominação de “dissonância cognitiva”.

O vocábulo “dissonância” nos remete, em primeiro lugar, à música, às sensações auditivas. Denota desarmonia, impressão desagradável ao ouvido (o que soa mal, o que é destoante), discordância entre duas ou mais notas, irresolução harmônica, desafinação (HOUAISS, 2004, p. 698). Já o vocábulo “cognitivo”, entre outros significados, nos remete a processos mentais de percepção, de memória, juízo, raciocínio, à identificação de um saber, à organização do pensamento e linguagem, a operações de dedução, comparação, classificação e a ações que norteiam a passagem das representações simbólicas à experiência. (HOUAISS, 2004, p. 489)

Ao unir estes dois vocábulos, Festinger provoca uma sensação de estranheza, de desconforto, própria da natureza do conceito que propõe. Criou esta expressão quando foi solicitado a realizar, em 1951, estudo para a Fundação Ford sobre comunicação e influência social. Ao desenvolver o tema com sua equipe, deparou-se com fenômenos relacionados a conflitos decorrentes de duas informações contraditórias.

Observou que estas contradições estão sempre acompanhadas de uma tensão geradora de ansiedade. Em decorrência, estudou os modos como os grupos sociais e os indivíduos lidam com estes “provocadores de ansiedade”, procurando formas de diminuir sua intensidade através de mecanismos de “redução da dissonância cognitiva”.

No pensamento de Festinger, dois elementos cognitivos, em primeiro lugar, podem manter entre si uma relação irrelevante ou relevante. Quando estes dois elementos são mutuamente relevantes e não se ajustam entre si, ocorre a dissonância: “Esses dois elementos estão em relação dissonante se,

considerados isoladamente, o inverso de um elemento decorrer do outro”. (FESTINGER, 1975, p. 21)

É na presença da dissonância entre elementos cognitivos que ocorre ansiedade. Em função dela, haverá sempre um movimento de tentativa de resolução da contradição, que Festinger (1975, 25-30) denomina de redução da dissonância cognitiva, através da mudança de algum dos elementos implicados, ou da adição de um terceiro que concilie a contradição entre eles.

A dissonância cognitiva, segundo este autor, se manifesta numa ampla gama de fenômenos sociais, que vão de convicções pessoais e atitudes comportamentais até crenças religiosas e posições políticas.

Outra perspectiva, mais abrangente, é a oferecida por Serge Moscovici, teórico conceituado no campo da psicologia social, de origem romena e radicado na França, que elaborou o conceito de representação social:

[...] representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um “referencial de um pensamento preexistente”; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. (MOSCOVICI, 2007, p. 216)

Gérard Duveen cita outra definição deste conceito, também proposta por Moscovici (1976):

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.¹¹⁰

Moscovici desenvolveu o conceito de representação social na década dos anos sessenta.

Ele se perguntava o porquê da dificuldade em conceber uma psicologia que agregasse tanto o social quanto o psicológico. Tais concepções, formula-

¹¹⁰ DUVEEN, G. *O poder das idéias*. In (MOSCOVICI, 2007, p. 21)

doras dos principais objetivos e do escopo dessa disciplina, provocavam desnecessariamente um discurso “mentalista”, uma cisão entre os aspectos psicológicos e sociológicos engessando as manifestações de cunho individuais e/ou coletivas no que se referiam aos acontecimentos sociais¹¹¹.

Sua resposta foi dirigida, então, para a construção de um referencial teórico que pudesse dar conta, tanto dos aspectos psicológicos quanto dos sociológicos.

Moscovici recorda o esforço em separar radicalmente os conceitos de representação individual e coletiva feito por Durkheim para constituir, respectivamente, o objeto da psicologia e da sociologia.¹¹²

Superando esta dicotomia, Moscovici vai na direção contrária da de Durkheim. Desenvolve o conceito de representações sociais, vendo nesta ideia o potencial de se constituir no núcleo da formulação de uma “ciência mista”, a psicologia social do conhecimento, fundamento para a inauguração de uma disciplina que engloba aspectos tanto sociais quanto psicológicos.¹¹³

Em suas próprias palavras:

Há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam idéias em prática — numa palavra, o poder das idéias — é o problema específico da psicologia social.¹¹⁴

Na construção do conceito de representação social, a preferência pelo uso da palavra social, em detrimento da palavra coletivo usada por Durkheim, também seguiu a mesma proposição: abandonar expressões que conotavam ideias de estático e fixo para enfatizar os aspectos mais dinâmicos. Segundo

¹¹¹ As implicações psicológicas também eram consideradas ilegítimas pela sociologia.

¹¹² DUVEEN, G. **O poder das idéias**. In (MOSCOVICI, 2007, p. 13)

¹¹³ DUVEEN, G. **O poder das idéias**. In (MOSCOVICI, 2007, p. 8)

¹¹⁴ MOSCOVICI, S. Social psychology and developmental psychology: extending the conversation. In: DUVEEN, G. & LLOID, B. (eds.). *Social Representations and the Development of Knowledge*, p. 164-185. Cambridge: Cambridge University Press. *Apud* DUVEEN, G. **O poder das idéias**. In (MOSCOVICI, 2007, p. 8).

Moscovici, para além da homogeneidade, da conservação e da preservação, os processos sociais privilegiam as mudanças e novidades, as variações, as diversidades, as diferenças. Um problema que interessava particularmente a ele, era o da influência das minorias: ao contrário das teorizações muito comuns na psicologia social, quando estuda a conformação dos indivíduos aos padrões considerados “normais”, queria estudar o modo como os grupos minoritários podem influenciar nas mudanças sociais.¹¹⁵

Seu pensamento, portanto, estará voltado para aos aspectos dialéticos operadores e atravessadores da formulação deste fenômeno social.

Para ele, as representações sociais possuem duas funções: a de convencionalizar os objetos, pessoas ou acontecimentos e a de prescrever sobre nós, de nos impor, uma estrutura que nos decreta tradições de como devem ser pensados o mundo e no limite, o próprio pensamento.

Moscovici considera que as representações sociais são mais um fenômeno do que um conceito:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem, dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica.

Mas, se a realidade das representações é fácil de ser compreendida, o conceito não o é. Há muitas boas razões pelas quais isso é assim. Na sua maioria, elas são históricas e é por isso que nós devemos encarregar os historiadores da tarefa de descobri-las. As razões não-históricas podem todas ser reduzidas a uma única: sua posição “mista”, no cruzamento entre uma série de conceitos sociológicos e uma série de conceitos psicológicos. É nessa encruzilhada que nós temos de nos situar. O caminho, certamente, pode representar algo pedante quanto a isso, mas nós não podemos ver outra maneira de

¹¹⁵ DUVEEN, G. *O poder das idéias*. In (MOSCOVICI, 2007, p. 15)

libertar tal conceito de seu glorioso passado, de revitalizá-lo e de compreender sua especificidade.¹¹⁶

Sobre o motivo pelo qual criamos essas representações, Moscovici responde recorrendo a três hipóteses:

(1) A hipótese da desiderabilidade, isto é, uma pessoa ou um grupo procura criar imagens, construir sentenças que irão tanto revelar, como ocultar sua ou suas intenções, sendo essas imagens e sentenças distorções subjetivas de uma realidade objetiva; (2) a hipótese do desequilíbrio, isto é, todas as ideologias, todas as concepções de mundo são meios para solucionar tensões psíquicas ou emocionais, devidas a um fracasso ou a uma falta de integração social; são, portanto, compensações imaginárias, que teriam a finalidade de restaurar um grau de estabilidade interna; (3) a hipótese do controle, isto é, os grupos criam representações para filtrar a informação que provém do meio ambiente e dessa maneira controlam o comportamento individual. Elas funcionam, pois, como uma espécie de manipulação do pensamento e da estrutura da realidade, semelhantes àqueles métodos de controle “comportamental” e de propaganda que exercem uma coerção forçada em todos aqueles a quem eles estão dirigidos. (MOSCOVICI, 2007, p. 54)

Como vimos, na construção de seu conceito de representação social, Moscovici se alicerça, em primeiro lugar, na ideia de representação coletiva de Durkheim. Para ele, a afirmação de Durkheim de que “o ambiente natural dos seres humanos é a sociedade” (MOSCOVICI, 2007, p. 286-287), tem implicações fundamentais: o mundo natural, real, o próprio ambiente físico, para os seres humanos, está sempre mediado por “um sistema de relações que geram crenças, normas, linguagens e rituais coletivamente partilhados que mantêm as pessoas coesas” (MOSCOVICI, 2007, p. 287).

São duas as consequências desse conceito: a primeira, é a de que as representações sociais perduram para além dos indivíduos; a segunda, é a de que se impõem de maneira coerciva sobre todos os que pertencem a um mesmo grupo social. Isso lhes confere uma realidade, embora simbólica e mental, com o forte caráter impositivo do real.

Moscovici cita Durkheim:

¹¹⁶ MOSCOVICI, S. La psychanalyse, son image et son publique. Paris: PUF, 1961-1976, p. 40-41 *Apud* DUVEEN, G. O poder das idéias. In (MOSCOVICI, 2007, p. 10)

Conceitos que são coletivos na origem (como o são na verdade todos os conceitos), assumem a nossos olhos, mesmo quando seu objeto não seja um objeto real, tal força que ele se apresenta como real. É por isso que os conceitos adquirem a vivacidade e a força de ação de sensações. (MOSCOVICI, 2007, p. 287)

Essa é a ideia que se depreende do conceito de naturalização: trata-se de uma operação, de ordem cultural, através da qual uma construção imaginária, um símbolo ou uma palavra, termina reificada e é tomada pelos seres humanos como tendo o mesmo estatuto de realidade física e natural. Por exemplo, os papéis resultantes das estruturas de parentesco, como o de pai, mãe, tio, sogro, e assim por diante, são tomados sob o mesmo imperativo de realidade que o fato inquestionável de que qualquer objeto lançado para o alto irá cair em decorrência da gravidade.

A relação entre os seres humanos e o mundo, portanto, jamais é uma relação direta, é sempre mediada pelas representações sociais. Só existe porque o homem está inserido dentro de uma cultura, e de uma cultura que é constituída, de um lado, por elementos simbólicos e, de outro, por uma multiplicidade de objetos e instrumentos.

Esse conjunto de representações sociais — na medida em que é compartilhado pelo grupo, serve de único código disponível de comunicação e, portanto, é o único meio possível para a produção de discurso — se impõe de forma coerciva a todos e a cada membro de qualquer comunidade humana. É por esta via de coerção que se constitui a coesão grupal, e vice-versa. Deste modo, a própria natureza, para os seres humanos, se torna uma realidade socialmente construída.

Pode-se fazer uma aproximação entre a função das representações sociais no ambiente cultural, na forma como Moscovici as concebe, e a das representações psíquicas para o pensamento, no modo como Freud nos fala delas.

Representações provêm de percepções. A função do pensamento é tornar presente, através das representações, algo que um dia foi percebido. O pensamento, na tentativa de retomar as percepções das representações, no entanto, nunca reencontra as percepções primeiras, que lhes deram origem. Como resultado desse fracasso, as representações adquirem a nitidez de percepções, conferindo “realidade” ao representado. Uma vez introjetado o objeto, pouco importa que continue ou não existindo em sua objetividade.

Assim como as representações psíquicas assumem a “realidade” das percepções no pensamento, as representações sociais funcionam como “realidade natural” na dimensão da cultura.

Neste capítulo, percorri diversas vertentes que, do ponto de vista teórico e científico, poderiam contribuir para o esclarecimento da manifestação do fenômeno dos “bobos da Cidade de Goiás”.

A conclusão preliminar que este percurso oferece é o da necessidade de estabelecer uma nítida distinção entre o fenômeno natural dos “bobos” — sua realidade irrefutável enquanto existência de deficiências mentais — e o fenômeno da naturalização de sua condição na vida social da comunidade — a tentativa de “explicar” e “justificar” sua condição social através da consanguinidade-causa.

Do ponto de vista do fenômeno natural de sua existência, ou seja, das condições neurológicas e genéticas que estão na origem de suas deficiências, vê-se que há muito pouco a dizer, além das generalidades que a neurologia e a genética poderiam afirmar para qualquer fenômeno semelhante. Ademais, esta condição natural do fenômeno não constitui o objeto propriamente dito deste estudo.

Já do ponto de vista do fenômeno da naturalização do lugar dos “bobos” na rede de relações sociais da Cidade de Goiás, os referenciais teóricos reunidos neste capítulo constituem o arsenal conceitual básico com o qual levantarei hipóteses e orientarei a análise do material recolhido tanto na investigação em campo quanto na coleta de informação bibliográfica sobre a cultura desta comunidade.

7 - A CONVERGÊNCIA DAS TEORIAS: ALGUMAS HIPÓTESES

No capítulo anterior, procurei elaborar uma breve revisão de algumas referências teóricas que podem contribuir para o exame do objeto deste estudo.

Na circulação das teorias, o eixo de convergência incide sobre o enigma consanguinidade. Esta representação se enreda em aspectos morais e foi, ao longo de sua transmissão através das falas populares, conjugando dois discursos: o do medo e o do moralismo. Daí originou-se um tipo particular de expressão social para “explicar” a existência dos “bobos” e “justificar” os usos e abusos que se faz deles.

As manifestações desta expressão que denominei de “consanguinidade-causa”, foram alicerçadas em um “[...] ’referencial de um pensamento preexistente’; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crença ancoradas em valores, tradições e imagens do mundo e da existência”. Tais manifestações têm a função de tornar presentes “as coisas ausentes e apresentar coisas de tal forma que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo” (MOSCOVICI, 2007, p. 216).

Cabe, agora, levantar hipóteses que possam ser úteis na proposição de uma nova abordagem para a investigação e análise de um velho problema daquela gente que vive sob os contornos da Serra Dourada, com toda a sua carga de determinações.

7.1. Aspectos neurológicos

Do ponto de vista da neurologia, a primeira conclusão fundamental é a de que as deficiências mentais são resultantes de uma ampla gama de fatores etiológicos. Sendo assim, não se pode atribuir a uma única causalidade os quadros patológicos que encontramos presentes nos “bobos da Cidade de Goiás”.

Mesmo as explicações, bastante frequentes, que associam a patologia dos “bobos” ao bócio, não encontram sustentação neurológica.

Goiás é um dos poucos Estados brasileiros que não é banhado por mar. Residiria aí a justificativa da alta incidência de portadores de bócio entre seus habitantes. De fato, a adição de iodo ao sal consumido pela população, a partir do século XX, resultou numa redução de casos de distúrbios da glândula tireoide na região.

Quando Saint-Hilaire, em 1819, percorreu a Província de Goiás em lombo de burro e em canoas, já fazia a seguinte constatação quanto ao bócio endêmico na Cidade de Goiás: “[...] Quase todos os habitantes da cidade e das suas redondezas têm bócio, e muitas vezes esta deformidade, quando muito acentuada, dificulta a fala de seus portadores” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 51).

Se havia alta incidência de bócio naquele território, era de se esperar que, também entre os “bobos”, ele estivesse presente. Além disso, muitos portadores de bócio, por manifestarem dificuldades de fala, eram, só por isso, considerados “bobos”, o que nos remete, mais outra vez, à imprecisão da atribuição do termo às pessoas. O “bócio”, sendo um distúrbio endócrino, não tem qualquer vinculação com patologias de cunho neurológico. Na série lógica dos vila-boenses, no entanto:

“papo” → “defeito” → “bobo”

Na hipótese de se aventar alguma generalização de caráter neurológico para as patologias apresentadas pelos “bobos da Cidade de Goiás”, é mais razoável considerar que o fenômeno encontra suas raízes mais profundas nas condições socioeconômicas da população rural daquela região.

As mulheres grávidas, principalmente as da zona rural, sem dúvida, foram significativamente atingidas pela desnutrição, pela carência de vitaminas, além de enfermidades decorrentes do ambiente em que viviam, que resultavam em desenvolvimentos pré-natais deficientes, com a eclosão, também, de distúrbios neurológicos.

Acrescente-se a isso, os fatores constitucionais, as carências nutricionais, as lesões pré e pós-natais, os agentes tóxicos, as infecções, os fatores ambientais, contribuindo com suas causas etiológicas para as deficiências entre a população neonatal e infantil.

Sabendo-se que a região de Vila Boa de Goiás foi palco de intensiva atividade de garimpo, outro dos fatores de intoxicação a que a população se viu exposta foi o dos resíduos de mercúrio utilizado no tratamento do ouro. A respeito, Valdez inclui a seguinte nota em seu artigo:

Sobre a causa da concentração de bobos em Goiás, muitos estudos alegam o número de casamentos consanguíneos realizados em Goiás para manutenção do poder, ou que poderiam ser frutos das deficiências nutritivas durante e pós-gravidez. Bertran e Veiga (1991), que tiveram contato com as velhas regiões auríferas, depararam-se com boa concentração de mercúrio nos sedimentos soterrados há mais de século e meio. Isso fez com que correlacionassem esse fato à grande incidência de debilidades mentais e defeitos de má-formação congênita nos locais onde a mineração antiga foi intensa. (VALDEZ, 2004, p. 127)

Apesar de a exploração artesanal do ouro através do garimpo ter sido atividade intensiva na região durante o século XVIII até o início do XIX, a hipótese de Bertran e Veiga não pode ser considerada como causa predominante para as deficiências mentais dos “bobos da Cidade de Goiás”. É de se

ressaltar, também, que nos trabalhos de campo, como veremos, esta hipótese foi lembrada por somente dois dos entrevistados.

O tema é complexo e se embaralha no cotidiano, impossibilitando qualquer afirmação conclusiva sobre ele.

7.2. Aspectos genéticos

Vimos também que, do ponto de vista da genética, as síndromes apresentadas pelos “bobos da Cidade de Goiás” não podem ser reduzidas a um único modelo.

Os “bobos” foram assumidos pela comunidade da Cidade de Goiás, não como portadores de “doença”, mas, sim, como naturalmente “defeituosos”, o que os remetia a uma classe de pessoas simplesmente diferentes, estigmatizadas, quase não-humanas. Por não serem vistos como deficientes, o que os incluiria na categoria mais geral de “doentes”, não mereceram os cuidados que sua deficiência requeria.

Mesmo no caso daqueles que foram assumidos por instituições de cuidados especializados, como é o caso do Hospital São Pedro d’Alcântara e do Asilo São Vicente de Paulo, a ausência de registros sobre seus quadros de comprometimento e suas origens impossibilita — ao menos dentro do recorte do presente estudo — qualquer afirmação mais conclusiva a respeito dos fatores genéticos que estariam na base de suas deficiências mentais.

A oscilação genética mostrou-se uma alternativa mais consistente para substituir a generalizada hipótese da consanguinidade como explicação para a existência dos “bobos”. Em comunidades pequenas e isoladas, devido a uma redução no seu repertório genético, podem surgir patologias, tanto cromos-

sômicas quanto gênicas, aumentando a probabilidade de ocorrências de malformações.

Este fenômeno pode ter exercido um papel fundamental para o aparecimento de tantos casos de deficiência mental na região.

Novamente, chega-se ao impasse: os “bobos da Cidade de Goiás”, apesar de apresentarem evidentes sinais de distintas patologias, não podem ser diagnosticados com rigor, em virtude da falta de dados e dos vícios de amostragem que os sobreviventes de hoje carregam. A consanguinidade-causa, enquanto explicação genética exclusiva, mais uma vez, manifesta-se extremamente frágil.

7.3. A representação social de “consanguinidade-causa”

A ideia de “consanguinidade-causa” como representação social é uma hipótese que merece ser abordada.

A estrutura fundamental desta hipótese está graficamente representada no esquema a seguir que, no desenvolver do texto, será progressivamente esclarecida.

Considero que, em torno desta representação social, constituiu-se na Cidade de Goiás uma articulação discursiva que reúne diferentes elementos ancorados na tradição cultural, com a finalidade de “explicar” e “justificar” a origem e existência de todo e qualquer “bobo” e os usos que se pode fazer deles.

Já vimos que há várias causas possíveis para as deficiências físicas e mentais dos “bobos”, sendo a consanguinidade só uma delas. Porque, então,

essa afirmação é tão categórica e exclusiva? Trata-se, evidentemente, de uma crença construída, com função encobridora¹¹⁷.

O absurdo não está na consideração da consanguinidade como causa de deficiência mental, mas na incapacidade de incluí-la num quadro nosográfico mais amplo. O que salta aos olhos é a recusa explícita da comunidade em questionar o fato, indício suficiente para se pensar na existência de conteúdos recalçados.

Por isso mesmo, essa afirmação merece ser tomada em sua radicalidade para ser submetida à crítica de seus fundamentos contraditórios, que tentam se impor como explicação generalizadora ao se incrustar na interioridade da lógica dos sujeitos da comunidade que pesquiso.

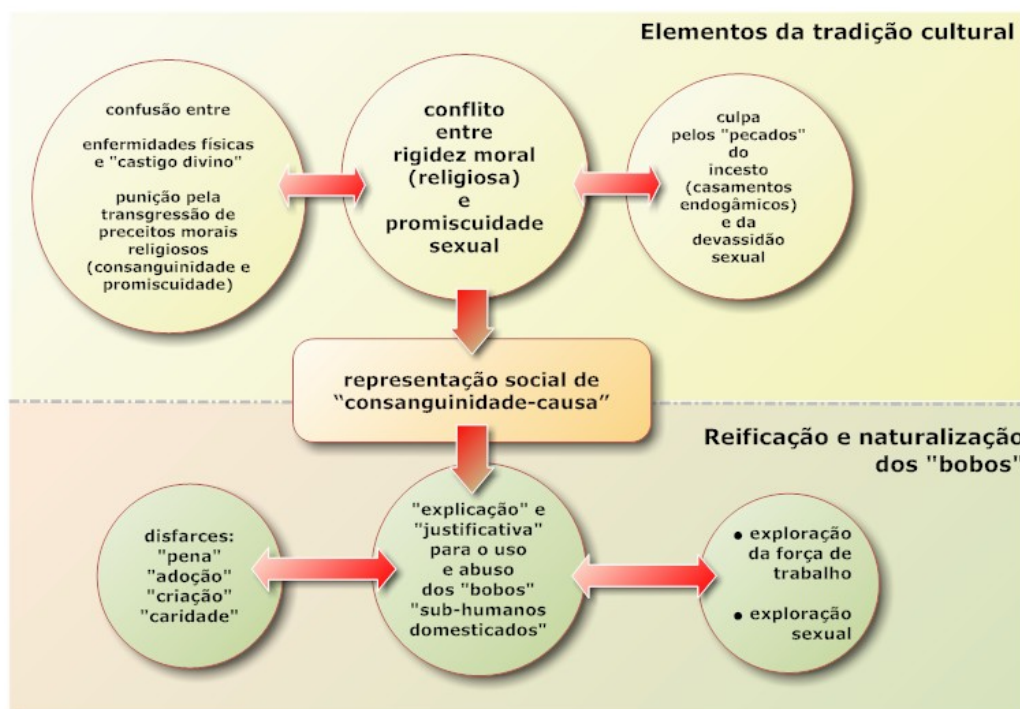
Começemos por reunir algumas informações sobre o conflito existente entre rigidez moral e promiscuidade sexual na constituição das famílias da Cidade de Goiás. Matrimônios oficiais e práticas de concubinato conviveram na formação cultural da cidade.

A escritora e jornalista goiana Cássia Fernandes dá expressão poética à concepção de origem dos “bobos” como filhos do pecado:

Conta a tradição que os bobos de Goiás nasceram do pecado dos consangüíneos. São a herança do orgulho e da avareza, de famílias que sacrificaram a inteligência por não sei qual baú de frivolidades ou de sutilezas. Mas talvez mesmo por isso seus bobos de nascença não são filhos da cruel concorrência do mundo, que não aceita os diferentes, os demasiadamente sensíveis, e que assim exatamente os cria. São naturais, vindos de uma mesma linhagem, do mesmo saco de gatos, de um pacto de desgraça consentido. Desfrutam de um certo status. Circulam livremente. E se fazem alguma bobagem, ela é logo escondida e protegida. Ou solenemente ignorada¹¹⁸.

¹¹⁷ Função encobridora é noção importante para a psicanálise. Remete ao conceito de recordação encobridora, paradoxo assinalado por Freud da permanência nítida e insistente de lembranças irrelevantes contrastando com a ausência de recordação de conteúdos de forte significação sexual da vida infantil. É uma formação de compromisso entre conteúdos recalçados e mecanismos defensivos.

¹¹⁸ FERNANDES, C. Os bobos de Goiás. <<http://mimeographo.blogspot.com/2006/05/os-bobos-de-gois.html>>. Acesso em 26 de jun. 2006.



Esquema 01 - Representação social de consanguinidade-causa

No Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) em Goiânia, encontram-se documentos eclesiásticos do século XVIII e do século XIX, que ilustram o modo como eram analisados os impedimentos de casamentos estabelecidos pelo Código Canônico e pelas bulas papais da Igreja Católica (SILVA, 2003). Lembro, como já afirmei anteriormente¹¹⁹, que o casamento civil só foi instituído no Brasil após a proclamação da República (1889), com a separação da Igreja e do Estado, pelo Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890, entrando em vigor em 24 de maio do mesmo ano.

Até então, oficialmente, só existiam os casamentos católicos. Para realizá-los, como ainda hoje, era necessário abrir processos prévios — denominados de “banhos”, que consistiam em uma análise exaustiva, por parte da Igreja, através de seus representantes, da árvore genealógica dos noivos — a fim de se constatar qualquer impedimento. Dentre os impedimentos estavam as relações de parentesco, que atestavam consanguinidade até o quarto grau.

¹¹⁹ Ver no tópico “Cidade de Goiás: suas oligarquias e seus conflitos” na p. 112.

No entanto, os bispos brasileiros estavam autorizados a facilitar a concessão de dispensas de impedimentos:

[...] pela bula *Magnam Profecto Curam*, expedida em Roma a 26 de janeiro de 1790, o Papa Pio VI concedeu aos bispos do Brasil o poder de dispensar gratuitamente em todos os graus de parentesco (à exceção do primeiro de consangüinidade, quer em linha direta, quer em linha transversal, e o primeiro de afinidade em linha reta apenas).¹²⁰

Segundo Bogaciovas¹²¹, o motivo de “dispensar gratuitamente” dos impedimentos resultou de problemas sociais que o alto custo dos banhos impunha aos nubentes:

O impedimento consangüíneo no Direito Canônico produzia sérios problemas sociais na comunidade. Em parte, porque em um núcleo pequeno o parentesco facilitaria e tornaria muito habitual o relacionamento entre parentes próximos, o que era visto como incesto pela Igreja Católica. Maior problema ainda era o elevado custo para as despesas que correriam na dispensa matrimonial. Os lucros auferidos pelos bispos e vigários gerais eram grandes e eles não queriam abrir mão dessa fonte de renda. Como consequência, viam-se famílias, obviamente as menos dotadas, não constituídas pela bênção da Igreja e, inevitavelmente, uma certa libertinagem forçada pela situação. Esses reclamos eram costumeiramente dirigidos aos reis de Portugal que, na qualidade de Mestres da Ordem de Cristo, detinham importante parcela de poder na Igreja. Desta forma, a Rainha de Portugal, d. Maria I, percebendo essa grave situação que se instalara no Brasil, impetrou junto ao Papa, Pio VI, a bula [...]¹²²

Em decorrência desta bula, durante o século XIX, com o êxodo dos habitantes de Vila Boa, e o conseqüente esvaziamento da população — denominado de período da decadência —, o impedimento consanguíneo era de fácil superação. Para se casar, bastava que os noivos assinassem um termo de consentimento e, mediante algumas penitências — rezar algumas salve-rainhas e o terço —, os nubentes recebiam a autorização para a união. Foram muitos os casamentos de primos entre si.

¹²⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza, Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: TAQ, 1984, p. 132-133. *Apud* SILVA (2003, p. 133).

¹²¹ Marcelo Meira Amaral Bogaciovas é, atualmente, o 1º Vice-Presidente ASBRAP - Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia.

¹²² BOGACIOVAS, M. Impedimentos consangüíneos no direito canônico. <<http://www.asbrap.org.br/publicac/manual/impedimentos.htm>>. Acesso em 13 de dez. 2010.

No mínimo, é curioso surpreender o conteúdo supersticioso presente nas prescrições de penitência para a dispensa de vínculos dessa natureza: é como se a bênção da Igreja aos cônjuges consanguíneos os absolvesse antecipadamente do pecado, exorcizando-os do risco biológico de uma eventual prole defeituosa. Principalmente se levarmos em consideração que, naqueles tempos, os que realmente se preocupavam em legitimar seus matrimônios eram os membros das famílias oligárquicas, que procuravam, através de vínculos endogâmicos, preservar riquezas e posição social. Para o povo comum, como veremos, esta preocupação com a legitimidade do vínculo nem mesmo se manifestava.

A historiadora Maria da Conceição Silva que investigou o catolicismo e o casamento civil na Cidade de Goiás, assim se refere a este tema:

[...] de fato, “casamentos endogâmicos” foram freqüentes entre famílias goianas como, por exemplo, os que ocorreram na família Bulhões-Jardim. Quase todos os membros desta família, e também de outras que comandaram o poder político no Estado, contraíram núpcias no mesmo clã. Famílias como a dos Bulhões, cujo tronco tem ascendência no século XVIII, acabaram tornando-se detentoras do poder político regional, ou até mesmo nacional, como José Leopoldo de Bulhões Jardim, que foi constituinte em 1891 e ministro da Fazenda por duas vezes. Este contraiu matrimônio com sua sobrinha, Cecília Felix de Souza. (SILVA, 2003, p. 132-133)

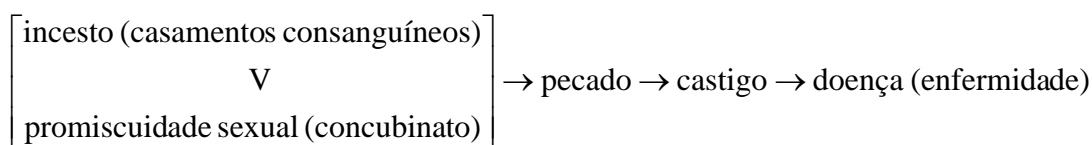
Antes da campanha dos ultramontanistas a favor do casamento religioso, na última década do século XIX, no entanto, a prática comum era a do concubinato, sem particulares preocupações com a legalização dos vínculos matrimoniais. Pode-se inferir que a preocupação da Igreja Católica com a regularização dos matrimônios religiosos só ocorreu em decorrência das antecipadas ameaças de perda de poder que resultaram do turbilhão levantado pelas propostas de separação da Igreja e do Estado no Brasil.

Isso fica evidente quando Maria da Conceição Silva se refere ao relato do cônego José Trindade da Fonseca Silva sobre o trabalho pastoral do bispo Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, citando-o:

[...] para dar-vos uma pequena idéia dos males, das cruéis enfermidades, que assolavam as freguesias visitadas, bastará dizer-vos que no anno de 1882 celebrarão-se mais de quatrocentos casamentos, e no anno de 1883 mais de mil, quasi todos de concubinários; apesar de trabalharmos incessantemente, e talvez com excesso, raramente temos podido satisfazer a todos...¹²³

Além de esta citação ressaltar que a campanha pelo matrimônio religioso já havia começado anos antes da proclamação da República, vê-se também como, na mentalidade da época, havia grande confusão entre as questões relativas às enfermidades e a transgressão de preceitos morais. Esse é um argumento que evidencia o fundamento religioso da representação consanguinidade-causa.

A série lógica estabelecida aponta para a conjunção de incesto e promiscuidade sexual, implicando sucessivamente em pecado, castigo e doença:



O botânico Auguste de Saint-Hilaire, em 1848, ao descrever em cores vivas o concubinato generalizado na cidade no ano de 1819, deixa entrever que, 70 anos antes da proclamação da República, a questão do casamento religioso era de pouca importância para os vila-boenses e que a promiscuidade era a regra geral de conduta:

Em nenhuma outra cidade o número de pessoas casadas é tão pequeno (1819). Todos os homens, até o mais humilde obreiro, têm uma amante, que eles mantêm em sua própria casa. As crianças nascidas dessas uniões ilegítimas vivem ao seu redor, e essa situação irregular causa tão pouco embaraço a eles quanto se estivessem casados legalmente. [...] Esse relaxamento dos costumes data do tempo em que a região foi descoberta. Os primeiros aventureiros que se embrenharam nesses sertões traziam consigo unicamente mulheres negras, às quais o seu orgulho não permitia que se unissem pelo casamento. A mesma razão impediu-os de desposarem as índias. Em consequência, tinham apenas amantes. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 53)

¹²³ SILVA, J. Lugares e pessoas – Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. São Paulo: Escolas Salesianas, 1948, p. 292. v. 1 *Apud* SILVA (2003, p. 131)

Mais adiante, relata que os próprios padres e os funcionários públicos faziam pouco caso, também, para os preceitos religiosos quanto ao casamento:

Raramente são casados os funcionários do governo que se dispõem a viver nessas remotas regiões do interior do país. Quando chegam a um lugar onde o concubinato é generalizado, eles acham cômodo conformarem-se com esse costume, e ao adotá-lo dão-lhe o seu beneplácito.

[...] Os próprios padres, cuja vida deveria constituir um permanente protesto contra desregramentos que contrariam não só as leis da religião e da moral, mas também o progresso da civilização e a instituição da família e da sociedade, autorizam por seu mau comportamento a devassidão dos fiéis que lhes estão confiados. Suas amantes moram com eles, seus filhos são criados ao seu redor, e muitas vezes — digo-o com relutância — o padre faz-se acompanhar da amante quando vai à igreja (1819). Se estes lamentáveis abusos ainda não tiverem sido sanados no momento em que escrevo, espero que minhas palavras possam contribuir para chamar a atenção daqueles que disso precisam ter conhecimento. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 53)

Continuando sua descrição a respeito do cotidiano da cidade, ainda em 1819, relata o costume libertino das mulheres:

Durante o dia, só se vêem homens nas ruas da cidade de Goiás. Tão logo chega a noite, porém, mulheres de todas as raças saem de suas casas e se espalham por toda a parte. Geralmente fazem o seu passeio em grupos, raramente acompanhadas de homens. Envolvem o corpo em amplas capas de lã, cobrindo a cabeça com um lenço ou um chapéu de feltro. Também nessas horas, elas caminham umas atrás das outras, e antes se arrastam do que andam, sem moverem a cabeça nem os braços, parecendo sombras deslizando no silêncio da noite. Algumas vão cuidar de seus negócios particulares, outras fazer visitas, mas a maioria sai à procura de aventuras amorosas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 54)

Vê-se, portanto, que a lassidão era a regra. A disseminação da explicação reificada e naturalizada da “proliferação” dos “bobos” na Cidade de Goiás relacionada a casamentos consanguíneos, encontrava, então, suas bases numa sociedade em que a formalização dos casamentos, apesar dos rígidos princípios religiosos vigentes, não era tida como uma exigência indispensável para a constituição das famílias.

A culpa religiosa advinda do pecado, no entanto, não se dissolvia no concubinato, na libertinagem e nem na devassidão. Era depositada, qual praga rogada, sobre a prole degradada. Afinal de contas, é sobre esta culpa que reside a força secular da dominação religiosa.

Entre as oligarquias dominantes — aliadas ao poder da Igreja ou da Maçonaria que, em contrapartida, as sacralizavam — o matrimônio formal, com relações endogâmicas, predominava, sob a justificativa de preservação do patrimônio e de concentração do poder. (SILVA, 2003, p. 133)

A justificativa naturalizada através da consanguinidade para as explorações do trabalho e do corpo dos “bobos” estava em intensa e articulada sintonia com os dispositivos de disfarce — “pena”, “adoção”, “filhos de criação”, práticas de “caridade” — descritos pormenorizadamente no capítulo 5¹²⁴ da primeira parte deste trabalho.

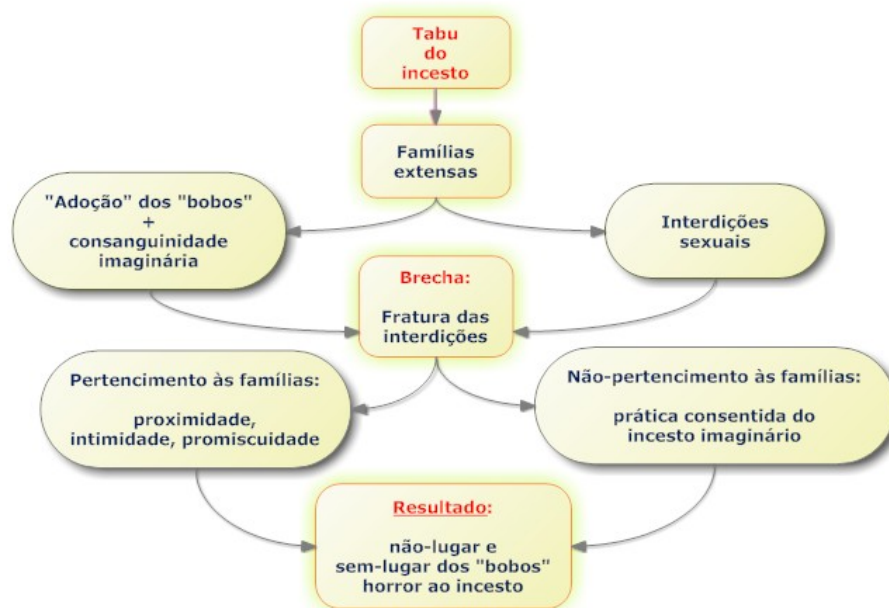
7.4. O incesto para os antropólogos

Os parâmetros antropológicos são instrumentos de grande valia para examinar o lugar dos “bobos” na sociabilidade da Cidade de Goiás: ser “bobo”, longe de ser uma classificação biomédica, se enquadra numa categoria sociocultural.

Os argumentos de Lévi-Strauss, em complemento aos argumentos genéticos, também relativizam em muito o mito das relações incestuosas como “explicação” unânime e quase absoluta para a existência dos “bobos” na comunidade. Na sua argumentação histórica, a própria ideia dos prováveis danos resultantes de oscilação genética — as variações extremas — se projetados no longo prazo, terminam também minimizados.

¹²⁴ Ver “OS “BOBOS” NO COTIDIANO DA CIDADE DE GOIÁS” à p. 139.

**Consanguinidade-causa da
perspectiva antropológica do tabu do incesto**



Esquema 02 - A perspectiva antropológica do tabu do incesto

As teorias de Lévi-Strauss, no entanto, se aplicadas às estruturas de parentesco das famílias extensas da Cidade de Goiás, propõem um questionamento intrigante: qual era o lugar dos “bobos”, do ponto de vista das relações incestuosas, no contexto das interdições sexuais?

Pertenciam e não pertenciam, ao mesmo tempo, às famílias: se pertencessem, seriam sexualmente interditados pela própria razão do pertencimento; mas como não pertenciam, mas participavam da intimidade, estavam no lugar “ótimo” para serem veladamente possuídos.

Na Cidade de Goiás é comum ouvir o comentário a respeito do papel que era exercido pelos “bobos”, especialmente pelas “bobas”, na iniciação sexual dos rapazes das famílias que os acolhiam. Prática da cultura servil que, por sinal, tem seus equivalentes em todas as regiões brasileiras, quando se considera as relações existentes entre senhores e seus servos.

No entanto, do ponto de vista do discurso explícito, em razão de sua inclusão na consanguinidade “imaginária”, esse uso sexual de que eram objeto não podia ser nem reconhecido e nem declarado.

Então, o lugar dos “bobos” nas famílias extensas foi localizado numa “brecha”, no espaço de uma fratura das interdições. Assumia, de certo modo, a característica de lugar da prática consentida de um “incesto imaginário”, mas, nem por isso, despojado de horror.

No que reside, então, esta “brecha”? Qual o “horror” de um “incesto imaginário”, de um incesto que não era, de fato, um incesto?

Ora, a descrição que a população da Cidade de Goiás faz de seus deficientes mentais aponta para um lugar inegavelmente excêntrico¹²⁵, por considerar que aos “bobos” falta a virtude de serem “normais”, quem sabe, humanos.

É impossível negar que há, de fato, um problema associado à atitude da população frente a estes excêntricos: mas não “o problema do incesto”, na forma clássica tratada por Lévi-Strauss (1969).

Estão ali, há uma concretude social imperativa que os planta num determinado lugar — um não-lugar e um sem-lugar —, no qual permanecem fincados e do qual não podem ser afastados. Povoam o cotidiano, servem às pessoas, testemunham a intimidade das famílias, mas, apesar das evidências, são objeto de uma perpétua negação coletiva.

Carregam, também — quase que como uma lata d’água enrodilhada na cabeça ou um feixe de lenha nas costas — a maldição da promiscuidade consanguínea de outros. Culpados pela religiosidade rígida dominante, repleta de recriminações pecaminosas, são transformados nos bodes expiatórios da culpa advinda da afrouxada permissividade dos costumes.

¹²⁵ Tomo este vocábulo nas acepções de afastado do centro, descentrado, e de esquisito, extravagante, anormal.

7.5. Do não-lugar ao não-tabu

Para desmitificar a expressão “consanguinidade-causa” como justificativa para a existência do expressivo número de deficientes mentais, é necessário percorrer o caminho da cadeia associativa que levou a erigi-la à condição de mito.

A construção desse mito não foi destituída de sentidos. As percepções primeiras que lhe deram origem estão relacionadas a uma cadeia definida de acontecimentos — promiscuidade sexual e casamentos consanguíneos que, de fato, ocorreram na antiga Província. Neste percurso, sobrepuseram-se à realidade, dando verniz de credibilidade à deformação do mito.

A título de hipótese, apresento a seguir um constructo¹²⁶ que permitiria uma aproximação do porquê, ao longo dos tempos, esta ideia assumiu o caráter inexorável de verdade, terminando por substituir a percepção da realidade pelo mito.

A formulação “consanguinidade-causa” foi aceita na consciência e transmitida pela fala coletiva, ao longo do tempo, para dissimular as transgressões praticadas sobre os “bobos” e justificá-las. Este “exorcismo” se sustenta sobre mecanismos de negação dos quais resultaram disfarces moralistas, dissociados de afetos.

Poder-se-ia dizer que esta formulação é, também, um caso particular de tabu. Comporta forte ambivalência emocional, como todo tabu. Mas, em certo sentido, funciona com sinal invertido: ao mesmo tempo em que remete, de maneira ampla, à proibição das relações consanguíneas, quando aplicada aos “bobos”, ao contrário de proibir, permite.

¹²⁶ Constructo, segundo Houaiss (2009, p. 532), é uma “construção puramente mental, criada a partir de elementos mais simples, para ser parte de uma teoria”.



Esquema 03 - Perspectiva psicanalítica
Constructo do avesso do tabu e do avesso do *mana*

Valendo-me, ainda, da liberdade inerente à formulação de um constructo, e numa tentativa de estender as considerações de Freud sobre o tabu ao caso da Cidade de Goiás e ao jeito de a comunidade se relacionar com seus “bobos”, é possível pensar numa cadeia de deslocamentos reveladores e construir hipóteses a respeito da constituição desse estranho mito, que aqui denomino de “avesso do tabu”, que carregam.

É como se, nas manifestações culturais da cidade, os “bobos” fossem naturais possuidores de um *mana* — também um “avesso de *mana*” — por herança consanguínea, sustentado e realimentado, peremptoriamente, pela negação, carregada de silêncios e nuances, de sua condição de humanos.

Como diz o ditado, onde há fumaça há fogo, e o campo da sexualidade, bem se sabe, é propício para a ocorrência deste tipo de “incêndio” subterrâneo. O argumento da consanguinidade comporta tal conteúdo.

Esse “avesso de tabu” — um não-tabu — erguido no passado pela comunidade para negar a promiscuidade sexual e os acasalamentos consanguíneos, depositado sobre os “bobos”, serve ainda hoje como antídoto para aplacar consciências.

A recriminação aos casamentos consanguíneos sugere uma extensão do tabu do incesto e do horror a ele associado. É como se este tabu transmitisse a maldição de seu *mana*, automaticamente, à prole, no caso, os “bobos”, fruto da violação do tabu. A própria origem da palavra incesto nos remete a: sacrílego, impuro, sujo, não-casto (CROMBERG, 2001, p. 20).

Daí resultaria que os “bobos”, marcados por este *mana*, recebem o estigma de prole degradada, fruto do pecado, o que lhes conferiria a condição de não-sagrados, não-intocáveis, não-proibidos, ou seja, impuros e não-humanos. Por isso podem ser considerados como um “avesso de tabu” e portadores de uma espécie de um “*mana* mata-borrão”, capaz de absorver para aplacar toda e qualquer culpa.

Dois outros argumentos reforçam a hipótese do “avesso de tabu”.

O primeiro é o de que o tabu, tal qual a neurose obsessiva, é enigmático em sua origem, tem o sentido de algo intocável, e se expressa através de restrições e proibições sem coerência de sentido. Nossos “bobos” — danados irreversivelmente pela pecha de frutos de relações consanguíneas —, no entanto, foram tocados à revelia, embora em segredo, guardado sob sete chaves.

O segundo é o de que a violação do tabu geraria temor em razão da automática e rigorosa punição de seu violador pela comunidade, uma vez que, por esta via e por identificação, cada indivíduo defender-se-ia de seu próprio desejo de transgressão. Ao contrário, sobre os “bobos” — já que lhes foi designado um não-lugar — as proibições deslizaram, escorregadias, apesar da severidade dos valores morais da comunidade. Pelo que se tem notícia,

nenhum conjecturado violador de um “bobo” sofreu qualquer tipo de punição.

Os dispositivos de disfarce — o silêncio, a negação e o segredo —, foram manejados de tal forma, que os “bobos” ocuparam coletivamente o lugar do impronunciável, da simbiose, da polimorfia, da anomia, da não consideração dos limites para a realização dos desejos particulares dos outros. Seu *mana* — “avesso de *mana* “ —, por assim dizer, ainda hoje, arrefece a consciência de toda violência sobre eles praticada.

Tem-se, portanto, nestas manifestações, de um lado, uma espécie particular de tabu e, de outro, a recusa perceptiva, isto é, a negação (LAPLANCHE; PONTALIS, 1975, p. 373), sinal evidente que confirma o desconforto da população em admitir, para si mesma, a presença de um núcleo ainda não elaborado, polo de conflito no seio da comunidade.

Em síntese, quando a comunidade da Cidade de Goiás explica a existência dos “bobos” em decorrência de relações incestuosas, reconhece *ipso facto* que transgressões incestuosas foram praticadas no seu interior. Isso denota a presença de um paradoxo: um forte esquema repressivo, de um lado e, de outro, na mesma medida, uma permissividade sexual abundante.

Deste ângulo, a maciça aceitação da ideia de “consanguinidade-causa” deve ser tomada mais como denúncia da presumida existência de constante abuso sexual (CROMBERG, 2001) sofrido pelos “bobos”, do que das relações incestuosas das quais seriam reles produtos.

No caso dos “bobos da Cidade de Goiás”, os elementos polimórficos ficaram à deriva, cabendo a estes excêntricos serem os porta-vozes privilegiados de uma cena muda, complexa, que os envolveu numa gama de permissividades. Seus corpos adulto-infantis — baixa estatura, adornados por indumentária pueril, feições de Quasímodo — escancaram sua fragilidade, reves-

tindo-os com a marca ambulante de polimorfa sexualidade. Daí o *non-sense* que caracteriza a pantomima do cotidiano destes atores.

Neste não-lugar fica impossível ao “bobo” erigir barreiras para a edificação de sua subjetividade. O assédio intrusivo por eles vivido — e também desejado — encontra-os desguarnecidos. Frente ao retorno dos elementos da sexualidade infantil — deles próprios e a dos adultos descarregada sobre eles — o corpo do “bobo”, desabrigado, é objeto preferencial de fragmentadas deposições, incitando ao gozo de pulsões parciais¹²⁷.

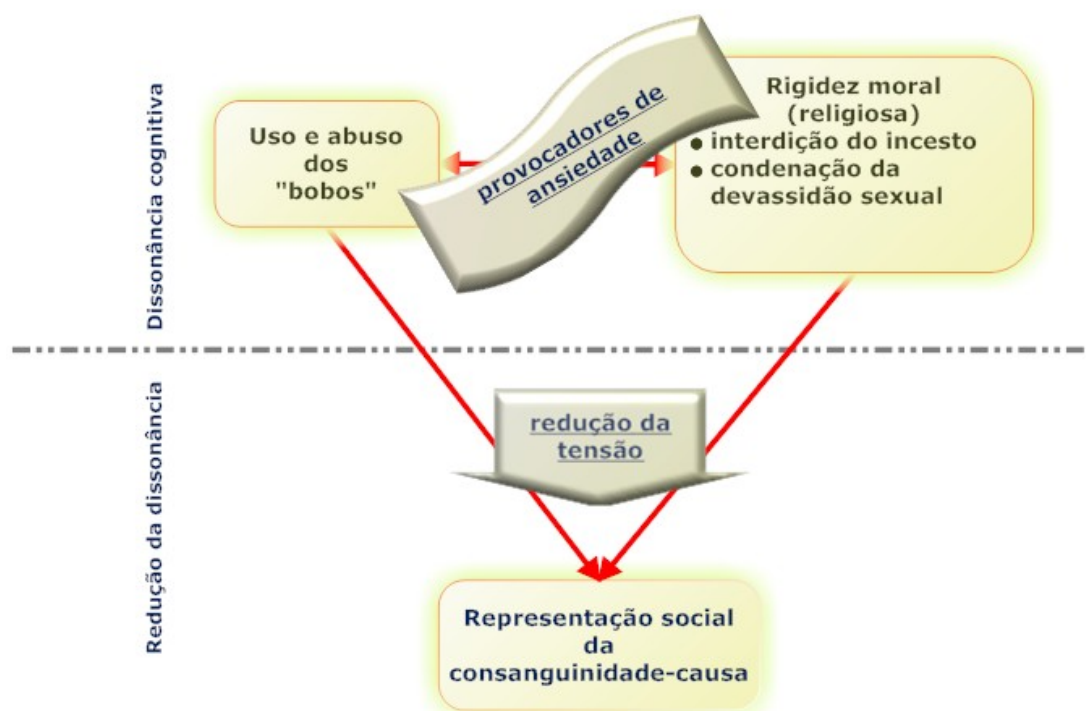
Agregue-se que, no caso dos “bobos”, trata-se de deficientes mentais. Submetidos, absorvidos no seio da dinâmica familiar pela pseudoadoção, necessitados de carinho e proteção, mas não interditados, sentem-se mais frágeis e incapazes de qualquer protesto. Além disso, por estarem no lugar do avesso do tabu, fixados no não-lugar do não-proibidos, qualquer tentativa de solicitação de proteção cai no vazio, qualificada de “bobagem”.

7.6. Dissonância cognitiva

As ideias de Leon Festinger (1975) podem também ser aplicadas com muita adequação no exame da indagação sobre a dissonância cognitiva subjacente à formulação consanguinidade-causa na comunidade da Cidade de Goiás, pois nos oferecem instrumentos para pensar as contradições, próprias do conflito, sobre o ponto de vista cognitivo.

¹²⁷ O conceito de pulsão parcial foi introduzido por Freud em 1905 para designar e discernir os diversos componentes presentes, desde o seu início, na sexualidade. Anárquicas em seus começos, “[...] começam por funcionar independentemente e tendem a unir-se nas diversas organizações libidinais” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1975, p. 516). Podem se ligar a uma zona erógena (anal, oral, uretral) e ao seu alvo de modo independente, em busca de satisfação.

Consanguinidade-causa da perspectiva da dissonância cognitiva



Esquema 04 - Redução da dissonância cognitiva através da consanguinidade-causa

Minha hipótese a este respeito é a de que a lógica dessa explicação, que concilia ideias tão contraditórias, está ancorada num sintoma social que comporta disfarces, negações, deslocamentos, enfim, diversos mecanismos de defesa.

É evidente que o uso sexual dos “bobos” e sua subjugação nesta cultura não decorre da rigidez das referências morais e vice-versa: aí reside a contradição presente na dissonância cognitiva. Ela, por si mesma, é provocadora de ansiedades, dada a impossibilidade de conciliação de seus contrários.

A consanguinidade-causa é o instrumento de redução dessa dissonância porque realiza a façanha de aplacar a culpa advinda da contradição — uso dos “bobos” versus rigidez moral — provocadora de ansiedade.

De fato, a constatação da curiosa e generalizada aceitação da justificativa de origem dos “bobos” como provenientes de casamentos consanguíneos

— cuja fragilidade enquanto afirmação lógico-categórica, não se sustenta em fatos constatáveis — beira o absurdo.

Trata-se de um caso exemplar de construção de uma solução de compromisso. A tensão gerada pela impossibilidade de conciliação entre os dois elementos da oposição — princípios morais e práticas de subjugação, inclusive sexual — é reduzida pela inclusão de um terceiro termo que, neste caso é a “consanguinidade-causa”, “explicação” universal e “justificativa” moral que “dissolve” o mal-estar da contradição inicial.

Há culpa em relação aos “bobos”, provável causa da sustentação da dissonância cognitiva. Culpa inconsciente, relacionada às diversas formas de violência que sobre eles foram praticadas.

A utilização dessa justificativa os destitui de sua condição de seres humanos. São “estragados”, “fruto do pecado”, “restos”, tratados quase como “animais de estimação”.

Quando “adotados” por alguma família, tornavam-se elemento justificativo da “boa consciência”, pela caridade do acolhimento, do trato, da proteção e, por aí, mais uma vez, justificando os usos e abusos que se fazia deles.

Como sempre, uma solução de compromisso entre desejo e proibição.

Sustentar a explicação através da consanguinidade, evitava ousar reconhecer a realidade das relações sociais com os “bobos” e suas consequências: o reconhecimento de suas necessidades de deficientes mentais e seu direito à inclusão na vida social.

7.7. Inconsistências do discurso naturalizante

A indagação retorna: por que essa cultura — com a dureza de um rochedo na sua forma assertiva e prática — para evitar a estranheza da revela-

ção desse não-lugar e falar de suas esquisitices, reduz tão duramente os “bobos” ao modo “naturalizado” como foram tratados no dia a dia? Seria rematada bobagem tentar desocultar as entranhas dessa excentricidade?

Para o psicanalista Nelson da Silva Junior as proibições que restringem, na sociedade ocidental, as falas sobre “as relações entre os assim chamados sãos e seus loucos”, acarretam o desenvolvimento de diversas “táticas” para fazê-los desaparecer das vistas e, com isso, a sociedade perde o enfrentamento com seu próprio desamparo diante da desrazão:

Trata-se, na maioria das vezes, de manter a dignidade da imagem que a sociedade “sã” produz sobre si mesma — para tanto, às vezes chegando até a postular a inexistência da doença em seus domínios. Mas, não há diferença estrutural entre o depósito manicomial, o silêncio sobre a loucura ou sua negação obstinada. Em todos os casos, o louco sofre e faz sofrer — e o fará mesmo nas mais perfeitas táticas de fazê-lo sumir de vista. (FERRAZ; SILVA Jr., 2000, p. 169-170)

Ainda que já tenha afirmado a condição de deficientes mentais dos “bobos da Cidade de Goiás”, por extensão, a citação acima pode ser também aplicada ao seu caso. A relevância está na “negação obstinada” que sustenta os disfarces para a doença e mantém a imagem da sociedade saudável e digna.

É esta posição ambivalente — escancarada em múltiplas ações, mas encoberta por véus dissimuladores —, que a psicanálise tem a aptidão de investigar.

Do ponto de vista do pesquisador, a atitude “naturalizadora” não tem eficácia. A investigação sobre esses deficientes só avançará se a prática de negação for radicalmente recusada, assim como toda submissão às divagações e estereótipos que comporta.

As conceituações psicanalíticas lidam de forma peculiar com os elementos simbólicos e as inconsistências do discurso naturalizante. Além disso, na interface com as demais disciplinas das ciências do homem, amplia a perspectiva questionadora, afastando a banalidade.

Em nosso caso, surpreendendo os velhos elementos com novos sentidos simbólicos, pode abalar e des-locar o excêntrico do lugar em que estão pregados os bobos, transformando-o numa “questão” abertamente formulável. Na fronteira da ambiguidade perceptiva da dinâmica subjetiva do olhar e ser olhado — do vejo e não vejo —, o ponto cego recai sobre a figura enigmática, fora de foco, lugar de invisibilidade, na mesma proporção de sua inquestionável visibilidade.

A indagação ao se dirigir para o lugar de onde ele, o “bobo”, olha, de onde se olha, de onde é olhado e de onde acredita que é olhado — ou seja, qual o lugar que ocupa nos investimentos libidinais com quem interage — é a condição de possibilidade de reflexão desta posição híbrida que ocupa.

Ao “bobo” naturalizado, falta alteridade. Só tem presença por ser quem é, objeto de uso. Sem dúvida, carrega o estigma: afinal foi usado e abusado como mão de obra escrava, como força animal e também nos rituais de iniciação sexual. A decorrência é a de um ser humano expropriado de possibilidades de construção social e afetiva, destituído de existência psíquica e encarcerado no lugar de objeto.

O “bobo” é o ideal do “senhor” que necessita de um escravo não-pensante. Nesse sentido, cumpriu e atendeu plenamente o desejo senhorial. Correlação bem ajustada: de um lado, a dívida contraída, infinita, com a família que adotou o “animal” — corpo valioso, burro de carga, objeto bolinável — e, de outro, esse eterno e submisso agradecimento por essa “adoção”. Dívida contraída com o adotante e paga com servidão, dócil aquiescência à desumanização inerente à aceitação da condição de “animal doméstico”.

De fato, esta comunidade reproduziu, à sua maneira, a conduta universal e demasiado humana, já examinada em outro capítulo¹²⁸, das práticas mais tradicionais de enjeitar e abandonar crianças: afinal, os “bobos”, também, no início de suas existências, foram prematuramente entregues à própria sorte, terminando seus dias, muitas vezes, no anonimato de uma instituição asilar.

Uma negação desta ordem, imposta por um período tão prolongado, só fez crescer, na Cidade de Goiás, a indiferença social. A busca de explicações carregou na marca do naturalizado: por não ser uma questão admitida, é melhor não falar dela, desterrando-a para o território mitificado das deformações.

¹²⁸ Ver o capítulo “REMINISCÊNCIAS DOS ENJEITADOS, EXPOSTOS, ABANDONADOS E BASTARDOS NA HISTÓRIA” a partir da p. 59.

PARTE III

O TRABALHO DE CAMPO NA CIDADE DE GOIÁS

Aproximar-me da Cidade de Goiás como campo de investigação foi uma tarefa delicada. Nunca foi minha intenção “usar” a cultura e as peculiaridades desta comunidade para atender a um objetivo narcísico de produzir um trabalho acadêmico: seria continuar tratando-a como uma “comunidade de bobos”, usável e abusável à sua revelia.

Um trabalho desta natureza pressupõe a sedimentação de um pacto profundo com o objeto de meu estudo, no fundo do qual se encontra o alicerce de confiança para se poder trazer à tona seus enigmas, ainda que dolorosos.

Ecléa Bosi bem expressa essa ideia:

Segundo Jacques Loew, em *Journal d'une mission ouvrière*, é preciso que se forme uma *comunidade de destino* para que se alcance uma compreensão plena de uma dada condição humana. (BOSI, 1999, p. 38)

A distância geográfica entre São Paulo e a Cidade de Goiás é um obstáculo significativo que precisei ultrapassar. Assim como não assumo uma empreitada oportunista, também não me proponho uma tarefa de missionária. Pelo contrário, os laços que me unem a Goiás se explicitam no decorrer desta escrita.

Para empreender esta investigação, coletei contribuições provenientes de um leque abrangente de fontes bibliográficas, com as quais procurei melhor situar o objeto de minha pesquisa, na tentativa de abordar a complexidade de sua manifestação.

Para isso, debruicei-me, a título preliminar, sobre autores cujas especialidades me permitissem situar o objeto de meu estudo dentro de um quadro mais amplo: levantei informações sobre a figura dos bobos do Rei, da rejeição e abandono de crianças, além de um apanhado de elementos constitutivos da

cultura da Cidade de Goiás. Foram os conteúdos que relato na primeira parte deste trabalho.

Em seguida, para construir as referências teóricas deste estudo, recolhi contribuições da neurologia, genética, antropologia, psicanálise e psicologia social, que me possibilitaram levantar diversas hipóteses, entre elas a da representação da consanguinidade-causa como “explicação” e “justificativa” utilizada pela comunidade que investigo na construção de suas relações sociais com os “bobos”. É o conteúdo dos dois capítulos da segunda parte desta tese.

Além disso, realizei viagens exploratórias com o propósito de fazer contato com o ambiente de meu estudo. Minha finalidade era a de identificar suas características, localizar as fontes de dados disponíveis, mapear características dos sujeitos a serem investigados e delinear particularidades básicas de suas respostas diante de quem deles se aproxima com intenção investigativa e — o que é, também, muito relevante — auscultar as resistências existentes à abordagem do tema dos “bobos”.

8 - METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

A reflexão sobre estes primeiros contatos me levou a definir o desenho da investigação e alguns critérios metodológicos para o trabalho de campo. É o conteúdo do presente capítulo.

8.1. Os primeiros contatos exploratórios e sua contribuição para o reconhecimento do campo

No meu papel de bandeirante contemporânea, partindo de São Paulo em direção aos fundões de Goiás, fui recolhendo, progressivamente, da fisionomia concreta e real do lugar, um esboço para desenhar a investigação.

Com este objetivo, empreendi viagens, visitando a Cidade de Goiás.

Ao chegar pela primeira vez à cidade, na passagem do ano de 2005 para 2006, me vi compelida a adotar a postura de “observadora participante” (MALINOWSKI, 1978, p. 29-30). Foi assim que, valendo-me do prévio conhecimento dos elementos básicos da cultura, procurei interagir livremente com as pessoas, palmilhando, aqui e acolá, ruas e lugares, para pinçar quem se dispusesse a falar sobre o tema de meu interesse: os “bobos”. Interessava-me, principalmente, observar as reações das pessoas diante de quem investiga este tema.

O que descortinei no fundo do vale delimitado pela Serra Dourada foi uma comunidade com cultura muito peculiar, de certo modo defendida diante dos olhares curiosos dos estrangeiros. Mas, na medida em que fui ganhando a confiança, deparei-me com um povo vivo, capaz de receber cordialmente

quem dele se aproxime com respeito e real interesse na investigação de suas tradições mais genuínas.

Passeando pela cidade ao acaso, entrei no palácio Conde dos Arcos, localizado na praça mais frequentada da cidade. Logo na entrada, encontrei uma “boba” sentada em uma das cadeiras.

A primeira conversa, como não poderia deixar de ser, foi com esta mesma “boba” quando a convidei para caminharmos até à praça do Coreto. Com ela conversei, por quase meia hora, sentadas num dos bancos, com as crianças nos rodeando em seus folguedos.

Logo depois, tomando sorvete na lanchonete do Coreto, conversei com outra pessoa que, depois, soube ser advogado e filho da cidade. O tom de segredo logo se impôs. Falar de “bobo” me pareceu perigoso, “coisa proibida”, como mexer em vespeiro. Apesar do cuidado inicial, este senhor contou-me longamente sobre o que representavam os “bobos”, seu folclore, mas percebi haver pouca reflexão em seus relatos.

Ainda no museu, conversando com o recepcionista, recebi a sugestão de contatar um historiador da cidade que, num primeiro momento, ao telefone, foi reticente e mostrou dificuldades para encontrar-me.

Mesmo assim, insisti. No dia seguinte, ao me apresentar novamente pelo telefone e referir-me a conhecidos comuns, dispôs-se a receber-me para um rápido bate-papo em seu escritório, ocasião em que, atencioso, indicou-me algumas referências bibliográficas. Ao insistir a respeito dos “bobos” não levou a sério o tema, dando a entender ser assunto dispensável, talvez uma “coisa boba”, insignificante. É como se minha investigação fosse irrelevante.

Nos dias subsequentes, continuei minhas visitas exploratórias aos lugares históricos da cidade, andei pelos becos estreitos, e também conversei com a vendedora na farmácia e com outros transeuntes na praça do Coreto.

Cumprida essa primeira etapa de aculturação à cidade, resolvi conhecer o Asilo São Vicente de Paulo.

Confesso que o impacto foi grande. Lá encontrei mais ou menos uma centena de pessoas: algumas enfermas, outras deficientes ou doentes mentais, e a grande maioria constituída por “bobos”. Nessa ocasião o asilo vivia o luto pelo falecimento, ocorrido pouco tempo antes, da Irmã Aspásia, superiora que dirigiu a instituição por mais de quarenta anos. Registrei em vídeo essa visita.

Por último, entrei em contato com algumas figuras representativas da vida social e cultural da comunidade, procurando entabular com elas uma conversa sobre o tema dos “bobos”. Privilegiei a obtenção de dados que permitissem o exame das significações presentes nos discursos e subjacentes nos silêncios, para entender o lugar dos “bobos” na Cidade de Goiás.

Desses contatos, percebi a importância do cuidado que deveria ter, tanto na aproximação das pessoas, quanto na introdução do tema. Comecei tentando estabelecer relações amistosas, sempre que possível, mediante prévia apresentação de uma pessoa conhecida e do lugar. Iniciei os encontros esclarecendo o objetivo da investigação, privilegiando argumentos que ressaltavam a riqueza cultural da cidade e o modo diferenciado como lá se trata os “bobos”, de maneira a reduzir a ansiedade e os naturais sentimentos persecutórios.

Cito um exemplo da cadeia de apresentações sucessivas que me permitiram abrir portas, sem as quais seria impossível ter acesso a interlocutores importantes.

Visitando a Igreja do Rosário, conversei com o ministro da eucaristia e catequista que se preparava para fechar as portas do templo. Após minha apresentação e esclarecimentos iniciais, mostrou-se aberto ao tema, o que me permitiu fazer algumas perguntas sobre as famílias que abrigavam “bobos” na cidade. Contou, de maneira orgulhosa, sobre a existência na Cidade de Goiás

de um *campus* avançado da Universidade Estadual de Goiás, onde estudou história.

Por esta via, levou-me até o convento dos padres dominicanos, ao lado da Igreja, e apresentou-me ao prior, frei Marcos Lacerda de Camargo, que me recebeu prontamente. Com muita disponibilidade, frei Marcos falou sobre o tema durante aproximadamente uma hora. Após a conversa, andamos até à casa de uma família nas proximidades.

Deste modo, fui apresentada e introduzida nessa casa, onde iniciei de modo informal, uma entrevista coletiva com a matriarca, sua sobrinha e um neto. Relataram que, seguindo as tradições, acolheram uma “boba” há muitos anos e ainda a mantinham na casa. Contaram-me a história da “adoção” e das relações que, durante mais de cinquenta anos, construíram com ela.

Este encontro foi muito importante. A família não só contou-me sobre a história dessa “boba” como fez um relato muito vívido da cultura da cidade, dos antepassados que lutaram na Guerra do Paraguai, bem como descreveu a relação inamistosa que os vila-boenses mantêm, ainda hoje, com os goianenses. A “boba de criação”, naquela semana, estava em Goiânia, em casa de netas da família adotante, para fazer sessões de quimioterapia em virtude de tratamento de câncer. Favoreceram-me um encontro pessoal com ela, em Goiânia, onde fui encontrá-la dias depois e com quem conversei por quase uma hora.

De um encontro casual com o ministro da eucaristia na porta da igreja, numa série de apresentações sucessivas, mereci a confiança das pessoas e consegui estabelecer vínculos fundamentais para o prosseguimento de minha investigação.

Ainda relatando minhas perambulações pela Cidade de Goiás, visitei Goiandira Ayres do Couto, também previamente indicada pelo historiador que considerara desnecessário falar de “bobos”. Figura carismática e fascinante.

te, artista plástica, pinta seus quadros com as areias coloridas recolhidas da Serra Dourada. Seu prestígio extrapola estas montanhas. Atualmente, confidenciou-me, em todos os continentes, alguém, em algum lugar, possui um de seus quadros.

Estive em seu ateliê e, posteriormente, em sua residência, na qual, entre quadros e fotos, tiradas ao longo de seus mais de oitenta anos de vida, falou-me sobre o hábito da “criação de bobos” em sua cidade natal. Fez considerações sobre a existência de “bobos” na cidade e sobre o modo como eram assimilados pelas famílias.

Esclareceu que em sua família nunca existiram “bobos”. Fez questão de discriminar entre “bobos” e doentes mentais, referindo-se especialmente a um amigo, Mindinho Malheiros, ourives solteirão que, após a morte do pai, manifestou comportamentos delirantes. Caminhando até à porta de sua residência, apontou-me a casa em que Mindinho morava, na esquina quase em frente. Descreveu detalhes sobre as várias modificações na alvenaria e esquadrias que a edificação sofreu após sua morte. Dessa conversa deparei que Mindinho morava sozinho e era cuidado pela comunidade.

Essa entrevista com Goiandira do Couto foi muito ilustrativa. Mostrou que, como no contato com o historiador e com outros habitantes, de fato este tema merece uma abordagem para além dos aspectos do simples constrangimento ou da esquivia.

8.2. Considerações metodológicas

O breve relato, acima, de minha incursão exploratória à Cidade de Goiás, evidencia diversos aspectos, do ponto de vista metodológico, a serem considerados nesta investigação.

As condições de existência dos sujeitos sempre extrapolam os modelos de pesquisa. Por mais abrangente que seja o ponto de vista adotado, trata-se sempre de recorte arbitrário e, portanto, haverá sempre perda. O estreitamento de perspectivas corre o risco de desaguar — o que seria mais grave — em reducionismos resultantes das limitações arbitrariamente introduzidas. Isto é particularmente verdadeiro quando assumo como objeto de estudo os “bobos” na Cidade de Goiás.

Reunir um conjunto de referências metodológicas, fazendo-as conversarem entre si e convergir em direção ao objeto de meu estudo, é o modo — acredito — de resgatar a integração possível de perspectivas da realidade pesquisada. Investigar o fenômeno dos “bobos” no seu contexto sociocultural implica assumir uma postura de abertura e disponibilidade, também no limite do possível, para um olhar capaz de apreender a vida real desta comunidade.

Relatei que me senti compelida à condição de observadora participante nos diversos contatos que fiz ao percorrer a cidade, interagindo com seus habitantes.

Ecléa Bosi, em seu livro “Memória e Sociedade”, usa com cuidado esta expressão:

Roman Jakobson refletirá que a observação mais completa dos fenômenos é a do observador participante. Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. A expressão “observador participante” pode dar origem a interpretações apressadas. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições muito semelhantes. (BOSI, 1999, p. 38)

O conceito de observação participante foi introduzido, pela primeira vez, pelo polaco e criador da antropologia social Bronisław Kasper Malinowski (1978) quando, em visita à Omarakana, nas Ilhas Trobriand, empreendeu suas pesquisas com os nativos australianos. Seu método foi adotado, poste-

riormente, não só pela antropologia como pela psicologia, em estudos de casos de grupos sociais e investigações de contextos culturais não susceptíveis a outros tipos de abordagem. Serviu de modelo, também, para o desenvolvimento de técnicas de coordenação grupais ¹²⁹.

Esse método, como o próprio nome sugere, permite ao pesquisador incluir-se no campo de sua investigação, participando de maneira mais acurada de determinadas situações.

Em 1922, em seu livro “Argonautas do Pacífico Ocidental”, Malinowski assim se expressa:

Em outras palavras, há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de os imponderáveis da vida real. [...] Todos esses fatos podem e devem ser formulados cientificamente e registrados; entretanto, é preciso que isso não se transforme numa simples anotação superficial de detalhes, como usualmente é feito por observadores comuns, mas seja acompanhado de um esforço para atingir a atitude mental que neles se expressa. É esse o motivo porque o trabalho de observadores cientificamente treinados, aplicado ao estudo consciencioso dessa categoria de fatos, poderá, acredito, trazer resultados de inestimável valor.

[...]

Com efeito, se nos lembrarmos de que esses fatos imponderáveis, porém importantíssimos, da vida real são parte integrante da vida grupal, se nos lembrarmos de que neles estão entrelaçados os numerosos fios que vinculam a família, o clã, a aldeia e a tribo, sua importância se torna evidente. (MALINOWSKI, 1978, p. 29-30)

A conceituação proposta por Malinowski atende às condições peculiares do *locus* de minha pesquisa, com seus fatos imponderáveis, carregados de sutilezas.

Ecléa Bosi dá mais ênfase a este “esforço para atingir a atitude mental” referido por Malinowski, preferindo falar em comunidade de destino. Expressa sua atitude de investigadora implicada num vínculo de amizade e confiança, nos seguintes termos: “Esse vínculo não traduz apenas uma simpatia

¹²⁹ Ver também sobre este tema: BLEGER, J. El observador participante. In BLEGER (1971, p. 19) e YIN (2005, p. 121).

espontânea que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito". (BOSI, 1999, p. 37-38)

O trabalho de campo do investigador é carregado desses fatos imponderáveis, resultando numa rede de relações que é tecida no decorrer dos contatos feitos aleatoriamente.

Eda Tassara assim descreve este método de seleção de sujeitos: "[...] entrevistas com pessoas indicadas por outras, segundo a técnica de seleção de sujeitos denominada *bola de neve*". (TASSARA, 2005, p. 90)

Em nota de rodapé, agrega que "trata-se de um método de definição de amostragem no qual uma pessoa contatada (sujeito ou não da pesquisa) indica outra em função de sua presumível importância para o levantamento de dados. (cf. Denzim, 1970)."¹³⁰ (TASSARA, 2005, p. 90)

Esse efeito de *bola de neve*, como no relato que fiz no intertítulo anterior, foi a condição de possibilidade que me permitiu transitar pelos meandros das relações sociais que lá encontrei.

Quando se percorre, desta forma, a rede social, a realidade investigada assume a fisionomia de uma experiência única — com características absolutamente próprias —, não replicável.

O modelo de Estudo de Caso é o que mais se adequa a esse tipo de investigação. Trata-se de uma definição de pesquisa que, em primeiro lugar, respeita as peculiaridades ímpares do campo investigado. Além disso, autoriza a utilização de procedimentos metodológicos diferentes: pesquisa bibliográfica, diversidade de fontes documentais, utilização de entrevistas e de observação de comportamentos e da dinâmica da população, favorecendo a

¹³⁰ DENZIM, N. **The Research Cut** – A Theoretical Introduction to Sociological Methods. Chicago: Aldine, 1970. *Apud* TASSARA (2005, p. 90).

coleta de um conjunto de informações díspares que, pouco a pouco, serão objeto de análise e interpretação.

A incorporação desse conjunto no corpo da investigação do Estudo de Caso me sugere a possibilidade de capturar a fragmentação dos dados que é inerente ao recorte do tema que me proponho estudar.

Um dos principais autores que se dedicam à conceituação do Estudo de Caso, Robert K. Yin, assim define esta escolha metodológica:

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (YIN, 2005, p. 32)

É nesta direção que o trabalho investigativo realizado se enquadra com propriedade nos critérios metodológicos próprios de um Estudo de Caso, pois compreende um método de investigação bem elástico, seguindo um conjunto sistemático de procedimentos que vão desde a lógica de planejamento aos processos de coleta (quais dados são relevantes), à análise (quais questões estudar) e à interpretação das observações (como analisar os resultados) (YIN, 2005).

Um dos recursos que o Estudo de Caso possibilita integrar à investigação é a coleta de dados através do relato oral oferecido pelos entrevistados.

A este respeito, a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, em artigo no qual aborda a função da história oral para a pesquisa e que tem o sugestivo título de “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”, ressalta sua importância como fonte humana de conservação e de difusão do saber.

A transmissão [oral] tanto diz respeito ao passado mais longínquo, que pode mesmo ser mitológico, quanto ao passado muito recente, à experiência do dia a dia. Ela se refere ao legado dos antepassados e também à comunicação da ocorrência próxima no tempo; tanto veicula noções adquiridas diretamente pelo narrador, que pode inclusive ser o agente daquilo que está relatando, quanto transmite noções adquiridas por outros meios que não a experiência direta, e também antigas tradições do grupo ou da coletividade. O relato oral, está, pois, na base da obtenção de toda sorte de informações que antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra

parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. (QUEIROZ, 1987, p. 273)

Acrescenta, ainda, que o relato oral abrange, do ponto de vista do material coletado, uma gama bastante ampla de elementos não registráveis por outros meios.

“História Oral” é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período do tempo. A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destes tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam num momento dado. (QUEIROZ, 1987, p. 275)

A entrevista capta a riqueza do contraditório nem sempre presente na documentação disponível. Permite o registro do real e do fantástico, do mito e da realidade, dos fatos e dos disfarces.

É sobre o *corpus* de sua transcrição que se sustenta o cerne da investigação:

É sobre ela que se realizará o procedimento de toda pesquisa — a análise. E análise, em seu sentido essencial, significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los, a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca. Assim, diante destas considerações, o escrúpulo em relação aos recortes das histórias orais e à sua utilização parcial se afigura nitidamente como um falso problema. (QUEIROZ, 1987, p. 274)

Ferraz também argumenta no mesmo sentido:

A opção pela entrevista justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de que o material que me interessava obter nesta pesquisa não se encontrava documentado de nenhuma outra forma, sendo a memória e a tradição narrativa coletivas o campo único no qual eu poderia encontrá-lo; em segundo lugar, porque o que me interessava era conhecer o impacto subjetivo do contato com o louco de rua, sendo a entrevista o instrumento ideal para captá-lo. (FERRAZ, 2000, p. 159)

De fato, na situação de campo, o instrumento fundamental — se não o principal — que utilizei, foi o da entrevista, tanto individual quanto grupal.

Por isso, cabe aqui, também, delinear algumas referências básicas para a metodologia de entrevista que adotei.

As considerações anteriores sobre as entrevistas assumem uma configuração particular quando se agrega a elas a maneira de captação do relato oral proposta pela psicanálise. Na condição de psicanalista, minha prática pressupõe uma experiência de interação com as pessoas e escuta de suas histórias orais. Ainda que quisesse, não conseguiria ficar surda às entrelinhas presentes nas falas dos entrevistados. No trabalho investigativo que desenvolvi, a ênfase esteve na interlocução, no estímulo ao relato da experiência vivida pelas pessoas, com seus conflitos, dores e alegrias, na superação das resistências e na escuta do indizível, dos tropeços, dos disfarces, dos chistes, das ocultações e dos silêncios.

José Bleger aborda com propriedade o paradoxo implicado nesta condição introduzida pelo “entrevistador—psicanalista” na situação de entrevista:

De outra forma, poder-se-ia dizer que o entrevistador controla a entrevista, porém quem a dirige é o entrevistado. A relação entre ambos delimita e determina o campo da entrevista e tudo que nela acontece, porém, o entrevistador deve permitir que o campo da relação interpessoal seja predominantemente estabelecido e configurado pelo entrevistado. (BLEGER, 1971, p. 14)

Continuando na sua tentativa de configuração do campo da entrevista e de seus limites, ressalta o fato, relevante para minha investigação, de que as variáveis que devem determiná-lo, no entanto, são as que provêm do(s) entrevistado(s), marcando a diferença entre uma entrevista psicanalítica e qualquer outra modalidade de coleta de informação oral (BLEGER, 1971, p. 14).

Sua conceituação vem também em meu auxílio na medida em que as entrevistas compreenderam tanto indivíduos quanto grupos, com uma multiplicidade de conteúdos em que consensos e divergências se alternavam:

Quando se entrevista distintos integrantes de um grupo ou instituição (na família, escola, fábrica, etc.), estas divergências e contradições são muito mais frequentes e notórias, e constituem dados muito importantes sobre

como cada um de seus membros organiza em uma mesma realidade um campo psicológico que lhe é específico. (BLEGER, 1971, p. 18)

Além disso, ressalta a importância de permitir a manifestação da conduta dos entrevistados, sublinhando a condição espontânea em que ela deve ocorrer, já que “as condições naturais da conduta humana são as condições humanas...” (BLEGER, 1971, p. 20)

Postas estas referências, passarei a tratar do desenrolar propriamente dito da investigação.

8.3. O trabalho de campo

Delinee o trabalho de campo considerando, em primeiro lugar, algumas categorias de porta-vozes, a saber: figuras públicas expressivas da comunidade local, entre elas incluídas as responsáveis pela direção do Asilo São Vicente de Paulo; pessoas do povo que se dispuseram a dar seu depoimento sobre o tema; famílias que ainda convivem com “bobos”; as próprias “bobas” que vivem com essas famílias, e “bobas de rua”, encontradas em espaços públicos da cidade.

Do ponto de vista da amostragem, o método predominante que empreguei para selecionar os entrevistados foi, prioritariamente, o que acima foi denominado de *bola de neve*, com algumas particularidades. Como evidenciou a experiência exploratória que realizei, o critério mais apropriado foi o de seguir o fio de Ariadne: inserindo-me na rede de relações sociais existentes na comunidade, seguir o percurso de indicações, expandindo a investigação aos vínculos que ligam os personagens a seu grupo de pertença mais próximo.

Na abordagem dos “bobos de rua”, sua inclusão na pesquisa se deu pelo acaso das circunstâncias: encontrei duas delas em praças públicas. Com

uma consegui fazer uma entrevista de trinta minutos. A outra, pelas próprias condições do momento em que a encontrei, respondeu a poucas perguntas.

Em outro caso, em razão da referência feita durante a entrevista pela assistente social do CREAS — abaixo indicada —, fui por ela levada até uma família que me chamou especialmente a atenção: constituída por cinco pessoas, quase todos “bobos”, viviam miseravelmente ao lado de uma ponte. O “bobo” mais jovem era filho de uma das “bobas” que estava também ali. Consegui conversar um pouco com a que falava e que parecia ser a líder do grupo. Os demais, manifestaram condições de comunicação muito limitadas. Dada a limitação da comunicação estabelecida, foi impossível obter uma transcrição do registro deste encontro aproveitável para este estudo.

Já as famílias nas quais ainda existem “bobos adotados”, cujas residências visitei, surgiram tipicamente por indicações ocasionais: entrevistei cinco delas, sendo que em quatro desses casos conheci as “bobas” que com elas convivem. No outro caso, não pude fazer contato com o “bobo”, pois vivia em uma fazenda nos arredores da Cidade de Goiás.

Dessas “bobas”, uma tinha condições de comunicação verbal que possibilitou uma entrevista mais longa e estruturada. Outra se comunicou comigo, em curtos intervalos entre as falas de sua cuidadora. Ao final da entrevista, também conversei com ela por alguns minutos, obtendo relatos interessantes sobre episódios de sua vida. Em seguida, conversei também com sua tutora. Uma das “bobas”, de outra das famílias que visitei, encontrava-se muito doente, acamada, além de ser surda e muda. A comunicação, neste caso, resumiu-se a alguns gestos e sorrisos. Finalmente, a última dessas bobas era também surda-muda e sua comunicação gestual foi eventualmente traduzida por sua responsável legal.

Nos contatos com famílias e “bobos”, privilegiei o levantamento da história de vida do “bobo adotado” para obter o relato da construção dos víncu-

los. Explorei, quando isso foi possível, os determinantes hereditários e congênitos assim como os fatores traumáticos desencadeantes, na tentativa de encontrar elementos que esclarecessem a natureza da síndrome da qual os “bobos” são portadores.

Recolhi dados de seu desenvolvimento desde a infância, passando pela puberdade e adolescência, aspectos da vida emocional e afetiva, da sexualidade, condições de aprendizagem, bem como o contexto econômico e social, acercando-me de suas vivências e das descrições de suas histórias singulares. A partir daí, na medida do possível, investiguei as relações de troca e os mútuos ganhos e perdas, assim como os conflitos advindos da tradição de “adoção”.

Além dessas famílias e dos “bobos” acima referidos, fiz outras quatro entrevistas com interlocutores que denominei de “pessoas do povo”: o ministro da eucaristia a que já me referi, um garçom e dois donos de restaurantes. Encontrei-os ao acaso pela cidade e se disponibilizaram a falar sobre o tema, ao ponto de me oferecerem formalmente suas opiniões. Destes, um chegou, até, a me encaminhar a outros familiares que “adotaram” um “bobo” e que também me concederam entrevista em sua residência.

No decorrer deste trabalho, preservei o anonimato de todos esses entrevistados, famílias, “bobos” e “pessoas do povo”.

No caso das figuras expressivas da cultura local, selecionei ocupantes de funções públicas no âmbito governamental e privado, cujos depoimentos, a meu critério, eram indispensáveis para a formação de um quadro de referências razoavelmente abrangente a respeito do lugar ocupado pelos “bobos” na comunidade. Também neste caso, no decorrer das entrevistas realizadas, foi sugerido contatar mais pessoas.

Quanto às responsáveis pela instituição asilar — na qual vivem grande parte dos “bobos” que observei e com os quais, dadas suas dificuldades de

comunicação, fiz rápido contato —, a inclusão na investigação se deu por força de seu papel institucional. Com elas estive em dois momentos diferentes, na primeira e na última visita que realizei à cidade.

Esses porta-vozes, inevitavelmente, são identificados neste estudo. Relaciono-os a seguir, agrupando-os segundo a natureza das entrevistas — individuais ou em grupo —, descrevendo as funções por eles exercidas e o modo como foram incluídos em minha amostra. No entanto, quando me comunicaram opiniões de caráter pessoal ou fatos privados de família, suas identidades foram mantidas em sigilo, como nos demais casos.

Entrevistas individuais (por ordem alfabética):

- Alexandre Augusto dos Santos Barbosa
médico obstetra e clínico geral, membro da equipe clínica do Hospital São Pedro d'Alcântara e responsável pelos pacientes do Asilo São Vicente de Paulo
indicado pelas dominicanas do Asilo.
- Goiandira Ayres do Couto
artista plástica
indicada por um historiador da cidade.
- José Augusto Fleury Curado
médico otorrinolaringologista, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás — UFG
indicado por pessoa conhecida.
- Frei Marcos Lacerda de Camargo
Pároco da Igreja do Rosário, Prior dos Dominicanos, Presidente das Obras Sociais da Diocese de Goiás e Presidente da ASPAG - Associação de Saúde São Pedro d'Alcântara de Goiás
apresentado pelo ministro da eucaristia na Igreja do Rosário.
- Maria Vilma Mendes Neves
Assistente social, Coordenadora do CREAS - Centro de Referência Especializado em Abuso Sexual
indicada pela Secretária Municipal da Promoção e Igualdade Social.
- Paulo Henrique Ottoni
Promotor de Justiça na Comarca da Cidade de Goiás
Ministério Público — Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Goiás
indicado pelas dominicanas do Asilo.

Entrevistas em grupo:

Na APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Goiás:

- Ione da Silva Rosa
Presidente da APAE
contatada por telefone de São Paulo
- Maria Terezinha Ferreira de Castro
Fundadora e ex-presidente da APAE
convidada pela Sra. Ione da Silva Rosa.

No Asilo São Vicente de Paulo:

- Irmã Acirema Vieira Silva
Diretora do Asilo São Vicente de Paulo
contatada em minha primeira visita à instituição.
- Irmã Minervina Gomes de Souza
Assistente Social, Tesoureira da Província das Dominicanas e Econômica das irmãs
contatada em minha primeira visita à instituição, participou da entrevista em setembro de 2009.
- Izildinha Aparecida Rodrigues
Assessora da direção do Asilo
contatada por telefone de São Paulo, participou da entrevista em setembro de 2009.

Na Secretaria Municipal da Promoção e Igualdade Social:

- Tânia Maria Mendes Caiado
Secretária Municipal da Promoção e Igualdade Social, mãe do prefeito Márcio Ramos Caiado da Cidade de Goiás
contatada por telefone de São Paulo.
- Maurício Póvoa da Silva
Secretário Municipal da Saúde, administrador hospitalar
contatado por telefone de São Paulo e convidado pela Secretária Tânia Maria Mendes Caiado.
- Elaine Telles Rodrigues
Assessora da Secretária Municipal da Promoção e Igualdade Social, contatada por telefone de São Paulo, intermediou a realização da entrevista.
- Rejane Damaceno Oliveira
psicóloga, Coordenadora do CAPES da Região
compareceu à entrevista acompanhando o Secretário Municipal da Saúde.

Na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Trânsito

- Mara Públio de Souza Veiga Jardim
Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Trânsito
contato sugerido pelo Secretário Municipal da Saúde.
- Reginaldo Saddi
Assessor da Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Trânsito
participou da entrevista a convite da Secretária.

Essas conversas, tanto com “bobos”, famílias e “pessoas do povo”, quanto com figuras representativas da cultura vila-boense, foram registradas em áudio e/ou vídeo. Para esse trabalho contei com a colaboração de meu marido, também psicanalista, que operou o equipamento de vídeo e, eventualmente, formulou perguntas aos entrevistados (quando isso ocorreu, é referido na transcrição das entrevistas como Marco). Esses recursos de registro foram bem aceitos e me propiciou uma riqueza de material que fica evidente no pequeno vídeo que acompanha este estudo.

O elemento fundamental de trabalho e investigação foi a transcrição dessas entrevistas. A reunião desses registros constitui o “*corpus*” que sustenta a análise, a discussão e as interpretações do material recolhido e que desembocam nas conclusões sobre o tema.

Na transcrição do material coletado, adotei os seguintes critérios:

Os porta-vozes “bobos”, foram designados em sequência numérica de 01 a 06, precedida pela palavra “Boba”.

Para todos os demais entrevistados, como forma de preservar o sigilo de seus depoimentos pessoais, utilizei a sequência numérica de 01 a 32, precedida pela palavra Entrevistado.

Quanto aos porta-vozes representantes da instituição asilar, ocupantes de cargos públicos, dirigentes e integrantes de instituições de realce, a artista plástica e os médicos, foram identificados pela denominação de sua função

pública quando emitiram opiniões concernentes ao seu papel oficial na comunidade.

As transcrições das entrevistas respeitaram a fala coloquial característica das conversas conduzidas em clima de informalidade, nas quais procurei oferecer a meus interlocutores a liberdade de se expressarem da maneira mais natural possível, com seus regionalismos e idiossincrasias pessoais. Isso foi válido para todos os entrevistados, independente de posição social ou grau de formação escolar. Trata-se, antes de tudo, de princípio ético de fidelidade na comunicação do material coletado.

De outro lado, considero que qualquer tentativa de correção vernacular de suas falas resultaria num poço sem fundo de impasses na escolha de vocabulário e de alternativas de sintaxe que viciariam completamente o material que se dispuseram a me oferecer.

Quanto à apresentação destas transcrições, seu texto integral está incluído em Anexo, reunidos num volume separado, para leitura exclusiva dos integrantes da Banca Examinadora e não destinado a divulgação.

No corpo da tese propriamente dita, nos capítulos que se seguem, voltados para a análise, discussão e apresentação de conclusões, transcrevo trechos selecionados deste material segundo a relevância que manifestam para elucidar ideias ou sustentar argumentos.

9 - CAUSOS E PROSAS: RELATO DAS ENTREVISTAS E SUA ANÁLISE

Este capítulo está destinado a analisar o material coletado em campo. Foram 25 horas de registros, envolvendo 38 entrevistados, dentre eles, seis “bobas”. Apenas uma pessoa se recusou a prestar-me seu depoimento. Além disso, como já relatei, fiz contato com uma família de cinco pessoas, das quais três eram “bobos”, que vivia em condições miseráveis e cujo depoimento foi impossível registrar.

Durante as horas de convívio com essas pessoas, tive que superar as inevitáveis resistências iniciais à abordagem do tema, ultrapassando a barreira da desconfiança e da confirmação do código próprio dos vila-boenses. Em nenhum dos casos, as entrevistas se resumiram ao tratamento do tema que investigava: escutei confidências de episódios familiares, alguns carregados de dramaticidade, outros acompanhados de risos e comentários debochados.

Foi uma sucessão de causos e prosas, encadeados ao sabor das recordações de muitos anos de acontecimentos. Minhas perguntas provocavam o retorno a vivências que até então estavam relegadas ao esquecimento. Indagar implicava em enfrentar o constrangimento de me permitir perguntar o imperguntável, de desembuchar o que estava travado. Apesar da relação de confiança que ia sendo estabelecida no decorrer de cada contato, minha presença indagadora não era confortável nem para meus interlocutores, nem para mim mesma.

Meu papel era transgressor, o que resultava em um sentimento contra-transferencial de tentação de me calar, de compactuar com o silêncio.

A cidade logo ficou sabendo da presença de duas pessoas de São Paulo que estavam ali, pesquisando sobre “bobos”. Ainda não sei qual foi o apelido que nos deram.

Passo, então, a apresentar e a analisar os elementos recolhidos nas entrevistas, agrupando-os em conjuntos temáticos que permitam seu cotejamento com as hipóteses já apresentadas.

9.1. Apresentando-me às pessoas

Como já tive oportunidade de relatar, a “escolha” das pessoas a serem entrevistadas seguiu um percurso espontâneo, na maior parte das vezes resultado de indicações que me eram feitas por outros entrevistados, correspondendo ao modelo de amostragem denominado de Bola de Neve.

Feitos os contatos iniciais com a finalidade de marcar hora e lugar da entrevista, o primeiro cuidado foi o de esclarecer meu papel de pesquisadora, o vínculo institucional com o IPUSP, oferecendo, ao mesmo tempo, ao entrevistado, um relato das pessoas com as quais já tinha conversado. Era como se desvelasse para a pessoa o processo da Bola de Neve que me tinha levado a ela.

Vejamos alguns exemplos:

Quando me apresentei à Secretária da Cultura, a notícia da minha presença na Cidade de Goiás já era do seu conhecimento:

Secretária da Cultura: Você conhece Goiás, né?

Marilúcia: Conheço.

Secretária da Cultura: Eu já sabia que tinha uma pessoa na cidade pesquisando os “bobos”.

Marilúcia: A notícia corre rápido? [riso.]

Marco: Corre rápido, né? [riso.]

Marilúcia: Então, você está diante dela. [riso.]

Secretária da Cultura: [rindo e falando baixo como se estivesse cochichando o que ouviu.] Você acredita que tem gente que tá aqui em Goiás que tá pesquisando os “bobos” da cidade? [riso.]

Na entrevista com a Presidente e a Fundadora da APAE, apresentei-me do seguinte modo:

Marilucia: Certo. Então [Presidente da APAE] e [Fundadora da APAE], eu sou aluna da pós-graduação, do doutorado da Universidade de São Paulo. E estou fazendo uma tese de doutorado no Instituto de Psicologia Social. Eu trouxe aqui todos os documentos que a Universidade fornece, prá vocês terem a minha identificação. Eu tenho aqui uma autorização do comitê de ética da Universidade, que me autorizou a fazer essa pesquisa. Eu tenho aqui uma declaração de que sou aluna da Universidade e também, porque é uma exigência da Universidade, quando a gente faz pesquisa de campo, um termo de consentimento que ao final da nossa conversa, eu vou entregar prá vocês assinarem prá mim com relação aos dados. De antemão, eu digo prá vocês que a nossa conversa está sendo gravada. Então, vocês duas são da APAE, que é uma instituição muito conhecida de atendimento ao deficiente mental. O trabalho que vocês desenvolvem é de conhecimento público, é absolutamente valorizado, reconhecido e eu acho que, quer dizer, eu vim aqui prá conversar e conhecer esse lugar que vocês têm hoje no cenário de pesquisa e de conhecimento dessa área da deficiência mental. Vou contar um pouco como se deu meu interesse por esta pesquisa. Eu, como pesquisadora lá em São Paulo, comecei então a trabalhar um tema, que é o tema da tolerância e da intolerância. E, foi, pensando bastante, refletindo bastante, conversando muito que eu decidi fazer essa pesquisa aqui em Goiás. Mas eu não queria fazer uma pesquisa com relação aos deficientes mentais que são atendidos atualmente na APAE, e são cobertos já por outros programas de atendimento aos portadores de necessidades especiais. O meu interesse nessa pesquisa é ver a origem dessa deficiência mental porque olhando o cenário brasileiro, Goiás, a Cidade de Goiás, ela tem uma característica muito própria dela, né. Porque ela acolheu desde os tempos, eu diria desde o início do século passado, ela acolheu e tratou os deficientes mentais de uma maneira muito particular. Muito própria, bastante diferente do que aconteceu no cenário nacional e mundial. Se a gente pegar estudos na França, do Pinel, ainda que ele tenha desenvolvido uma outra área que é dos doentes mentais, mas a gente sabe que o deficiente mental, o doente mental são pessoas sempre muito segregadas. Então a minha pesquisa ela pega uma vertente que é uma vertente mais histórica, e o meu pedido a vocês duas é que a gente pudesse conversar um pouco sobre essa história da Cidade de Goiás, porque a gente sabe que esses programas oficiais de atendimento aos deficientes mentais foram mesmo oficializados na década de 90, vocês tem outra data, época ou é essa mesmo?

Em outro caso, ao entrevistar uma família, foi necessário iniciar a conversação de forma mais assertiva:

Marilucia: Não. É prá te mostrar que é uma coisa séria. Não é televisão, não é jornal, não é nada disso. É uma finalidade de pesquisa da Universidade de São Paulo, do Instituto de Psicologia Social de lá. Então, nós estamos fazendo aqui uma pesquisa com os deficientes mentais, os “bobos” daqui da cidade, de antigamente, não os atuais. A gente foi na APAE e entrevistamos os Secretários da Saúde, da Promoção Social, da Cultura, Frei Marcos, quer dizer, nós já fizemos várias entrevistas. E aí, o seu [Entrevistado 19] me disse que vocês aqui conheciam mais a história da [falo o nome da “Boba”] [...]

Quando fui entrevistar o Promotor Público da cidade, o contato teve um caráter mais formal. Neste contexto, a apresentação deu-se da seguinte maneira:

Marilucia: Então [Promotor Público] quem o indicou foram as irmãs do asilo São Vicente de Paulo. Porque eu estou fazendo esta pesquisa a respeito dos deficientes mentais denominados “bobos”, que habitaram a cidade de Goiás desde o século XIX, século XX. Hoje a maioria se encontra ainda no asilo São Vicente de Paulo e alguns ainda nas famílias que os acolheram, alguns ainda na cidade, circulando pela cidade. Durante os primeiros momentos desta pesquisa eu constatei que a Cidade de Goiás, teve uma maneira especial de acolhimento desses deficientes mentais que é muito diferente do que eu identifiquei em outras cidades do Brasil e do mundo, daí o meu interesse de investigar essa modalidade particular de acolhimento do tratamento, o destino desses deficientes. Eu estou fazendo um pouco essa introdução para o senhor entender um pouco também a intenção dessa pesquisa. [...] Mas, a cidade de Goiás dentro do cenário, ela teve sempre essa característica de atração, por causa da existência do Asilo, muitos deles foram deixados na porta do asilo pelas suas famílias e o asilo os acolheu. Então esse é o panorama dessa entrevista e o senhor, como representante, aqui, do Ministério Público, então eu quero saber como é que o Ministério Público olha para esses “bobos”, quais são as iniciativas que, ao longo desses anos todos de história da cidade, o Ministério Público desenvolveu e o que é que tem o Ministério Público a falar sobre esses deficientes? Dentro do próprio estatuto jurídico deles...

Com a Coordenadora do CREAS, a ênfase ficou na declaração de já ter entrevistado outras autoridades da cidade:

Marilucia: Acontece que nessas entrevistas que nós estamos fazendo com as famílias, nós fizemos com vários secretários aqui de, da Cidade de Goiás, Secretária da Cultura, da Saúde, Promoção Social, e o que a gente tem constatado é que a Cidade de Goiás teve, para com seus deficientes, um tratamento muito particular, né. Mas ainda que tenhamos encontrado vários “bobos”, né, no interior das famílias, muito bem cuidados, muito bem tratados, nós ouvimos muitos relatos de maus tratos a esses “bobos” no interior das famílias em função de trabalhos forçados, até de...

Com o Médico do HSPA e ASVP, os dois aspectos — meu papel de pesquisadora e a referência às pessoas que entrevistei — foram importantes:

Marilucia: É o seguinte [Médico do HSPA e do ASVP], eu tive conhecimento da sua pessoa através das irmãs lá do asilo São Vicente de Paulo né, e elas informaram que o senhor presta assistência aos pacientes do asilo. E eu tô empreendendo essa pesquisa já há alguns anos e eu tenho feito uma série de levantamentos através de entrevistas com pessoas da cidade. Eu fiz entrevistas com famílias que criaram e que ainda tem deficientes mentais, alguns bobos no interior das famílias; entrevistei os bobos que tinham condição de falar, os que as famílias autorizaram. Entrevistei vários secretários aqui; o [Secretário de Saúde], [Secretária da Prom. Social], [Secretária da Cultura], o Frei Marcos, a [Artista plástica]; enfim, várias personalidades da cidade e também muita gente do povo, né. Hoje mesmo eu estive conversando com uma família que fica, eles residem abaixo do mosteiro. É uma família que eles tem uns três ou quatro bobos lá. Fui também no CREAS, enfim fui a vários lugares. E pra mim, é uma oportunidade muito grande estar aqui com o senhor. Em São Paulo eu conversei com um geneticista a respeito da patologia, dessa síndrome que esses bobos portam. Levei vídeos, até pro geneticista através dos vídeos se aproximar dos caracteres mais típicos de cada um que eu registrei, enfim. Então eu tô fazendo esse levantamento. Pra nós o que é importantíssimo nessa conversa é que o senhor tem uma relação direta com eles, com esses bobos lá do asilo. E eu queria ouvir da sua pessoa a sua opinião sobre a síndrome ou a patologia que eles apresentam. Muito mais do ponto de vista assim dos processos de má formação do que mesmo das doenças atuais, ainda que elas me interessem muito. Mas

assim, se o senhor teve a oportunidade de ter alguma história clínica deles, assim, queria saber a sua opinião sobre esses seus pacientes.

Como se pode depreender dos exemplos acima, esta apresentação, que assumiu uma feição específica segundo a pessoa entrevistada, tinha por objetivo criar as bases iniciais para a construção de um clima de confiança que pudesse sustentar o restante da entrevista. Do que me foi dado observar, esta abordagem inicial correspondeu a esse objetivo.

9.2. A reação das pessoas ao primeiro contato e os obstáculos para falar dos “bobos”

Abordar o tema dos “bobos” com o povo de Vila Boa é um desafio. Inevitavelmente, em todas as entrevistas, aparecia a dificuldade. Certo constrangimento ficava tácito, sem ser expresso verbalmente. No entanto, em algumas oportunidades, foi possível colher falas a este respeito.

Foi o caso, por exemplo, da entrevista com o Médico do HSPA e do ASVP, que não é natural da Cidade de Goiás:

Marilucia: [...] porque a Cidade de Goiás teve, ainda que pesem todas as críticas, ela teve com estes deficientes mentais uma maneira particular de acolhimento, de atendimento que outras cidades do Brasil e do mundo não têm. Mas eles não podem ser falados, eu por exemplo tenho feito entrevistas, e sempre que eu uso a palavra “bobo” eu vejo um constrangimento.

Médico do HSPA e do ASVP: É, eu também fiquei um pouco constrangido quando ouvi.

Marilucia: Que você acha disso?

Marco: Você ficou constrangido?

Médico do HSPA e do ASVP: É, é. Eu acho até que pela influência já das pessoas aqui, eu também fiquei um pouco constrangido quando você começou a falar dos “bobos” com esse... dos “bobos”, “bobos”. Porque realmente eles não, não se usa o termo “bobo” aqui né. Então, ou quando você fala é uma coisa assim muito infantilizada. Sei lá, não tem o “bobinho”, olha o “bobinho”... ela é meio “bobinha”...

Em outro caso, falando com uma pessoa do povo, o seguinte diálogo se desenrolou:

Marilucia: E por quê que você acha que tem tanto “bobo” aqui nesta cidade?

Entrevistado 20: Uai! [Ri e fica sem jeito.] Difícil, né? [Rindo.] Realmente é uma pergunta difícil d’ocê responder. Num sei porque que tem.

- Marilucia: Mas por quê que você está rindo então?
- Entrevistado 20: Por causa da pergunta, porque é uma pergunta assim [faz maneios com a cabeça.] Realmente não sei porque que tem. [rindo.]
- Marilucia: É uma coisa muito interessante, porque vocês chamam os “bobos” de “bobos”. Mas quando vocês escutam a gente falar “bobo”, vocês se assustam. Por quê? Me conta.
- Entrevistado 20: Porque [Rindo muito.], às vez, é, é o jeito de falar, assim porque... é um negócio assim que num tem muita explicação. É no jeito de falar... a gente acha engraçado. Não é porque a gente assusta [faz gesto para trás com a cabeça.] Dá um trem assim engraçado.

Entrevistando uma família tradicional, tentei verificar se havia a possibilidade de fazer contato com outras pessoas que pudessem dar seu depoimento:

- Marilucia: E o seu [Entrevistado 19] também me falou que aqui, prá cima um pouco da sua casa, tinha também uma deficiente, uma “boba”. A senhora conhece qual é a casa que tem aqui nessa rua, que tenha alguma “boba”?

Seguiu-se um silêncio, um certo mal-estar, e algumas trocas de frases. Até que uma das entrevistadas, finalmente, ao tentar responder à minha pergunta, foi interpelada pela mãe.

- [Entrevistado 31]: Na casa da [pessoa não entrevistada] tinha...
- [Entrevistado 30]: Se for entrevistar ela como deficiente, o filho não vai achar bom. Por que a nora e o filho fazem Direito e vão achar ruim.
- [Entrevistado 31]: Mãe eles vão na casa da [pessoa não entrevistada]. Mas pode até ser, mas não encarar a realidade eu acho que é muito feio, pior ainda, né?

Estes exemplos são pequenas frestas que permitem entrever um universo de silenciamentos, encoberto sob o manto da temática dos “bobos”. O constrangimento, com face de esfinge, é o guardião deste mundo oculto. Propõe enigmas, pede senhas, censura qualquer tentativa de investigação. Nosso jovem entrevistado chegou à beira da transgressão quando afirmou que “não encarar a realidade eu acho que é muito feio, pior ainda”.



Foto 33 - Detalhe da faixa de promoção da campanha anual de vacinação infantil de Goiás — GO, 2009

9.3. A cerimônia da inclusão: código e convenção

Em outro momento deste trabalho¹³¹ referi-me ao instante de hesitação que surge ao se pronunciar a palavra “bobo” diante de um vila-boense. Dizia que há uma senha de inclusão, ainda que provisória, na comunidade.

Apesar da afirmativa do Médico do HSPA e do ASVP transcrita acima, quando diz “porque realmente eles não, não se usa o termo “bobo” aqui, né”, os vila-boenses usam muito mais comumente do que estão dispostos a admitir as diversas variações da palavra “bobo”, e este vocábulo circula no interior da comunidade sem as restrições que são impostas ao forasteiro. Um desses usos, por exemplo, está expresso na faixa de promoção da campanha anual de vacinação infantil — cuja fotografia incluo acima —, que se realizava no período em que estive na Cidade de Goiás em minha última visita.

Para se obter autorização dos membros da comunidade para usar esta palavra, há um ritual a ser cumprido, com uma sequência de senhas e de confirmações, testes de confiabilidade e de domínio do código local. É uma verdadeira encruzilhada de Tebas: “decifra-me ou te devoro”.

¹³¹ Ver tópico “Bobo”: a denotação e suas conotações, do capítulo 5, OS “BOBOS” NO COTIDIANO DA CIDADE DE GOIÁS, à p.

A iniciativa de pedir esta permissão, na maioria das vezes, cabia a mim. No entanto, na sequência das falas, era indagada, por exemplo, sobre o lugar de meu nascimento em Goiás ou nomes de parentes que pudessem ser conhecidos de meus entrevistados. Mas, sobretudo, atentos, observavam minhas expressões faciais, minha postura corporal, a entonação de minha voz, enfim, todos os sinais denotativos que pudessem atestar a veracidade de minhas afirmações.

Era uma aposta, um jogo de reconhecimentos mútuos, estabelecimento de familiaridades e confiança, de caráter pessoal, própria da cultura local.

Marcado ao ritmo de um verdadeiro minueto, durante as entrevistas, este esforço de adequação semântica se impôs. Os fragmentos de entrevistas abaixo dão uma pequena ideia desta rigorosa cerimônia de iniciação imposta ao visitante que ousa pronunciar a palavra proibida: “bobo”.

Ao me apresentar ao Promotor Público da cidade, ele próprio um forasteiro, dei-lhe o seguinte sinal de conhecimento da cultura goiana:

Marilucia: [...] Eu estou fazendo um pouco essa introdução para o senhor entender um pouco também a intenção dessa pesquisa. Eu sou goiana, morei em Goiás, mas não sou da Cidade de Goiás, sou de outra cidade.

Com a artista plástica, que se mostrava interessada em mostrar seus quadros e falar de sua obra, o ponto de travessia para falar de “bobos” ocorreu quando comecei a falar de minha família e recordamos diversas pessoas de conhecimento mútuo.

Marilucia: Queria fazer uma pergunta, a senhora conheceu [falo o nome e sobrenome de meu tio]?

Artista plástica: Eu conheci de Brasília, casado com uma parente de...

Marilucia: [falo o primeiro nome da esposa de meu tio]?

Artista plástica: É, [o primeiro nome da esposa de meu tio].

Marilucia: Pois é, ele é irmão da minha mãe.

Artista plástica: Ele é irmão da sua mãe?

Marilucia: É

Artista plástica: ... [falo o primeiro nome de meu tio] ... muito inteligente, muito preparado...

Marilucia: Exatamente, da academia. É. Ele é de Luziânia.

Artista plástica: É, de Luziânia.

Marilucia: Tanto ele quanto minha mãe, só tiveram os dois...

Artista plástica: ... Sobrinha dela. Gostava demais do [falo o primeiro nome de meu tio].

Marilucia: Pois é, eu tinha ideia de que a senhora...
 Artista plástica: Casou com...
 Marilucia: [falo o primeiro nome da esposa de meu tio].
 Artista plástica: [fala o primeiro nome da esposa de meu tio]...
 Marilucia: É, exatamente. [falo o primeiro nome da esposa de meu tio] era filha da Da. [falo o nome da mãe da esposa de meu tio].
 Artista plástica: Da. [repete o nome da mãe da esposa de meu tio] e...
 Marilucia: E seu [falo o nome do pai da esposa de meu tio].
 Artista plástica: Da. [recorda-se do nome da tia da esposa de meu tio], mãe de [falo o nome do historiador que nos remeteu a ela], a dona, como é que é o nome da outra, mãe de... A outra, esqueci o nome da outra.
 Marilucia: É, eu não conhecia toda a família dela não, mas foi uma morte muito inesperada...
 Artista plástica: Muito novo ainda né?...
 Marilucia: É. ele...
 Artista plástica: Ele era muito amigo da minha irmã, ela mora em Brasília... da cidade lá de Luziânia... de Goiânia, de Brasília... vereadora em Luziânia.
 Marilucia: Qual o nome dela?
 Artista plástica: [fala o nome de sua irmã]
 Marilucia: O meu tio [falo o primeiro nome de meu tio] tem na casa dele um quadro muito bonito da senhora.
 Artista plástica: Meu?
 Marilucia: É.

O jogo de senhas e contrassenhas se enriquece nesta outra entrevista, iniciado, desta vez, pelo entrevistado, pertencente a uma das famílias oligárquicas da cidade:

Entrevistado 14: Você é de onde, qual cidade? Goiânia?
 Marilucia: Pois é, eu queria, é, me... Eu... Não, eu sou de Vianópolis. Mas eu queria, talvez... Eu tenho um tio que foi casado, ele já é falecido, mas ele casou-se com uma... Uma moça de Goiás, da Cidade de Goiás. Como você [falando para Entrevistado 15.], eu também, na minha infância, convivi com essa “boba”, na casa desse meu tio. Então eu ia visitar meu tio e encontrava ela cuidando dos filhos do meu tio, das minhas primas, né. Então, quando você contou a sua história, eu tenho uma história muito próxima da tua. Meu tio é [falo o nome de meu tio]. [repito, dizendo o nome completo de meu tio].
 Entrevistado 14: De nome, eu ouvi, eu já ouvi falar, há uns tempos.
 Marilucia: É, o [falo o nome completo de meu tio], ele era [falo o cargo oficial de meu tio] em Brasília...
 Entrevistado 14: Morou em Goiânia, depois?
 Marilucia: Não, ele não chegou a morar em Goiânia. Ele é de Luziânia, a família da minha...
 Entrevistado 14: Ele não é [diz outro sobrenome famoso de Goiás] também, não?
 Marilucia: Não.
 Entrevistado 14: Só [repito o sobrenome da família].
 Marilucia: E ele casou-se com a [falo o nome da esposa de meu tio], que era sobrinha do dr. [falo o nome do tio da esposa de meu tio].
 Entrevistado 14: Ah sei, conheci a [fala o nome da esposa de meu tio].
 Marilucia: Então, é o marido dela.
 Entrevistado 14: O [fala nome e sobrenome do tio da esposa de meu tio].
 Marilucia: A [falo o nome e sobrenome da esposa de meu tio].
 Entrevistado 14: [fala o nome da esposa de meu tio] cantava?
 Marilucia: A irmã dela, a [falo o nome da irmã da esposa de meu tio]. A [repito o nome da irmã da esposa de meu tio] é que cantava. Então, o meu tio casou-se com a [falo o nome da esposa de meu tio], e elas levaram, porque essa “boba”, era da [falo o nome da mãe da esposa de meu tio], que é irmã do dr. [falo o nome do tio da esposa de meu tio].

Entrevistado 14: Da. [fala o nome da mãe da esposa de meu tio] e levaram daqui de Goiás?

Marilucia: Aí levaram de Goiânia, para Brasília... Prá Luziânia! Prá Luziânia. E foi quando criou essas crianças. E, depois, eu a reencontrei, essa "boba", aqui no asilo.

Entrevistado 15: No asilo?

Marilucia: É. Por que a Da. [falo o nome da mãe da esposa de meu tio] morreu, a família, a... ahm... Me parece que a [falo o nome da esposa de meu tio] devolveu a "boba" quando os filhos cresceram, né, e ela ficou em Goiânia com a Da. [falo o nome da mãe da esposa de meu tio]. E com o falecimento da Da. [repito o nome da mãe da esposa de meu tio], eu não tive mais notícias. Eu até pensei que ela já tivesse morrido. Ela chamava [falo o nome da "boba" da família]. Então a [repito o nome da "boba" da família], eu a reencontrei aqui no asilo. E depois eu liguei então prá Brasília, prá essa minha tia [falo o nome da esposa de meu tio], e ela me informou, que realmente tava com muitos problemas de... de cuidados, por que ela tava muito agressiva e então eles tinham que dar...

Entrevistado 15: Olha que coincidência, a nossa também chamava [fala o nome da "boba" de sua família] e a gente falava tia [fala o apelido da "boba" de sua família].

Marilucia: Tia [repito o apelido da "boba" de sua família], é. Ela era chamada de [falo o apelido da "boba" da família de meu tio].

Entrevistado 14: Então você conheceu a irmã Aspásia.

Marilucia: Não. Não conheci. Eu, quando eu fui visitar pela primeira vez o asilo ela tinha morrido.

Uma das "bobas" também fez, a seu modo, suas perguntas:

"Boba" 03: É. A senhora é daqui?

Marilucia: Não, eu não sou daqui, não.

"Boba" 03: É de Goiânia?

Marilucia: Eu sou de São Paulo. Quer dizer, eu sou goiana, só que eu moro em São Paulo.

"Boba" 03: Ah.

Marilucia: Entendeu?

"Boba" 03: Ah.

Marilucia: Amanhã eu vou lá no asilo. Amanhã eu vou conversar lá no asilo. Como eu tô conversando com você hoje, eu vou lá amanhã.

"Boba" 03: Ham, Ham. Tá bom.

É curioso notar como, no decorrer destas perguntas, é recorrente querer saber se sou de Goiânia. A negativa é apaziguadora, pois afasta a possibilidade de, ao falar de "bobos", adotar a atitude pejorativa que os vila-boenses detestam nos goianienses.

Ultrapassado o teste da confiabilidade, chega o momento de introduzir a palavra "bobo". Fui cuidadosa nesta introdução, realçando os aspectos positivos do acolhimento dos "bobos" pelas famílias e pela Cidade de Goiás.

Cito alguns exemplos:

Marilucia: Não? Porque uma das práticas, quer dizer, um dos motivos que eu fiquei muito interessada nessa pesquisa, porque a comunidade da Cidade de Goiás teve uma conduta diferenciada de outros lugares do Brasil, e do mundo, em relação ao acolhimento desses deficientes, né. Então, assim, a Cidade de Goiás, ela tem, eu diria, uma maneira

muito particular, né, nos primórdios aí do século, como você disse, desde o século XIX, né, mas o asilo veio prá Goiás já no início do século XX. Então...

Em outro caso, abordei o tema do seguinte modo:

Marilucia: Como eu sou goiana e já moro há mais de trinta anos em São Paulo, eu decidi fazer uma pesquisa sobre essa população que a... a... essa população de “bobos” aqui. Em Luziânia também tem muito, em Corumbá me disseram que tem, né?

Entrevistado 18: Sim.

Marilucia: São cidades de Goiás que têm, e que de certa maneira a comunidade mantém uma tradição aí na relação com esses “bobos”, não é?

Entrevistado 18: Isto.

Marilucia: E eu queria... Então eu estou fazendo umas entrevistas para colher dados. É uma primeira vez que eu estou vindo. Eu não conhecia aqui. Primeira vez que eu estou vindo, para ver se eu tenho elementos suficientes para empreender essa pesquisa.

Entrevistado 18: Sim

Em alguns casos, antecedi o uso da palavra “bobo” pela expressão “deficientes mentais”, de modo a transmitir minha atitude respeitosa diante do tema:

Marilucia: Porque há uma grande incidência, né, de deficientes mentais, e eles são denominados, apesar da cidade não aceitar essa denominação, fora daqui eles são denominados de “bobos”. O senhor tem assim, algum conhecimento da história... quer dizer, que tipo de doença... porque a maioria são surdos-mudos, e eu queria saber que informações o senhor tem ... informações históricas, mesmo.

Outro recurso que utilizei foi o da generalização, citando outras cidades onde é também comum encontrar “bobos”:

Marilucia: Os “bobos” da cidade. Lá em Luziânia também tem alguns. E eu vim a Goiás, à Cidade de Goiás porque também há uma tradição que aqui é uma cidade que acolhe também uma quantidade, acolhia muito mais, antigamente, uma quantidade muito grande de “bobos”...

Este tipo de abordagem do tema resultava, no decorrer das entrevistas, em uma atitude de colaboração da parte dos entrevistados com minha pesquisa, como neste caso:

Marilucia: Mas você sabe [uso o primeiro nome da Secretária da Cultura], que não existe nenhum registro escrito sobre esse tema, quando na verdade a Cidade de Goiás dedicou aos seus “bobos” um tipo de acolhimento e de tratamento a esses deficientes que nenhuma outra cidade do Brasil. Existe uma particularidade, né, no acolhimento desses “bobos”, que é própria da cidade. E é esse estudo que eu estou fazendo. Porque eu comecei o tema pensando na questão da intolerância, e aqui não existiu essa intolerância aos deficientes mentais...

Secretária da Cultura: Não existe.

Marilucia: [...] Não existiu. Então acho que é uma pesquisa que tem esse valor de resgate histórico, já que não existe registro nenhum. Eu fui na Universidade Federal de Goiás, eu fui na Católica, eu procurei o Centro de Documentação em Goiânia...

Secretária da Cultura: Não tem mesmo!

Marilúcia: Você confirma prá mim se tem alguma coisa, se você conhece?

Secretária da Cultura: Confirmo sim e isso não é coisa do século passado não... [assina um documento.] não é do século passado não. Hoje em dia é da mesma forma.

Pelo que se depreende dos exemplos acima, a aproximação gradativa que fui estabelecendo com cada entrevistado permitiu firmar as bases de confiança necessárias para criar o clima de mútuo compromisso que se construía no decorrer dos encontros. Era nítida a diferença de qualidade de vínculo no início das entrevistas e em seu encerramento: das atitudes cuidadosas de autoproteção manifestadas nos primeiros momentos, evoluíamos para uma prosa descontraída ao ponto de, em grande parte dos casos, haver dificuldade de encerrar a conversa. Era comum, diante de meus agradecimentos, as pessoas se desculparem, manifestando pesar por não terem me “ajudado mais”.

9.4. As sofridas reminiscências da Cidade de Goiás

A Cidade de Goiás, apesar de sua condição de centro turístico legitimado pelo título de Patrimônio da Humanidade que lhe foi conferido pela UNESCO, e de ser visitada por um grande número de forasteiros, mantém, no entanto, um recato, uma atitude de se fechar a sete chaves frente à curiosidade alheia.

Esta característica constitui o núcleo mais central, mais íntimo, de sua identidade.

Obtive de meus entrevistados depoimentos que confirmam e delineiam os contornos deste ensimesmamento fundamental.

Na entrevista com o Secretário da Saúde do município, ao considerar as responsabilidades de sua pasta com a população em geral, aborda também a massa de turistas que visita a cidade. Referia-se às medidas preventivas adotadas frente à gripe AH1N1.

Secretário da Saúde: E esse fluxo de pessoas, dá uma responsabilidade maior de saúde, porque em Goiás, nós temos turistas todos os dias em Goiás. Em determinadas épocas são centenas de turistas que passam por aqui, milhares de pessoas que passam pelo município... os grandes eventos. Goiás é o berço cultural do meio do Brasil. Daqui saiu grandes nomes. Então, ao passo que nós temos, tivemos, não sei é um problema, tivemos essa carga mesmo marcante de pessoas portadoras de transtorno mental, por outro lado aqui foi berço de grandes personalidades na literatura, nas artes, na música. Então, quando você vê aqui, as pessoas falarem que vêm prá Goiás, aqui, a elite, hoje, vamos dizer assim, pensante do Brasil, tem o quê? Tem, assim, um pezinho aqui no gueto, prá não dizer assim, né, tem alguma coisa, alguma referência com a Cidade de Goiás. Que concorrência que esse fluxo teve? E esse fluxo de pessoas faz com que a área de saúde ainda sobrecarregue, porque você não tem estrutura suficiente adequada ainda, prá receber...

Esta fala, que pode ser tomada como expressão de uma identidade coletiva e que, seguramente, seria apoiada pela maioria dos habitantes da comunidade, reúne conteúdos importantes quanto à autopercepção dos moradores da Cidade de Goiás sobre seu papel no Estado e no País. Reconhece o interesse turístico da Cidade de Goiás, chegando a denominá-la de “berço cultural do meio do Brasil”. Contrapõe a existência dos deficientes mentais às “grandes personalidades na literatura, nas artes, na música” que lá tiveram seu berço. Afirma que parte da “elite pensante” do Brasil tem um “pezinho aqui no gueto”, palavra que remete a fechamento, ensimesmamento.

Na entrevista com a artista plástica, a mesma contraposição entre “bobos” e pessoas de valor artístico e cultural é afirmada:

Artista plástica: Uma vez eu tava... Quando eu fui prá Europa, estava num carro com uma amiga, ela falou assim: perguntou se eu conhecia o Rio Grande do Sul. Uma companheira de viagem: Ah vai conhecer Goiás, ela é daqui. Ela virou e disse assim: Ah vai lá não. Não vai em Goiás, não. Vai lá não. Lá é só terra de “bobo”. Falei: “bobo” não! Você lembrou de “bobo”. Por que você não lembra da cultura de Goiás? Porque você num lembra de fulano, beltrano, sicrano... É na música, no teatro, é na poesia, é na literatura, jornalista, é músicos. Tem tudo... Por que você não lembrou disso? Só lembra dos “bobos”? [gagueja reproduzindo sua indignação.] Na minha... Não é... nem toda casa que tem “bobo” não. Na minha casa não tem “bobo”. Na sua deve ter, na sua casa deve ter, você... Aqui na minha casa não tem não. Não é só “bobo” que tem em Goiás não”.

Este entrevistado desenvolve uma argumentação semelhante:

Marilucia: Agora, por que as pessoas aqui da cidade não gostam de ser chamadas, não gostam dessa expressão: “bobos” de Goiás”?

Entrevistado 18: “bobo”? Eu não sei porque... Olha, há certas coisas, pelo que eu soube, esse hábito é porque fala assim: Existe outro Goiás Novo? Existe outro Goiás? Eu penso: não, mas tá. Mas são pessoas que têm que... que o pessoal quiseram... muito... é que... Eu me chamo assim dessas pessoas... ignorantes, porque [trecho inaudível.]. Se fosse “bobo de Goiás”, não tinha tantas pessoas inteligentes, artista, para fazer... Eu rebato

falando isso. Vai ter muito artista aqui, que é nascido aqui em Goiás. Pois então, todo lugar tem “bobo” e tem gente inteligente. É isso que eu falo para eles. Porque se você ficar muito apegado a isso, né... Esse é meu ponto de vista. Que eu falo assim para o pessoal: se você chama isso aqui de “Goiás Velho”... Velho é, para nós historiadores, na consciência, velho tem a ver com cultura. E cultura, que é um conhecimento. Até que eu gosto muito de conversar com pessoas mais idosas. O pessoal fala assim: você é um jovem assim, parece velho, que gosta de ficar conversando com as pessoas. Eu falo assim: não, é porque ele traz uma experiência, uma coisa prá gente. Quando fala assim: “Velho de Goiás”, é uma coisa muito boa. Eu acho. Na minha opinião. Porque ali eu tive experiência, tive o conhecimento daquela pessoa, sobre...

Este outro entrevistado faz uma síntese de cunho sociológico sobre esta temática:

Entrevistado 01: Então o, aonde que o bobo se insere nisso né? O bobo é a verruga que você quer esconder né? Que você quer esconder. Mas como você falou, a cidade, apesar disso, a cidade tem um relacionamento mais é, parcimonioso com o bobo. O bobo aqui é, tem mais visibilidade do que em outro lugar. O bobo ele é tratado...

[...]

Marilucia: Hoje eu ouvi uma pessoa dizendo que prá ele, o velho é atrasado. Daí eu disse “mas não pode ser antigo?”; mas não, é atrasado. Quer dizer, tem essa ofensa né? Até hoje...

Entrevistado 01: As pessoas são muito melindrosas aqui sabe. Elas são muito cheias de brotoejas... É, mas aqui as pessoas elas se sentiram roubadas, dilapidadas, usurpadas.

Marilucia: Traídas.

Marco: Uma senhora que, já nos seus cinquenta e tantos anos, que ela dizia que ela jamais foi a Goiânia.

Entrevistado 01: Se sentiram usurpadas porque não foi um movimento daqui né. Não foi a sociedade estabelecida na capital que resolveu “ah aqui não tá bom, vamos arranjar outro lugar pra capital”. Foi uma ideia que veio de fora encampada pelo Pedro Ludovico. Então, pela sociedade local a capital estaria aqui até hoje, não teria mudado daqui nunca. Então quando saiu, as pessoas se sentiram usurpadas, humilhadas, ofendidas, dilapidadas em seu, vencidos né, em seu orgulho, em suas posses. Então o casarão que valia um conto de réis, ele passou a custar vinténs né. Então é, eu acho que isso deixou o vila-boense muito melindroso, então assim, tudo ofende muito ele. Apesar de ser uma cidade cosmopolita existe um ambiente de xenofobia razoavelmente bem instalado aqui. Então quem é de fora é visto como... talvez, não tô julgando. Não tenho nenhum juízo de valor, mas é uma, quase como um, aprender sendo de fora, aprender a viver dentro de uma cidade, dentro de uma comunidade que é tão própria e tão pitoresca como essa daqui. Ela não é uma cidade do interior, mas também não é uma capital. Então ela não é uma cidade cosmopolita mas também não é uma currutela. Ela tá lá e cá. Ela não é pobre nem rica, você tem que saber...

Outro conteúdo que se repete é o do estreitamento do horizonte para o comum das pessoas em decorrência da concentração de poder nas mãos das famílias oligárquicas.

Na entrevista com o Entrevistado 04, declarou-nos o seguinte:

Entrevistado 04: Ah tá. Aí tá certo, aí tá certo. Sabe por quê? Eu tenho uma visão, você que é goiana, eu tenho uma visão, que eu acho que Pedro Ludovico foi muito mais arguto quando ele transferiu a capital de Goiás prá Goiânia. Apesar de eu ser da velha capital, tenho todos os meus laços aqui, pai e mãe, vamos dizer, meu DNA é bem Goiás, bem Vila Boa, né. Vamos falar em termos assim, mas minha visão foi o seguinte: aqui era

dominado pelos Caiados. Pedro Ludovico não teria como governar aqui dentro. Por quê? Porque o jornal era dos Caiados, as impressoras era dos Caiados, cê tá entendendo? Essas coisas todas era dos Caiados, cê tá entendendo? Então ele ia tá muito amarrado aqui dentro da Cidade de Goiás prá poder governar, fazer de Goiás uma Goiânia aqui dentro. Então como ele tinha cheque em branco de Getúlio Vargas, o Getúlio Vargas era o senhor ditador da época, então o que ele fez? Conseguiu mudança de dinheiro prá fazer uma capital.

Na entrevista com uma das pessoas do povo, questionado sobre sua percepção quanto à existência de espaço para exercício da cidadania, após pequena relutância, fez as seguintes considerações:

Marco: Você é um trabalhador que tá aí, que tem emprego, que anda aqui pela cidade... Como é que você sente isso, esse controle dessas famílias que tem pela cidade?

Entrevistado 20: Você fala assim de controle no sentido de... mais claro?

Marco: Do domínio. Falando de outro ponto de vista. Você acha que um cidadão normal, aqui na cidade, tem espaço mesmo na vida democrática ou na vida política? Ou a vida política ainda está controlada por estas famílias?

Entrevistado 20: Não, não tem. É muito difícil. Tem que ter é muita, é como diz, é ter como eles falam, muito moral com eles entendeu? Tem que ser muito do lado deles prá tentar alguma coisa, prá apresentar um espaço de trabalho. Por mais que a pessoa seja inteligente, às veiz depende muito da democracia, de muita conversa, tem que prová muita coisa prá entrar dentro do...

Em outras entrevistas, o nome da família Caiado era lembrado como protótipo da dominação oligárquica:

Marilucia: E quais eram as famílias que dominavam, além dos Caiados?

Entrevistado 18: Ah, mas tinha muita gente, quer ver?

Entrevistado 18: Ludovico é o Pedro Ludovico, Caiado... naquela época era Ludovico e Caiado.

Marilucia: Era os Caiados... a rixa?

Entrevistado 18: É, a rixa.

Marilucia: E eles alternavam no poder, ou os Caiados dominavam mais?

Entrevistado 18: Não, não, sempre... é... os Caiado mais antigos tinham essa questão de poder, de mandar. Quando... A maior perda dos Caiado foi quando transferiu a capital. Que foi os Ludovico que ganharam, né?

Marilucia: Eles acharam isso uma derrota?

Entrevistado 18: Uma derrota. E até que brigaram muito. Até que... Depois sucederam os... Até Caiado foi governador. Leonino Caiado, Brasília Caiado, [palavra inaudível.] Caiado... [...] Então, quer dizer, então tem toda uma história... É por isso que eu falo, se for falar velho de Goiás ou "bobo de Goiás", isso não me ofende não. Eu só falo para eles: olha, se... se...

O Médico do HSPA e ASVP, em seu depoimento, construiu uma trajetória muito lúcida que parte de sua constatação clínica da incidência relevante de casos de depressão na cidade e, inclusive, de um alto índice de suicídios, para chegar à descrição de um quadro psicossocial e cultural bastante completo do recato e dos horizontes limitados da comunidade:

Médico do HSPA e ASVP: É, antes de trabalhar na, no asilo, eu já atendia pela prefeitura, e o que me chamava a atenção é o alto índice de pacientes dependentes de medicação. Ou de benzodiazepínicos, ou de medicação pra tratar a ansiedade...

Marilucia: Aqui é?

Médico do HSPA e ASVP: E também de medicamentos antidepressivos.

Marilucia: Aqui na Cidade de Goiás?

Médico do HSPA e ASVP: É, aqui na cidade. É, eu não sei se isso é em virtude, algumas pessoas dizem que isso é em virtude da facilidade de acesso ao médico, eu acho que não. Eu acho que tem outros componentes psicossociais que tem que ser avaliados aqui.

Marilucia: Uhum.

Médico do HSPA e ASVP: Mas na verdade assim, o vila-boense ele tem uma, ele, pelo menos na prática ambulatorial, a gente percebe que, pelo menos eu percebo que tem um índice muito maior aqui do que em Brasília por exemplo, de pacientes que vão ao médico em busca de socorro é, psíquico, emocional. Em busca de socorro emocional e psíquico. Medicamentoso. Então em todas as famílias praticamente você tem pessoas que usam antidepressivo, que usam um ansiolítico, que... não vivem sem o meu Diazepan, Amitriptilina.

Médico do HSPA e ASVP: ... Quadro de ansiedade. Existe...

Marilucia: ... De pânico?

Médico do HSPA e ASVP: É, existe um transtorno de ansiedade meio endêmico aqui na cidade sabe? Então as pessoas, a cidade ela tem uma história muito interessante pelo fato de ter sido capital e depois ter visto a decadência, e depois ter tido um ressurgimento com o título de patrimônio mundial, depois foi a frustração e a decepção de ver que o título de patrimônio mundial não mudou em nada a realidade das pessoas. Então é uma cidade que ela tem uma pompa visual e arquitetônica mas por dentro as famílias são quase miseráveis, o ganho é muito pouco, as possibilidades de ascensão econômica e social são muitíssimo limitadas, é uma, é um interior em lata de chocolate fino, mas com mofo por dentro só. Eu acho que o próprio vila-boense, ele percebe isso, e isso agride ele de uma forma mais especial. Então eu acho que as pessoas aqui são melancólicas, ansiosas... ansiedade e melancolia são, eu acho que caminham muito juntas aqui. Então já antes de trabalhar no asilo já havia me chamado a atenção o alto índice de, nas pessoas normais, um alto índice de pessoas que usam é, cotidianamente, rotineiramente, medicação antidepressiva e ansiolítica.

Marco: Você acha que pra esse quadro, essa existência das famílias dominantes, o alto controle que elas exercem sobre a vida cultural e social...

Médico do HSPA e ASVP: Ah eu acho, é, é. Porque aqui é uma sociedade quase feudal né. Você tem, nessas famílias dominantes, um poder de mando e desmando muito grande na cidade. E elas, e não há renovação. São sempre elas que estão no poder né, se revezam mas são sempre elas que estão no poder e o poder não é só o poder político. É o poder econômico, social, são as famílias que empregam, são as famílias cuja opinião faz com que as coisas mudem ou continuem como estão né. Então é, mais mesmo dentro dessas famílias, essa prevalência de pacientes deprimidos é muito forte, é muito grande. De pacientes ansiosos, mesmo dentro delas.

[...]

Médico do HSPA e ASVP: [...] A gente tem uma cidade de vinte e quatro mil habitantes, a gente teve esse ano cinco suicídios.

Marilucia: Qual a modalidade dos suicídios?

Médico do HSPA e ASVP: Das mais diversas. Teve um, o último que pegou uma foice e ... (fez o gesto)

Marilucia: Se degolou?

Médico do HSPA e ASVP: Isso, se degolou. Teve os dois anteriores, que foram no mês passado. Um foi numa semana e outro no outro. Teve um que bebeu veneno de rato e teve outro que se enforcou. Mas assim, se enforcar, parece que tem uma preferência já histórica na cidade pelas pessoas se enforcarem. E são sempre jovens.

Marilucia: Sempre jovens?

Médico do HSPA e ASVP: Sempre jovens.

[...]

Médico do HSPA e ASVP: Eu acho que é uma sociedade tão, uma comunidade tão fechada e tão... Vamos contextualizar a coisa: no século XIX, na segunda metade do século XIX então a cidade respirava cultura em virtude das missões francesas religiosas que chegavam aqui. Então todas as casas você tinha piano, as moças tocavam piano, falavam francês, você tinha aula de etiqueta. E isso há dois mil quilômetros do Rio de Janeiro, sei lá, há mil e quinhentos quilômetros do Rio de Janeiro ou São Paulo. Nos confins do cerrado brasileiro você tinha uma ilha de cultura francofônica, então essas famílias começaram a viver um luxo que repercutiu então, na moda, então você pega fotografias do final do século XIX, início do século XX, os homens usavam cartola, fraque, bengala. As moças todas com chapéu, aqueles vestidos cheios de babados e babados, as festas todas eram todas muito ricas. O Liceu de Goiás era um centro de excelência de educação, então criou-se uma identidade quase imperial aqui na cidade. O Hospital São Pedro, um hospital que foi fundado diretamente pelo imperador, é, então é, você tem uma...

Marco: [...]

Médico do HSPA e ASVP: Temática européia. Então você tem uma cultura que é uma cultura importada. As pessoas nasciam aqui mas as pessoas se sentiam em Paris. Então isso foi, isso não diminuiu até à transferência da capital. Com a transferência da capital, se passou um rodo nessa realidade toda né. As famílias que podiam foram embora, as que foram embora deixaram suas residências aqui com algumas velhas tias tomando conta, então essas velhas tias morreram, as casas caíram. Então, mas essas velha tias elas permaneceram, permanecem vivas até hoje, aliás os grandes casarões daqui são de famílias que moram em Goiânia e que vem aqui uma ou duas vezes no mês. [...] É, é. Então a cidade que já era um presépio, virou um presépio dessa vez abandonado né, um presépio desabitado. Então assim, pra uma família cujos filhos falam francês, tocam piano, querem estudar Direito na São Francisco, em São Paulo né?

[...]

Médico do HSPA e ASVP: É, todos, os médicos todos que nasceram aqui na cidade, todos se formaram no Rio de Janeiro. Então assim, essa era uma coisa provinciana, mas acho que as pessoas se... se achavam dessa forma.

As tradições históricas permanecem vivas nas famílias. Ouvi muitas referências à participação dos antepassados que lutaram na guerra do Paraguai, como no caso deste entrevistado que, até hoje, conserva a Ermida reformada por seu bisavô:

Marilucia: A situação de Goiás na guerra do Paraguai ela teve... [Problema técnico na fita].

Entrevistado 04: Esses generais famosos aí que, era Fleury Curado e foi levando meu bisavô na cabeceira do arreo, quando eles iam prá... lá despedir e a soldadesca passou marchando e caiu um broche de família, e caiu, e lá chama Areias porque lá é todo arenoso o terreno, né. E quando a soldadesca passou marchando e quando eles vinham voltando não achou o broche. Então eles voltaram prá procurar o broche depois e por um acaso acharam o broche. E lá já tinha a Ermida antigamente, você tá entendendo. Então aí foi o que aconteceu, e eles reformaram a Ermida e tal, e aí continuou, e aí eu contei porque papai que fez a estrada passar pela frente.

Nesta família assisti à chegada de uma funcionária do Museu das Bandeiras que lhe trazia documentos sobre a participação de seu bisavô na Guerra do Paraguai:

Entrevistado 27: Ah, sim. Você sabe o quê é? Meu bisavô era médico, primeiro médico de Goiás. E ele foi na Guerra do Paraguai. E meu irmão quer fazer um levantamento dele porque ninguém nunca se importou. Esse que eu falei para você que é militar, então, pediu para ela pegar as coisas dele. Porque quando ele veio da Guerra do Paraguai, quem fez o discurso foi ele.

Marilucia: Qual era o nome dele?

Entrevistado 27: É [diz o nome e dois sobrenomes do bisavô].

Entrevistado 29: [corrige o nome do bisavô, dizendo dois nomes e dois sobrenomes]. É [diz outro sobrenome], é meu tio, é [repete este outro sobrenome]. É muito gente fina, ele.

Marilucia: Ele foi o primeiro médico...?

Entrevistado 27: É, o primeiro médico.

Entrevistado 29: Foi o primeiro médico. Ele foi como cirurgião-mor para a Guerra do Paraguai.

Entrevistado 29: Ele contraiu uma epidemia, e morreu depois, a caminho.

Funcionária do Museu: Eu não tenho esse registro ainda não. Mas...

Entrevistado 29: Foi o primeiro médico aqui de Goiás e foi para a Guerra do Paraguai.

Funcionária do Museu: Na medida em que vai aparecendo os documentos, é que a gente vai...

Entrevistado 27: Não, porque veio um da Itália, ele era farmacêutico. Quando chegou aqui, não tinha essas coisas, tinha só ele de médico, ele foi lá para a Guerra do Paraguai, e ele ficou fazendo o papel de médico.

Entrevistado 27: Ele estudou no Rio de Janeiro e veio para cá.

[...]

Entrevistado 29: A Guerra do Paraguai. Tem muita ligação, muita ligação.

Marilucia: Qual é a história de Goiás com a Guerra do Paraguai, [digo o nome do Entrevistado 29]?

Entrevistado 29: Uai, porque houve essa Guerra do Paraguai e eles foram convocados. Os médicos também foram convocados a irem. Então, quem era convocado seguia aquele regime militar rigoroso, e iam lutar. E quando adoeciam com a epidemia, que lá alastrava com as mortes e cadáveres, tudo... Epidemias que surgem...

Marco: Era cólera, né?

Entrevistado 29: A cólera, voltava e morria no seio da família.

Os habitantes da Cidade de Goiás também sabem rir de suas histórias e costumes. Neste relato a tradição do “dote” de um “bobo” das noivas da cidade é contada com muito humor:

Marco: Como é que a senhora vê esta tradição de Goiás de receber estas pessoas nas famílias?

Entrevistado 24: Isso aí, prá falar a verdade prá senhora, eu não sei. Isso aí, faz parte do passado. Atualmente já não existe. Até teve um caso interessante comigo. Eu fazia direito em Goiânia e fiquei noiva. Não, não tinha ficado noiva ainda não, de um rapaz de Goiânia. Aí, ele em brincadeira, falou prá mim assim: escuta, me falaram que toda família, mais tradicional, mais antiga da cidade, quando as moças casavam levava um “bobo” de dote. Bom, aí eu não falei nada que nós tinha uma aqui em casa, não. Fiquei quieta. Aí, no dia que ele veio aqui em Goiás pedi o casamento, depois que falou com meu pai e tudo, eu falei: aqui o nosso dote, ó! Mas esse homem ficou tão desapontado, que eu fiquei até com dó dele! Criticando em brincadeira, né? Aí ela ainda era novinha, aí eu apresentei o dote prá ele: a [diz o nome da “Boba” 02], é o nosso dote. [risos.]. Mas foi uma coisa muito engraçada, né. Ele ficou muito desapontado: não, eu tava brincando, não sei o quê. Então, hoje em dia não tem, eu acho até... Vocês acharam muito “bobo” em Goiás?

E este outro entrevistado nos relata outra brincadeira que os vilaboenses fazem consigo mesmos:

Entrevistado 01: Porque tem, brincam aqui na cidade que se Goiás tivesse bandeira seria um “bobo” com um prato de bolo de arroz na mão.

Marilucia: Uhm.

Entrevistado 01: Isso quem me contou foi um amigo meu que é daqui.

Marilucia: Da identidade da cidade?

Entrevistado 01: Então, é uma figura que está em extinção mas que faz parte da identidade da cidade. E existem alguns “bobos” notórios né, alguns “bobos” que são personagens. Maria Grampinho, Cora Coralina, além da Cora dedicar alguns trechos da sua obra pra Maria Grampinho ela já foi objeto, já vi estudos de outras pessoas.

Estes relatos nos permitem constatar que a Cidade de Goiás, viveu momentos de glória e riqueza que se perderam com o tempo. Sobraram reminiscências, inscritas nas pedras do calçamento irregular de seus becos e nas grossas paredes de seu casario centenário. Ficou gravado em sua retina a saudade do que foi perdido, “que os anos não trazem mais”, para lembrar o verso romântico-melancólico de Casimiro de Abreu.

O reconhecimento da cidade como Patrimônio da Humanidade legitima seu papel proeminente no desbravamento do Brasil Central.

No entanto, suas feridas narcísicas permanecem inflamadas, sensíveis a qualquer toque. Carecem de cataplasmas para aliviar sua dor. Dor de reminiscências, de lembranças sem esperança das utopias de um Eldorado. Corpos que se lambuzam na depressão, na melancolia, e, no limite, se imolam nas cordas do desespero da falta de horizontes.

O alerta sobressaltado diante do estrangeiro é sinal do medo de vir a ser, mais uma vez, saqueada, traída, malfalada. São frágeis tramas de proteção de seu justo orgulho.

As oligarquias vila-boenses, para preservar seu domínio, aproveitam-se da topografia amuralhada pela Serra Dourada e afundada no vale do rio Vermelho, para cercar os horizontes da população e supostamente defender a identidade da cidade.

9.5. Endogamia e poder

Entre as práticas oligárquicas da Cidade de Goiás incluem-se os casamentos endogâmicos, como forma de preservação de poder e patrimônio. Os vila-boenses se referem abertamente a esta temática.

O Entrevistado 04, tentando atenuar a incidência de deficientes mentais na cidade, encontra uma definição original para as oligarquias goianas: os “trezentões”.

Entrevistado 04: Também, também. Eu acho que tem esse fator preconceituoso porque, por exemplo, você pega Cuiabá, também tinha um alto índice de, vamos dizer, “bobinhos”, entre aspas, cê tá entendendo? É, na sociedade lá. Cuiabá tinha. É, você pega Goiás, você pega Corumbá, você pega Pirinópolis, que são as três cidades mais antigas de Goiás, onde praticamente se enraizaram, que eram as grandes minas, né, e de lá que saiu, vamos dizer, os bandeirantes vieram prá cá, e daqui saíram as famílias antigas de Goiás, tradicionais, né. Nós não somos quatrocentões igual ao paulista, nós somos trezentões, né. Goiás, foi em 1700, então nós somos trezentões. [...] e tinha um asilo de freiras muito antigas, muito caridosas aqui em Goiás, e eles traziam esses refugos aqui prá Goiás, cê tá entendendo? Traziam esses “bobinhos” aqui prá Goiás.

Uma das pessoas do povo entrevistada comenta o costume endogâmico:

Marilucia: Agora, você falou que casavam muito... Que era um problema genético.

Entrevistado 18: É.

Marilucia: Que casava entre família?

Entrevistado 18: É, assim, primo com primo.

Marilucia: E por que havia esse hábito aqui?

Entrevistado 18: Acho que era por causa de casamento arranjado, né? Aquela questão... economia, não é? Porque não queria perder os bens para outros, então... As oligarquias, né, que tinha. Então, é tudo um fator, assim, de poder. Então vamos casar... Então, com muito deus essa incidência de sair essas pessoas deficientes.

Um casal pertencente a uma das famílias oligárquicas nos revela que são primos, minimizando a possibilidade de consequências genéticas:

Marilucia: Agora, na opinião do senhor, porque na Cidade de Goiás, logo no início, porque o asilo foi construído até prá abrigar esses “bobos” que... Hoje eu tava conversando com as freiras, e elas me contavam que tinham algumas famílias que criavam, que nasciam os deficientes na família e eles escondiam. Tinham pessoas que faziam até buraco no fundo do quintal prá prendê-los durante o dia e só à noite soltar. [interrompe.]

Entrevistado 23: Acho que isso é lenda. [riso.]

Entrevistado 22: É lenda, nunca sôbe disso não. [riso.]

Marilucia: Por que vocês acham que é lenda?

Entrevistado 23: Porque aqui a gente casava muito, a cidade pequena, num sai fora, a gente casava muito primo cum prima e a família vai se degenerando, né? Eu acho que tinha, mas acho que esse negócio de coisa... Eu nunca vi. Prá mim isso é linda. [riso.]

[...]

Entrevistado 23: Nas residência que tinha, eu, prá mim, só podiam sê, eles falavam que tinha casamento entre primos...

Marilucia: Mas as autoridades nunca procuraram estudar, saber a origem?

Entrevistado 23: Nunca.

Marilucia: E mesmo que sabiam que casar entre primos podia gerar deficientes, mesmo assim, os casamentos aconteciam?

Entrevistado 23: Aconteciam.

Entrevistado 22: É, aí. [faz um gesto com as mãos se referindo ao parentesco entre eles.]. [risos.]

Entrevistado 23: Mas não sono tanto assim, não. [riso.]

Marilucia: Ah, é?

Entrevistado 23: Não era tanto assim, né? [riso.]

Marilucia: Qual é o parentesco de vocês?

Entrevistado 23: Deixa eu vê, porque o bisavó dele...

Entrevistado 22: Meu avô.

Entrevistado 23: O avô, acho que era primo dos meus avós, né? Aqui é tudo [diz com orgulho o sobrenome da família oligárquica].

Diante de minha insistência em saber sobre as possíveis sequelas advindas de casamentos consanguíneos, há uma nova revelação, confidencial quase em segredo:

Marilucia: Mas os seus filhos nasceram normais?

Entrevistado 23: [olhando pro alto.] Graças a Deus, todos normais e muito inteligentes.

Marilucia: Então não é verdade que casar entre primos só nascem “bobos”, né?

Entrevistado 23: É, pera aí, [riso.] dêxa te contá. Aí minha filha também, a mais velha, ela casouse, com o marido dela, também é [fala da união entre duas famílias oligárquicas]. O avô dele é irmão do avô do meu marido. Agora eles tiveram, como chama, catarata. Os dois nasceram com catarata sabe. O médico falô que podia sê...

Marilucia: Eles tiveram alguma deficiência visual ou não?

Entrevistado 23: Não, depois que operô, foi uma catarata assim...Depois que foi ficando mais ou menos maiorzinho...

Entrevistado 22: Os fio... [interrompe.]

Entrevistado 23: Meus netos.

Entrevistado 22: Os neto nosso...

Entrevistado 23: Um deles até é superdotado. Meu neto mais velho é superdotado; Muito inteligente, fala sete línguas...

Entrevistado 22: Até o [cita uma língua do leste europeu].

Entrevistado 23: [rindo.] Então mas teve esse problema de visão, né. Mas foi, o outro foi só, os dois mais velho.

Marilucia: Mas não trouxe sequela prá eles, não?

Entrevistado 23: Não, de jeito nenhum.

Marilucia: Pois é, então nem sempre a gente... [interrompe.]

Entrevistado 23: Pois é.

Marilucia: Nem sempre a gente pode dizer que casamento de primos nasce...

Entrevistado 23: Não, não.

Marilucia: Então, deveria ter outras causas também, mas essas causas não foram investigadas.

Entrevistado 23: Não foram, nunca ouvi.

Marilucia: Não procuraram...

Entrevistado 23: Que às vez assim, é deficiente, casô com primo e não sei o quê [riso.]

Marilucia: Quer dizer, havia um certo comodismo nessa explicação, né?

Entrevistado 23: É, eu acho. Eles acomodaram com aquilo ali, né, e num...
 Marilucia: Porque é uma explicação que não explica muito, né?
 Entrevistado 23: Num explica muito.
 Marilucia: A senhora acha que explica?
 Entrevistado 23: Não sei não, eu acho que [risos.] . Deve de tê mais alguma coisinha...
 Marilucia: Como é que é?
 Entrevistado 23: Deve tê mais alguma coisinha, né? A bem dizê... [riso.]

O Entrevistado 03 subestima abertamente as consequências dos casamentos consanguíneos:

Marilucia: Mas uma das explicações do casamento é essa que a senhora disse. O casamento entre famílias mesmo como uma causa genética inclusive.
 Entrevistado 03: É era assim que eles faziam. Primo cum primo num pode casá, sai fio “bobo”, era assim que eles falavam: vai casá e vai tê fio “bobo”. Era assim.
 Marilucia: Mas então, mesmo sabendo disso casavam?
 Entrevistado 03: Casavam. Mas não nasce filho “bobo” assim, nada! É conversa. [riso.]. Quantas famílias é casada primo com primo e não tem nada?
 Entrevistado 03: É, era quando eu era menina que eu ouvia sempre falar isso aí.

O Entrevistado 11 quebra o silêncio e declara abertamente o interesse político por trás da endogamia. Revela também que os deficientes mentais descendentes das famílias oligárquicas eram escondidos em buracos abertos nos fundos das casas.

Entrevistado 11: A questão política, porque assim, a história política de Goiás ela era muito forte. No começo eles valorizavam muito assim, o poder político continuar na família. Existiam duas famílias aqui em Goiás que tinham poder político, então eles casavam entre eles, primos com primos e originou o nascimento das pessoas com deficiência os chamados “bobos”, no começo isso inclusive era uma vergonha, eles sentiam intimidados por causa dessa questão, então você raramente encontrava uma casa onde não tinha uma pessoa com deficiência. Então os históricos de Goiás, quando você fizer a pesquisa, você vai encontrar que eles furavam um buraco no fundo da casa. Lá eles colocavam comida e durante o dia essas pessoas com deficiência ficavam lá dentro escondidas da sociedade. Eles não queriam que as pessoas ficassem sabendo que tinham “bobos” na família. À noite eles recolham as pessoas e levavam para dentro de casa.

Outro depoimento confirma a prática de esconder os filhos deficientes das famílias oligárquicas:

Entrevistado 15: [...] Eu lembro que quando eu era criança, estava bem marcante na minha cabeça, essa questão. Então, eles, as famílias, escondiam isso, essa questão de dizer que houve uma relação entre um primo com prima e originou-se um “bobo”, vamos dizer assim, né. Então isso era muito escondido. Aquilo passava... nem era considerado como se fosse um parente. Eu lembro, que minha mãe contava... que fulano escondia fulano, que fulano era irmão de ciclano; então tinha essas coisas que aconteciam. Agora, isso registrado, eu não sei se a gente consegue.

Esta afirmação é reiterada por outro entrevistado:

Entrevistado 01: Assim. Existe também um estigma com relação ao “bobo”, né. Nenhuma família quer ter um “bobo” nascido dela mesma. Então assim, muitas famílias, isso eu já, eu escuto falar, muitas famílias tem “bobos” em casa, tinham “bobos” em casa, dizendo que não eram da família, mas que eram, que efetivamente, sabiam suas origens. Eram sobrinhos, primos, alguma coisa assim. Mas como a situação era estigmatizada, então eles preferiam aos olhos da sociedade terem recebido essa criança já nascida e de origem desconhecida.

Outro membro de família oligárquica local distingue os deficientes mentais filhos das oligarquias, dos “bobos adotados” por elas, provenientes do povo:

Entrevistado 14: Mas o número maior de “bobos” não era das famílias não, eles vinham de outros lugares e as famílias acolhiam aqui em Goiás. Entendeu? Existiam alguns casos. E entre eles, eles também, sempre tinha que ter muito cuidado. Porque os “bobos”, eles só eram “bobos” prá outras coisas. Neste sentido aí, eles, se descuidasse, tinha sempre um cara com outra, e ainda vinha mais “bobos” ainda.

Entrevistado 14: [falando em paralelo.] Acontecia muito entre “bobos”, muito mesmo. Eu tenho uma vizinha, até hoje ela é minha vizinha. Na casa dela, alguns dos mais velhos... Os idosos já faleceram. Mas ele tinha três “bobos” na mesma casa. “bobos” mesmo, assim. Uma ainda era um pouco mais esperta, porque... inclusive ela é viva, até hoje, nessa casa. Eram três numa mesma família, dentro da casa. Mas eles sempre colaboravam no serviço doméstico, ajudavam, né. Então as pessoas pegavam, e recolhiam, e assim iam levando. E esse aumento foi sempre crescendo, pelo fato do asilo ser aqui na Cidade de Goiás. Então vinham, né. Se alguma família quisesse, pegava. Se não, ia pro asilo.

Os deficientes filhos das famílias oligárquicas, quando não eram ocultados, tinham tratamento próprio, distinto do dos “bobos”:

Entrevistado 12: Mas assim, eu nunca vi uma família de Goiás rejeitar um deficiente. Minha mãe tinha uma irmã, e com nove anos ela teve uma doença, e depois assim, ela foi ao médico, e eles acham que ela teve uma meningite quando era pequena. E ela é uma pessoa que tinha uma deficiência enorme. No entanto, em nenhum momento eu vi essa minha tia ser afastada da família ou escondida... [...] Em casa, na minha família, na família do meu marido eu sei que também tinha, era a mesma coisa. Era a mais bonitinha, a mais bem arrumada da casa, toda colorida, cheia de pulseira e tal...

Vê-se que as práticas de casamentos endogâmicos eram, e continuam sendo, comuns entre os membros da oligarquia. Entretanto, quando estes enlaces resultam em filhos com deficiência, a atitude das oligarquias é a de tentar ocultá-los. De um lado, então, há a negação do risco de malformações genéticas, de outro, a vergonha, o pudor, que leva a ocultar da comunidade a existência desses indivíduos. No passado, esse encobrimento chegava ao extremo de mantê-los em buracos no fundo das casas. Quando ocorre alguma

sequela em descendentes, há um significativo esforço em afirmar, em compensação, dotes extraordinários de inteligência.

Estes depoimentos evidenciam que a ideia de consanguinidade, tal como é proposta enquanto explicação das deficiências dos “bobos”, é, antes de mais nada, uma invenção das oligarquias. De fato, são elas que habitualmente praticam a endogamia.

A designação de “bobos”, em contrapartida, é reservada apenas aos deficientes mentais provenientes das camadas mais pobres da população.

No entanto, esta forma de nomeá-los sugere uma postura de negar as consequências genéticas desta prática em seu seio, para projetá-las nos “bobos” que “adotam”. Por esta via, a primeira deposição que fazem sobre estes “bobos” é a da negação do que ocultam no interior de sua própria classe social.

Depreende-se, daí, a existência de uma predisposição de negar — um não absoluto, negação em puríssimo estado — à qual serão ligados todos os demais atributos subtraídos aos “bobos”: não-lugar, não-identidade, não-tabu...

9.6. “Bobo”: fruto de plebe promíscua e incestuosa

Ao investigar a origem de um “bobo”, encontrava sempre, como resposta, algo de impreciso, vago. Na maioria dos casos não sabiam contar a história de sua família. O mais intrigante é que me parecia não ter qualquer importância fazer esse tipo de indagação. “É assim”, foi a resposta que, de um modo ou de outro, tantas vezes ouvi.

No entanto, a maioria dos relatos refere a condição de pobreza associada à sua origem, muitas vezes acrescida de eventos de orfandade: pais desconhecidos, muitos relatos de padrinhos que os haviam trazido e abandonado.

Fica claro, quando se houve esses relatos, que a origem dos “bobos” se encontra nas classes menos favorecidas. Muitas dessas histórias falam de origem rural.

Quando, no contexto desta origem socioeconômica, perguntava sobre os motivos atribuídos para o nascimento desses “bobos”, a explicação padrão da consanguinidade-causa passava a ser associada a referências de sexualidade promíscua e até incestuosa.

A procedência humilde e a condição de necessidade, senão de miséria, das famílias de origem, era o traço marcante desses deficientes mentais denominados de “bobos”:

Marilucia: Mas você acha que essas famílias, quando elas davam esses deficientes, era por preconceito ou porque elas não sabiam como tratar, como dar assistência?

Entrevistado 27: Não tinha posse, não tinha dinheiro, não tinha...

Marilucia: Posse para tratar?

Entrevistado 27: Para alimentação. Então preferia dar do que passar fome com elas. Era só isso.

Marilucia: Não era assim, por exemplo, porque achava...? Porque a gente sabe que no mundo animal a cria que nasce com defeito, é rejeitada. Ela é rejeitada. E como essas pessoas, elas vinham muito do meio rural como a senhora disse, que a [nome da “Boba” 06] mesmo é de...? Da fazenda...?

Entrevistado 27: Do asilo [fala com certa ironia.]

Entrevistado 29: Fazenda Nova.

Marilucia: Quer dizer, eram pessoas que não tinham um conhecimento, não tinham um entendimento, então era mais natural que elas enjeitassem também o seu filho. Vocês acham...?

Entrevistado 27: Acho que enjeitar, não enjeitavam, não. Era porque estavam passando necessidade.

Entrevistado 29: Porque não tinham condições mesmo.

Marilucia: A senhora acha que era condição econômica?

Entrevistado 27: A maioria era necessidade.

Marilucia: Não era rejeição mesmo, da criança...?

Entrevistado 27: Não. Por quê que vai para o asilo? Lá tinha uma menina que uma moça criou ela, era professora na roça. Era meia também... Mas agora ela faz muita coisa. Esse povo deficiente, tem muitos que trabalham.

O desimportante dado de origem fica evidente neste diálogo:

Marilucia: Me conta como é a história da “Boba” 02?

Entrevistado 24: A história dela é muito simples. A gente não sabe a infância dela como foi, porque ela chegou aqui em Goiás, aqui prá casa, ela já devia ter uns 18 anos e aqui,

veio aqui, ajudou muito a minha mãe, na criação dos netos. Trabalhou muito. Ela era o pé de boi aqui de casa.

Já neste outro relato, o único documento de origem é o de uma pequena foto, quando de sua chegada na família:

Entrevistado 25: É, eles tinham... aqui a gente tinha três. Era a [nome de uma “boba” de criação da família], o [nome de um “bobo” de criação da família] um bobim bachim, depois vou mostrar uma fotografia prá você e a [nome da “Boba” 03], [primeiro e segundo nome da “Boba” 03]. Aí eles são assim como se fosse da família.

[...]

Entrevistado 25: É, ela trouxe essa menina de Goiânia e, quando ela ficou doente assim, já tava prá falecer, ela entregou ela prá [nome da matriarca da família]. E aqui já tinha o [nome de um “bobo” de criação da família]. O [repete o nome de um “bobo” de criação da família], ele pedia esmola na rua e padrinho era comerciante, que é o [nome do patriarca da família]. Aí, achou ele assim deficiente, magrinho, doente, cansado, trouxe ele prá tomar uns remédios. Aí ele ficou. Aí ele era doido com a família [...].

Marilucia: Quer dizer que a [nome da “Boba” 03], então, chegou aqui, ela já era grande, já era adulta ou era criança ainda?

Entrevistado 25: Era criança ainda.

Marilucia: Que idade que a [nome da “Boba” 03] tinha?

Entrevistado 25: A idade certa... Eu vou pegar o álbum. Depois que a gente registrou ela, quando a gente registrou ela, ela já era mocinha. Eu vou pegar o álbum. Vou chamar ela prá você ver: [chama a “Boba” 03]!

Marilucia: Ela chegou nessa época dessa foto?

Entrevistado 25: É, nessa época dessa foto aí. Antes um pouquinho. [pausa.] Aqui um retratinho dele, e aqui a outra.

Neste outro caso, trata-se de uma órfã recolhida no Hospital São Pedro de Alcântara:

Entrevistado 23: E ela, foi minha mãe que criou, ela foi assim: os pais dela... Vô começá assim, desde o princípio. Meu tio, o marido de minha tia, era médico. Ele trabalhava aí no hospital São Pedro e minha tia era muito caridosa e sempre que ela descia ela passava no Hospital São Pedro, que é um hospital de caridade, prá vê os doente, prá vê o que precisava. E chegô lá, tinha um casal na porta, muito amarelo, sentado lá. E ela recolheu e internô no hospital, cuma minininha de 6 anos. Eles tava com febre amarela. E já no último... E morreram. E essa menina ficô. E minha tia, ficô sem sabê, ela achô, ... Tinha um lugar aqui perto chamado Buenolândia.

Marilucia: Hum...

Entrevistado 23: Ela não achou ninguém mais deles que tomasse conta. E como minha tia tava de mudança pro Rio de Janeiro e minha mãe tava noiva, ela perguntou: cê não qué ficá com essa menina até achá alguém que tome conta? E ela ficô e nunca achô parente dela. E minha mãe criou. Minha mãe tava noiva, casô e se criou.

[...]

Entrevistado 23: Ela tinha, mamãe pegou ela com 6 anos, aí eu casei, fiquei uns tempos assim fora, depois voltei prá morar aqui, eu e meus pais e ela continuô. Ela tem 87 anos, né. Toda vida morô conosco.

Mesmo quando manifestam curiosidade sobre o passado de um “bobo”, há um manto de silêncio capaz de inibir qualquer indagação. Falando de uma “boba” de mais de oitenta anos, esta entrevistada diz o que se segue:

Marilucia: Agora, teve casos, me parece, de pessoas que deixavam os seus filhos também nas portas das famílias, né. No caso da [fala o nome da “Boba” 02], não, porque ela já chegou aqui...

Entrevistado 24: É, é. Agora, eu tinha tanta vontade de saber o passado dela, a infância como foi, né.

Marilucia: Nem esse oficial aí de justiça tinha...

Entrevistado 24: Não, não.

Marilucia: Por que ele provavelmente a encontrou numa vara de família, né?

Entrevistado 24: É, deve ter sido. Mas eu nunca, não sei se [fala o nome de um parente] sabe alguma coisa, mas eu tenho a impressão que não. Nunca houve um comentário desse aqui em casa.

À imprecisão do relato de origem, considerações quanto à trajetória de abandono que leva ao “recolhimento dos bobos” costumam ser comuns, recebendo este gesto o nome de “adoção”.

Marco: Agora, é... A prática que foi adotada foi, de certa forma, a de assumir essas crianças, é..., pelas famílias, não é isso? É uma... Como se fosse uma... uma quase adoção?

Entrevistado 15: É. Por que as famílias, assim, pelo... Pela informação que eu tenho, as famílias acolhiam essas pessoas aqui.

Entrevistado 14: [falando em paralelo.] Era uma adoção mesmo. Chegavam e moravam.

Entrevistado 15: Era uma adoção mesmo. Tanto Goiás como Trindade, né. São esses dois locais... São esses dois locais onde tem esse histórico das pessoas irem e deixarem essas crianças com transtorno mental, esses “bobos”, né, como foi dito aqui. Goiás, mais forte, mas a Vila São Cottolengo também, em Trindade, também tem essa característica. Também as pessoas iam, deixavam lá pelas portas e alguém acolhia, alguma família também, em Trindade, acolhia essas pessoas.

Marco: As famílias, em geral, sabiam a origem dessas pessoas?

Entrevistado 15: Nem sempre, né. Na maioria das vezes, não. Porque era uma forma até de, até, como se diz, assim, de descartar aquela pessoa. Assim, né. Alguns sentiam até vergonha de ter aquelas pessoas na sua família. Então descartavam essas pessoas, abandonavam, deixavam.

Entrevistado 14: [falando em paralelo, fazendo um som entre dentes de negação.] Sabia não, não... Não sabiam.

Pelos mesmos entrevistados, na sequência, além da afirmação de que em cada família havia um “bobo” e da generosidade em acolhê-los, a “explicação” da consanguinidade-causa é referida, associada ao incesto:

Entrevistado 15: Como a [cita o Entrevistado 16] falou, esse histórico de transtorno mental aqui era muito acentuado. Às vezes, nem só nos asilos. Deixavam nas casas das pessoas também, eu sei porque minha família é daqui, e a gente tem essas histórias. Minha mãe, por exemplo, já criou...

Entrevistado 14: [falando em paralelo.] Cada família tinha um.

Entrevistado 15: [seguindo sem interromper.] Cada família... tinha uma pessoa que tinha esse transtorno mental. E não tinha tratamento na época, né. Então, a gente tinha que ir ficando, prá não ficar nas ruas, aqui a gente percebe que o pessoal aqui é muito caridoso, muito solidário. Então eles acomodavam essas pessoas, e ficavam como se fosse da família. Nós tivemos, na nossa família mesmo, Da. [Entrevistado 14], três pessoas que não eram parentes nossos. Mas que morou na casa dos meus avós, com esse problema, então, de transtorno mental, não? Essa, essa questão desse casamento, dentro do próprio núcleo familiar, entre primos, às vezes, até irmãos, não é, a gente encontra, e ter

tido filhos, isso contribuiu demais. Acentuou muito essa questão de ter gerado essas pessoas com esses problemas.

No trecho de conversa a seguir, a atribuição de causalidade à promiscuidade sexual e o explícito relato de um caso de incesto entre irmãos, estão presentes:

Marco: A senhora disse que essa “boba” tem uma filha.

Entrevistado 09: Tem uma filha.

Marco: Como é que era o uso sexual dos “bobos”?

Entrevistado 08: Às vezes até pelos próprios criadores, né.

Entrevistado 09: Não sei assim...

Entrevistado 08: Ou membro da família, porque eu conheci uma família onde hoje é o hospital Brasil Caiado, a senhora lembra, era uma família, era casa da pólvora que chamava, lá em cima do morro. Lá era assim, era irmão com irmã, né, então, talvez também contribuía muito, né, prá que nascessem, né.

Marilucia: É, uma das explicações é essa, né. De casamentos...

Marco: Nessa família, não entendi, havia relação sexual entre o irmão e a irmã?

Entrevistado 08: É, entre família, hum. Porque o irmão até dizia o seguinte, não... a pessoa mexia com ele na rua: eh, tio você heim, é papai de novo. Minha mãe diz prá ela: não pode dormir no chão, pega friagem, aí punha ela na cama cumigo. Era assim que ele falava.

Marilucia: Esse não pode pegar friagem...

Entrevistado 08: Aí qué dizê, botava numa cama só, era uma cama prá ele, ele explicava assim que a mãe dizia que não podia pegá friagem, não podia dormir no chão, como era só uma cama...

Marilucia: Aí...

Neste outro depoimento, o relato de um caso de incesto entre mãe e filho é declarado:

Entrevistado 32: Esse caso é bem forte desse incesto. Tem caso até de mãe com filho, sabe, mãe que teve filho com o filho.

Marilucia: Aqui tem casos?

Entrevistado 31: É, da família dele. Tem até pessoas que tiraram assim do convívio prá não tá acontecendo o que vinha acontecendo.

Entrevistado 31: [diz o nome do “bobo” que vive com a família e faz considerações sobre seu registro civil.]

À ideia de consanguinidade-causa se acrescenta a da origem rural e promíscua desses “bobos” pobres:

Marilucia: Sei. Agora, o senhor tem ideia de, porque nasceu nessa região tanta gente com deficiência?

Entrevistado 19: Acho que é porque naquele tempo quase não tinha remédio, era doença venérea mesmo, foi contaminando, essas coisa. Hoje não, hoje tem mais remédio, mais recurso, mais... Porque, de primeiro, não tinha. A pessoa pegava doença de rua, aí se curava às custa de remédio do mato, essas coisa. Tinha vergonha de í na farmácia, de í no médico.

Marilucia: Quer dizer que então o senhor acha que o nascimento desses deficientes foi por causa das relações sexuais mas, o senhor falou de doença venérea, né?

Entrevistado 19: É, doença venérea.

Marilucia: Mais promíscuo, como é que era? Mais... Como é que é? Mais na rua...

Entrevistado 19: Ah, mas é de rua, porque a pessoa vinha da roça, vinha na cidade, pegava uma prostituta e aí, adquiria uma doença e levava prá casa. Nela gerava uma criança. Aí a criança já nascia deficiente. Isso pelo que a gente vê os de mais idade falá, né.

As “explicações” ligadas à ideia de consanguinidade-causa, acrescidas da imagem de promiscuidade na origem dos “bobos”, foi bem expressa por este entrevistado:

Marilucia: É, tinha “bobo” que tinha filho também, né?

Entrevistado 20: Tinha.

Marilucia: Como era esse negócio? Como surgia isso? Era na família, era na rua...

Entrevistado 20: Ah isso eu num lembro, prá falar prá senhora [silêncio.]. Acho que acontece dos dois lados, né, tanto na família quanto fora. Porque hoje anda acontecendo tanta coisa na família que cê fica até meio... e, realmente, o pessoal aproveita muito da situação. Às vez, tem umas “boba” que é “boba” [riso.], mas é assim bonita, às vez tem o corpo bonito e se dá assim deles aproveitar da situação. Acho que, às vez, acontece muito deles engravidar dentro da família mesmo. Porque hoje a maldade tá em qualquer lugar. Eles num respeita. Hoje é tanto caso de família acuntescendo...

Marilucia: Mas você acha que é só de hoje ou antigamente existia, mas não se falava?

Entrevistado 20: Antigamente existia, existia.

Mesmo quando reconhecem outras causas possíveis para as deficiências mentais dos “bobos”, ainda assim a ideia de relação de parentesco continua associada a elas:

Entrevistado 15: Tá certo. Eu acho que nem todos, nem todos... foram fruto dessa relação incestuosa, dessas situações que acontece, acho que nem todos. Acho que boa parte mesmo, voltando, é transtorno mental mesmo, algum tipo de malformação, que eu não atribuiria também a, a somente a um aspecto. Acho que juntou vários fatores aí que...

Marco: Quais seriam os principais, no seu ver?

Entrevistado 15: Então, os principais seriam essa relação de parentesco.

Há também quem negue qualquer relação entre relacionamentos consanguíneos e a deficiência mental dos “bobos”:

Marco: As pessoas falam muito de que a origem dos “bobos” é ligada a relacionamentos consanguíneos, o que você acha disso?

Entrevistado 24: Pode ser, né, mas eu acho que... Será? Eu não tenho muita certeza, não. Quer dizer, por exemplo, esses “bobos”, quem que pode provar que os pais eram parentes? Como a [fala o nome da “Boba” 02]?

Entrevistado 24: Eu acho que não. Por que se vocês forem, por exemplo, essa [fala o nome da “Boba” 05] que vocês viram, né, os pais não são parentes? Tem uma outra, ela não é muito “boba”, mas é, eu esqueci o nome dela, essa também foi criada por uma parenta minha. Ela também, os pais não eram parentes. Todos esses “bobos” que a gente conheceu aqui, não tem nada a ver. Agora, eu não sei se assim, é, por exemplo, famílias conhecidas [...] não teve “bobo”. Esses “bobos” a gente pegava, eles pegavam era da roça. Todos esses que nós tivemos aqui, que a gente conheceu, foram trazidos da roça, não foram daqui da cidade, não. Por exemplo, tem a da [fala o nome de pessoa da cidade], a [fala o nome da “Boba” 03], a [fala o nome da “Boba” 02], a [fala o nome da “Boba” 01], essas que a gente conhece, essas que estão no asilo. Assim, por exemplo,

família quando casa, assim primo com primo, geralmente dá algum problema, mas não de “bobeira”. Que eu saiba, não.

Outro argumento, como exceção, para desqualificar a consanguinidade como causa das deficiências dos “bobos” está no fator de atração que a existência do Asilo significou:

Marilucia: Muitos não têm nem registro.

Entrevistado 12: Muitos não têm nem registro, mas as famílias daqui jamais alijaram os seus “bobos”. Porque, eu não concordo com isso. Acho que não tem nada a ver com casamento consanguíneo. Eu acho que a quantidade que houve foi em função do fato da cidade ter um hospital de referência e o asilo. Por isso eles vinham prá cá. Porque aqui tinha uma ordem religiosa que se dedicava a essa caridade, que é a mesma ordem que tá lá no asilo. Os vicentinos, o asilo de São Vicente.

Numa postura de maior neutralidade e distanciamento, obtive esta resposta:

Marilucia: Isso é fundamental. Deixa eu te dizer uma coisa, aqui na cidade de Goiás existe uma opinião geral a respeito da etiologia da deficiência dessas pessoas como sendo consanguinidade.

Promotor Público: Ah, existe essa falácia aí. Uma mescla de... A mescla de parentes para se gerar um matrimônio, e não há nenhuma crítica sobre isso.

Os trechos de depoimentos reproduzidos acima nos remetem diretamente às hipóteses levantadas no capítulo 9 quando abordei a existência de uma articulação discursiva em torno da “explicação” e “justificativa” da origem e dos usos que se pode fazer dos “bobos”.

Lá, conjecturei que esta afirmação tão categórica e exclusiva, isolada de outras explicações para a origem das deficiências dos “bobos”, tinha uma função encobridora de conteúdos recalcados.

O relato de Saint Hilarie a respeito dos costumes libertinos vigentes na Cidade de Goiás nos inícios do século XIX é atualizado nestes depoimentos que recolhi no século XXI. Colorem, agora, minhas hipóteses com as cores fortes da realidade.

A banalidade com que é tratada a história de origem dos “bobos” é o primeiro degrau sobre o qual se assenta o modo naturalizado como são tomados: “são assim por que são assim”, não é preciso perguntar por quê.

Além disso, por baixo do discurso de “explicação” de sua origem ou de “justificativa” de sua “adoção”, atravessam conceitos de generosidade, caridade e de condenação de práticas de sexualidade lasciva próprios da moralidade subjacente à cultura conservadora dos vila-boenses.

Fruto desse “pecado”, da “maldade” a que se referiu um dos entrevistados, os “bobos” são considerados prole degradada. São descartados, no entender de outro entrevistado.

De fato, a ideia de consanguinidade-causa não é um conceito biológico: é uma construção cultural. Sua série lógica aponta para a plebe (a parcela pobre da população, não pertencente à oligarquia) implicando na conjunção de consanguinidade e incesto com promiscuidade sexual, implicando sucessivamente em pecado, castigo e o “bobo” como doença:

$$\text{plebe} \rightarrow \left[\begin{array}{c} \text{consanguinidade (incesto)} \\ \text{V} \\ \text{promiscuidade sexual} \end{array} \right] \rightarrow \text{pecado} \rightarrow \text{castigo} \rightarrow \text{"bobo"}$$

Foi sobre estes costumes e os juízos de valor presentes nestes depoimentos que se fundamenta o constructo que apresento no capítulo 7 ¹³². Os “bobos” como fruto de relações sexuais transgressoras, são naturalmente defeituosos, corporificam o “castigo” pelo “pecado” de seus pais.

9.7. A “adoção” e “criação” dos “bobos”: uma invenção da Cidade de Goiás

No contexto da relação entre oligarquia e plebe, surgiu na Cidade de Goiás uma invenção muito peculiar, uma formação de compromisso, carrega-

¹³² Ver “Do não-lugar ao não-tabu” à p.202 e ss.

da de multiplicidade de sentidos. A oligarquia vila-boense instituiu uma modalidade de parentesco que passa ao largo da formalidade da Lei. Trata-se das práticas de “adoção” e “criação” dos “bobos”, já anunciadas em depoimentos transcritos anteriormente.

Neste tópico, pretendo aproximar mais deste tema, evidenciando a forma naturalizada como se deu a inclusão dos “bobos” nas famílias, descrevendo a dinâmica que se operou no interior delas.

O exemplo abaixo mostra o modo quase displicente, sem qualquer formalidade, através do qual as crianças eram entregues:

Marco: E essa questão das crianças serem entregues às famílias, abandonadas na porta, a situação, quer dizer, essa “adoção” dessas crianças, como é que isso...

Entrevistado 08: Geralmente a mãe já morava ali, né?

Entrevistado 09: A mãe não tinha conhecimento, morava em fazenda, que dizê não era nem adoção, chegava lá e deixava...

A seguir, mostra a naturalidade como se levava um “bobo” para viver na família:

Entrevistado 09: Isso, em casa de família. Inclusive eu tenho uma lá no asilo porque eu achei ela em [fala nome de cidade], eu era jovem ainda, era menina, e fiquei assim, achei, tive muita pena dela, a família que criava ela morreu, e ela ficava jogada por lá e tinha uma ôtra que olhava e ia judiá dela e eu cheguei na minha casa e falei: mãe vô buscá essa, e ela: ocê tá doida menina, que que vamo fazê? Nós somos pobre, a casa é pequena. Mas eu falei: mãe pelo menos nós não vamo judiá. Aí uma tia minha falou: então vamo, eu ajudo ocê a olhá. Então levamo ela prá nossa casa, e hoje ela tá no asilo. Por questão que eu casei, casamo todo mundo em casa, e minha mãe não teve mais condição de ficá com ela e depois minha mãe veio a falecê também, minha mãe já tava bem idosa, né. Ela já tá bem idosa, ela é mais velha do que eu.

Este entrevistado faz uma reflexão sobre as consequências da natural ausência de uma identidade, nas suas diversas acepções, para os “bobos” “adotados” pelas famílias:

Marilucia: Claro, eu acho que agora, essas pessoas, quer dizer, são pessoas.

Entrevistado 15: Justamente, são pessoas. Isso. Até então, teve muitos, acho que vários não tinham nem suas identificações. Acolhia ali, não tinha nem identidade.

Marilucia: Recebia um nome que já era dado pela família que acolhia, não é isso? E, ou um apelido, né. Agora esse, dentro dessa ideia do “é assim mesmo”, né, o nome “bobo” até ajudou, né? Por que foram classificados dentro desse, dessa, desse nome, e com isso acalmava, também, talvez, essa necessidade aí de...

Entrevistado 15: É...

Marilucia: Tô pensando aqui junto com vocês essa, essa ideia, né?

Entrevistado 15: Pode ser que sim, acredito que possa ser dessa forma, mesmo. Porque na medida em que você denomina...

Marilucia: Denomina de “bobo”, né?

Entrevistado 15: É um “bobo”. Então, a gente já saberia como lidar com aquele “bobo”, né. Era daquela forma, né.

No diálogo entabulado pelos membros desta família, o ato de “criação” é tratado como rotina, uma certa “praxe” da cidade:

Entrevistado 29: Olha, gente, eu vou falar. A coisa mais normal aqui era criar um “bobo”, excepcional. Coisa normalíssima, não fugia à regra. Normal criar-se um “bobo” na família, desde criança. Desculpe, deficiente.

Entrevistado 27: “Bobo”, não. Uma pessoa pobre. O pai não tinha dinheiro, aí dava para a gente criar.

Marilucia: Pois é, mas em geral essas pessoas, elas já vinham com uma deficiência, né Dona...?

Entrevistado 27: Não, mas tem muita, não. Aquela na casa da [nome de mulher], aquela da casa da [nome e sobrenome de mulher], ela...

Entrevistado 28: Mas ela é deficiente.

Entrevistado 27: É?

Entrevistado 29: É deficiência, tia.

Marilucia: É, tem algum traço de deficiência. Porque parece que as famílias de origem, quando nasciam, não é?

Entrevistado 27: É.

Marilucia: Eles davam. Eu não entendo o motivo.

Entrevistado 29: Davam.

Marilucia: Mas por quê eles davam?

Entrevistado 29: É como eu falei, era praxe. Não sei, dava!

Marilucia: Mas davam o deficiente. Não davam o normal.

Entrevistado 29: Não, davam o deficiente. O normal ficava entre eles.

Marilucia: Exatamente.

Entrevistado 29: O normal ficava. Permanecia com eles. O deficiente já era dado.

Na sequência, relatam como se deu a chegada da “boba” na família:

Marilucia: Talvez se a senhora pudesse nos contar um pouco como é que a “Boba” 06 chegou até a sua casa seria muito importante.

Entrevistado 27: Ela veio para casa com cinco anos de idade.

Entrevistado 29: Sete.

Entrevistado 27: A “Boba” 06. Veio com cinco anos de idade. Ela chegou assim: o padrinho dela era muito amigo de papai. Ele morava lá na Fazenda Nova. Então, falou para papai assim: Olha, Seu [apelido do pai do Entrevistado 27], o senhor fica com essa menina aqui. Eu vou deixar ela com você, que eu vou fazer tratamento lá em Goiânia. Eu estou tendo problema no coração, vou lá em Goiânia. Ela fica com o senhor. E ele foi prá lá, chegou lá, ele morreu, morreu do coração. Então papai ficou com a “Boba” 06 a... mamãe ficou com “Boba” 06 aqui em casa. [inaudível.]

Na entrevista abaixo, há mais detalhes da dinâmica da “adoção” praticada na cidade:

Marco: Por que as famílias daqui criaram os “bobos”?

Entrevistado 19: Porque é o seguinte: a pessoa às vezes, ele tinha a criança, pessoa mais humilde, poder aquisitivo menor, e não tinha como zelá. Aí doava, dava a criança prá uma pessoa prá cuidá. Naquele tempo tinha muito isso, hoje não. Naquele tempo, a muié criava era 10 filhos, 15 filhos. Hoje não passa de 2, 3.

Marilucia: E a troca, então, era criar o “bobo” e esse “bobo” prestar...

Entrevistado 19: Inclusive meu [parente] mesmo criou um “bobo” lá. Ainda tá vivo até hoje. Eu tenho 36 ano na família, e ele é igual à [“Boba” 02]. Eu acho que é até meio parentado, sei lá. Então ele entendi tudim o que a gente fala, a gente entendi o que ele fala.

O entrevistado 20 ilustra também o costume da adoção:

Marilucia: Como é que estes “bobos” chegavam até às famílias?

Entrevistado 20: Uai, eles chegavam e às vez por indicação de alguém que vivia aqui, às vez fora, às vez fica mais difícil cuidá. A cidade é grande, traziam eles prá cá, e as pessoas cuidavam mesmo entendeu? O pessoal daqui...

Marilucia: Quer dizer: eles vinham de Goiânia prá cá e da roça prá cá.

Entrevistado 20: É.

Neste exemplo, a identificação da criança “adotada” como “boba” ocorreu ainda na creche:

Marilucia: E a família, quando ela foi pega na creche, ela já mostrava ainda bebezinha, algum sinal de deficiência ou não?

Entrevistado 25: Já, ela era... Cê olhando aquela foto ali, da primeira comunhão, cê vê que ela era deficiente.

Marilucia: Quer dizer que quando, quando essa senhora foi na creche em Goiânia e pegou ela, já sabia?

Entrevistado 25: Já sabia.

Marilucia: Já sabia?

Entrevistado 25: Já sabia. Ela não era muito bebezinha, não, ela era maiorzinha. Mas já sabia.

Marilucia: E da família dela, da mãe, ninguém tem notícia?

Entrevistado 25: Não tem notícia de ninguém, não sabemos se tem irmão, se tem parente nenhum.

Marilucia: Não sabe nada dela?

Entrevistado 25: Nada, nada...

Marilucia: Da história dela, né?

Entrevistado 25: Nem registro ela não tinha. Ela foi registrada depois que a tia [nome da irmã da matriarca da família] passou ela prá cá.

Marilucia: Aí já com a Da. [nome da matriarca da família] que ela foi registrada?

Entrevistado 25: Foi.

Marilucia: E esse nome [nome da “Boba” 03] quem foi que deu prá ela?

Entrevistado 25: Ela já veio com ele, [fala o nome completo, com sobrenome, da “Boba” 03]. [dirigindo-se à [nome da “Boba” 03].] Como que sua mãe chamava, [nome da “Boba” 03]?

Já os membros desta família entrevistada eram mais precisos na indicação dos traços de identificação dos “bobos”:

Marco: E como é que identificava que era deficiente tão rápido?

Entrevistado 29: Pelos hábitos, pelo comportamento, pelo linguajar, pela fala, pela cultura, pela... tudo, indicava tudo.

Marilucia: Agora...

Entrevistado 29: Havia o jeito de andar...

Entrevistado 28: Mas eles só davam quando tinha sinal, quando tinha algum sinal.

Marilucia: De deficiência.

Entrevistado 28: Eu acho que nunca chegou um recém-nascido sem saber se já era deficiente. Eu tenho um pensamento que não, né? Porque na maioria das vezes eles já chegavam deficientes.

Outro, ilustra a ambiguidade desse pertencimento do “bobo” dentro de sua família:

Marilucia: Era como da família?

Entrevistado 02: Era. Naturalmente ele não tinha as mesmas condições que os outros membros da família, não é? [trecho inaudível.] Meu irmão, por exemplo, o mais velho, a família dele herdou, ficou com ele, depois, um desses, foi criado como um... filho. Inclusive registrado como filho deles. O meu irmão também, nesse caso, ele se casou com uma parente de segundo grau. É... então a família dela criou um desses que era deficiente, aí registrou como filho. Nasceu e cresceu como irmão, foi adotado e... morreu agora há pouco tempo. Foi criado em casa como uma pessoa normal, quer dizer, alguém da família.

Em outro momento de seu depoimento, introduz a ideia de “criação”:

Entrevistado 02: É, aqui o pessoal chama mais de criado.

Marilucia: Criado?

Entrevistado 02: [trecho inaudível.] Criado.

Marilucia: Criado é o indivíduo que foi criado, não é?

Entrevistado 02: Que foi criado na família. [...] [trecho inaudível.] Não faz uma diferenciação [trecho inaudível.], né?

A desinformação era recorrente:

Entrevistado 09: Tem, tem. Inclusive na casa da minha avó teve um que, a minha avó paterna, qué dizê eu também conheci, ela já tava velha assim. Ela tava lá quando a gente já nasceu. Eu não sei daonde que ela veio, mas eu sei que a minha avó criô, dentro da casa da minha avó ela teve um filho, uma filha que não sei também de quem, a filha inclusive nasceu normal.

Esse modo informal de recolher crianças deficientes e levá-las para conviver com as famílias em troca de prestação de serviços se dá às margens de qualquer enquadramento legal, deixando sequelas, como, por exemplo, a dificuldade de reunir elementos para obter certidão de nascimento, carteira de identidade, de trabalho e outros benefícios sociais:

Marco: Prestava serviço, não recebeu salário... Como é que fica esse quadro?

Promotor Público: [...] quanto também a essas histórias em relação a pessoas que nasceram com problemas, que foram criadas dentro do seio familiar, sabia que tinham o vínculo de parentesco, mas não foram reconhecidos, e eram tratados como empregados. Essas histórias existem, sem sombra de dúvida eu não vou negar aqui o conhecimento de algumas histórias neste sentido. Mas ao mesmo tempo a busca pela identificação das famílias hoje, com base na ausência de dados, porque são administrações passando registros e mais registros e mais registros. E nem sempre a confiabilidade dos dados ou a existência dos dados facilita o trabalho do Ministério Público. Quando eu cheguei aqui, em 2006, pessoas nem registradas estavam e quando você tenta resgatar o mínimo de prova documental para dizer que nasceu, em tese, no ano tal, provavelmente deva ter tantos anos, em tese, deva ter nascido no local tal. Para evitar que se talvez existam outros registros e não fiquem ali duas situações em aberto, isso é quase que encontrar uma agulha no palheiro.

Tais práticas de “adoção” e “criação” dos “bobos” na Cidade de Goiás levaram a uma situação, no mínimo, curiosa. Ressalvados alguns casos que serão relatados mais adiante, há um limbo em que foram enquistados, como afirmei anteriormente: um não-lugar, no qual as próprias condições elementares de identificação estão ausentes, impedindo-os de aspirar a categoria de cidadãos.

Situações, diria, anômicas, em que a displicência, o descaso, remetem uma população de deficientes mentais à condição de não-humanos. Suas existências se desenrolam num ambiente à margem da Lei, num campo onde não há interdições estabelecidas.

São esses os fatos que me levaram a incluir, no constructo a que já me referi acima, a ideia do avesso do tabu e do avesso do *mana*: os “bobos” foram relegados a um completo vazio.

9.8. A cadeia dominial dos “bobos” nas famílias

Os “bobos” que encontrei na Cidade de Goiás vivendo com famílias eram pessoas com idade acima de 60 anos. Um fato relevante, comum a todos eles, é o de sua longa permanência junto a elas.

Desde o momento em que foram recolhidos, estabeleceu-se com eles uma relação de continuidade no vínculo com o grupo familiar, atravessando sucessivas gerações.

Nos depoimentos obtidos, essa longa vinculação dos “bobos” com as famílias é relatada com muito orgulho. De um lado, percebe-se, há a expressão de fidelidade a um mandato patriarcal, de cumprir com a palavra assumida perante a tradição. De outro, há manifestações de carinho, em relação a estas pessoas pois, afinal, foram por elas cuidados desde crianças.

O curioso é que encontrei na fala popular uma espécie de cadeia domi-
nial que identifica o “bobo” como pertencente a alguém, geralmente a
matriarca de alguma família oligárquica: o “bobo” da fulana, a “boba” da
ciclana.

Os exemplos abaixo são ilustrativos destes costumes.

Neste relato, com a morte da matriarca, a “boba” passou a ser cuidada,
sucessivamente, pelas duas filhas:

Marilucia: Agora, e porque que a senhora que, que... quando sua mãe morreu... A senhora se
prontificou, então, a que ela ficasse com a senhora? Como foi a passagem da casa da
sua mãe para a sua casa?

Entrevistado 27: Mamãe morreu, nós ficamos três ainda. Nós ficamos duas, porque uma morreu
primeiro que mamãe. Ficou eu e [nome da irmã]. [nome da irmã] morreu... Ela ficava
aqui, e eu ficava em Goiânia prá, com os menino que estava estudando lá. E “Boba” 06
ficou com [nome da irmã] aqui. Depois, [nome da irmã] morreu, eu vim para cá ficar, e
“Boba” 06 continuou conosco. Ela nunca quis esse negócio de namoro, essas coisas
não.

Fazendo comentários sobre uma foto, o Entrevistado 25 apontava a
sequência de pessoas da família com as quais, em diferentes épocas, a “Boba”
03 havia vivido:

Marilucia: [Entrevistado 25 volta com o retrato.] Espera aí, deixa eu só entender, a “Boba” 03
então...

Entrevistado 25: Morava com essas duas tias.

Marilucia: Com essas duas, e que depois...

Entrevistado 25: É. Aí depois que a tia [nome de mulher] ficou doente, essa veio morar aqui,
também faleceu aqui, e a “Boba” 03 ficou também. Essa aqui chamava [nome de
mulher] ficou aqui...

Marilucia: Filhas dele?

Entrevistado 25: Irmãs dele.

Marilucia: Ah, irmãs dele, tá. E o que elas eram da [nome da matriarca]?

Entrevistado 25: Tia.

Entrevistado 25: Era tia, essa aqui, como eu falei procê, era tia e mãe, porque ele ficou viúvo a
[apelido da matriarca] tinha oito meses. Aí ela criou as duas.

Marilucia: Então, a “Boba” 03 veio primeiro prá casa dessa aqui?

Entrevistado 25: É.

Marilucia: Da primeira, depois a “Boba” 03 veio prá essa casa?

Entrevistado 25: Não, essa que veio, essa daqui veio prá cá.

Marilucia: Qual o nome dessa aqui?

Entrevistado 25: [nome de mulher]. Aí quando essa irmã morreu, ela veio prá cá também.

Marilucia: Ah, tá.

Entrevistado 25: Aí ficaram tudo aqui.

Marilucia: E veio junto com a “Boba” 03?

Entrevistado 25: Foi.

Marilucia: Quer dizer, a “Boba” 03 só veio prá casa da [nome da matriarca] porque ela morreu?

Entrevistado 25: Foi.

Marilucia: Ah, foi esse o motivo, então?

Entrevistado 25: Foi.

Entrevistado 25: Os antigo eram bonito, né? Até os cabelo...

Uma pessoa da terceira geração desta mesma família, relembra este tra-
jeto da “Boba” 03 do seguinte modo:

Marilucia: [...] da [nome de uma outra “boba” da família], né. Você conviveu com eles na sua infância, como foi?

Entrevistado 26: Convivi. [“Boba” 03], ela foi criada pela irmã de meu bisavô. Ela veio prá cá morar com a minha avó, quando eles foram morrendo, né [“Boba” 03]? Morreu tia [apelido da tia], tia [outro apelido], [mais um apelido], né. Aí ela veio prá cá. Mas, mesmo quando ela morava lá, ela passava os domingos aqui, brincava com a gente de “chicotinho queimado”, de fazer “cozinhadinho”, essas coisas de..., né. E o [nome de outro “bobo” da família] também, ele era muito engraçadinho. Eu lembro que todas as férias, a gente ia prá fazenda, ia a família toda. E minino já viu como é que é, né, com aquela mania de pegar gimba de cigarro prá fumar. Aí, eu lembro que um dia eu tava fumando lá atrás, papai me pega no flagra e vai me bater com cinturão, sabe. Ele entra na frente, era aquele amor, aquele carinho mesmo que tinha como se fosse uma pessoa bem próxima, tivesse laços realmente, né, porque prá...

Neste outro relato a respeito desta adoção, diz que a “Boba” 03 deno-
mina a família de “meus parente”:

Marilucia: Agora, quando a [digo o nome da “Boba” 03] chegou, os pais da [repite o nome da “Boba” 03]... Você tem conhecimento quem eram?

Entrevistado 25: A mãe dela parece que era de Goiânia. Ela nasceu em Goiânia e veio de lá com a tia [nome de mulher].

Marilucia: Ah, sei. E ela foi doada por que motivo, você sabe?

Entrevistado 25: A mãe parece que deixou numa creche, aí tia [nome de mulher] pegou.

Marilucia: Pegou na creche?

Entrevistado 25: É. Pegou e ficou sendo daqui da família. Tanto que ela chama os [sobrenome de família oligáquica] tudo de “meus parente”. Outro dia chegaram aqui duas [sobrenome de família oligáquica] que tavam morando fora, já faz tempo que eu não via. Eu tava lá no quintal. Foram chegando e entrando, chamando. Eu olhei assim e falei: meu Deus, quem é? Na mesma hora ela falou o nome delas: Ah, meus parentes! Era [nome de mulher] com a mãe.

Neste outro depoimento, a entrevistada é a terceira na linha sucessória
de cuidados:

Entrevistado 23: [...] Ela era meio pancadinha. E meus pais morreram. Aí perguntei: com que cê qué ficá? Ela falô assim: quero ficá com você. Nós somos seis e ela ficô comigo. Aí ela teve um AVC e eu continuei olhando ela, né. Porque eu tinha, né? E ela ficô aqui comigo. Não tinha coragi de pô em asilo em parti nenhuma, né? Porque quando eu nasci já tinha ela aqui, né. Ela era babá nossa, era babá de brincá, não era de ficá assim cuidando. Ela tem 86 anos.

Este outro entrevistado resume bem a ideia de sucessão hereditária:

Entrevistado 28: Como se fosse uma herança. Ficou da mãe dela ficou com as três... Foi morrendo e ficou... Foi ficando de herança, né?

Em um caso, esta sucessão hereditária incluiu a reserva de usufruto de um imóvel para o abrigo de uma “boba”:

Entrevistado 22: [fala o nome do Entrevistado 25], [repete o nome do Entrevistado 25] até hoje óia ela. E eles tão na casa lá, a casa ficô. Eles fizeram o inventário lá e passou o que tinha do meu pai, dividiu prá nós e a casa nós demo prá [nome de sua irmã]. [repete o nome de sua irmã] então ficô na casa. Aí [nome de sua irmã], antes de morrê, passô a casa prá sobrinha dela, né? É, passô e pôs assim prá [fala o nome do Entrevistado 25], e [nome de mulher]. Aí passô a casa pras duas, e assim, e [fala o nome do Entrevistado 25] prá morá lá enquanto elas fosse viva, a casa era dela. E quando ela morresse a casa ficava com a fia da [nome de mulher].

O vínculo das pessoas com os “bobos” idosos é carregado de afetividade. Referem-se a eles com carinho e com emoção:

Marco: E prá você, o que é que caracteriza o “bobo”? O que diferencia o “bobo” dos outros deficientes?

Entrevistado 13: Que pergunta heim? [se emociona, engasga com o sorvete.] Tem várias histórias, várias formas, né. Uns falam de uma forma, o sentimento é igual, mas o raciocínio é diferente. Tem um tempo de raciocínio que é outra história. Isso eu acho que é a diferença: do tempo de raciocínio, porque a afetividade é a mesma.

Entrevistado 12: Eu falei isso: a afetividade sempre é...

Entrevistado 13: A [nome de uma ‘boba’], por exemplo, eu comia, porque ela fazia capitão, me dava na boca. Ela era muito carinhosa quando criança, por exemplo, dava banho, essas coisas.

Marilucia: Quer dizer, essa afetividade é uma característica, né?

Entrevistado 13: É. Ela pode ser tanto do ódio quanto do amor, né.

Os dois depoimentos que se seguem são exemplos claros da próxima relação que os “bobos” mantinham com as crianças das famílias.

Comecemos com o relato da atual matriarca da família:

Entrevistado 27: Tinha. Mas ela que criou as meninas. Ela que criou, ela era pajem das meninas. As meninas estão com 54.

Entrevistado 29: [junto com Entrevistado 27.] E criou os meninos, e criou os filhos dos meninos, dos meus sobrinhos.

Entrevistado 27: Ela veio para cá, as meninas tinham vindo para cá, uma com 1 ano e ela com seis dias.

Entrevistado 27: “Boba” 06 ajudou a criar. Mas ela, cozinha, essas coisas, ela nunca pois a mão. Ela...

Entrevistado 27: Só tomava conta das meninas.

Marilucia: ... Das crianças.

Entrevistado 27: Brincar com menino, isso ela fazia. Depois ela foi para o colégio. Chegou lá, a freira falou para a mamãe: a senhora está perdendo tempo com ela, porque ela não...

O jovem sobrinho, na casa dos seus 30 anos, também declara:

Entrevistado 28: Quando eu nasci, ela... ela foi... inclusive ela ajudou a criar a gente, não é, tia?

Entrevistado 27: Foi, criou... ajudou a criar os meninos aí, foi ela que ajudou a criar...

Entrevistado 28: Como babá, como tudo aí...

Nesta fala o entrevistado realça o brincar junto, como se tratasse de um membro da família:

Marilucia: Quer dizer, ela sempre ficou junto ou ela cuidava também assim?

Entrevistado 25: Não, ela nunca...

Marilucia: Vigia as crianças... ?

Entrevistado 25: Brincava junto. Não era de cuidar, não. Era de brincar junto.

Marilucia: Certo.

Entrevistado 25: Ela era, como se fosse, mais uma filha da casa, entendeu?

Marilucia: Entendi.

A referência que é feita à convivência familiar com os “bobos” inclui sempre comentários sobre seu comportamento carinhoso:

Entrevistado 14: São carinhosos, eles são carinhosos. Abraçam, sabe, pega na mão. E os que... o que não consegue falar, faz assim, né [simula um gesto.], gestos, e transmite uma ideia.

Como se pode ver, os “bobos” que sobreviveram e permaneceram nas famílias, foram passados de geração em geração, como se fossem uma herança. Neste costume convivem, simultaneamente, as ideias de responsabilidade e de propriedade sobre eles, e esta transferência entre gerações assume a fisionomia de uma cadeia dominial, uma prova mais do que trintenária de propriedade: um usufruto perpétuo.

Pelo fato de os “bobos” terem sido companheiros de folguedos infantis dos hoje mais idosos das famílias oligárquicas, ou de se terem dedicado, em muitos casos, ao cuidado de seus filhos e netos, os herdeiros atuais mantêm com eles uma forte ligação afetiva.

9.9. O bom trato dos “bobos” nas famílias

Durante o trabalho de campo, recolhi relatos de várias famílias sobre os cuidados dispensados a alguns “bobos” que com elas mantêm esta forte ligação afetiva e pelos quais manifestam grande estima.

Isto se traduz em gestos concretos de proteção, dada sua condição de idosos.

Vejamos alguns depoimentos a esse respeito.

O diálogo com esta família se refere ao tratamento do câncer de mama da “Boba” 06 em Goiânia. Esta família obteve para a “boba” a aposentadoria e manteve um seguro saúde que vem sendo utilizado neste momento:

Marilucia: Sessenta e um. E ela está com câncer em que órgão?

Entrevistado 27: Com câncer na... na... na mama.

Marilucia: Na mama.

Entrevistado 27: Ela escondeu de nós. O caroço já estava com seis centímetros quando descobrimos. Ela trabalha... está no... eu... eu pago [nome da companhia de seguro de saúde] para ela, ela tá fazendo tudo por [nome da companhia de seguro de saúde].

Entrevistado 28: Na verdade, até pela falta de... de esclarecimento, conhecimento dela, parece que ela...

Marilucia: Ela não sabe...

Entrevistado 28: Não sabe o quê que é.

Marilucia: É...

Entrevistado 27: Ela não sabe o quê ela tem, não.

Entrevistado 28: Até descobrir, ela estava sentindo... sentia, às vezes sentia dor... Não sei se ela achava que era coisa normal...

[...]

Entrevistado 29: Ela ignora.

Entrevistado 27: Nós falamos para ela é que um tumor... O médico falou. Eu falei: não fala não, porque depois é uma pessoa que fica sofrendo, né. Aí ele falou para ela: a senhora está com um tumor, está com um caroço, e nós vamos... a senhora vai tomar essa vacina para a senhora melhorar, aí depois nós fazemos a operação. Aí ela está com isto.

Entrevistado 29: Ela tá iludida sabe?

Entrevistado 27: Eu tenho dó dela porque ela, vem e ela fala para mim: Da. [Entrevistado 27], eu tenho câncer? Eu falo: não tem não, quem falou para você que você tem câncer? Porque a gente fica com dó, fica com dó.

Entrevistado 29: Ela está desconfiada, ela está muito desconfiada, muito desconfiada.

Entrevistado 28: Ela já tem a noção de que seja câncer.

Entrevistado 29: Ela já tem noção.

Entrevistado 28: Também não é aos extremos, não.

[...]

Entrevistado 27: O trabalho que ela tá dando prá nós agora... Se eu não tivesse feito prá ela o [nome da companhia de seguro de saúde]? Como é que ia ser? Tudo pago.

A responsável pela “Boba” 02 também comenta seu estado de saúde:

Entrevistado 24: Ela tem um problema na coluna, tá tortinha.

Marilucia: Tudo bem, [nome da “Boba” 02], como você está? Tá boa? Muito bem, você acordou agora?

Entrevistado 24: Ela não entende.

Marilucia: Tá levantando, né? Tava dormindo? [“Boba” 02 faz muitos gestos.]

Entrevistado 24: Ela tá se desculpando porque levantou tarde, tá com dor nas costas, ela tem um problema de coluna, de vez em quando ela tem problema cardíaco também, mal de Chagas, ela tem uns remédios.

Marilucia: Ah, ela tem mal de Chagas também?

Entrevistado 24: Tem, ela já tem vários problemas. Por exemplo, dentes, a gente não teve coragem de deixar mexer nos dentes por causa da anestesia, né? A gente tem medo.

A preocupação pela documentação também faz parte dos cuidados desta família:

Marilucia: Quer dizer, quando ela chega na casa do seu tio, ela tinha registro de nascimento?

Entrevistado 24: Nada, nada. Tanto que nós fizemos aqui em Goiás o registro dela, fizemos uma carteira de identidade prá ela. Mas tudo assim, baseado... Por exemplo, a idade: ah, ela deve ter tanto. Então registramos como nascendo em 1923, 24, uma coisa assim. Então fizemos a identidade dela. Mas tudo sem, assim, baseado em... Assim: será que ela tem tanto de idade? Ah, deve ter tanto. Qual será o sobrenome dela? Então nós pusemos ["Boba" 02] de Jesus. Então foi tudo assim, nós é que...

Marilucia: Filiação, nada disso tem?

Entrevistado 24: Nada, nada, nada, nada.

A responsável pelos cuidados da "Boba" 03 não permite que ela trabalhe, nem mesmo nos pequenos afazeres domésticos:

Marilucia: Quer dizer, a "Boba" 03 te ajuda, então, em algumas coisas?

Entrevistado 25: Ela, muito pouco. Eu não deixo também, eu fico com dó. Eu tenho uma pessoa que ajuda, foi embora agora mesmo. Então, ela é mais: vamo ali no...

Refere, com orgulho, que obteve documentação completa para a "Boba" 03, que ela é eleitora e tem previdência social:

Marilucia: Ela vota?

Entrevistado 25: Vota.

Marilucia: Ela tem título de eleitor?

Entrevistado 25: Tem título de eleitor, identidade, tem CPF, tem tudo. Escolhe os candidatos: esse eu não quero, não, eu quero é esse!

Marilucia: E do ponto de vista da saúde da "Boba" 03, ela é uma pessoa saudável?

Entrevistado 25: Saudável. Ela tem, ela tem carteirinha do IPASGO, tem tudo. Eu sempre levo no médico, não tem nada, não. Tranquila.

Mais adiante, informa que o provento de uma pensão é disponibilizado totalmente para ela:

Marilucia: A "Boba" 03 também tem aposentadoria?

Entrevistado 25: Tem, tem. O dinheiro dela é prá comprar o que ela quer. O que ela pede prá comprar, eu vou e compro. Toda a vida foi assim. Antes não tinha, né. Eu arrumei aposentadoria prá ela depois que o povo morreu. Mas antes ela tinha de tudo também. Era só pedir e ganhar.

Marco: E como é que você arrumou a aposentadoria prá ela?

Entrevistado 25: Eu requeri primeiro no INSS, porque eu tinha arrumado a curatela dela, [mostra uma foto.] ó a [apelido da matriarca] aqui que era enfermeira. Aí, quando eu entrei no INSS com a curatela prá ela, veio negando, que ela não era parente sanguínea. Aí eu arrumei essa aposentadoria. Não é uma aposentadoria, é uma pensão, né, que dá prá deficiente. Essa aqui, foi agora, tem uns 15 dias mais ou menos, chegou a carta prá gente ir lá assinar mesmo a desistência da outra, que era a pensão da [nome de mulher]. A [nome de mulher] era a enfermeira. Então, a pensão era bem melhor, né, a aposentadoria. Mas não conseguiu, não.

Marilucia: Quer dizer que a “Boba” 03 recebia essa pensão?

Entrevistado 25: Ela não chegou a receber. Eu requeri, mas não consegui, não.

Marilucia: Ah, entendi.

Entrevistado 25: Aí um minino, um funcionário lá do INSS mesmo falou prá mim: olha, você não vai conseguir. Você vai ficar cinco, seis anos aí e vai vim negativo. Requer a outra que você consegue em menos de um mês. Aí eu mandei um retrato deles, desse álbum aí, prá um médico que é amigo da filha da [Entrevistado 14] e ele mandou um atestado prá mim. Aí eu levei ela lá e consegui.

Marilucia: Que atestava o quê? Que ela...

Entrevistado 25: Que ela não era normal. Aí consegui. Como ela, tem muitos assim, né. Aí, a da [Entrevistado 23] também conseguiu desse jeito. Só que a aposentadoria da [Entrevistado 23] não dá, que só as duas enfermeiras que ela paga de dia são dois salários mínimos, mais a noturna, tem uma que posa. Ajuda só.

As famílias que visitei me mostraram muitas fotos, e os retratos de seus “bobos” estavam também em porta-retratos junto a outros da família. No trecho de entrevista a seguir, além do retrato, vê-se também a preocupação com a obtenção de documentos para o “bobo” idoso que vive com eles:

Entrevistado 30: Mostra um retratinho dele.

Entrevistado 32: [...] Já sabemos tudo. Mas ele é considerado uma pessoa da família mesmo, de muita estima. Eu sempre falo prá mamãe, no dia em que ele, que ele já tá bem idoso...

Marilucia: Qual é a idade dele agora?

Entrevistado 32: Setenta e... seis?

Entrevistado 31: Ele não tinha registro nem nada, aí...

Entrevistado 32: Nós fizemos uma estimativa.

Entrevistado 31: Estimamos mais ou menos a idade dele em setenta... Não, oitenta. Esse ano ele tá fazendo, vai fazer oitenta anos de acordo com o registro, no dia 4 de outubro. Prá aproximar de acordo com um registro de uma irmã, porque ele veio de uma família assim, que é casamento de irmãos com irmãos, né... E aí ele nasceu com essa deficiência.

Visitei também uma família cuja “boba” teve um acidente vascular cerebral e encontra-se há anos acamada, assistida continuamente por auxiliares de enfermagem. O acompanhamento de seu estado de saúde é minucioso:

Entrevistado 23: A gente sempre faz um checkup. Os exame dela de colesterol, tudo bom. Tudo bom. O intestino dela é bom, ela não tem gripe, ela não tem gripe! Eu fico impressionada! Ela tem, o intestino é bom, o rim, tudo funciona bem sabe.

Outra característica da relação das famílias com seus “bobos” é a de presentear-los com pequenos objetos de seu agrado:

Entrevistado 15: E era fácil assim, de, de, de... A minha tia criou uma pessoa assim. A gente chamava ela de tia [nome da “boba”], a pessoa que morava na casa da minha tia, né, ela era uma “boba”, vamos dizer assim. Então, toda vez que a gente vinha de Goiânia prá cá, o quê que tinha que trazer prá ela, porque ela tinha o cabelo grande?

Entrevistado 14: Um colar.

Entrevistado 15: Prá ela, uma fita de pôr no cabelo [faz o gesto mostrando a fita no cabelo.]. Então todo mundo trazia. Às vezes, a gente criança, às vezes a gente trazia um pedaço

de pano, ela ficava satisfeita e abraçava a gente, ao menos, que não... , abraçava. Então...

Entrevistado 14: Qualquer coisa agradava.

Entrevistado 15: E ela tinha uma malinha, assim, tinha, cheia de fitas de cabelo. Então, qual presente que você quer tia [nome da “boba”]? Fita, falava assim, fita, que era prá colocar no cabelo. E todos... Trocava aquela fita do cabelo várias vezes por dia, era um tipo de fita que colocava no cabelo. Então a gente percebia assim que, eles também se sentiam, assim, muito acolhidos, muito acolhidos. É claro, deve ter algumas residências que, realmente, escravizavam essas pessoas, tenho certeza disso. Mas outros se sentiam muito bem acolhidos, né, porque vê a necessidade, se deixar... não poderia deixar na rua.

Neste outro exemplo, vemos a mesma preocupação:

Entrevistado 12: [...] eu me lembro desde pequena aqui em Goiás de conviver nas casas de todos os parentes e tal, que tinham seus “bobos”, e eles eram, eles ganhavam fantasia da época de carnaval na época, faziam festa de aniversário, eu tinha vários parentes aqui, tios que tinham seus “bobos” e que tinha festa de aniversário e a gente levava... Eles adoravam sabonete. Eu lembro, a gente quando era pequena, levava as caixinhas de sabonete a da espanholinha desenhada... sabe assim, tinha cuidado e tal, mas ninguém acolhia o “bobo” prá sentar na sala. Era empregado, trabalhava.

Houve, nestas famílias, a tentativa de encaminhar seus “bobos” para o ensino formal. No entanto, os relatos que obtive falam de fracasso escolar:

Marilucia: A “Boba” 03 chegou aqui a frequentar alguma escola, alguma coisa ou não?

Entrevistado 25: Frequentou, mas só que ela não aprendeu nada, não. Ela frequentava aqui o Colégio Santana. Aí... [dirigindo-se à “Boba” 03.] Como que chama a irmã que falou prá você que você podia sair da escola? Aí, ela chegou aqui um dia falando que a irmã lá, falou o nome da irmã, falou que ela já tinha formado, não precisava ir prá escola mais não. Não conseguiu aprender não. Aí eu falei: então, tá bom, não precisa ir prá escola mais não. Isso faz muitos anos já.

[...]

Entrevistado 25: É, a única coisa anormal dela foi a aprendizagem, que esse aí não deu mesmo. E era aqui no colégio das freira, não adiantou. Tinha o uniformezinho, tudo igual dos outro, mas não teve jeito!

Outra família, apesar de ter colocado a “Boba” 06 em dez escolas diferentes, afirma que nem discar o número no telefone conseguiu aprender:

Entrevistado 27: Mas ela é atacada. Mamãe pôs ela no colégio [trecho inaudível.], para estudar. Aí a freira falou: Da. [mãe da Entrevistado 27], não vale a pena, a senhora está pagando, pagando prá “Boba” 06, ela, não assimila tudo, quase nada”. Até telefone, ela não sabe tocar.

[...]

Entrevistado 29: Não assimila, né. O QI dela não dava prá aprendizado. Tinha muita dificuldade de assimilar as vogais...

Comentando este caso com o Médico, relacionou o caso com outra “boba” de sua família e me deu a seguinte opinião:

Marco: Nós entrevistamos uma “boba” que passou por dez escolas.

Médico: Pois é, não rompe, vamos dizer o termo goiano, não rompia. Não ia prá frente, não adiantava, era aquilo que ela aprendia. Logo, logo cê perguntava no dia seguinte, não adiantava, ela não tinha essa capacidade de mentalizar as coisas.

Neste trecho de entrevista, a questão da aprendizagem é também abordada:

Entrevistado 04: É. A gente a tinha como pessoa da família, e eu conheço da minha bisavó, [fala o nome da matriarca da família], ela criou pessoas de QI C e D. Eu era criança, mais moleque. Mas o QI era bem baixo, cê tá entendendo? Era prá esse tipo de afazeres que nós acabamos de citar. Não passava disso, cê tá entendendo? Agora eu acho que faltava também um pouco de esforço da escola de, as meninas, as moças prendadas entre aspas, na época, procurava ensinar a escrever e tal, mas num desenvolvia.

A mesma sensação de inutilidade é passada por este entrevistado:

Marco: Ele chegou a ir prá escola?

Entrevistado 19: Não. Num tem istudo nenhum. Num tem iscola prá esse tipu de coisa.

A deficiência mental dos “bobos” se diferencia, em muito, de outras patologias, como neste exemplo:

Marco: Agora, era só uma deficiência auditiva que levava à mudez e que era confundida com deficiência mental, ou era deficiência mental associada a...

Entrevistado 02: É, não, exatamente. Nesse caso, por exemplo, meus primos [trecho inaudível.] foram surdos-mudos só. Como eles tiveram um processo de educação normal, né, escola inclusive... A moça fica... ela era uma das melhores... quando começou o computador [trecho inaudível.] brasileira, ela era a melhor em computação lá na região, mesmo porque não tendo problemas externos de audição, ela facilmente pegou a computação e [trecho inaudível.]. Agora o que acontece aqui bastante também é realmente a deficiência [trecho inaudível.] aí a gente não tem a experiência de quais sejam as causas. Dizem, provavelmente, que além de ser também, é o próprio ambiente, né, um susto da mãe [trecho inaudível.] acho que é mais por aí, um problema psicológico da mãe dentro da gestação. [trecho inaudível.]

A geração atual das famílias oligárquicas da Cidade de Goiás manifesta evidente orgulho pelo tratamento que dispensa a seus “bobos” que, hoje, sem exceção, encontram-se bem envelhecidos.

Este comportamento, como veremos em outra parte deste trabalho, não pode ser generalizado: muitas famílias “devolvem” ao asilo seus “bobos” idosos.

9.10. O funeral dos “bobos”

As ambivalentes famílias oligárquicas, por ocasião do último adeus a seus “bobos”, encerram com pompa os bons tratos que lhes dispensaram nos derradeiros anos de suas vidas.

Pelos relatos que se seguem, depreende-se o alto significado que atribuem ao fato de sepultarem seus “bobos” em jazigos da família.

As declarações a este respeito são revestidas de muito orgulho, conferindo-se a este gesto o caráter de homenagem ao “bobo”, sugerindo a sacralização do vínculo do morto com a família, para exorcizá-la de toda e qualquer crítica.

Neste relato, o vínculo entre o “bobo” e a matriarca da família é apresentado como transcendente à própria morte de ambos:

Marilucia: A [nome de uma das “bobas” da família] e o [apelido do “bobo” da família] morreram depois do seu [nome do patriarca da família] e da Da. [nome da matriarca da família], ou morreram antes?

Entrevistado 25: Foi, é... A [nome de uma das “bobas” da família] morreu antes uns dias, no mesmo ano, 1986. Morreu ela e [nome da matriarca da família], a Da. [nome da matriarca da família]. Em 1987 morreu o [nome do patriarca da família].

Marilucia: E o [apelido do “bobo” da família]?

Entrevistado 25: [apelido do “bobo” da família] morreu no mesmo ano dela, ela ainda falava assim: quando eu morrer, eu vou pegar em você prá você me levar pro céu, porque você é um anjo. Eles morreram no mesmo ano.

Marilucia: A [nome de uma das “bobas” da família] falou pro [apelido do “bobo” da família]?

Entrevistado 25: Não, a [nome da matriarca da família] pro [apelido do “bobo” da família]. A [nome de uma das “bobas” da família], ela perdeu a visão já mais velha, ela era muito assim, revoltada tudo ela...

Este outro relato descreve a presença na cerimônia fúnebre de um grande número de parentes, assim como a homenagem de depositar em sua urna funerária as fitas que a “boba” usava para adornar seus cabelos:

Entrevistado 14: Então, me lembro, quando ela faleceu, nós viemos aqui, por que, quando criança, a gente criou esse afeto com relação a ela. A ela... É que ela tinha quase a idade da minha própria tia. Aquela tia [fala o nome de sua tia]. A tia [nome da “boba”] morreu... Mas todo mundo veio, foi muito difícil prá todo mundo. Porque é essa a relação. E ela foi sepultada com várias fitas que ela tinha...

Na sequência da conversação, abertamente declaram, com orgulho, que os sepultamentos são realizados nos jazigos das famílias:

Entrevistado 14: E enterrada no mesmo túmulo da família. Tem várias pessoas, várias moças enterradas junto da família. Muito interessante.

Entrevistado 15: Muito interessante, né? Foi essa... Essa foi a característica forte de Goiás, muito forte, muito marcante que tem. Tanto é que tem...

Marilucia: Isso.

Entrevistado 14: Tinha sempre um nome carinhoso, mesmo, né?

Nesta outra entrevista, o mesmo costume de sepultamento no jazigo da família é relatado:

Marilucia: Qual o nome dela?

Entrevistado 04: [Nome da “boba”], ela é enterrada junto com meu avô e com minha avó. A gente a tinha como pessoa da família. A gente a tinha, é, essa característica da tolerabilidade. Da tolerância; a gente a tinha como uma pessoa da família. Cê tá entendendo?

Os relatos acima sugerem que, dentro do contexto de minha hipótese de reificação e naturalização dos “bobos”, este tipo de funeral tem características encobridoras, de dissimulação, e poderia ser listado entre as formas de disfarce constantes do esquema da representação social de consanguinidade-causa¹³³.

9.11. Comunicação com os bobos – dialeto gestual

Na Cidade de Goiás, a presença dos “bobos” ao longo do tempo e sua contínua convivência e interação com a comunidade, criou uma forma de comunicação muito particular, que chegaria a denominar de um “dialeto gestual”.

Reuni alguns exemplos para demonstrar estas particularidades de comunicação, mesmo sabendo da impossibilidade de codificar em nosso alfabeto esta forma de linguagem.

¹³³ Ver à p. 194.

Para isso, recorri ao auxílio das pessoas próximas aos “bobos” que, em alguns momentos, serviram de tradutores e, em outros, tentaram me explicar, através de extensas descrições, o modo como se comunicam com eles.

Uma das descrições mais detalhadas deste tipo de comunicação me foi oferecida por este entrevistado:

Marilucia: Mas me fala uma coisa, se ele não fala, como é que ele dá notícia?

Entrevistado 19: Eu chego, vamo supô, de camisa azul. Minha caminhonete é preta. Se eu fô lá, e pegá um bizerru, um porcu, uma galinha, qualquer coisa, ele vai falá: bigodi, caminhonete preta. [o entrevistado toca em seu próprio bigode, faz o gesto de dirigir com as mãos e esfrega a mão no braço.]

Marilucia: Ah!

Entrevistado 19: Porque ele já sabe quem é.

Marilucia: Por que? Por causa da cor ou por que é o senhor?

Entrevistado 19: Não, a caminhonete é.

Marilucia: Ah, mas se ele mostra a pele dele...

Entrevistado 19: Não, porque o preto é... o seguinte. se ocê for pedí café prá ele, é só cê fazê assim prá ele, ele já sabe. [faz o gesto com as duas mãos simulando colocar o café na xícara.]

Marco: Mas a cor é da pele ou do pelo?

Entrevistado 19: Da pele. Só falá que é preto que ele já sabe.

Marco: Falar da pele é preto?

Entrevistado 19: Ele não é preto. Ele é quase da minha cor. Um pouco mais escuro.

Marilucia: Mas quando ele pega na pele, ele tá falando de uma cor? Tá se referindo a uma origem?

Entrevistado 19: Tá, tá. E se não for o preto, se for um branco, qualquer coisa, ele procura e mostra [faz menção de apontar para um objeto qualquer].

Marilucia: Por exemplo, eu. Como é que ele falaria de mim? Ele mostraria também a pele?

Entrevistado 19: Mostra o jeito, alta, aí mostra o cabelo loiro. [eleva a mão e mostra algo amarelo]

Marilucia: Certo. Quer dizer, ele sempre se refere à cor da pessoa?

Entrevistado 19: Sempre.

Marilucia: Aos traços fisionômicos?

Entrevistado 19: Aos traços. Gente que convive com ele, sabe tudim o que ele fala. Tudo. Sabe tudo tudo. Desde o açúcar que falta, o café que falta, o arroz...

Marilucia: Por exemplo: como é que o senhor sabe quando ele diz que tá faltando café e açúcar?

Entrevistado 19: Ele mostra. Ele bota o dedo [o entrevistado mostra colocando na língua.], que é doce.

Marilucia: Ah ele bota o dedo na língua, aí tá faltando açúcar?

Marilucia: E o café?

Entrevistado 19: O café, ele fala que, jeito de moê. [o entrevistado simula com as mãos o moer do café.]

Marilucia: Ah! de moer. Quer dizer que ele criou um sistema de comunicação com a família, muito dele, muito própria dele?

Entrevistado 19: Muito próprio

Marilucia: Vamos supor, se ele fizer gestos, dificilmente vou entender?

Entrevistado 19: Ocê não entende.

Marilucia: Mas o senhor entende.

Entrevistado 19: Entende. Eu entendo, meus cunhado entende, minha sogra entende, todo mundo entende.

Marilucia: Agora, a cidade entenderia ele se ele viesse aqui?

Entrevistado 19: É mei difícil. Mei difícil. Quem é igual a ele, entendi, fala a mesma língua, sabe?

A sogra deste senhor, em outra entrevista que realizei, dias depois, se refere da seguinte maneira à comunicação com este “bobo”:

Entrevistado 31: [...] Aqui em casa nós temos também um que é deficiente auditivo, ele é surdo-mudo, mas ele mora conosco na fazenda.

Marilucia: É o [nome do “bobo”], né?

Entrevistado 31: O [nome do “bobo”]! Tem até a fotografia dele aqui.

Marilucia: O seu [Entrevistado 19] contou muita história do [nome do “bobo”] prá nós.

Entrevistado 30: Ele entende tudo, tudo que se fala prá ele. Ele não fala, mas é danado de fuxiqueiro, gosta de... entregá os outros, entrega mesmo! [risos.]

Marilucia: Eu tava até perguntando pro seu [Entrevistado 19] como é que a família se comunicava com o [nome do “bobo”].

Entrevistado 30: Agora, prá mim, ele... A pessoa sabe que sou eu, faz assim [toca com os dedos, as orelhas.] por causa do brinco.

Marilucia: Quando ele quer se referir à senhora?

Entrevistado 30: Se ele faz assim... [toca as orelhas.] sou eu. Se faz assim [passa uma das mãos ao redor da boca.] É meu marido aquele ali [aponta para um grande retrato na parede.] que faleceu.

Marilucia: Por causa do bigode?

Entrevistado 31: Por causa do bigode.

Marilucia: E ela? [aponto prá filha.] Como é que ele identifica?

Entrevistado 31: [Faz um gesto em volta do abdômen.] é gorda.

Marilucia: Ah, é assim?

Entrevistado 30: O meu genro, não é o [Entrevistado 19] não, é o outro, que ele é baixo e tinha um caminhão vermelho, era só fazer assim, ó! Que ele é barrigudinho! Ele mostra o caminhão, mostra qualquer coisa vermelha, a gente sabe que é ele. Agora, [nome do filho], meu filho, a gente sabe pelo chapéu. Já o meu cunhado, o meu cunhado é bem magrinho, aí ele pega, faz assim ó, que ele é bem magrinho.

Entrevistado 30: Bem magrinho [faz um gesto de anzol com a mão e um cigarro entre os dedos.]

Entrevistado 31: Faz assim, a gente sabe que é ele.

Entrevistado 31: Eu tenho um primo, meu primo faleceu agora há pouco tempo, o meu primo foi criado junto com ele, porque ele sempre... Já tem uns 40 ou mais anos que ele mora com a gente, que mora na família. Ele faz assim, ó, [coloca o polegar e o indicador juntos.] o meu primo é assim. Era só fazer assim, que meu primo se chamava...

Entrevistado 30: Era só fazer assim, até morreu agora há pouco o irmão meu, o filho dele que faleceu...

Entrevistado 31: E daí você sabe que é o relógio.

Marilucia: Ah, é o relógio?!

Entrevistado 31: Então, sempre a referência é assim algum sinal ou então cores, ele identifica. Ele gosta demais da coisa de loira, aí ele fala [faz o gesto.] Assim, aqui [a entrevistada demonstra como ele fazia os gestos.] Aí, ele sai procurando, aí tem uma época que tem que tá mostrando as cores.

Em outra família, a explicação se deu da seguinte maneira:

Marilucia: A linguagem que a família se comunicava com ela, é uma linguagem que ela instituiu? Como é que foi?

Entrevistado 24: Não. Nós, assim, nós custamos muito a entender o que ela queria, e ela a nos entender. Mas depois de um certo tempo, tornou-se muito fácil. Os gestos, e às vezes, por exemplo, ela fala assim, ela chamava meu pai: o homi, a muié. Ela fala direitinho: o homi, a muié.

Marilucia: Isso ela fala?

Entrevistado 24: É. O homi, a muié. E nós forçávamos muitas vezes, muitas coisas a gente ensinou. Eu, por exemplo, [nome do Entrevistado 24], ela não sabe falar [repete o nome do Entrevistado 24], ela fala [emite o som de uma palavra de duas sílabas]. A minha irmã chama [fala o nome da irmã]. Tinha o apelido de [fala o apelido da irmã]. Aí ela chamava por [emite o som de uma palavra de três sílabas], ou então fazia assim ó: óculos. Quando a gente demorava muito a entender, ela faz assim [faz um gesto redondo com as duas mãos em volta dos olhos.]. Tem coisas até hoje que eu não entendo. Ontem, por exemplo, ela veio com uma conversa prá mim e eu não entendi nada! Aí, eu faço de conta que: ah, tá bom, tá bom. Faço assim com ela. Mas, as pessoas param na janela, conversam, conversam, ela não entende nada, ela só fica fazendo assim, concordando [faz meneios com a cabeça]. Mas conhece todo mundo. Às vezes, pessoas que tem anos que não vem aqui em casa, aparece e vai lá, fala com ela e tal. Aí ela conhece, ela tem uma memória fantástica, ela lembra de tudo. Agora ela tá muito doente, então nós tamos... Ela tem médico particular.

Fazendo perguntas da mesma natureza no Asilo São Vicente de Paulo, ouvi estas respostas:

Marilucia: Deixa eu fazer uma pergunta: toda linguagem gestual dos “bobos”, é uma linguagem própria deles, ou eles aprendem algum tipo, por exemplo o alfabeto surdo-mudo?

Assessora ASVP: Não, eles não aprenderam LIBRAS aqui não. É uma linguagem gestual.

Marilucia: É própria deles?

Assessora ASVP: Então, inclusive a nossa fonoaudióloga você poderia entrevistar ela. Ela está com a gente há mais tempo, ela faz um trabalho prá que estes que vieram prá cá falando, e deixaram de falar, talvez por comodidade, pela questão de convivência, retornem, né?, a falar.

Marilucia: Mas, é toda uma linguagem gestual, própria deles?

Diretora ASVP: Própria deles.

Assessora ASVP: É própria deles, e que acaba conhecida entre um com o outro eles aprendem a se comunicar.

Marilucia: E a cidade também parece que já tem também esse hábito, essa decodificação.

Assessora ASVP: Isso, eles visitam muito.

Marilucia: E mesmo os “bobos” que circulam na cidade, é como se a cidade adquirisse também uma certa familiaridade com a linguagem e há uma comunicação absolutamente normal.

[...]

Marco: Se bem me lembro, tinha um paciente lá na ala masculina, o [apelido do interno]. Ele é “bobo”? Ele é só mudo?

Diretora ASVP: Ele não é mudo também não. Ele fala quando ele quer.

Marco: Ah, ele fala quando ele quer?

Diretora ASVP: Muitos aqui falam. Mas com a convivência eles acabam não falando, só querem fazer sinais.

Assessora ASVP: A fonoaudióloga daqui [é interrompida.]

Diretora ASVP: Aquela que agorinha entrou aqui ela fala, ela escuta, mas não fala...

É muito comum ouvir referências à “esperteza” e sagacidade dos “bobos”, como no caso do relato a seguir:

Entrevistado 29: Ela é uma “boba” ladina, sabe? É o tipo da “boba” ladina. Tem resposta para tudo, se desculpa em ênfases, que não tem nada a ver, sabe, assim... com a realidade, ela fora da realidade, se desculpa para não retratar o erro que ela cometeu, arranja uma desculpa. Ela é uma “boba” la-di-na, ladina. Tia [diz o nome de sua tia] falava: [diz o nome da “Boba” 06], você é uma “boba” ladina. Ninguém passa você para trás. É verdade.

Este outro relato realça a inteligência da “boba” da família:

Entrevistado 24: Por que a [se referindo à “Boba” 02 de sua casa.], ela não é totalmente “boba”, ela até é muitíssimo inteligente.

Marilucia: Ela é surda e muda?

Entrevistado 24: Ela é surda e muda. Aqui, por exemplo, ela faz tudo: ela sabe o que nós queremos com o olhar. Nós olhamos assim. [faz o gesto com o olhar.] Às vezes, eu tô procurando uma coisa assim, não precisa nem falar prá ela, que ela já sabe o que a gente quer. Então ela já vai, já pega, já traz prá gente.

No limite do desespero, mesmo o “bobo” que fala, grita:

Marilucia: ... A [“Boba” 06] tinha alguns momentos mais de raiva, de ficar mais...?

Entrevistado 29: Tem, tem.

Entrevistado 27: Tem, tem aquele ínterim, grita, xinga e grita demais. A hora que ela está nervosa, ela grita.

Marilucia: Ela grita o quê? Ela fala palavrão ou ela...?

Entrevistado 27: Não, ela grita. Ela grita.

Marilucia: Ela só grita? Ela não...

Entrevistado 27: Tem dia que ela...

Este relato do grito de uma “boba” dá um quadro mais nítido da situação que se instalava no ambiente familiar:

Entrevistado 15: Ela ia lá pro fundo do quintal e ela gritava, gritava, gritava, e tinha que deixar ela gritar até passar. Não tinha nada o que dar. Então ela gritava, gritava, aí meu tio não deixava a gente, não deixava ninguém ir lá. Deixa ela lá, vai passar. Às vezes ela gritava a tarde inteira, gritava, e vinha, quando ela começava a se machucar, aí, a tia ia lá e conversava e tal. Mas às vezes, depois, ela vinha com as mãos... Machucou de tanto bater nos paus, nas coisas todas. Não tinha o que fazer, não tinha um chá prá dar, não tinha. E, a coisa vem vindo, chegava uma determinada época, não essa pessoa, agora outros, que ela tá acabando de falar [apontando para Entrevistado 17.], outros até chamavam até a polícia prá conter.

Nos dias de hoje, no asilo, os gritos dos “bobos” são contidos pelo uso de medicação:

Diretora ASVP: Agora eles são controlados, com medicamentos.

Marilucia: Ah! Eles tomam.

Diretora ASVP: Medicamentos.

Assessora ASVP: Antes não.

Diretora ASVP: Antes não tomavam.

Marilucia: Mesmo os “bobos” tomam?

Assessora ASVP: Não, só os que tem dificuldades e uma patologia mais séria, realmente em relação a este comportamento do descontrole. Antes, quando você entrasse aqui 10 anos atrás era uma gritaria, né, irmã. Hoje ainda tem um ou outro que grita, mas elas tomam medicamentos.

Marilucia: E esses gritos, quer dizer eu tô falando sempre dos “bobos”. Vocês conseguem entender o conteúdo desses gritos?

Assessora ASVP: O grito é por causa de uma necessidade que elas têm. Como elas não se comunicam, aí a comunicação delas é o grito.

Marilucia: Quer dizer, o grito é um pedido?

Assessora ASVP: É, ou quer comer, ou tá com fome, ou tá impaciente ou tá molhada. É igual uma criança, ou então tá sentindo uma dor. É de como fala de manifestação.

O grito dos “bobos” cortava também a cidade. Surpreendia o transeunte na sua passagem:

Entrevistado 20: Assim: é muito mais pelo, assim, de vista, né, a gente vê. Agora, conheci um que até já morreu, que foi a [nome de uma “boba”]. Conheço dois, a [repete o nome da “boba”] e o [nome de um “bobo”]. Ele morou nessa casa aí, depois do restaurante, a próxima. Inclusive a casa aí foi vindida pro dr. [nome da pessoa] de Goiânia, um médico que tem uma clínica lá, que comprou essa casa. Ele viveu muitos anos. Quem cuidava era os parentes, a irmã, a mãe. Ele só vivia arrastando entendeu? Ele cumia, a gente levava cumida prá ele. A [nome da “boba”] também, eles eram irmão. Todos dois eram deficientes. Às vez, a gente passava na porta e ele falava: ei, vem cá! Gritava, falava assim meio enrolado, a gente ia, dava alguma coisa. Água.

O grito, em certas circunstâncias, pode se transmutar em choro:

Entrevistado 20: Não enrolado, ela gritava. Às vez quando a pessoa xingava, ela falava: sai capeta, sai prá lá. Ela gritava, o cachorro curria atrás, o cachorro era tão assim coisa, ensinado, que a hora que a pessoa chegasse e ele já curria atrás dela. O cachorro era o defensor dela entendeu?

Marilucia: Agora tem um traço do “bobo” que é chorar, quando ele tá assim triste, desapontado. Porque, por exemplo, ele chega aqui prá te procurar e alguém fala assim: ah o [diz o nome Entrevistado 20] não tá aqui, né? É, em geral, eles choram, choram, choram muito. Como é que você vê esse choro do “bobo”?

Entrevistado 20: Ah! Às vez acha ruim falá que num tá, eles veio encontrá com a pessoa e às vez eles deve entendê que a pessoa tá mentindo que não tá. Que às vezes ele não que recebê o “bobo”. Encontra as pessoa que ele tá procurando e às vezes fala que a própria pessoa não tá. Ô, se o fulano vim falá que eu não tô. Então eles se sente rejeitado entendeu? É a maneira deles expressá, é que eles chora. Acho que é assim, né? A maneira deles expressá.

O grito, como protesto, era a forma de expressão da indignação diante da zombaria dos adultos e da traquinagem das crianças:

Entrevistado 20: Ah! Aqui em Goiás ocorre muito isso aí. Às vez mexe com eles. Inclusive tem uma aqui que eu não sei nem onde ela mora, morava inté aqui na Igreja do Rosário. O pessoal quando via ela, ela não gostava de sovio, tinha ódio de sovio. [rindo.] Eles assoviavam bem alto, e ela queria jogá pedra neles, entendeu? Bater neles entendeu? O “bobo” às vez não respeita, eu acho assim, o pessoal da cidade deveria respeitar mais os “bobo” entendeu? Porque eles também são seres humanos, eles vivem na cidade, eles são também a raiz daqui. Tem muito menosprezo. A cidade menospreza, principalmente os moleques. A molecada fica mexendo e entra no ponto fraco deles, igual o do assovio. Às vez, tem uns que fala outras coisa, xinga, fala que a polícia vai prender eles. Tem uns que passa na rua e o “bobo” sai gritando. Geralmente quem mexe mais é os jovens, as pessoas mais antigas, elas num mexe. Tem mais respeito, mas o jovem não respeita, o pessoal não respeita.

Em circunstâncias especiais, o grito mobilizava o pavor de toda a comunidade:

Entrevistado 32: No Museu das Bandeiras as paredes são largas assim, [mostra com os braços.] com uma colherzinha ele conseguiu abrir um buracão prá fugir. Ele saía gritando. Ele dava cada grito que a cidade inteira escutava.

O limite mais marcante das deficiências dos “bobos” se manifesta em sua linguagem. Na medida em que a comunidade vila-boense absorveu estas pessoas como prestadoras de serviços, coube a ela, em contrapartida, desenvolver um esforço, um “dialeto” próprio, para se comunicar com elas.

A expressão máxima desse limite na comunicação é o grito. Grito que os “bobos” usam para além do desespero do choro. Grito que, antigamente, tinha que ser “aguentado” pelas famílias e pela comunidade, até passar, como relatou um dos entrevistados acima. Na atualidade, o incômodo de quem escuta o grito do “bobo” é “amenizado” pelo controle oferecido pelas medicações psiquiátricas.

Esse gritar dos “bobos”, no entanto, esse som sem palavra, expressa em alto volume sua maior impotência: sua marca de nascença lhe nega a palavra, e esta ausência o conduz ao lugar de animal domesticado.

9.12. A exploração do trabalho dos “bobos”

Nem tudo eram flores para os “bobos adotados”. Suas tarefas nas famílias que os recebiam não se restringiam às brincadeiras com as crianças.

Havia trabalho pesado, e muito trabalho!

Os depoimentos seguintes dão uma ideia bastante precisa, tanto da árdua labuta que recaía sobre seus ombros, como, também, do tratamento muitas vezes desumano que recebiam.

Começo pela descrição da famosa função de baldeadores de água:

Marilucia: Mas os “bobos” faziam essa função?

Entrevistado 04: Pros “bobos” era uma função. Era uma das funções, buscar no pote, na cabeça.

Que este outro entrevistado diz ter testemunhado:

Entrevistado 08: O relatório eu num conheci, mas o baldeador de água eu conheci. [riso.] Tinha uma dona que pnhava, ela enchia uma lata, fazia rodilha de pano, botava uma lata de

água dessa de 20 litro, mais um balde de cá e de cá. Não sei como ela aguentava. Ela buscava aqui na Carioca, ... pessoas que podiam. Tomavam água da Carioca.
 Marilucia: E os “bobos” faziam esse trabalho para as famílias que eles eram...
 Entrevistado 08: É, porque a gente ainda...
 Entrevistado 09: A transferência da capital...
 Entrevistado 08: É. Porque eles ainda ficaram muitos aí, né. A capital foi, mas eles ficaram.

Complementando a lista de funções, o depoente acrescenta o de mexer os tachos de doce:

Entrevistado 04: Mexe no tacho de doce, aquelas colheres de pau. Então tinham todo esse, vamos dizer, esse arcabouço de funções.

A competência no fazer doces é elogiada pela família:

Entrevistado 28: Tem muitas deficientes... Tem muita que tem noção das coisas, faz, sabe fazer as coisas.
 Entrevistado 29: Eu acho que eles têm um certo tipo de inteligência deles. Acho que tem inteligência.
 Entrevistado 27: Eu vou falar para você. “Boba 06”, “Boba 06” não sabe, não tem condição, mas fazia doce muito bem feito.
 Marco: É, a irmã, ontem, no asilo, falava que elas têm uma inteligência prá certas coisas...
 Entrevistado 29: Têm, muita inteligência, um dom, para alguma coisa. “Boba 06” faz doce que é uma beleza! [palavra inaudível.] Um espetáculo! Doces bem feitos, gostosos. Tanto é que o padre, quando vem aqui, ele prefere comer doce do que qualquer outra coisa mais.
 Entrevistado 27: [trecho inaudível.] Biscoito, tudo isso ela faz. Ela ajuda a enrolar pamonha.
 Marilucia: E porque essa predileção pelo doce? Sua tia está falando que elas fazem muito bem doce.
 Entrevistado 27: Muito bem feito.
 Entrevistado 29: Muito bem.

Seguem falando dos dons dos “bobos”:

Marilucia: Agora, vocês acham então que essas pessoas têm predileção pelo... por fazer o doce em função...?
 Entrevistado 29: Um dom! O dom que eles têm. Dom de ser jardineiro, dom de fazer doce, dom de ser crocheteira, dom de pintora. [cita o nome de uma outra “boba”] de [diz o nome da dona da casa em que a “boba” vive] pintava muito bem, fazia acrósticos [inaudível.], acrósticos lindos.
 Entrevistado 28: Eu acho que... incitada pelo meio, ela vai aprender aquilo.
 Entrevistado 29: Visível, percebível.
 Entrevistado 27: Mas ela... Porque a irmã dela também trabalhava mesmo, sabia fazer...
 Entrevistado 29: Mas ela era deficiente, tia. Eu acho que o ambiente ajuda. O ambiente ajuda. Dependendo do ambiente, eles vão longe. E se propagam muito bem longe. Mas dependendo do ambiente que você encontra, você não tem nada, não tem conhecimento, não há progresso.
 Entrevistado 27: É como “Boba” 06. Aprendeu a fazer doce porque mamãe fazia, ela fazia, ela aprendeu.
 Entrevistado 28: Que nem o funcionário lá do seu [nome de homem] lá, que eles chamam de [apelido do “bobo”].
 Entrevistado 27: [apelido do “bobo”].
 Entrevistado 28: Ele sabe fazer só aquilo ali na roça, porque está ali naquele meio.
 Entrevistado 29: Pois é, pois é, no meio. É o ambiente...
 Entrevistado 27: Ele tira leite...

Entrevistado 28: Ele trabalha na roça muito bem, tira leite, faz o serviço braçal muito bem, mas é aquilo ali...

Entrevistado 29: É o ambiente, o ambiente ajuda. Para nós, o ambiente ajuda, que somos normais.

Outro depoente, lista mais encargos:

Entrevistado 03: É. Ele buscava água, rachava lenha, naquele tempo era lenha, varria casa, lavava panela, às vezes capinava, apanhava água, porque não tinha água encanada, pagavam prá eles apanhar água, eles faziam. Outros não faziam nada, nem falá, não falava direito, né?

Mais uma função dos “bobos” também é lembrada:

Entrevistado 02: A informação é que antigamente cada família tinha um... é... eles chamavam um “bobo”, eles chamavam – o pessoal antigo daqui conta isso – que servia aqui... praticamente de servo... de menino de recados... [trecho inaudível.] antigamente, agora hoje...

Este depoente banaliza a importância do trabalho dos “bobos”:

Entrevistado 19: Prestava serviço, né. Serviço da casa, um sirvicinho doméstico, lavava uma vasilha, varrer uma casa, esse tipo de coisa.

Mas, apesar dessa minimização, elogia o trabalho de cozinheiro do “bobo” de sua família:

Marilucia: Eles cozinham muito bem?

Entrevistado 19: Muito bem.

Marilucia: Assim, a quantidade de sal, de óleo?

Entrevistado 19: Asseadinha... Bom eu tô falando dessa pessoa lá. Então é uma pessoa que a gente pode, eu tenho toda confiança de comê a comida dele, toda vida. Faiz trinta e tantos ano, eu convivi nos primeiros ano.

Marilucia: Então é assim, a quantidade de óleo, de sal, de alho...

Entrevistado 19: Tudo sabe, sabe tudo, tem noção, né?

Marilucia: Quer dizer, tem paladar?

Entrevistado 19: Tem.

Dada a condição de a maioria dos “bobos” serem surdos-mudos, este mesmo entrevistado me demonstrou como se ensina a eles as tarefas que devem executar:

Marco: Agora eu perguntaria a ele uma outra coisa. Perguntaria o seguinte: como é que se ensina um “bobo” as coisas que ele tem de fazer?

Entrevistado 19: Como é que é o negócio?

Marco: Como é que se ensina um “bobo” as coisas que ele tem de fazer, sei lá, fazer café, varrer a casa...

Entrevistado 19: Isso aí já vem desde criança, já vai ensinando.

Marco: Mas como é que ensina entendeu? Quer dizer...

Entrevistado 19: Pega a vassoura, pega a vassoura e exprica para ele como é que tem que varrê.

Marilucia: Faz o gesto?

Entrevistado 19: Faiz o gesto, vai fazê comida, nós vamo cumê, ele já sabe o que é, sabe o que é o arroz, sabe o que é o feijão, sabe tudo, o sal. Então isso aí ele faiz, esse que a gente tá falando memo, muitas e muitas vez comia a comida dele lá, chegava tava prontinha.

Além das funções exercidas pelos “bobos”, outro aspecto importante era o do tratamento que recebiam, como relata este entrevistado:

Marilucia: E o tratamento que davam a eles, como é que era?

Entrevistado 18: Digno. É... entre aspás. Digno assim: tinha certas pessoas, certas famílias que poderiam tratar bem. Mas dependia muito de qual família que ia, né. Porque tem muitos que eram tratados de babá, faziam papel de babá e com isso as pessoas tinham laços. Até eu conheço... Tinha uma descendente de escrava que foi babá do... do... do moço que ela mora na casa dele. Morava, porque eu acho que ela já faleceu. Mas ele tratava ela como se ela fosse da família mesmo; onde tinha festa ele levava ela... Tudiinho. Quer dizer, é um carinho... é uma exceção, né? — ... é um carinho que ele tinha por ela. Eles até moravam aqui perto da igreja. Aí mudou lá pro [bairro da cidade]. Mudou lá para a saída, e eles andavam com ela.

Na sequência, no entanto, comenta que nem sempre este tratamento era tão digno, como afirmara acima:

Entrevistado 18: Olha, é curioso porque a única coisa que eu sei é que muitos aqui em Goiás em vez de às vezes pagar empregados [palavra inaudível.] usavam esses “bobos” para fazer o serviço deles. E, em troca, parece... Essa era, inclusive, era uma “caridade” entre aspás, né? Não todos, mas a gente pode ver que alguns criavam um “bobo” para... Tinha “bobos” aí que a gente falava: cachorro, para fazer serviço. E em troca dava comida e tudo. Não todos, mas tinha uns que criavam os “bobos” mesmo para ajudar mesmo.

Neste depoimento há a afirmação de que lugar de “bobo não é sentado na sala”:

Marco: Agora deixa eu fazer uma pergunta. Dessa perspectiva dessa história subjetivada, qual a leitura que você faz dessa expressão tão comum de que as famílias eram caridosas e recebiam essas crianças?

Entrevistado 12: As famílias que tinham os “bobos”? Uai, não tinha caridade nenhuma. Eles eram acolhidos para trabalhar nas casas. Nenhuma casa tinha um “bobo” sentado na sala. O “bobo” varria a porta, o “bobo” buscava água na Carioca, o “bobo” jogava o lixo onde tinha que jogar o lixo.

Marilucia: [...] Rachava lenha ou varria o quintal...

Entrevistado 12: Era a utilização da mão de obra...

Nem todos os bobos eram bem tratados. Os maus-tratos foram também relatados:

Entrevistada 24: Bom, essa concentração teve, mas eu acho que, assim, as famílias grandes, muitos filhos, então vinha esses “bobos”, vinha prá fazer o serviço da casa. E com isso aparecia nesses lugares assim, as pessoas iam levando prá casa prá trabalhar, né. Eu tinha uma senhora que chamava [nome de mulher], ela era famosa pelos “bobos”, ela tinha quatro.

Marilucia: Quatro “bobos”?

Entrevistada 24: Quatro “bobos”. Até ela morava aqui em cima. E esses “bobos” eram verdadeiros escravos, trabalhavam demais lá na casa. As pessoas achavam assim: ah, mas é uma judiação o que eles fazem com esses “bobos”. Então, eu tenho um tio também que teve um “bobo”, chamava [nome do “bobo”], também judiava um pouco com ele. Então, eu acho assim, era necessidade que as famílias tinham de ter uma pessoa prá fazer os serviços da casa. Com isso, aparecia um “bobo”, pegavam, levavam prá dentro da casa. Uns tratavam muito bem, como eu, a [nome de mulher], a “Boba” 03, são bem cuidadas mesmo, são gente da família. [“Boba” 02], por exemplo, ela almoça na mesa conosco, é assim da família meeesmo! Agora, várias pessoas já não tinham essa mentalidade, maltratavam. Esse [nome de “bobo”] mesmo, nós tínhamos, morríamos de dó dele. Esse meu tio não era muito bom, não. Ele maltratava o [apelido do “bobo”] e o meu pai ficava furioso, que papai também era muito, assim muito humano.

A meu pedido, esclarece melhor:

Marilucia: Quer dizer, o maltratar aí, você tá querendo dizer...

Entrevistada 24: Maltratar é assim, não dar assistência médica, muito trabalho, assim aproveitava do trabalho deles. Esses “bobos”, por exemplo, da [nome de mulher], eram quatro, eu lembro de dois. Eles levavam prá fazenda e ali punham em serviços pesados, viviam maltrapilhos, a gente acha que nem alimentar direito eles alimentavam. Então, eu acho que...

Marco: Tinha história assim de castigos físicos em alguns casos, né?

Entrevistada 24: Justamente. Batiam. O patrão dele era um médico famoso, doutor [nome de homem], e esse aí a gente sabia de casos que ele batia nos “bobos” com correia. Então, eu acho que foi por isso. Aparecia um “bobo” na cidade: ah, vamos levar lá prá casa prá fazer o serviço. Agora, a causa de ter tanto “bobo” aqui, isso eu não sei.

Entrevistada 24: Mas hoje já não tem tanto. Antigamente, cê saía na cidade, mas era “bobo” demais! Hoje não, hoje já tem bem menos. Tá até extinguindo a raça dos “bobos” [risos.]. Mas vocês acharam no asilo, vocês acharam muitos, né, no asilo?

Marco: No asilo, também.

Marilucia: Mas já estão velhinhos.

Entrevistada 24: É, já estão velhinhos, isso mesmo.

O tratamento desumano aos “bobos” também é comentado por este entrevistado:

Entrevistado 20: Não. Eu só vi nesse sentido de assim, às vez eles eram, por ser “bobos”, geralmente aqui de vez em quando tem desses casos. Às vez porque é uma “boba”, que tudo que pede faz, eles aproveitam da situação e leva ela realmente prá casa, prá um parente lá e faz ela de escrava. Só porque ela é deficiente, ela é “boba”. Inclusive num restaurante onde eu trabalhei aqui muitos anos, aqui na [nome de restaurante], já até morreu o [nome de restaurante], tinha uma, ela chamava [nome da “boba”]. Morava até em Goiânia, morreu. O pessoal morava com eles, mas ela é que fazia as coisa, tudo [o entrevistado com ar de mando e dedo esticado diz.]: Vai arrumar a casa, carrega as mala do carro. Ela não era tão “boba”. Ela ficava andando meio torto mas mexia e o que a gente falava, tudo ela entendia! Mas assim, eles achavam que fazia ela de “boba”. Além de ser “boba” faziam ela de gato e sapato. Então isso acontece muito. Eles num respeita às vez. Até o próprio pessoal, às vez quem num tem amor ao próximo, faz eles de besta. Até a própria família: Oh! Vai ali comprar um trem. Então faiz eles de escravo. Existe muito.

O quadro de desumanidade praticado com os “bobos” é ainda mais explicitado nesta entrevista:

Marilucia: E essa prestação de serviços, a senhora coloca a palavra escravos...

Entrevistado 09: É, porque eles ficava na casa, e era assim, era prá fazê o serviço da casa, né. Ou, às vez cuzinhava, às vez não porque tinha uns que num tinha muito asseio, mas eles ficava no fundo da casa era prá lavar, apanhar água, porque a cidade não tinha água encanada. Então ia pro Chafariz.

Entrevistado 08: Carioca? Carioca?

Entrevistado 09: Pegá água, pegá as lenha... Eu falo assim, escravo, porque era o serviço duro da casa que eles faziam e a alimentação deles só vinha depois que os da casa já tinham alimentado. Qué dizê não era resto que davam, mas era, não tinha aquela... tirava e tal.

Marilucia: Quer dizer, a senhora acha que havia muito mais uma relação de exploração deles do que de troca?

Entrevistado 08: Com certeza.

Entrevistado 09: Ah sim, eu acho que era mais exploração.

Entrevistado 08: Eles eram usado pro serviço da casa. Porque eu ainda me lembro de uma casa aí, de uma pessoa que morava lá. Além dela trabalhá muito ela ainda apanhava. Ainda apanhava. Se ela, ela foi ficando tão perturbada assim que ela dexava o prato assim na, no porão, e às vez ela cumia, ela cumia num prato de alumínio, igual os que cachorro cumia. Às vez ela cumia e esquecia o prato lá, a cuzinhêra botava a cumida pros cachorro lá, depois a dona fazia ela cumê, ela dizia: você vai cumê porque você largô o prato aqui. Ela cumia naquele mesmo prato, ela era muito judiada. A menina que... eu lembro, ela vivia lá. Então além de, além do trabalho, né, ainda apanhava. Se alguma coisa não tivesse do agrado, apanhava. Sofriam muito, sofriam muito.

Estes depoimentos foram muito claros na explicitação do uso e do abuso da força de trabalho dos “bobos”. Relegados a uma condição de absoluta informalidade nas suas relações de trabalho, sem poder se valer de qualquer proteção legal, permaneciam submetidos ao jugo e caprichos de quem explorava sua força física. Nada impedia que fossem obrigados a desempenhar tarefas que esgotassem suas energias.

Suas limitações, inerentes às suas deficiências, tornava-os dóceis, “bobinhos”, dependentes da benevolência de outros para sobreviverem. Caso ousassem um gesto de protesto, severas punições lhes eram impostas: restrições alimentares, falta de condições mínimas de alojamento, castigos físicos, além da ausência de higiene e de qualquer atenção à sua saúde.

Daí a atribuição a eles de funções extenuantes, como o transporte de água das fontes e rios, o corte de lenha no cerrado, e outras tarefas similares.

Sofridos, a adjetivação de Pedro Ludovico é perfeita para esta condição a que estavam submetidos: um bando de débeis mentais, mentecaptos, idiotas, imbecis.

Insultados e ultrajados, a eles foi negado o mínimo reconhecimento de sua condição de seres humanos.

9.13. O abuso do corpo das “bobas”

Colhi nesta pesquisa relatos que remetem ao tema da sexualidade e suas variações na “criação” e na vida dos “bobos”.

No tópico anterior, vimos como o trabalho dos “bobos” serviu para toda sorte de exploração. Neste tópico, ampliaremos a perspectiva da apropriação de seus corpos para o âmbito da sexualidade.

Freud, ao focar a relação entre os homens no interior da cultura, adverte que o outro não é só fonte de riqueza pela oportunidade que oferece de apropriação do fruto de seu trabalho: o outro é, em si mesmo, riqueza, na medida em que pode ser escolhido como objeto sexual. (FREUD, 1927/1986, p. 6)

A cultura conservadora mantém sobre eles uma atitude ambivalente, de forte repressão e permissividade no uso sexual que se faz deles.

Os relatos contidos nas entrevistas que se seguem, falam por si mesmos.

O tratamento recebido pelos “bobos” nesta família que “criou” três deles, tem um cunho de infantilização, como se fossem “anjinhos”:

Marilucia: É, porque a informação que eu tive é que houve casos, assim, de relacionamentos entre eles, ou então com pessoas normais, ou da família que criava, né, ou mesmo pessoas da rua.

Entrevistado 25: Aqui em casa nunca houve, não.

Marilucia: Eu tô falando de uma maneira geral...

Entrevistado 25: O [apelido diminutivo de um “bobo”] também era, eu entendi. Aqui em casa o [apelido diminutivo de um “bobo”] também era tranquilo, assim uma tranquilidade que a senhora precisa de ver. A [apelido da matriarca] chamava ele de anjinho.

Marilucia: Quer dizer que ele convivia normalmente... ?

Ao perguntar por outra “boba” da família, o grau de repressão e de interdição que encobre o tema se explicita mais:

Marilucia: A “Boba” 03 era namorada?

Entrevistado 25: Não.

Marilucia: Não?

Entrevistado 25: Não.

Marilucia: Nunca teve um namorado, nada?

Entrevistado 25: Não, ela gostava de brincar com todo mundo, mas ela nunca falou em namorado, nada. Nunca deu trabalho nesse ponto.

Marilucia: Não, vocês nunca tiveram notícia?

Entrevistado 25: Não, nunca deu trabalho.

Marilucia: E, assim, do ponto de vista da maturidade dela, né, por exemplo, a gente que é mulher, a gente sabe que quando a gente vai saindo da idade de criança, depois a gente vai entrando na idade de, de...

Entrevistado 25: De moça...

Marilucia: De moça, então vem a menstruação, vem os seios. Aí nesse ponto, como é que foi a relação com a família?

Entrevistado 25: Como que foi? A [começa a falar o apelido da matriarca]..., que era enfermeira, ensinou tudo. Ensinou direitinho a comprar absorvente, ensinou como usava, não deu o menor trabalho.

Marilucia: E foi assim, ela teve um desenvolvimento normal no campo da sexualidade, no sentido de... Ela menstruou com que idade, você tem essa informação?

Entrevistado 25: Não, ela menstruou na idade mesmo normal de toda moça.

Marilucia: Normal, não teve nenhum atraso e nenhuma coisa adiantou?

Entrevistado 25: Não, não.

Marilucia: Foi absolutamente normal?

Recebi, em outra família, uma resposta seca quando ousei indagar a respeito da vida afetiva da “boba”:

Marilucia: Nunca teve nenhum relacionamento?

Entrevistado 27: Nunca teve namorado nenhum.

Ao longo da entrevista, esclarece melhor:

Marilucia: Agora, e porque que a senhora que, que... quando sua mãe morreu... A senhora se prontificou, então, a que ela ficasse com a senhora? Como foi a passagem da casa da sua mãe para a sua casa?

Entrevistado 27: Mamãe morreu, nós ficamos três ainda. Nós ficamos duas, porque uma morreu primeiro que mamãe. Ficou eu e [nome da irmã]. [nome da irmã] morreu... Ela ficava aqui, e eu ficava em Goiânia prá, com os menino que estava estudando lá. E “Boba” 06 ficou com [nome da irmã] aqui. Depois, [nome da irmã] morreu, eu vim para cá ficar, e “Boba” 06 continuou conosco. Ela nunca quis esse negócio de namoro, essas coisas não.

Nesta outra família, os desejos expressos pela “boba” eram tidos como puras fantasias inconsequentes:

Marilucia: Agora, a senhora disse que ela lá em Goiânia, ela era muito namorada? Como é que a família lidou com essa parte da sexualidade da [“Boba” 02]? Por que ela aqui também, talvez ela tenha...

Entrevistado 24: Também! Chegava rapazes aqui, ela ficava toda entusiasmada: bolado meu. Arrumava namorado ela mesma. Era tudo cabeça dela, aí chegava um cara aqui, ela virava assim: ó, bolado meu, bolado meu!. Ela é danada, ela é inteligente mesmo, tem hora que a gente fica impressionado de ver as coisas que ela fala, sabe?

Marco: Ela não chegou a ter filhos?

Entrevistado 24: Ela falou que um dia, porque, toda a vida, nós tivemos duas, né? Então a outra que tinha aqui, a [nome de mulher], viveu aqui conosco 40 anos, morreu aqui.

Marilucia: Era também deficiente?

Entrevistado 24: Não, não, ela era normal. Aí, a [nome de mulher] uma vez falou prá nós que ["Boba" 02] tinha falado prá ela que teve um nenê. Agora, isso a gente não pode saber, né?

Marilucia: A família não teve conhecimento.

Entrevistado 24: É, porque esse [nome de homem], ele chamava [nome de homem], o cara que levou, logo depois ele morreu. E nós nunca ficamos sabendo de nada. Nós tínhamos até muita curiosidade. Uma época, uma vez, eu me lembro, teve um senhor lá na loja que, quando viu ["Boba" 02], falou: uai, eu conheço, eu conheço essa moça! Mas, não sei. Quem devia tá lá na loja, acho que não interessou de saber nem nada; nós ficamos sem saber nada, nada, nada. Eu só sei que, graças a Deus, ela teve muita sorte de vir prá cá, né, por que hoje ela é muito bem cuidada, leva uma vidinha tranquila, né, fica só na janela [risos.]

Neste outro caso, a matriarca destitui seu "bobo" de qualquer potência sexual, duvidando da possibilidade de que tenha tido um filho:

Entrevistado 30: Engraçado, um pessoal ali de perto, ele cismou com uma, com uma mulher lá... A mulher veio aqui falou que era filho dele, imagina! [risos.]

Se há forte repressão sexual, no entanto, os casos de abuso sexual com "bobas" são relatados em diversos momentos. No relato que se segue, o próprio entrevistado me pede que registre sua declaração a respeito do uso das "bobas" na iniciação sexual dos jovens:

Entrevistado 04: [...] eu garanto prá você sem conhecer, porque eu espelho nos meus. Os meus faziam isso. A minha bisavó que criava duas "bobinha" cê entendeu? Então ela tomava conta, a [apelido da "boba"]. Inclusive cê pode citar aí também que tinha muita iniciação sexual dos filhos... [riso] com a "bobinhas". Cê pode citar que tinha muita iniciação sexual desse pessoal com essas "bobinhas".

Marilucia: E havia casos de gravidez?

Entrevistado 04: Tinha, muitos.

Marilucia: E depois eles eram entregues na Roda dos Expostos?

Entrevistado 04: Não. Normalmente, na minha família, os casos de gravidezes que eu sei, e eu não posso citar o nome...

Marilucia: Claro.

[...]

Entrevistado 04: Porque senão vai dar... Os casos de gravidez que eu sei, a minha avó [fala o nome de sua avó] criou duas pessoas que eram filhas de "bobos" com primos meus, cê tá entendendo? Foram pessoas normais, casaram normais, fizeram parte da sociedade normal, cê tá entendendo? Uma casou com um engenheiro agrônomo, o outro casou-se... com advogado. E tiveram vida normal. E o interessante é o seguinte: colocavam o nome da família.

Marco: Colocavam o nome da família?

Entrevistado 04: Colocaram o nome.

Marilucia: Quer dizer então que eles foram reconhecidos como filhos?

Entrevistado 04: Foram reconhecidos como filhos. Agora não sei do ponto, vamos dizer, de cartório, como é que tá lá e tal, certidão de nascimento, porque essas pessoas todas que eu tô citando já faleceram. Cê tá entendendo? Eu não sei do ponto de vista jurídico como é que é. Mas eles assinavam o nome; prá assinar o nome tinha que ter um registro. Não é? E esse registro, o pai punha e minha vó tomava conta.

Marilucia: Mas ela, mas no registro constava que elas eram filhas...

Entrevistado 04: Não sei. Aí eu acho que às vezes... A mãe sabe, mas agora eu não sei se, na hora ela omitiu o nome do filho. Isso eu não posso dizer. Pode ser que ela tenha omitido, pode ser que não. Mas eles eram muito bem tratados.

Marilucia: Era isso que eu queria, porque essa parte tem todo um segredo...

Entrevistado 04: É uma parte muito interessante.

Marco: Toda essa parte da sexualidade é que me deixa com essa desconfiança. Porque eu acho que essa questão de dizer que os "bobos" vem por causa da consanguinidade, é um modo de ocultar essa questão da sexualidade...

Entrevistado 04: Um subterfúgio...

Marco: Então você diz que são deteriorados e aí apazigua a culpa entendeu? É um negócio meio engraçado.

Entrevistado 04: É, talvez seja um questionamento muito grande, talvez você pode interrogar isso aí, que venha a ser essa tolerância grande por que já tem essa consanguinidade. Você pode até chegar até esse ponto, não sei, eu tô inferindo. Isso é uma inferência minha, eu tô...

Marco: É porque essas coisas a gente nunca vai poder constatar diretamente.

Entrevistado 04: Não, isso aí nós tamos trabalhando num ramo de hipóteses, nós temos que pegar uma somatória de fatos que aconteceu e tentar juntar prá chegar mais próximo da verdade. A gente não pode com certeza afirmar "é isso", é uma verdade absoluta. Mas a gente pode tentar chegar mais próximo da verdade.

Mais adiante, é feito o questionamento a respeito da relação sexual entre "bobos":

Marco: Existia cruzamento de "bobo" com "bobo"?

Entrevistado 04: Existe. Eu conheço.

Marilucia: E nascimentos, hoje de...

Entrevistado 04: Olha cê vê muito pouco, muito pouco. Eu não sei se hoje com o crescimento da população diluiu, houve uma diluição, antigamente... Mas mesmo assim, se ocê procurar manter a proporção de "bobo" e população sadia, hoje você tem bem menos "bobo". Eu não sei explicar, isso vem reforçar a tese do Dr. [nome de um médico], do incesto.

Fatos sobre "bobas" abusadas conviverem naturalmente no interior das famílias são conhecidos e apontados na cidade:

Entrevistado 12: Aqui ó, nessa rua, [aponta com o dedo reduzindo o tom de voz.] tem uma... que até é parenta minha que mora de frente. Ela tinha um "bobo" na casa dela que mora até hoje, já velhinha de cabeçinha branca e foi violentada por um homem da casa. Pode ter sido o marido dela ou outro qualquer. Ela adotou o menino, o filho da "boba", como filho dela. E eles moram juntos. A gente chama ela de tia mas é prima, um pouco mais velha e eu chamo de tia. Mora ela, o marido já morreu, mas ela, o filho que adotado mas é o filho da "boba", e a "boba". Mora todo mundo junto, na casa junto, vão prá missa junto, todo mundo sabe...

Marilucia: Quer dizer, todo mundo sabe mas, é como se não existisse? Tem um segredo, ou não?

Entrevistado 12: Não, não. Todo mundo sabe.

Marco: E ela fala disso ou não? Ou ela omite?

Entrevistado 12: Olha eu nunca perguntei, mas eu sei que outros parentes que são considerados assim mais nobres, têm uma certa reserva com ela por ela ter adotado um filho de uma...

Marilucia: De alguém da própria família...

Entrevistado 12: É tão engraçado isso. Goiás é um lugar misterioso. Debaixo do pano as coisas são fantásticas aqui!

Outro caso de “boba” com filho me foi relatado:

Marilucia: E como havia muito aqui na cidade...

Entrevistado 25: Tem, tem hoje tem uma... Você já deve ter ouvido falar no [cargo de político local], o [nome do político]? Na casa da mãe dele tinha uma que teve uma filha, e essa filha não nasceu normal, bem normal, não. Era comadre da minha madrinha. Aí, ela se casou, tem filho tudo formado, já tem filho advogado.

Marilucia: Espera aí. A filha dessa...

Entrevistado 25: Dessa senhora, dessa senhora que morava lá com a mãe do [nome do político].

Marilucia: Nasceu normal ou não?

Entrevistado 25: A filha dela não nasceu muito normal, não, mas estudou. Estudou aqui no Colégio Santana, era funcionária da prefeitura, casou, teve uma meia dúzia de filhas.

Marilucia: Normais?

Entrevistado 25: Tudo normais. Tem uma que é até advogada. Tem escritório aqui e trabalha na prefeitura também, e é coordenadora de uma escola. Aí eu não sei, se ela arranhou os filho, por lá prá roça a gente não sabe. Ela era mais ou menos da minha idade.

Um caso de abuso reiterado, e com violência, em espaço público da cidade, foi lembrado por uma das entrevistadas:

Marilucia: Os “bobos” eles tinham filhos entre si? Por exemplo tinham filhos entre um casal de “bobos”?

Entrevistado 31: Num tomei conhecimento disso não. Num tem não, né [fala o nome do Entrevistado 32]?

Entrevistado 32: Acho que teve caso sim. Acho que aqui em Goiás teve caso sim.

Entrevistado 31: Eu não me recordo muito bem. O que eu lembro muito bem era da [nome de uma “boba”] que ela ficava assim, ela era deficiente mental. Ela ficava na rodoviária e o pessoal aproveitou dela bastante!

Marilucia: Sexualmente?

Entrevistado 31: Sexualmente. Aí depois uma primeira vez ela teve filho e o filho foi prá adoção. Depois foi na fase que ela tava mais equilibrada depois que ela teve o filho. Tomaram o filho dela e aí, sim, que ela ficou perturbada.

Marilucia: E o filho? Nasceu normal?

Entrevistado 31: Nasceu sim. Aí tomaram o filho dela, porque ela não tinha condição de criar. Aí de uma outra vez, ela foi agredida sexualmente de novo lá na rodoviária velha e aí ela não resistiu.

Para citar uma das entrevistadas, “debaixo do pano as coisas são fantásticas” na Cidade de Goiás. Encontrei, obviamente, muitas resistências para a abordagem do tema da sexualidade e, por isso mesmo, só consegui levantar uma pontinha do véu que o encobre.

No entanto, as falas que incluí acima são suficientes para evidenciar que as “bobas”, as aparecidas nas soleiras das portas, foram apropriadas tam-

bém em seus corpos: corpos esvaídos, previamente exauridos na exploração de seu trabalho.

Apesar da cultura conservadora que interdita toda sexualidade aos “bobos” de estimação, é mais do que razoável supor que os silêncios que abafam os mistérios da cidade reservam ainda muitos segredos para serem desvelados.

O lugar que lhes foi atribuído é semelhante a um limbo de cidadania. Sua condição humana é reiteradamente negada. Ainda quando são tratados com estima, há a dificuldade de distinguir se se trata da estima conferida a um ser humano ou a um animal de estimação.

São fatos desta ordem que remetem à hipótese da consanguinidade-causa não só como “explicação”, mas sobretudo como “justificativa” para a apropriação dos “bobos”, sub-humanos domesticados. O discurso conservador tem seus disfarces nas “penas”, na “adoção”, na “criação” e na “caridade”. Mas, a apropriação de sua riqueza, na acepção freudiana, se deu pela expropriação de sua força de trabalho e pela fruição libidinal oferecida por seus corpos.

9.14. Reminiscências da escravatura

A memória dos tempos da escravatura é surpreendentemente presente na Cidade de Goiás: menos em edificações por eles construídas ou instrumentos para sua subjugação ou castigo, do que no uso espontâneo e repetido da palavra “escravo” ou “escravidão” pelas pessoas do lugar. É o que estou denominando de reminiscências da escravatura.

No centro histórico da Cidade de Goiás, se comparada a outras cidades históricas brasileiras, existem escassos sinais da presença de escravos. São as

comunidades quilombolas das cercanias que ainda hoje testemunham o grande afluxo de escravos na região.

Dos índios, a cultura vila-boense conservou poucas coisas: hábitos alimentares, principalmente, já que a política do desbravamento levou ao seu quase extermínio.

Reiteradamente, no entanto, nos depoimentos das pessoas que entrevistei, ouvi referências aos escravos para descrever a situação dos “bobos”, particularmente no que se refere à exploração de seu trabalho. Não poucas vezes, também, ocorreram associações entre seus traços fisionômicos e características de indivíduos de origem negra.

Vimos que a abolição da escravatura aconteceu no Brasil no momento em que Vila Boa de Goiás já vivia o que se denominou de “período de decadência”, quando, com o esgotamento das jazidas de ouro, houve significativa redução da atividade mineradora. A orientação econômica se voltou para o campo, provocando esvaziamento na cidade.

O esvaziamento econômico provocou um fenômeno curioso: os escravos foram sendo naturalmente substituídos pelos “bobos” na execução dos serviços indispensáveis ao funcionamento da cidade, principalmente no âmbito doméstico. Comparados aos escravos, os “bobos” eram serviços mais baratos, de menor custeio, já que, em razão de suas deficiências mentais, eram mais dóceis e mais subjugáveis. Além disso, não eram comprados nem vendidos: eram doados.

Entrevistando as pessoas, pude observar que uma difusa memória dos tempos da escravatura ronda suas mentes e que as associações com esse tema, carregadas destes traços mnêmicos, são quase inevitáveis. Para um observador externo, surpreendem.

Este entrevistado, formado em história, faz muitas considerações sobre as origens da cultura vila-boense e fala do ranço escravocrata na cultura brasi-

leira. Por este caminho, chega a um apanhado das marcas deixadas pelo trabalho dos escravos nos arredores da cidade, observando sua quase ausência no centro histórico:

Marilucia: Como é que foi fundada a Cidade de Goiás?

Entrevistado 18: A Cidade de Goiás foi fundada na questão da exploração do ouro, do ouro. Primeiro veio o bandeirante, o Bartolomeu Bueno, pai; depois veio o Bartolomeu Bueno Filho. Então, quer dizer, são todas as... Aqui em Goiás, a gente pode ver, tem a questão do negro, do índio e do branco. Acho que são misturados, né? Então, a gente pode ver, é como se a... um tentando colocar imposição em cima do outro. Mas a gente pode ver que os negros e os índios tiveram um trabalho muito importante aqui na Cidade de Goiás.

[...]

Entrevistado 18: [...] Apesar de toda essa... como chama, dizer que o Brasil está liberto, está independente, está tudo, mas nós ainda possuímos um ranço ainda do sistema escravocrata, ainda. Porque... a maioria do povo aqui não tem um... é... o direito à escola, trabalho, e até o lazer não tem. [...]

[...]

Marilucia: Agora, aqui em Goiás tem... o que tem de resquícios dessa época da escravidão?

Entrevistado 18: Aqui tem o... O que pode dizer que é desde a escravidão são os muros de pedra que são feitos pelos escravos, tem. E tem as valas, que é quando não tinha pedra, tinha as valas para separar os terrenos, para dividir que tinha, né? Então isso sim é dos escravos. Agora, o pessoal, tem uns que falam assim: ah, e os calçamentos? Pode ser assim, é... descendentes de escravos. Por que, por exemplo, esses calçamentos aqui foram feitos há pouco tempo, foi no ano atrasado que reformaram esse calçamento. Quer dizer, entre aspas, pode se... que tem 1900 e pouco, 1950, 1930, o Largo do Chafariz não era calçado. Aí, como é que... ? Quer dizer, então... o que fala que é do trabalho dos escravos são os muros de pedra e são essas... a...

Marilucia: Esses muros de pedra se encontram aonde?

Entrevistado 18: Na divisão da cidade, dos terrenos. Você subindo aqui prá... saindo aqui no trevo, você subindo, você vai ver, tem os muros, vindo de Goiânia, você vê, tem aqueles muros parecendo um dinossauro assim... Tem, tem uns que estão preservados. Então, esse é um trabalho...

Marilucia: Mas o Governo se preocupa em preservar ou estão preservados porque não caíram ainda?

Entrevistado 18: Nada, é porque não caíram ainda e também tem fazendeiro que tem uma consciência, que faz, né? Aqui perto do Departamento de Obras do prefeito tem uma furna. É uma espécie de uma caverninha assim, que era onde o pessoal fugia. Lá tem até lençol d'água assim que passava... Tem isso.

Questionado sobre a herança indígena na cultura vila-boense, respondeu de forma sucinta:

Marilucia: E dos índios?

Entrevistado 18: Dos índios, o que ficou foi a cultura mesmo, assim essa... as comidas, o jeito deles, os trabalhos artesanais...

Quis saber deste outro entrevistado, mais acercado ao tema das comunidades quilombolas, sua opinião:

Marilucia: [...] O senhor acha que esses "bobos", eles deram, de uma certa maneira, uma sequência a esses serviços dentro de uma certa... como eu diria... com cuidado na pala-

vra, mas assim deram uma sequência aos trabalhos que antes eram prestados pelos escravos? Foi uma continuação assim... já que eles eram utilizados...

Entrevistado 02: Ah, sim! Ah, sim...

Marilucia: Porque a preocupação do senhor é com a questão da escravidão, não é?

Entrevistado 02: Exato. Bom, isso aí a gente já tem alguns elementos tanto dos indígenas quanto dos escravos, não é? É... Agora, não tem... é exatamente que eles substituíam escravos, né? O “bobo” é como um escravo quase, um escravo deficiente, né? E era mandado prá levar recados e fazer... levar... levar algumas coisas para os ricos... Trabalhos pesados também... Isso mudava porque às vezes a maioria era mulheres também.

Referindo-se ao trabalho dos “bobos”, esta entrevistada transmite, em uma frase, esta memória dos tempos da escravatura:

Entrevistado 03: Bem mais antigo, né?... É como no tempo dos escravo, também tinha escravo, né?

Para esta família, a aproximação entre “bobo” e escravo é natural:

Entrevistada 27: Não era “bobo”, não. Lá antigamente era escravo.

Entrevistada 29: Fazia parte. Isso já é antigo [palavra inaudível.], pro cês vê, já é antigo.

Para uma pessoa do povo, o uso da expressão, também, surge espontaneamente:

Entrevistado 20: Então faz eles de escravo. Existe muito.

Neste relato a entrevistada acrescenta a atribuição de origem negra aos “bobos”, ao mesmo tempo em que relata a forma naturalmente aceita pela comunidade da aplicação de castigos físicos:

Entrevistada 08: Sim, porque a maioria dos que a gente via era negro ou filho de negro. Sabe, a maioria, né [fala o nome da entrevistada 09]? Quando a gente via aquele povo que morava assim, a maioria era negro.

Entrevistada 08: É, isso. Dormia lá no fundo, e comia aquilo que ninguém queria mais. Às vez acabava até perdendo, quando era dado.

Marilucia: Mas eles eram segregados mesmo?

Entrevistada 08: É. Eram pôcos aqueles que eram tratados com um bucadinho de dignidade. Era igual a [fala o nome da entrevistada 09] falô, era prá trabalhá, trabalhá e se bobeasse apanhava.

Marilucia: E esse castigo físico era constante?

Entrevistada 08: Era, nossa. Era constante. Por isso que eu digo, era ali naquele casarão na praça. Ali o dotô... morava. Tem um porão que dá prá rua. Muitas vez Da. [fala nome de mulher] pegava essa menina, batia assim com portão aberto, as pessoa passava na rua e nunca ninguém fez nada, sabe. Então eu não sei se achavam que era assim, porque o que acontece: não tinha uma lei prá protegê ninguém. Cada um fazia do jeito que dava certo, do jeito que bem entendia e pronto. Não existia uma lei.

Esta família afirma que o “bobo” que com ela convive tem origem no quilombola, onde há outros deficientes mentais também:

Marilucia: Vocês conheceram os pais dele, a família dele?

Entrevistado 31: Eu não, meu pai chegou a conhecer.

Marilucia: Chegou a conhecer?

Entrevistado 31: Sim.

Marilucia: E ele é o único que tem esse problema, de deficiência?

Entrevistado 31: Não, tem alguns outros que têm...

Entrevistado 32: São vários irmãos.

Entrevistado 31: São vários irmãos. Ele é descendente do quilombola aqui, do Água Limpa, descendente mesmo assim de escravos, então ele é bem... A história dele é muito interessante.

A desproteção dos “bobos” e sua docilidade decorrente das limitações de suas deficiências foram lembradas nesta entrevista, sendo associadas à ideia de escravatura e à origem negra:

Entrevistada 08: O fato de eles é, escravizarem essas pessoas. Eles não tinham condição de se defendê, de dizê: eu não vô fazê esse serviço aqui, tá muito, tô passando do horário ou você vai tê que me dá tanto. Eles não sabiam fazê isso, então era prático, né que as pessoas botassem eles prá fazê, prá trabalhá.

Entrevistada 08: Eu acho que a maior parte era negro, já vinha dos escravo mesmo. A maior parte, a princípio, era negro, então os pais já trabalhava ali, né. Os filho já ia crescendo e já...

Marco: Agora, essas coisas foram mudando, né, hoje em dia a gente...

Entrevistada 09: Não vê isso mais.

Entrevistada 08: Até porque existe uma lei, né? E hoje as criança tão espertas, se me batê, mesmo essas, as pessoas tem mais medo, porque se aquela pessoa não for capaz de se defendê, de denunciá, um vizinho faiz. Então eles tem mais medo, porque hoje a coisa mudô muito, por essa lei.

Nesta entrevista, uma das pessoas presentes sugeriu a origem negra dos “bobos”:

Entrevistado 16: E... o que pode notar também é a... a... a descendência de pele escura. Os “bobos” têm traços marcantes de negros.

Entrevistado 14: [falando em paralelo.] Mas os “bobos” não eram negros. Eram mais brancos do que negros. Muito mais brancos do que negros.

Entrevistado 16: [falando em paralelo.] De... de... Mas, mas no... no asilo, no próprio asilo, ainda, a grande maioria é de pele bem morena com traços marcantes dos negros.

Quando investiguei mais suas opiniões, deteve-se nos caracteres fisionômicos para atribuir origem negra à maior parte dos “bobos”:

Marilucia: Agora, você, Entrevistada 16, tava se referindo a essa questão dos “bobos” serem provenientes de famílias negras, né. Nós sabemos que aqui, que no Estado de Goiás nós tivemos vários quilombos, não é? Você acredita que tenha alguma conexão entre essas doações dessas crianças, com relação assim... Alguma vinculação entre o fim da escravidão, né, e esse início de prática de acolhimento desses deficientes? [...]

Entrevistada 16: E até hoje. Quem ainda tem um em casa e eles ainda servem esse tipo de trabalho, até hoje.

Entrevistada 14: [falando em paralelo.] Fazem esse tipo de trabalho.

Entrevistada 16: Mas quando eu digo da característica da pele morena, eu falo, eu acho que tem aí uma descendência dos africanos, que aqui se estabeleceram e você pode notar que a

fisionomia deles, são, não é o negro, é... é... goiano, não, tá? Mas são aqueles negros de lábios grossos, de nariz bem aberto, com traços mesmo de, de, do pessoal da, da África. Certo? Acho, sim, que tenha a ver.

Nesta mesma entrevista, o que o entrevistado denomina de conexão entre “bobos” e origem negra, além de referências a um quilombola, é afirmada no decorrer da conversa, apesar da discordância de uma das pessoas presentes:

Entrevistado 15: Mas não tem como a gente negar essa conexão, não vejo. Mesmo porque a origem de Goiás, a presença dos negros, foi muito forte, né? Nas construções, na própria aqui, no início da cidade. No arraial, em toda essa região aqui. E hoje existe ainda, tem história que diz que alguns quilombolas, alguns escravos negros que moravam aqui hoje, vinham daquela região de Cavalcante, aqui da região de Goiás ainda, que existem ali, no alto da serra. Até eu fiz uma pesquisa, uma época, pela universidade, que a gente subia de burro. Eles tem essa região lá ainda. Fica em Cavalcante, em Natividade tem, em Vila Procópio, se não me falta a memória...

Entrevistado 16: Vila Propício.

Entrevistado 15: Vila Propício, não é?

Entrevistado 16: Vila Propício.

Entrevistado 15: Então.

Entrevistado 14: Mas eu ainda acho que no asilo, aqui, predomina o branco.

Entrevistado 15: O branco.

Entrevistado 16: O branco, branco?

Entrevistado 14: Mas é muito mais, muito mais.

[...]

A correlação entre negros e “bobos” continuou a ser tratada com naturalidade:

Entrevistado 15: É, a verbalização deles é muito difícil, né, no entendimento. E, ali mesmo na rua quatro, ali, perto da minha casa, tem uma. E agora, lembrando do que você tava falando [olhando para Entrevistado 16.], lá tem negros mesmo, entre eles. Essa senhora sempre, a via varrendo a calçada. Certa vez eu passei, mudando recente para aquele local um detalhe aí que eu percebi que ela tinha um certo transtorno, porque ela falou e eu não entendi nada do que ela falou. Ai eu parei para conversar mais um pouco. Aí o moço falou: não, ela é assim mesmo. Mas só que ela tava me entendendo o que eu tava falando. Quando eu passo, eu falo bom dia, ela faz assim prá mim [faz um aceno de mão.], então ela tá entendendo o que eu tô falando bom dia prá ela. Ela deve ter hoje, vamos dizer assim, 40, 50, 60 anos a idade dessa senhora. E é ela que todo dia tá varrendo a porta, lá. E eu vejo que ela tá varrendo. Não vejo outra pessoa fazendo esse serviço.

Esta entrevistada fez um exame dos “bobos” por ela conhecidos, para concluir que nem todos tinham origem negra:

Marilucia: Agora, assim, também uma informação que a gente colheu aí dos depoimentos foi a existência também que os “bobos”, eles em geral, são negros. A senhora confirma isso?

Entrevistado 24: Interessante. Geralmente, por exemplo, os que eu conheço, a “Boba” 03 é negra, a “Boba” 04 é negra, essa “Boba” 05 também é negra. Pois é, tem a “Boba” 05 também, você viu que é negra. Os “bobos” da [nome de mulher], eles não eram negros, eles

eram mais, eles eram morenos claros. O [nome de “bobo”] também não era negro, “Boba” 02 não é negra. Então, tem isso aí também.

Para usar a expressão de um dos entrevistados, o ranço escravocrata ainda está profundamente arraigado nas reminiscências históricas da Cidade de Goiás: é quase unânime a associação entre a condição dos “bobos” à dos escravos.

Esse ranço escravocrata, em algumas situações, se transforma, também, num ranço racista, quando a distinção entre as ideias de “bobo”, escravo e negro é lançada num saco de confusões.

Nesse contexto claramente fantasioso, as “explicações” genéticas para a existência dos bobos se afasta ainda mais de qualquer consideração científica, assumindo ares de preconceito.

A comunidade quilombola, situada nos arredores da cidade, pela via dessas fantasias alimentadas de reminiscências, chegaria a receber, no limite e para alguns, a designação de lugar de nascimento da maioria dos “bobos”.

É outro forte indício de confirmação, até surpreendente, da hipótese do “bobo” como prole contaminada e degradada a que me referi no capítulo 7 quando apresentei o Constructo do avesso do tabu e do avesso do *mana*¹³⁴.

9.15. O Asilo: destino final dos “bobos” velhos

Os “bobos” são uma figura em evidente extinção na Cidade de Goiás. Com a difusão dos recursos mais modernos da medicina, principalmente do ponto de vista preventivo, não se assiste mais ao nascimento de crianças com deficiências semelhantes às dos “bobos” que ainda sobrevivem. Além disso, os recursos educacionais especializados também se difundiram, de tal modo que

¹³⁴ Ver p. 203.

os atuais portadores de deficiências mentais são atendidos de forma absolutamente diferente do que ocorria nos séculos anteriores.

O atendimento aos antigos “bobos”, iniciado ainda no século XIX com a criação do Hospital São Pedro de Alcântara, foi inovado, no início do século XX, com a criação do Asilo São Vicente de Paulo, que completou seu centenário em 2009.

No decorrer deste período de cem anos, o Asilo São Vicente de Paulo se converteu no lugar preferencial de acolhimento dos “bobos” da Cidade de Goiás e região. Para lá eram encaminhados os “bobos” sem assistência, assim como muitas crianças com deficiência mental, posteriormente “adotadas” por famílias da cidade. Desta forma, o Asilo se tornou, desde seu início, referência em todo o Estado de Goiás para o acolhimento aos “bobos”.

Durante meu trabalho de campo o nome do asilo foi citado em quase todas as entrevistas. O surpreendente é que grande número dessas pessoas foi ocasionalmente até lá.

Na primeira visita que empreendi à cidade, sua diretora, Irmã Maria Aspásia Lisboa, de nome civil Rulde José Lisboa (PRUDENTE, 2006, p. 71), havia recentemente falecido, em outubro de 2005, aos 80 anos. Conduziu o Asilo durante 25 anos, podendo ser considerada como a última representante da postura original, missionária, assistencialista e caritativa, que orientou a fundação do Asilo. Era, no dizer dos que a conheceram, de uma capacidade de trabalho imensa, uma dedicação a toda prova, mas, ao mesmo tempo, extremamente centralizadora.

Pela própria evolução dos tempos, a realidade social da época da fundação do Asilo mudou profundamente. A diminuição do número de crianças com deficiência mental e as novas formas de atendê-las transformaram o asilo, nos dias de hoje, no destino final dos “bobos” idosos, cujas famílias não mais se disponibilizam a deles cuidar.

Por isso, atualmente vem sofrendo modificações a olhos vistos, não só em suas instalações mas, sobretudo, em sua orientação de atendimento e administrativa. Está em franco processo de se converter num centro de reabilitação motora, atividades de fonoaudiologia, terapia ocupacional e residência especializada para idosos com doenças mentais senis.

Os relatos que coletei são importantes para documentar este momento de mudança, pois contrapõe a realidade atual com as reminiscências de alguns moradores mais antigos da cidade.

As atuais responsáveis pela administração do asilo, quando me receberam, assim se referiram à sua história:

Assessora ASVP: Era esse o tratamento que era dado. Foi por isso que nasceu o Asilo São Vicente de Paulo, que em meados de 1900, houve a doação do terreno para Sociedade São Vicente de Paulo e os vicentinos se uniram no trabalho de construção dessa casa, para que pudesse acolher essas pessoas deficientes. Houve um apoio muito grande da sociedade, os fazendeiros, as pessoas de posse, todos doaram, cada um doou um pouquinho e foi construído o Asilo São Vicente de Paulo. Ele levou aproximadamente 9 anos para ser construído, para ser construído e concluir a obra e em 1909 foi concluído. Dia 25 de julho de 1909 foi inaugurado, na data do aniversário da cidade. Então os vicentinos, eles se empenharam nessa construção, uniram forças junto com a comunidade e eles pensaram em um grupo que pudesse administrar o asilo. Eles pensaram nas irmãs dominicanas, nas freiras, eles pensaram e então elas foram convidadas. Na época já existia o colégio Santana. Esse ano fez quantos anos? Eles pensaram, pediram ajuda das irmãs dominicanas e vieram duas irmãs dominicanas do colégio Santana para administrar o asilo. No início eram 14 deficientes que foram trazidos prá cá. Não existia na época um regimento que pudesse estabelecer idade, então não existia nenhum critério, todos podiam vir. Crianças, jovens. Então, em 1909, não é irmã? O trabalho do asilo, o trabalho social São Vicente de Paulo, que eram 14 no início, foram vindo, foram crescendo em número. Era muito difícil na época, porque quando as irmãs chegaram, elas constataram que faltavam banheiros, então elas foram começando e depois da obra pronta elas tiveram que fazer umas modificações.

Recuperam a história de como as crianças deficientes eram deixadas nos jardins do Asilo e seu batismo com o nome de Aparecida:

Assessora ASVP: Não, as pessoas vinham e deixavam no asilo prá serem cuidadas. O asilo nasceu com esse propósito de dar um tratamento humanizado para essas pessoas que eram excluídos da sociedade. Muitos traziam. E eles eram acolhidos.

Marilucia: E as famílias assistiam, de certa forma, à distância, vinham visitá-los?

Assessora ASVP: Essa parte da história eu ainda não tenho. Como que era irmã, as famílias vinham visitar, como que era no início em 1909?

Diretora ASVP: Porque as irmãs que residiam aqui, elas contam que as pessoas, muitos deixavam pequenos na porta. Que ali na frente era um jardim, no lugar da equoterapia era um jardim, e que encontravam as crianças lá e traziam. Inclusive tinha gente que deixava um bilhetinho com nome, com a data de nascimento, outros não, só deixavam e iam embora. E a irmã acolhia, dava nome de Aparecida, sempre que tem algum com

nome de Aparecida é porque foi deixado na porta. E não tinha mãe. Inclusive a gente tinha uma dificuldade muito grande, porque muitos têm pais ignorados, é porque deixavam e a irmã não podia inventar pai. Então colocava o nome e deixava o pai ignorado, e hoje a gente tem muita dificuldade do benefício, porque não pode tirar CPF, a carteira de trabalho, demora um pouco porque o nome da mãe é essencial no CPF, isso dificulta um pouco.

Questionando quanto à população atual de internos abrigados na instituição, colhi o seguinte relato:

Assessora ASVP: Olha, existe assim também o que se corre na cidade é que elas queriam ter essas pessoas em casa prá fazer o trabalho doméstico. Quando elas envelheciam, perdiam a serventia e eram trazidas para o asilo. Não é uma coisa assim generalizada, existem as exceções de famílias que realmente tinham carinho por essas pessoas e se preocupavam mesmo em dar um suporte prá elas, mas a maioria era trazida. Nós temos aqui uma delas a gente chama de [fala do nome de uma “boba” interna], que trabalhou muitos anos em uma casa, e que até hoje tem pessoas dessa família que vem aqui, os mais jovens vem prá visitar, mensalmente.

Diretora ASVP: Os filhos que ela ajudou a criar.

Abordam, também, a questão dos benefícios assistenciais de origem governamental como saída para as famílias manterem seus idosos em casa. Reconhecem as dificuldades vividas pelas famílias nestes casos, relacionando-as com os motivos de seu envio para o Asilo e as dificuldades econômicas do próprio Asilo:

Assessora ASVP: Inclusive existem algumas famílias hoje, aqui, atuais, que tem seus idosos em casa, e que assim, eles poderiam criar essa condição desses idosos deles continuarem no seio familiar. Porque hoje o governo facilita muito essa questão, que é o direito deles que é deles terem um benefício que é de direito deles e eles podem, com esse benefício, comprar alimento, medicamento, fraldas, e unir assim com esse recurso, que a gente sabe que não é suficiente. Hoje no asilo os recursos são insuficientes, a gente recebe ajuda de recursos da própria Província, recursos do próprio Ministério da Saúde. Criamos uma clínica de fisioterapia, justamente por causa da necessidade que a gente viu que alguns tinham que ir prá Goiânia fazer fisioterapia, os recursos são insuficientes ainda. E no seio familiar a família poderia criar essa condição hoje, na atualidade, de manter os seus idosos, os seus deficientes. Mas eles não querem porque é trabalhoso, exige dedicação, exige tempo, precisa de uma pessoa constantemente, 24h, prá trocar fralda, prá dar banho, alimentar, dar medicação na hora certa. Muitos, têm, vêm acompanhados de doença, própria da condição deles. Outros adquirem diabetes, Mal de Parkinson. Exige um cuidado especial. E eles acham trabalhoso.

Uma antiga moradora da cidade me relatou que estas dificuldades econômicas sempre existiram, reproduzindo um diálogo que manteve, certo dia, com a Irmã Aspásia:

Entrevistado 14: A Aspásia era muito boa pr’aquele pessoal. Eles gostavam muito dela. Um dia ela chegou prá mim e falou assim: [Entrevistado 14], tem uma pessoa, aqui, precisando de medicamentos e a família não quer dar. Acho que era, devia ser, uma “boba” mes-

mo. Eu não sei o que eu faço dela. Não tem medicamento, tem que dar... Aí eu falei: eu sei o quê que a senhora vai fazer. A senhora pega o telefone, liga prá família, fala que a senhora vai devolver. Só isso. Não precisa falar mais nada. Na mesma hora... não, não, não, nós vamo mandar. Aí, ela voltou feliz. Conseguiu os medicamentos.

Entrevistado 16: Ora se...

Entrevistado 14: Ninguém ia... quer levar de volta depois de muito tempo, né? Na hora, eles deram o medicamento, e ela... e daí ela ficou satisfeita.

A assessora do Asilo detalha o atendimento oferecido aos internos e evidencia, mais uma vez, a escassez de recursos:

Assessora ASVP: Só que eles aqui, 60% deles usam fraldas descartável. Hoje nós pagamos, R\$ 8,75 por cada pacote com 15 fraldas. A maioria deles usam medicamento de alto custo que a gente ainda não recebe no município. Existe muita dificuldade, de avaliação que dificulta o acesso ao medicamento de alto custo. A maioria deles precisa do tratamento fisioterápico, fonoaudiológico, psicológico, do cuidador que dá o banho e dá o alimento na boca, existe toda uma técnica prá quem tem dificuldade. Isso é acompanhado pela fonoaudióloga, ela orienta cada pessoa que vai cuidar. Depois você pode até conversar com ela, seria interessante você conversar com ela. Eles dependem de tratamento fisioterápico prá poder facilitar inclusive a adaptação deles nessa dificuldade diária que eles têm. O deficiente, ele recebe tratamento fisioterápico todos os dias, massagens, com óleos. Aquele que não levanta da cadeira, recebe massagem com óleo, prá ajudar assim a circulação naqueles membros. Aquele que tem dificuldade nos pés, dificuldade de locomoção, recebe o tratamento lá na clínica prá amenizar aquele problema de locomoção. Então os nossos gastos eles ficam bem acima desses valores. Nem todos recebem este valor.

As exigências legais para a obtenção de documentos de identificação pelos internos são obstáculos para a obtenção de benefícios governamentais, resultando em maiores dificuldades para a sustentação do Asilo:

Marilucia: Mesmo nas condições do deficiente, ter sido encontrado...

Diretora ASVP: Mesmo. Eles pedem o nome da mãe. Às vezes não tem nome da mãe, nem nome do pai.

Marco: Não tem um meio judicial de suprir isso?

Diretora ASVP: O dr. [Promotor Público], que é o promotor de justiça já nos ajudou bastante, e tem nos ajudado nessa questão de arrumar o nome, mas de qualquer forma dificulta porque o nome da mãe é essencial, porque no caso do benefício, tem de existir o nome da mãe. Se não existe fica difícil. Nós temos 50% que têm o benefício. Nós ainda temos alguns aqui, que vieram pequenos, a [nome de uma "boba" interna], a [nome de outra "boba" interna]...

Sobre esta questão, o Promotor Público se manifestou com as seguintes palavras:

Promotor Público: Ah! Sim. Aí vamos voltar para a questão temporal, constitucional e institucional. Vamos lá. Temporal a partir do ano de 2006 prá cá, o que foi feito? Objetivou-se identificar todos os idosos, e portadores de necessidades especiais que se encontravam no asilo, na entidade asilar, justamente para quê? Para saber como estava a situação jurídica deles, se eram reconhecidos no mundo, se tinham registro, ou se teriam direito ao que a gente chama de benefício da lei orgânica da assistência social, que alguns confundem com aposentaria, porque aposentadoria está vinculada à prestação laboral e o

benefício é uma complementação assistencial, quando se identifica na família ou familiar, que há uma renda familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, e essa pessoa que se encontra dentro do grupo familiar, ou sozinho, não tem condições de prover sua própria subsistência. Então há um procedimento junto ao INSS, um requerimento para que seja concedido, mas pra que seja feita a concessão desse benefício é necessário que a situação de registro perante a Secretaria de Segurança Pública, cadastro de pessoas físicas e mais um tantão de coisas, seja regular. Aí o que aconteceu? Na época de 2006, o INSS ainda tem uma lei de 2007 ou 2008, se não me falha a memória, lei federal, que hoje determina um novo procedimento para a suspensão de benefício, decorrente do recadastramento. E como é que funciona essa lei hoje? Para que seja feita a suspensão, da concessão, decorrente da ausência do cadastramento, isso não é automático e, até 2006 isso funcionava. O que acontecia, determinava-se que um grupo X, ou um número tal, comparecesse ao órgão de cadastro do INSS, e apresentasse a sua regularidade: olha eu estou aqui, estou vivo. O que acontecia muito era das pessoas continuarem a receber benefícios de falecidos, porque não encaminhavam pra fins de baixa, por aí vai. Então o INSS entendeu que precisava fazer esse cadastro e suspendeu a todos que não estavam sendo acompanhados. Havia uma situação de transição porque o asilo, que havia perdido sua gestora, irmã Aspásia, que tinha falecido e a irmã Acirema, que havia assumido a direção ainda estava se inteirando da questão administrativa, e logo em seguida, eu cheguei para assumir a Promotoria. Dentro da função fiscalizatória, o que aconteceu? Houve essa dificuldade de identificar procedimentos anteriores, com o que deveria ainda estava sendo atual. Mas, no final das contas o que aconteceu? Conseguiu-se localizar que haviam pessoas que ainda não tinham o registro, ou que tinham o registro, mas o registro havia sido feitos de forma equivocada, ou que haviam pessoas que haviam sido interditadas, e que não tinham o registro. Por conta de ações, os famosos mutirões, que acontecem em justiça coletiva, vai lá e resolve uma quantidade de problemas de uma vez só. Um exemplo recente foi esta questão da semana da conciliação. Só que algumas formalidades não haviam sido respeitadas e com base nisso pra que pudesse ter o benefício isso não seria possível, e o INSS já estava próximo de suspender a concessão de todos os benefícios das pessoas que não haviam sido recadastradas. Então o que aconteceu em um primeiro momento: houve um pedido na época do próprio asilo, pra que todos os processos de interdição, onde as interdições estavam garantindo junto ao INSS benefícios, e as pessoas não teriam sido ainda recadastrados, que se suspendesse, essa possibilidade de suspensão do benefício, até que se resolvesse isso. Logo em seguida veio a atuação institucional, que foi a de identificar ponto por ponto cada um daqueles que lá se encontravam, filiação, identificação, se documento junto ao cadastro pessoal estava ok e outros mais e, dentro disso, o que conseguimos localizar: pessoas com nome trocado, registros incorretos, vários familiares homônimos, e com o mesmo documento junto ao INSS. Aí havia um indeferimento da concessão do benefício, porque já tinha sido registrado com aquele número de carteira de identidade.

A postura missionária, assistencialista e caritativa das origens do Asilo não comportava preocupações especiais com a documentação dos “bobos” ou uma estruturação mais condizente com critérios atuais na sua organização. Tampouco, da parte dos órgãos públicos, havia legislação mais precisa sobre o assunto. Isso resulta nas dificuldades que a atual administração do Asilo enfrenta no sentido da legalização da situação de seus internos:

Marilucia: Nesses papéis irmã, a senhora viu algum dado de origem de condições de nascimento desses deficientes. A senhora chegou nessa documentação a encontrar alguma coisa?

Diretora ASVP: Como eu já falei, alguns que já consegui fazer o registro, porque tem pais ignorados, não tem muito. Porque a irmã não se preocupava muito com isso, com esse negócio de procurar por que vêm? De onde vêm? Qual a família? Ela não tinha essa preocupação. Chegava, ela acolhia, trazia, cuidava direitinho. Agora que a gente vai tentando resgatar, quem trouxe, quando veio, quem trouxe, inclusive tem gente que foi colocado, que não se encontra a data que foi colocado. E as pessoas falam assim: mais ou menos em 2000 e pouco, mais ou menos mês tal... E a gente vai colocando.

O Promotor Público oferece uma visão legal do problema:

Marilucia: Aqui em Goiânia aconteceu muito essa situação de crianças que eram postas, na soleira porta, ou no jardim? Essa questão não tinha me passado pela cabeça. Como é que fica esta questão de identificação civil de uma pessoa que tem pais desconhecidos?

Promotor Público: A reconstrução desse registro familiar hoje é possível quando você tem pelo menos alguns indícios para poder buscar uma identificação através do DNA em tese.

Marilucia: Quando isso não acontece? A pessoa fica sem registro?

Promotor Público: Não, a pessoa não fica sem registro, não é o caso. Existe uma ação que é a ação de registro tardio ou, busca-se depois, a ação de reconhecimento posterior, de identificação posterior, não de ação. Basicamente qualquer um pode ter, os objetivos que se pedem em termos de tutela judicial é o seguinte: fulano não foi registrado dentro do prazo cuja lei determina, é possível fazer o registro dele depois? Sim, sem dúvida alguma. Mas, como é que eu vou encontrar esses dados para que esses registros sejam fidedignos? Porque a presunção de ter um documento público, é a presunção de que aquele documento é verídico, por ser público, daí porque a questão do registro. E ser de obrigação dos órgãos públicos, dos cartórios. Mas, ao mesmo tempo há a preocupação pra que não se crie uma falsa identificação. Então daí que se busca, ao máximo, o critério de cautela, para tentar localizar dados que indiquem de onde é aquela pessoa, qual que é o grupo familiar que aquela pessoa pertencia. No interior isso é um pouco mais tranquilo, principalmente as pessoas que hoje são portadoras de necessidades especiais, hoje recebem um tratamento diferenciado do que há trinta, quarenta anos atrás. Constituição com 21 anos, isso fica mais humano, principalmente há registros de pessoas que tinham condições financeiras muito boas, dentro daquele grupo familiar pra evitar a questão pertinente em relação à divisão do patrimônio em série de sucessão, não havia o reconhecimento da pessoa do grupo familiar enquanto participante do grupo familiar: mas meu filho nem registro, não tem. E na hora em que os tutores, os responsáveis perdiam contato, aqueles que tinham acesso à parcela da herança que deveria ser partilhado, normalmente entregavam como se fulano não fosse, não tivesse vínculo familiar nenhum, mesmo afetivo. Para evitar justamente a questão da partilha de bens. Reconstruir isso judicialmente hoje é muito demorado, tem de se ter uma cautela muito acentuada, porque você não pode sair indicando a, b, c, d, e ou f, para integrar aquele grupo familiar, pelo menos a título de vínculo de parentesco. Em que pese, ser discutível hoje, a possibilidade de partilha de bens e reconhecimento a título sucessório, com base em critérios de afetividade. Hoje se discute muito isso, você tratar alguém como filho durante toda uma existência, não cria vínculo nenhum de parentesco, não adota, não tem nenhum registro que o coloque como parente daquele pessoa, mas o trata como se fosse filho. Essa pessoa tem o direito de buscar o reconhecimento de paternidade afetiva ou maternidade afetiva. Já que o vínculo de afetividade para fins sucessórios entre homem e mulher já existe, ele também passa a ser cogitado para fins de identificação sucessórios para filhos.

Marco: Há casos aqui?

Dr. Paulo: Aqui em Goiás teve um caso de uma senhora que cuidou a vida inteira de um rapaz, mas não registrou como filho. Era estampado o reconhecimento enquanto vínculo familiar. Ela gastou boa parcela de dinheiro com ele, boa parcela na educação dele,

mas sem vínculo de parentesco nenhum. E chegou ao estado de senilidade bem avançada, sem mais ninguém para poder auxiliar, mas ainda mantinha condições de poder cuidar por si próprio, e no final, na hora em que ela precisou dele, ele simplesmente não deu atenção. Nós tentamos a propositura de uma ação judicial para buscar esse reconhecimento de vínculo afetivo, para fins de responsabilização patrimonial com base no dispositivo constitucional, só que no final essa senhora faleceu. A idade já estava bem... É a hora que você começa a observar que o direito ao reconhecimento do vínculo afetivo, também gera a responsabilização patrimonial.

Nos dias de hoje, a preocupação do registro de informações sobre os internos, não só do ponto de vista legal, mas também para fins clínicos de acompanhamento de seu estado de saúde, está sendo observada:

Assessora ASVP: Cada paciente tem um prontuário aqui, porque tem um médico clínico geral que atende três vezes por semana. Ele é contratado do asilo, com recursos do asilo. E também nas urgências. Porque nós temos casos de óbitos. Às vezes nós passamos o ano inteiro sem ter óbito. Mas, às vezes nós temos um caso de óbito ou outro, às vezes a pessoa está idosa, da própria patologia que leva ao óbito. Então nós precisamos de ter esse médico, ele atende na urgência. É ele que emite o atestado de óbito. Muitos desses não têm família. Foram deixados nem pela família. A responsabilidade é total do asilo. Aqui é a casa deles. Com o tempo eles conseguem ter essa consciência, alguns que são assim, que tem um certo grau de entendimento, conseguem saber que aqui é que é a casa deles, é aqui que eles são cuidados, aqui são amados. É aqui que eles recebem carinho, afago. Porque as irmãs, elas passam isso para cada funcionário que é admitido aqui.

Uma das entrevistadas que visitei na cidade abordou espontaneamente a questão da sexualidade dos “bobos” no Asilo, fazendo o seguinte comentário:

Entrevistado 25: Lá no asilo tem uns que dão trabalho.

Marilucia: É?

Entrevistado 25: É, eu conheço. Tem alguns que dão trabalho assim nesse sentido. E ela nunca...

Marilucia: Que tipo de trabalho?

Entrevistado 25: Lá no asilo, toda a vida, as freira tem que separar, né. Por que eles dão trabalho.

Outra entrevistada também comentou o cuidado das irmãs do Asilo na proteção das “bobas”:

Marilucia: É, porque eu tenho uma curiosidade de saber se é, quer dizer, as relações sexuais entre “bobos” e pessoas da própria família ou mesmo da comunidade, normais, se vocês têm alguma informação de que tipo de crianças foram geradas, se foram com deficiência ou não; e também a sexualidade entre eles. Esse tipo de dado vocês não conhecem?

Entrevistado 14: Sabe que eu moro aqui... Sempre morei aqui. Eu nunca ouvi falar num caso de uma gravidez dentro do asilo. Nunca. São protegidas... E é um... e tem alas separadas.

Questionei as responsáveis pela administração do Asilo a esse respeito e recebi os seguintes esclarecimentos:

Marco: D. [nome do Entrevistado 25] também estava falando sobre as “bobas” e sobre a sexualidade, disse que aqui elas dão muito trabalho, é verdade? Como é que é isso?

Assessora ASVP: Aqui não, porque é muito separado, pode ser que no passado tenha dado, mas hoje...

Diretora ASVP: Não, sempre foi separado.

Assessora ASVP: Sempre foi separado, e as irmãs fazem questão, de estarem sempre de olho, nunca houve nenhum problema.

Marco: É, isso ela falou, que nunca houve.

Assessora ASVP: Sempre teve o lugar do outro... os homens não podem vir aqui, eles sabem que não podem vir.

Diretora ASVP: Eles mesmo repreende quando tem algum interno que vai... Ai vai e traz dá uma palmadinha e fala que lá não é lugar. O [nome de um “bobo” interno] que tem esquizofrenia, é o único que chega até aqui, porque quando ele vê que tá na hora de trocar a bolsa de colostomia e a enfermeira, se ela não aparecer, ele chega até aqui. Mas aí a gente já dana e tal. Mas é o único que chega até aqui. Ele é muito respeitoso, muito contido. Apesar de ter esquizofrenia, ele é muito inteligente, é uma característica deles. Ele teve um probleminha no intestino e teve de colocar uma bolsa de colostomia. Tem que ser trocada na hora certa. Quando ele vê que tá na hora certa e se a enfermeira não aparece, ele ranca, chega com a bolsa na mão.

Quando perguntei sobre comportamentos agressivos dos internos, fizeram a seguinte descrição:

Marilucia: E os “bobos” eles têm algum tipo de ataque mais motor, de se jogar no chão, de se machucarem, que precisa de uma contenção maior?

Assessora ASVP: Tem. Inclusive tem uma aqui, que ela come muito, e a alimentação aqui é servida na hora certa, e quando tá chegando próximo de 11hs, ela sabe que tem que comer e ela se joga no chão e esperneia igual uma criança.

Marilucia: Todos os dias?

Assessora ASVP: Todos os dias. E ela só para de chorar quando fala prá ela, tá na hora da comida. Ela levanta do chão.

Diretora ASVP: E depois do almoço tem de ter o cafezinho.

Assessora ASVP: Se não tiver o cafezinho ela esperneia. E quando tá próximo do lanche, é do mesmo jeito. Então, o apelido dela é [nome da interna] chorona, justamente porque ela chora que nem uma criança que quer mamar. Ela esperneia, ela se bate.

Indaguei, também, sobre situações de conflito entre os internos:

Marilucia: Então existem brigas entre eles?

Diretora ASVP: Brigas deles entre eles mesmos, uma pega a boneca da outra, uma come a comida da outra. Eles também são muito solidários, quando tem uma que tá na cadeira de roda, eles tomam conta: leva água, leva comida. Vai lá acaricia, quando um tá chorando, ele vai lá abraça, passa a mão na cabeça, manda ficar quietinho e aí ele obedece. Ai fica quietinho, eles sempre tomam conta um do outro, lá no varandal eles vão dar água prá quem está na cadeira de roda, é surpreendente a solidariedade deles e até ensina a gente também a certas atitudes que as vezes... A gente acaba aprendendo com eles essa questão da sensibilidade para com o outro. E a gente vê que eles realmente gostam um do outro. Pode, ainda não está na hora do almoço, a gente pode. Chegando a hora do almoço eles não contam história. A dificuldade de fazer fisioterapia é esse intervalo que eles já sabem que 15 minutos, antes das 11h, eles têm que descer. Então o fisioterapeuta tem que vir buscar...

Assessora ASVP: Que é hora de comer. O horário deles do dentista, alguns já saem sentam lá na recepção esperando o dentista chegar.

Diretora ASVP: E ninguém num tira enquanto o dentista não chega.

Assessora ASVP: Sem ninguém pedir. No horário da fisioterapia tem uma que é surda e muda, ela sai e fica no varandal, na área de lazer e vai prá fisioterapia sozinha. Chega lá ela sabe o que tem de fazer. Ela só olha pro menino, esperando o horário que ela pode começar. Agora se vocês quiserem visitar tem que sê agora, antes do almoço.

Diretora ASVP: Tem que sê agora, que depois não conseguem.

Também questionei quanto ao uso de medicamentos para controlar a agitação dos internos, e ouvi as seguintes considerações:

Diretora ASVP: Agora eles são controlados, com medicamentos.

Marilucia: Ah! Eles tomam.

Diretora ASVP: Medicamentos.

Assessora ASVP: Antes não.

Diretora ASVP: Antes não tomavam.

Marilucia: Mesmo os “bobos” tomam?

Assessora ASVP: Não, só os que tem dificuldades e uma patologia mais séria, realmente em relação a este comportamento do descontrole. Antes, quando você entrasse aqui 10 anos atrás era uma gritaria, né, irmã. Hoje ainda tem um ou outro que grita, mas elas tomam medicamentos.

Marilucia: E esses gritos, quer dizer eu tô falando sempre dos “bobos”. Vocês conseguem entender o conteúdo desses gritos?

Assessora ASVP: O grito é por causa de uma necessidade que elas têm. Como elas não se comunicam, aí a comunicação delas é o grito.

Marilucia: Quer dizer, o grito é um pedido?

Assessora ASVP: É, ou quer comer, ou tá com fome, ou tá impaciente ou tá molhada. É igual uma criança, ou então tá sentindo uma dor. É de como fala de manifestação.

O médico responsável pelo acompanhamento clínico dos internos também me informou a respeito:

Marilucia: Quer dizer, eles nunca são medicados, com algum antidepressivo, ou ansiolítico, esse tipo de medicação?

Médico do HSPA e ASVP: Não, não. Na verdade em algumas situações eles são medicados, da mesma forma como existem algumas situações muito próprias em que a criança é medicada com antidepressivos, com ansiolítico. Mas eles não são medicados com ansiolíticos ou antidepressivos pra diminuir algum grau da agressividade.

Marilucia: Pra uma domesticação...

Médico do HSPA e ASVP: Pra uma domesticação não. No asilo tem pacientes que tomam Aldol mas são pacientes que tem patologia psiquiátrica grave.

A descrição feita pelos porta-vozes do Asilo São Vicente de Paulo, complementada pelas considerações do Promotor Público e do Médico do HSPA e do ASVP fornecem um panorama bastante preciso de sua realidade atual.

Na última visita que empreendi, senti que os “bobos” estavam mais “calmos”, sentados nos bancos ninando suas bonecas, fazendo seus colares de sementes e alguns assistiam à televisão.

Fica, no entanto, o sentimento melancólico de observar estas pessoas. Representam a maioria significativa dos “bobos” que serviram por tantos anos a famílias da Cidade de Goiás e seus arredores e que, no fim de suas vidas, são novamente descartadas, completando, em muitos casos, o triste ciclo de abandono que marcou sua existência: de lá saíram e para lá voltaram.

9.16. A voz dos bobos

Durante este trabalho, falei muito sobre os “bobos”, recolhi depoimentos dos que convivem diretamente com eles, fiz muitas considerações sobre suas falas. Foi sempre um falar sobre eles.

Cabe, agora, dar a palavra a eles. Afinal, apesar de suas limitações na linguagem, a comunicação foi possível, permitindo recolher suas opiniões, relatos de episódios de suas vidas e, até, a receita de um doce de laranja em calda.

Passo, então, a reproduzir algumas dessas falas que, por razões diversas, considerei mais significativas, num esforço de, neste trabalho, dar a eles a palavra, conferindo a eles o lugar de depoentes de si mesmos.

As duas primeiras entrevistas que se seguem foram feitas com “bobas de rua” encontradas ao acaso em praças da cidade. As outras duas entrevistas foram colhidas com “bobas” na residência de suas famílias.

Transcrevo, inicialmente, os principais trechos da entrevista com a “Boba” 04.

Minha aproximação com a “Boba” 04 ocorreu ao visitar o Palácio do Conde dos Arcos, no centro da Cidade de Goiás. A “Boba” 04 estava sentada em uma cadeira. Com a mediação inicial do recepcionista do palácio, iniciou-se a conversa com ela. Era o dia 31 de dezembro de 2005.

“Boba” 04: Ham?

Marilucia: Vamos conversar? Você quer conversar aonde? Sentada aqui, [Na recepção do Palácio Conde dos Arcos.] ou ali fora? [Praça do Coreto.] Como você quiser.

[Recepcionista]: Aqui dentro, pode botar a cadeira...

Marilucia: Vamos sentar ali na praça?

Seguimos até à praça do Coreto, procurando um dos bancos por ali.

Enquanto caminhávamos, procurei saber de sua história:

Marilucia: Eu quero saber a sua história.

“Boba” 04: Que história, assim, como?

“Boba” 04: A história da sua vida.

“Boba” 04: Mas no asilo é... é boa.

Marilucia: É boa? Que bom! Então vamos descer aqui? Sua vida é boa?

“Boba” 04: É boa.

Marilucia: Ham?

“Boba” 04: Pulo carnaval, jogo, participo de jogo, faz tudo, ajudo assim em festa... faço tudo.

Estimulei-a a falar um pouco mais de sua vida:

Marilucia: Me diz uma coisa, você nasceu aqui em Goiás?

“Boba” 04: Não, eu sô daqui, não. Eu sô de Pontalina.

Marilucia: Ah.

“Boba” 04: Eu sô de Pontalina.

Marilucia: Vamos sentar ali? Quantos anos você tem, “Boba” 04?

“Boba” 04: Tem... 60.

Marilucia: 60 anos?

“Boba” 04: É.

Marilucia: Aquele rapaz disse que você... é descendente... Sua família era de onde?

“Boba” 04: De Pontalina.

Marilucia: Senta aqui. Sua família é de Pontalina. E qual o seu nome todo?

“Boba” 04: [fala o seu nome completo].

Marilucia: [repito o nome completo da “Boba” 04]

“Boba” 04: Hum.

Marilucia: E você tem família, como é que é?

“Boba” 04: Não, fui criada assim, de [trecho inaudível.] de [fala o sobrenome de uma família oligárquica].

Marilucia: Ah, você foi criada pela família [repito o nome da família oligárquica]?

“Boba” 04: Foi, a minha madrinha é [trecho inaudível.] parente dos [fala o sobrenome de uma família oligárquica] daqui, era [repete todo o sobrenome de uma família oligárquica].

Marilucia: [repito todo o sobrenome da família oligárquica]. Eles ainda moram aqui em Goiás?

“Boba” 04: Não, minha madrinha faleceu.

Marilucia: É falecida?

Procurei saber sobre suas condições atuais de vida. Quando fala, salta facilmente de um assunto para outro:

“Boba” 04: É. Aí eu fiquei aí. Então eu vivo assim, com os ôtro, assim, amizade com um, amizade com ôtro... Se ocê qué sabê, eu tenho amizade cum Deus e todo mundo aqui. Assim, quando tem festa, assim, o pessoal ajuda, eu ganho presente... Então eu sô mais querida... Você nunca viu eu vestida de bandeira do Brasil, não?

Marilucia: Você vestida de bandeira do Brasil?

“Boba” 04: É.

Marilucia: Não. Você veste?

“Boba” 04: Rôpa de baiana também, carnaval também.
 Marilucia: Mas alguém, é [trecho inaudível.] por quê que eu já te vi, é [trecho inaudível.] você veste de bandeira do Brasil em que época?
 “Boba” 04: Quando ganhou o jogo do Brasil.
 Marilucia: Você vestiu de bandeira do Brasil?
 “Boba” 04: Ham, ham.
 Marilucia: E quem é que te vestiu, que te enfeitou?
 “Boba” 04: É um rapaiz lá de Goiânia que me deu o pano... da roupa do Brasil. Tenho rôpa de Brasil, eu dancei quadria também, tem jogo, um jogo que chama aqui, é... Atlético União Goiana.

É tradição na Cidade de Goiás as crianças saírem pelas praças, no último dia do ano, representando o ano velho e pedindo “um dinheirinho” Um grupo dessas crianças nos envolveu:

“Boba” 04: É. Então, essas coisa.
 Menino 1: Dá 50 centavos?
 Menino 2: Dá um dinheirinho?
 Todos: Dá um dinheirinho?
 Menino 3: Dá uma esmola?
 Menino 1: Dá uma esmolinha?
 Menino 2: Só um pouquinho...
 Menino?: Menos que 1 real, minha filha.
 “Boba” 04: Não tem.
 Menino 2: Dá um pouquinho...
 “Boba” 04: Não tem.
 Menino 2: Dá um pouquinho...
 Menino 2: Ela tem.
 Marilucia: Não tem.
 Menino 2: Dá um pouquinho...
 Marilucia: Não tem.
 Menino 3: Agora não tem, minha filha?
 “Boba” 04: Não tem.
 Menino 2: Dá um dinheirinho?
 Menino 1: Dá um dinheirinho?
 Menino 2: Oh, ela tem.
 “Boba” 04: Feliz ano novo procês. Viu? Feliz ano novo procês.
 Menino 1: Eu tenho um dinheirinho.
 “Boba” 04: Não, mas não tem. Feliz ano novo procês. Felicidade procês. [As crianças se afastam.]

Investigo mais o relacionamento que teve com a família a que ela se referiu. Como se pode ver, é difícil obter os dados precisos:

Marilucia: [Chamo-a pelo nome], você viveu com a família [digo o nome da família oligárquica a que ela se referiu] até que ano?
 “Boba” 04: Tem, tem 20 anos que ela faleceu.
 Marilucia: 20 anos que ela faleceu! E quando ela faleceu aí você saiu da casa dela?
 “Boba” 04: Não.
 Marilucia: Você ficou na casa?
 “Boba” 04: Hum.
 Marilucia: E ficou mais quanto tempo?
 “Boba” 04: Ainda tô até hoje.

Marilucia: Ah, você mora com eles, com a família.
 “Boba” 04: Não, moro [trecho inaudível.]
 Marilucia: Mas em que casa que você mora?
 “Boba” 04: Hum?
 Marilucia: Qual a casa que você mora?
 “Boba” 04: Eu?
 Marilucia: É.
 “Boba” 04: Moro lá em cima. [aponta prá cima da praça.]
 Marilucia: Mas essa casa era a casa dos [digo o nome da família oligárquica a que ela se referiu] ou eles deram prá você?
 “Boba” 04: Não, é da minha madrinha.
 Marilucia: A sua madrinha te deu essa casa?
 “Boba” 04: Ham, ham, é apropriada dela. [diz o nome e sobrenome completos da madrinha falecida].
 Marilucia: [repito o nome]?
 “Boba” 04: [completa com a lista de sobrenomes].
 Marilucia: [repito a lista de sobrenomes]. E como é que chamava a sua madrinha?
 “Boba” 04: [volta a dizer nome e sobrenome completo da madrinha].
 Marilucia: Ah, [repito o primeiro nome]?
 “Boba” 04: É, [diz novamente nome e sobrenome da madrinha].
 Marilucia: [falo o nome e sobrenome completo da madrinha], é o nome da sua madrinha?
 “Boba” 04: É.
 Marilucia: E ela teve filhos?
 “Boba” 04: Ela teve dois. Um morreu.
 Marilucia: E outro tá vivo?
 “Boba” 04: Ela nunca teve filho. Ela nunca, nunca, nunca teve filho.
 Marilucia: Ah, ela nunca teve filho?

Neste trecho, fala de suas preferências pessoais:

“Boba” 04: Não. Então, tudo foi criado. [trecho inaudível.] Sou a rainha de [trecho inaudível.] carnaval, quadrilha, de jogo, de tudo. Quando o Brasil vai jogá eu visto a roupa todim do Brasil. E quando o time União vai jogá, eu tenho a roupa também, eu tenho o uniforme. E sou, fui rainha de congada, que aqui tinha congada. Só que o prefeito aqui não, não deu valor. O prefeito aqui não contenta, não, não dá valor. Tem até um chefe da congada, mas ele não. [trecho inaudível.] Eu queria sair com a congada também, mas ele não deu apoi, o prefeito aqui. Ele não deu apoi, não deu apoi prá nada. [Silêncio. Riso.]

Insisto em obter mais informações sobre suas condições de vida, mas ela prefere falar das coisas de que gosta:

Marilucia: E você... você dorme na sua casa, você vem prá aqui, prá cidade, a sua casa fica muito longe daqui ou não?
 “Boba” 04: Não.
 Marilucia: Não?
 “Boba” 04: Hum, hum. Agora, até vou lá por [trecho inaudível.] Saí de [nome de outra cidade das proximidades.] e fazê uma sala de pôso de fúlia.
 Marilucia: Ah, de pouso de folia.
 “Boba” 04: É.
 Marilucia: E você vai participar dessa festa hoje aqui? [Comemoração de Ano Novo]
 “Boba” 04: Hum?
 Marilucia: Você vai participar da festa?
 “Boba” 04: Eu num gosto de festa.
 Marilucia: Não?

“Boba” 04: Hum, hum.

Marilucia: O que é que você vai fazer essa noite?

“Boba” 04: Hum?

Marilucia: O que é que você vai fazer essa noite?

“Boba” 04: Essa noite? Eu vô lá prá, eu vô lá prá fulia.

Marilucia: Aonde que vai ser o pouso de folia?

“Boba” 04: Tem duas prá cá e uma lá no...

Meninos em coro: [voltando a nos rodear] Me dá um dinheirim?

Marilucia: Não, eu estou conversando com ela. Você vai nos quatro pousos de folia?

“Boba” 04: Hum. Eu adoro fulia, eu faço as sete voiz assim na fulia, só que a fulias que estão dano aí, é fulia da noite, então, eu sô da fulia minêra.

Marilucia: Como é que é a folia mineira?

“Boba” 04: Hum?

Marilucia: Como é que é a folia mineira?

“Boba” 04: [Inaudível.]

Marilucia: Mas os cantos são iguais?

“Boba” 04: Não, cada fulia tem uma cantoria. A fulia da noite, ela é goiana, agora, fulia de dia, ela é minêra.

Marilucia: E a voz é fina?

“Boba” 04: É, a minha voiz, eu faço as seti voiz.

Marilucia: Você faz as sete vozes?

“Boba” 04: É, eu faço assim aaaaaah, aí vai dobranu a voiz.

Marilucia: Então, vai dobrando prá mim ouvir.

“Boba” 04: Ah não, eu tô com vergonha.

Marilucia: Por quê?

“Boba” 04: Porque eu tô.

Marilucia: Dobra prá eu ouvi?

“Boba” 04: Hum, hum.

Diante do seu acabrunhamento, mudei de assunto:

Marilucia: Mas você tá com as unhas pintadas, bonita heim?

“Boba” 04: É da bandeira do Brasil, já está desmanchanu.

Marilucia: É? Olha só! Quem foi que pintou suas unhas?

“Boba” 04: Minha colega.

Marilucia: É?

“Boba” 04: Hum.

Marilucia: Eu estou vendo sua, sua, seu pescoço, tá cheio de medalhinha. De onde é esse seu colar?

“Boba” 04: Hum?

Marilucia: Essas medalhinhas, de onde são?

“Boba” 04: É de Goiânia.

Marilucia: É? Tá bonito, né? Quem te deu?

“Boba” 04: Um rapaiz de Goiânia.

Marilucia: Você gosta de se enfeitar, né? Tá cheia de anel...

“Boba” 04: É que eu tô [trecho inaudível.] Eu tenho tudo, eu tenho do tudo. Eu tenho a rôpa, rôpa de quadrilha, tenho rôpa de congada, tenho rôpa de jogo, tenho tudo, tenho a bandeira...

Tento investigar se sente falta da família:

Marilucia: E você sente falta da [inaudível.] de ter uma família como você tinha com a madrinha ou não? Hoje você está sozinha, sozinha, [digo o nome da “Boba” 04]?

“Boba” 04: Sozinha, sozinha... Deus e eu. Prefiro mais sozinha, do que mal acompanhada. [risos.]

Marilucia: Mas o povo aqui da cidade cuida de você?

“Boba” 04: Hum, ih é tudo gosta de mim.
 Marilucia: É?
 “Boba” 04: Vixe, eu tenho amizade boa demais aqui.
 Marilucia: E onde você se alimenta?
 “Boba” 04: Ah, qualquer lugar que eu chego assim, eles dá almoço...
 Marilucia: É?
 “Boba” 04: Hum. Chama eu prá almoçar com eles, chama prá jantar... Eu sou das mais querida.
 Marilucia: Eu estou vendo, mas você é muito simpática, também.
 “Boba” 04: Hum?
 Marilucia: Você é muito simpática.
 “Boba” 04: [trecho inaudível.] Isso aí é bom demais prá mim. Eu tenho retrato com o governo lá de Goiânia.
 Marilucia: É?
 “Boba” 04: Com o governadô, tenho retrato com o Marconi [governador de Goiás], na polícia de São Sebastião [trecho inaudível.] eles tava lá almoçanu, aí eu passô... aí ele chamô nós na polícia de São Sebastião, tem tudo.
 Marilucia: Ah, sei. Quer dizer que você nasceu em 1945?
 “Boba” 04: Ah, agora eu não sei, não.
 Marilucia: Você tem 60 anos?
 “Boba” 04: Hum.

Continuei perguntando a respeito de suas lembranças da família de origem:

Marilucia: E sua família? Sua mãe, o que é que foi... ?
 “Boba” 04: Minha madrinha é falecida. Nem eu conheci minha mãe, não.
 Marilucia: Você não conheceu sua mãe?
 “Boba” 04: Não.
 Marilucia: Sua madrinha te criou desde pequenininha?
 “Boba” 04: Foi, não tenho mãe, não.
 Marilucia: E aí você trabalhava na casa... ?
 “Boba” 04: Eu era criada dela, né?
 Marilucia: O que é que quer dizer "criada dela"?

Minha entrevistada relaciona sua condição de criada com a ideia de escravatura:

“Boba” 04: Assim, criada assim, tipo assim de escravo.
 Marilucia: Escravo?
 “Boba” 04: É.
 Marilucia: Mas você é descendente de escravo ou não?
 “Boba” 04: Hum?
 Marilucia: Você era descendente de escravo?

Aborda espontaneamente a questão dos estudos:

“Boba” 04: Não, trabalhava assim. Só que ela não deu o estudo, né?
 Marilucia: Não te deu estudo?
 “Boba” 04: É, tudo quanto eu servia, foi para fazê.
 Marilucia: Sei.
 “Boba” 04: Só que ela não deu estudo, era só no serviço. [Silêncio.] Só, só, só no serviço.
 Marilucia: E era só você ou ela criava mais gente?
 “Boba” 04: Ela criava eu e mais dois. Só que de mulher, era só eu.
 Marilucia: E os outros dois?

“Boba” 04: Os outros dois... foi tudo prá Goiânia.

Marilucia: E hoje, você acha que você está abandonada? Você acha que se você tivesse tido estudo era melhor? Ou não?

Muda subitamente de assunto, exprimindo seus sentimentos:

“Boba” 04: Ah, só que hoje, eu estou meio... chateada.

Marilucia: É?

“Boba” 04: Eu não estou alegre, não.

Marilucia: Por que, [digo o nome da “Boba” 04]? O que é que aconteceu?

“Boba” 04: Eu não vou falá, não.

Marilucia: Não?

“Boba” 04: Não. Só que eu tô engasgada.

Marilucia: O que é que aconteceu?

“Boba” 04: Não, eu não vou falá, não.

Marilucia: Você não me conhece ainda, né?

“Boba” 04: Hum?

Marilucia: Não dá para falar, né, você não me conhece, né? Mas isso está só com você ou você já falou com alguém?

“Boba” 04: Não. Tô meio engasgada.

Marilucia: O que é que quer dizer que você está engasgada?

“Boba” 04: Eu não vou falá, não.

Marilucia: Não?

“Boba” 04: Não. Tô meio... engasgada eu tô, mais eu não vou falá, não. Eu estou muito triste. Eu... não vou falar, não. Completu, acabô. Entendo eu com a justiça, divina luz... [trecho inaudível.] Está entendenu?

Marilucia: Eu não. Não estou entendendo, não.

“Boba” 04: Hum?

Marilucia: Não estou entendendo, não, você não quer falar.

“Boba” 04: Eu não vou falar, não.

Marilucia: Se falar o que é que acontece...

“Boba” 04: Ah, não vô falá [trecho inaudível.], não. Só vai [trecho inaudível.] assim, divina luz, e Jesus Cristo prá me tomar conta. Deus não dorme. Os ôtro fala que a gente, Deus não dorme.

Marilucia: Deus não dorme?

“Boba” 04: Deus não dorme. Ele ora prá gente, ora prá gente. Entendeu? [Silêncio.] Então eu vô imhora.

Marilucia: Então tá bom.

“Boba” 04: Viu...

Marilucia: Foi bom você ter me contado a sua história, eu te agradeço muito.

“Boba” 04: Tá. Obrigadu ocê também. E feliz Ano Novo, felicidade.

Marilucia: Muito obrigada viu, [digo o nome da “Boba” 04].

“Boba” 04: Vai com um Deus, viu?

Marilucia: Obrigada.

“Boba” 04: Vem passá o carnaval com nós aqui?

Apesar da despedida, continua falando comigo. Em certo momento, volta a falar da família de sua madrinha:

[...]

Marilucia: E da família da madrinha, você não teve mais notícia?

“Boba” 04: Não.

Marilucia: Nada, nada? Você nem encontra aqui, por aqui, eles não voltam mais aqui, não?

“Boba” 04: Hum, hum.

Marilucia: Tão tudo lá em Goiânia?

“Boba” 04: É.

Marilucia: É?

“Boba” 04: Não sei se eles mora em Goiânia, não.

Marilucia: Você nem sabe mais deles, das pessoas?

“Boba” 04: Hum, hum.

Marilucia: Então está bom, Abadia. Obrigada, viu?

“Boba” 04: Obrigada você também.

Marilucia: Eu vou ficar aqui até mais uns dias, a gente se encontra. Você está sempre por aqui?

“Boba” 04: Tô. Eu venho mais aqui andá.

Marilucia: Mas o Palácio vai fechar, né? Você gosta de andar aí no Palácio, é? Por que é que você gosta?

“Boba” 04: É porque o povo aí é bom demais prá mim, povo aí, nossa, eu gosto demais deles. O dia que eu não venho aí, eles fala o que foi que eu sumi. O Hospital São Pedro também, eu gosto demais de lá também. Tem a... você conhece a festa de Santa Luzia?

Marilucia: Não.

“Boba” 04: Lá do outro lado?

Marilucia: Não.

“Boba” 04: Que vai pro dia 13, [trecho inaudível.]

Como ela falou do Hospital São Pedro, pergunto-lhe também sobre o Asilo, que eu ainda não tinha visitado:

Marilucia: Deixa eu te fazer uma pergunta. Você conhece o asilo aqui de Goiás, como é? O asilo... como é que é o nome dele?

“Boba” 04: É o Asilo São Vicente.

Marilucia: São Vicente, é. Você conhece?

“Boba” 04: Hum.

Marilucia: Você conhece a história do asilo ou não?

“Boba” 04: Não.

Marilucia: Nada, nada?

“Boba” 04: Hum, hum.

Marilucia: É que a gente vai lá visitar. As duas freiras morreram de lá, né?

“Boba” 04: Morreu, toda as duas morreu. Eu num conheço, não.

Marilucia: Tem muita gente lá internada?

“Boba” 04: No asilo?

Marilucia: É.

“Boba” 04: Até que tem. Tem uns dois anos que eu não vô lá.

Marilucia: É? Você nem sabe então?

“Boba” 04: Tem dois ano... eu tô assim, prá lá assim eu não...

Marilucia: É muito longe, né?

“Boba” 04: Não, não é, não.

Marilucia: Não?

“Boba” 04: Hum, hum.

Marilucia: E todos os doentes mentais da cidade estão lá?

“Boba” 04: Tá, tá tudo lá.

Marilucia: Internado lá?

“Boba” 04: Tá tudo lá.

Marilucia: Porque antigamente, esses doentes ficavam andando pelas ruas, né?

“Boba” 04: Hum.

Marilucia: E aí as freiras fizeram o asilo, é isso?

“Boba” 04: Foi.

Marilucia: Tá bom, então. Muito prazer, viu? Tchau, obrigada...

A “Boba” 04 se despede de mim, convidando-me para vir passar o carnaval na Cidade de Goiás:

“Boba” 04: Você passa o carnaval aqui, viu?

Marilucia: Tá bom. Obrigada, viu?

“Boba” 04: Feliz Ano Novo, felicidades, viu?

Marilucia: Obrigada.

“Boba” 04: Tchau.

Marilucia: Tchau.

Do outro lado da praça, passa um homem, e ela volta, cochichando para mim:

“Boba” 04: [trecho inaudível.]

Marilucia: Ele é parente da sua madrinha?

“Boba” 04: É.

Marilucia: É?

“Boba” 04: É.

Marilucia: E nem te dá bola, nem te cumprimenta?

“Boba” 04: Não gosta de gente pobre, não, minha fia.

Marilucia: [risos.] Tchau.

“Boba” 04: Só gente rico. Tchau.

Marilucia: Tchau.

Passo a transcrever, agora, os principais trechos da pequena entrevista com a “Boba” 05, realizada, em pé, na calçada em frente à Secretaria de Cultura e à Igreja do Rosário, na Cidade de Goiás, em setembro de 2009.

Durante a realização da entrevista na Secretaria Municipal de Cultura, fui alertada pelos entrevistados sobre a presença, na rua, de uma “boba” muito conhecida na cidade.

Assessor Sec. Cultura: Essa que tá apitando é uma boba famosa nossa... [o Assessor Sec. Cultura levanta-se e vai à janela].

Marco: heim? Ah é?

Assessor Sec. Cultura: [da janela] Tá subindo ali, ó.

Secretária da Cultura: Cadê ela, chegou?

Marco: É ela lá? [Neste momento todos que estávamos sentados, nos levantamos e fomos para a porta da Secretaria ver a “Boba” 05 subindo uma rua, ao longe]

Secretária da Cultura: É [diz o nome da “Boba” 05] que vem? Você vai vê ela chegar aqui e gritar: minha mãe, minha mãe.

Marilucia: Ela vem aqui? Você é a mãe? Interessante né... Agora, o mais interessante foi ele ouvir o apito e dizer olha ela tá chegando aí.

Secretária da Cultura: Vou buscar meus óculos que eu não enxergo, peráí.

Marilucia: Foi ele ouvir o apito... O mais interessante foi ele ouvir o apito e dizer “olha, ela tá chegando aí”.

Uma Assessora: Quer que chama ela? Vem cá [grita o apelido da “boba” no diminutivo]

Secretária da Cultura: Não, ela vem...[também grita] Vem cá. Ô minha fia, tá boa? Às vezes ela vem com o rádio numa altura que, se ela entra na sua casa, ela acorda a família inteira.

Nós somos muito amigos do Henrique Meirelles, que é hoje presidente do Banco Cen-

tral, morava em São Paulo. Quando ele vem a Goiás ele sempre vem aqui em casa. Só que os seguranças tanto pelo banco, Banco Central, os seguranças.... E uma dia ela vem subindo aqui a rua, cantando e ela entrou lá em casa gritando, os segurança dele pularam em cima dela... [a boba chega com o rádio num volume alto] Ô minha fia. O que é isso aí?

“Boba” 05: Macaco...

Secretária da Cultura: Deixa eu ver... [A Secretária da Cultura pega objeto por objeto que está dependurado no corpo da “Boba” 05, e faz perguntas]

“Boba” 05: Aqui ó...

Secretária da Cultura: Mas é bonitinho demais, olha só. Não faz calor não?

“Boba” 05: Ham?

Secretária da Cultura: Não faz calor não? O que você tá escutando? E isso aqui?

“Boba” 05: Não [respondendo à pergunta sobre o calor]. Aqui é pulseira.

Secretária da Cultura: Gente, que você tá escutando aqui? Que você tá escutando?... Você arrumou um terço?

“Boba” 05: Aqui [mostrando as coisas dependuradas em seu corpo] é u divinu...

Secretária da Cultura: Divino Espírito santo. Ah! O copo é do Goiás. [Clube de futebol]... cadê o outro? Patrimônio da cidade...[A Secretária da Cultura responde a um transeunte que oferece algo] Não, obrigada, a gente tem aqui. E aí você tá boa?

“Boba” 05: Boa

Procuro fazer contato com a “Boba” 05:

Marilucia: Então [falo o apelido da “Boba” 05] é [repite o apelido da “Boba” 05], seu nome?

“Boba” 05: [diz seu nome e sobrenome].

Secretária da Cultura: O nome é, mas a gente chama de [fala o apelido da “Boba” 05].

Marilucia: Ah é [digo seu nome e sobrenome].

Secretária da Cultura: Hoje você já ganhou dinheiro prá pia [referindo-se à pilha do rádio]?

“Boba” 05: Ah ganhei nada.

Secretária da Cultura: Não?

“Boba” 05: [A “Boba” 05 olha pra um funcionário da Secretaria, que está próximo e que, com a mão na cintura, olha pra ela] Ah! Ganhei só uma pratinha...[risos]

Secretária da Cultura: Só uma pratinha?

“Boba” 05: É [riso]

Depois dessa “esperteza” de minha entrevistada, a Secretária de Cultura se afasta e eu tento continuar a conversa:

Marilucia: Você mora aqui em Goiás há muito tempo? Você nasceu aqui?

“Boba” 05: Nasci em... [diz uma palavra que não consigo ouvir]

Marilucia: Aonde? [A Secretária da Cultura volta e abaixa um pouco o volume do rádio, porque ela não permite desligar.]

“Boba” 05: Na roça

Marilucia: Ah você nasceu na roça. E você veio pra cá quando, pequenininha?

“Boba” 05: Eu? Eu tava morando na roça.

Marilucia: É

“Boba” 05: Eu vim pra cá... morava no becu..

Marilucia: Desde quando você morava no beco? E você gosta de passear pelas ruas, como é que é?

“Boba” 05: Gostu di passia...

Marilucia: Como é que é? Você passeia o dia inteiro?

Fala das zombarias que o povo da cidade costuma fazer com ela:

“Boba” 05: O povo joga água lá quando a gente tá passando...

Marilucia: Ah sei... que povo que você ajuda?
 "Boba" 05: ... O povo pega água lá. [voz muito enrolada]
 Marilucia: Você cata os papéis...
 "Boba" 05: ... Papel...

Consigo que me conte algumas das coisas que costuma fazer:

Marilucia: Que mais você faz?
 "Boba" 05: Lava ropa.
 Marilucia: Ah você lava roupa? Então você ganha um dinheirinho? E o que você faz com esse dinheiro?
 "Boba" 05: Ah compro pia pru radiu
 Marilucia: Só pilha?
 "Boba" 05: Pia.

Pergunto sobre suas condições de vida e ela, depois de algumas respostas e certa irritação, muda de assunto repentinamente:

Marilucia: E você come aonde?
 "Boba" 05: Pr'áculá...
 Marilucia: E cada dia você come num lugar?
 "Boba" 05: Como. Como no bar, como pastel, qualquer trem.
 Marilucia: Você come só pastel?
 "Boba" 05: Tudu, tudu, [meio irritada]
 Marilucia: E, [digo o apelido da "Boba" 05], você dorme aonde?
 "Boba" 05: Eu?
 Marilucia: É.
 "Boba" 05: Eu tava dormindo na casa de [diz o nome de uma moradora da cidade]. Não na casa de...[titubeia] na casa de dona [repete o nome de uma moradora da cidade] na casa do gordo que vai saí [mostra a barriga como se fosse gordo e muda de assunto]... eu só du dia o6...
 Marilucia : O quê?
 "Boba" 05: Dia 06 de Santo Rei.
 Marilucia: Ah 6, de santo reis. Sei. E na casa dele, você dorme aonde?
 "Boba" 05: Eu durmi lá dentro.

Tento mudar de assunto também:

Marilucia: É? E esse rádio seu heim?
 "Boba" 05: Eu ganhei no dia do espiritu santo,o procurador, acabou ele me deu...
 Marilucia: Bonito heim? E você...
 "Boba" 05: Levou pra mim lá perto da água [faz o gesto de um pacote enrolado]
 Marilucia: É? E essa roupa bonita, quem foi que te deu?
 "Boba" 05: Eu ganhei
 Marilucia: E essa bolsa, ganhou também?
 "Boba" 05: Uhum

Expressa, assim como no caso da "Boba 04" que apresentei anteriormente, a necessidade de se sentir benquista pelas pessoas:

Marilucia: Você ganha as coisas ou você compra?
 "Boba" 05: Eu ganhu. Todo mundo tem dó... [olha pra dentro da Secretaria e aponta dizendo] Aí esse aqui tem dó...
 Marilucia: Tem dó de você? Porque tem dó de você?

“Boba” 05: Aí ó. Tem dó. Gostu de todú u mundo

Na sequência, fala das brincadeiras que os alunos das escolas fazem com ela, mas, de novo, muda subitamente de assunto:

Marilucia: Porque tem dó de você?

“Boba” 05: Todo mundo gosta de mim e eu gostu di todú mundu. Agora, eu só num gostu de mulequi de aula que fica atentandu eu.

Marilucia: Como é que é?

“Boba” 05: Eu num gostu di mulequi de aula.

Marilucia: Ah sei. O que eles ficam fazendo com você?

“Boba” 05: Eles qué pega os trem da gente. Eu ajudo a pulícia também aqui...[mostra o apito]

Marilucia: Dá um apito aí, quero ver como você apita. Você ajuda a polícia é?

“Boba” 05: [apita]

Marilucia: Nossa!

“Boba” 05: [riso]

Marilucia: Forte, que forte esse apito! [riso]

“Boba” 05: [riso]

Eu também mudo de assunto, para tentar prosseguir a conversa:

Marilucia: É muito forte [digo o apelido da “Boba” 05]. Quer dizer que seu nome é [digo seu primeiro nome].

“Boba” 05: É

Marilucia: [digo seu nome e um sobrenome]

“Boba” 05: [diz seu nome e seus dois sobrenomes]

Marilucia: E porque eles te chamam de [digo o apelido da “Boba” 05]?

“Boba” 05: O povo acostumô né.

Marilucia: ... Acha melhor assim?

Marco: Você nasceu aqui?

“Boba” 05: ... Na roça. Vim morá cum minha vó.

Marilucia: Ela disse que nasceu na roça

“Boba” 05: ... Morá cum minha vó.

Marco: Uhum

Marilucia: Sua vó morreu?

“Boba” 05: Morreu

Marilucia: Você tá com que idade [digo o apelido da “Boba” 05]?

“Boba” 05: Num sei

Marilucia: Não sabe? Não é nem bom falar nessas coisas?

“Boba” 05: [Olha para os lados como se não tivesse ouvindo]

Marilucia: Você não gosta de falar disso? Eu falo a minha idade, quantos anos você acha que eu tenho?

“Boba” 05: [resmungo]

Marilucia: Eu já sou velha... tá bom...

Tento mudar novamente de assunto e termino por encerrar a entrevista:

Marilucia: E esse monte de pulseira?

“Boba” 05: Eu ganhei, eu ganhei. Tudo!

Marilucia: Tudo que você ganha você coloca no braço? Você não guarda nada em casa?

“Boba” 05: Uhum

Marilucia: Você prefere carregar no corpo?

“Boba” 05: Uhum

Marilucia: E esses copinhos aí de Goiás, você...

“Boba” 05: Brasil, Goiás, Goiás.

Marilucia: Você é torcedora? Você gosta de futebol?
 “Boba” 05: [Com a mão na cintura olha de um lado pro outro, resmungando]
 Marilucia: Gosta? E esse macaco?
 “Boba” 05: U macacu fui eu qui ganhei da irmã [diz o nome de uma freira] qui me deu.. Qui trabaia Láaa...[apontando com o dedo]: [diz seu próprio apelido] cê qué esse macacu pro cê?” Queeero.
 Marilucia: E você anda com ele há muito tempo?
 “Boba” 05: Ham?
 Marilucia: É? E você casou “Boba” 05?
 “Boba” 05: Não.
 Marilucia: Ah pensei que você tivesse casado. [silêncio] E esse esmalte vermelho ai bonito, quem foi que te pintou?
 “Boba” 05: Ham?
 Marilucia: Esse esmalte vermelho, quem foi que passou?
 “Boba” 05: Foi a neta da minha cumadri.
 Marilucia: Foi a neta da sua comadre. Então tá bom [digo o apelido da “Boba” 05], tive prazer em te conhecer viu? Muito legal.

Apresento agora alguns trechos da transcrição da entrevista com uma das “bobas” que entrevistei na residência das famílias.

Esta “boba” tem muita dificuldade de dicção, o que exigiu muita atenção e cuidado, tanto na entrevista, quanto em sua transcrição.

A “Boba” 03, que se encontrava em outro canto da sala, assistia tanto a televisão quanto minha entrevista com o Entrevistado 25. Ao final desta entrevista, chamei-a para mais perto, para conversar com ela. O Entrevistado 25 permaneceu alguns instantes próximo de nós, intervindo em alguns momentos, quase como se servisse de tradutor da conversa:

Marilucia: Oi [digo o nome da “Boba” 03]! Você tá boa, [repito o nome da “Boba” 03]? Tudo bem? Vem cá.
 Entrevistado 25: Vai lá conhecer ela.
 Marilucia: Você tá boa?
 “Boba” 03: Bem, e a senhora?
 Marilucia: Como é que você tá? Tá bem?
 “Boba” 03: Vô aí.
 [...]
 Marilucia: E esse nome [digo o nome da “Boba” 03] quem foi que deu prá ela?
 Entrevistado 25: Ela já veio com ele, Maria [nome da “Boba” 03] de Jesus. [dirigindo-se à “Boba” 03.] Como que sua mãe chamava, [diz o nome da “Boba” 03]?
 “Boba” 03: Ham?
 Entrevistado 25: Sua mãe, como que sua mãe chamava?
 “Boba” 03: [quase inaudível.] Ela morreu muito tempo!
 Entrevistado 25: Aí ó, sabe não. Esse nome ela trouxe da creche que ela... Aqui em Goiás cê acha muita!
 Marilucia: Aqui na Cidade de Goiás?
 Entrevistado 25: Tem muitas!

Procurei explicar à minha entrevistada o que estava fazendo:

Marilucia: Então, [digo o nome da “Boba” 03], você conhece esse aparelho aqui?

“Boba” 03: Hum, hum.

Marilucia: Esse aparelho aqui é um gravador.

“Boba” 03: Gravador.

Marilucia: É, o que nós conversarmos aqui vai ficar gravado. Depois eu vou mostrar prá você um pedacinho do que a gente conversou, você quer?

“Boba” 03: Tá bem.

Fala com muita dificuldade, ao mesmo tempo que ri, como se se lem-
brasse das cenas que contava:

Marilucia: Ham, Ham. É, eu tava vendo as fotos suas de criança, você no carnaval, você gosta, né?

“Boba” 03: Ih, eu adoro pular carnaval, mas a tia [apelido da primeira matriarca que a adotou] diz: Carnaval é coisa do demônio. Não queria nem saber! Agora que vô mesmo! [risos.]

Marilucia: Não podia ser coisa do demônio que você queria ir?!

“Boba” 03: Coisa do demônio, coisa do demônio. [risos.] Os homi pega ocê, garra ocê... vô mi diverti, num quero sabê. Brinquei até desmaiá. Tamem acabei. Trupei na cadeira e fui cá cara nu chão. Me carregou prá mim nem fiquei [trecho incompreensível.] Me trouxeram aí de carro, na porta. Da. [nome da matriarca que a criava], dr. [nome do médico que a atendeu] pensô que tivesse bebido uma droga [faz o gesto.] ou uma maconha [trecho incompreensível.] Caino. Graças a Deus.

Marilucia: Você tem bastante juízo, então?

“Boba” 03: Não, eu vou prá me divertir!

Marilucia: Você vai prá se divertir? E cê caiu de tanto que você dançou?

“Boba” 03: Eu subi lá em cima [trecho incompreensível.] Falô: [nome da “Boba” 03] vai cá batê a cabeça e morrê. Vô sentá um poco [trecho incompreensível.] Assim esgotada, emocionada! Aí truxeram eu prá cá, o guarda me carregô, pegô uma perna, me levantô assim prá eu tomá um pôco de ar [trecho incompreensível.] Aí ele me levô, cheguei aqui suada, vesti uma ropa veia [trecho incompreensível.] Levô no dr. [nome de médico]. Olhô minha pressão, o coração, falou: ela num tem nada. [trecho incompreensível.] Aí nunca mais pulá carnaval: se ocê pulá carnaval, cê morre, ah, deixa morrê, num tenho marido nem fio!

Tentei verificar se teve relacionamentos afetivos:

Marilucia: E por que você não teve um marido e não teve filho?

“Boba” 03: Ah, nunca casei.

Marilucia: E por quê?

“Boba” 03: Ah, soltêra é mió.

Marilucia: Solteira é melhor?

“Boba” 03: [trecho incompreensível.] Num tem homi prá amolá a gente.

Marilucia: É, mas eu tava vendo nas fotos, tem umas fotos suas que você era mocinha... Você nunca teve vontade, então, de casar?

“Boba” 03: Ah, de veiz in quando dá, era mais nova, teve vontade de casá, tê fio, morá nunha casa grande, plantá laranja, comê pamonha [trecho incompreensível.] Sabi o que cê deve fazê? Casá nunca, homi num presta!

Marilucia: [risos.] Homem não presta?

“Boba” 03: [trecho incompreensível.] Eu falei: é mesmo, cê tem razão.

Marilucia: Quer dizer que convenceram você a não casar?

“Boba” 03: [trecho incompreensível.]

Marilucia: Fizeram propaganda ruim do casamento?

“Boba” 03: [longo trecho incompreensível.]

Continua falando de suas preferências pessoais:

Marilucia: Quer dizer que você se divertiu muito na sua vida?
 “Boba” 03: Ah, divertia. O qui fazia mais é diverti!
 Marilucia: Você tem uma cara muito alegre!
 “Boba” 03: É!
 Marilucia: Muito boa.
 “Boba” 03: [longo trecho incompreensível.] com paçoca. Eu quero é me diverti!
 Marilucia: Você quer é se divertir? Mas hoje você vai assistir [o carnaval]?
 “Boba” 03: Ah! Só prá oiá um pôco, prá animá um pôco, gostá do jeitu qui eu gostava, num tem mais graça. Presa, ah não! [longo trecho incompreensível.]
 Marilucia: E o que mais você gosta de fazer?
 “Boba” 03: Ah, eu gosto de sentá, de vê a novela, oiá filme.
 Marilucia: Você gosta de novela?
 “Boba” 03: De, Cowboy, Mazzaropi, Tarzan. Tarzan. [faz o gesto do cipó.] A bicharada a lioa. Adoro filme.
 Marilucia: Ah, sim. E passa na televisão o filme?
 “Boba” 03: De vez em quando passa aí.
 Marilucia: De vez em quando passa. E o Tarzan, com aquela bicharada, você gosta?
 “Boba” 03: É. Eu viajei cum [trecho incompreensível.] lá im São Paulo. Uma semana por lá e viemu imbora por Caldas. Mas feiz friu! Aí nós viemo, Araguaia, comemo peixe...
 Entrevistado 25: Ela tá contando prá você a viagem dela a São Paulo. Foi a Aparecida do Norte.
 Marilucia: Ham, Ham.
 “Boba” 03: [longo trecho incompreensível.]
 Marilucia: Você foi prá Aparecida do Norte?
 “Boba” 03: Ham?
 Marilucia: Você foi em São Paulo?
 “Boba” 03: E em Poço de Calda.
 Marilucia: Em Poços de Caldas?
 “Boba” 03: É.
 Marilucia: E em Aparecida?
 “Boba” 03: Aparecida muita gente, né.
 Marilucia: Ah, tá. Muito frio?
 “Boba” 03: Quando eu fui muito friu lá em São Paulo e em Poço de Caldas [longo trecho incompreensível.] Num quis í.
 Marilucia: Se pudesse, você voltava, né? E o que mais você gosta de fazer, além de viajar?
 “Boba” 03: Ficá na porta da rua. Dá uma volta nu quarteirão. Vê um pôco de novela oito, novi, hora de durmi. Levanto cedo seis e meia, quinze pras sete, sete hora levanto.

Pergunto sobre o asilo:

Marilucia: E a [digo o nome do Entrevistado 25] tava me contando que você vai na missa lá no asilo.
 “Boba” 03: Vô.
 Marilucia: Você vai todo domingo?
 “Boba” 03: Todo domingo, se tivé fechadu, vô nu Rusário.
 Marilucia: Se não tiver, você vai no Rosário?
 “Boba” 03: É, ou eu vô num ou vô nôtro.
 Marilucia: Ah, você vai a pé?
 “Boba” 03: Eu vou a pé, num pego carona cum ninguém.
 Marilucia: Você não pega carona com ninguém?
 “Boba” 03: [fala o apelido do Entrevistado 26] num leva eu, vou a pé.
 Marilucia: Você vai a pé. Você anda aqui pela cidade inteira, né?
 “Boba” 03: [trecho incompreensível.] Eu vou andanu. É bom andá, né.
 Marilucia: Ham, Ham. E no asilo como é que é, você tem alguém conhecido lá, como é que é?
 “Boba” 03: [trecho incompreensível.] Eu conheci a irmã qui travaia lá, a Ir. Ispásia, já morreu faiz pôco tempu.
 Marilucia: Isso, a irmã Aspásia morreu.

“Boba” 03: É, morreu só venu!

Marilucia: Você gostava dela?

“Boba” 03: [trecho incompreensível.]

Marilucia: E agora?

Marilucia: E as pessoas que moram lá no asilo também participam da missa?

“Boba” 03: É. Tem uma festa lá nu asilu, foi dia de carnaval [trecho incompreensível.] tem muito salgado, biscoitinho, pastel, coxinha, quibi, bolo, travessando, banda de musica [trecho incompreensível.] Rapaziada dançá [trecho incompreensível.]

Continuo perguntando sobre o asilo. A um certo momento, muda subitamente de assunto, conferindo se sou de Goiânia e falando do tempo:

Marilucia: Então [falando para “Boba” 03], nós estávamos falando da missa, né, que você vai lá no asilo.

“Boba” 03: [trecho incompreensível.] É cedo porque é mais frescu. Porque [trecho incompreensível.] acaba de uma vez.

Marilucia: Sei. E você tem alguma pessoa conhecida, amiga lá?

“Boba” 03: [trecho incompreensível.] No asilo. [trecho incompreensível.] Bate papo com um, bate papo com outro.

Marilucia: Sei. Mas são as pessoas que cuidam do asilo ou são as que moram no asilo?

“Boba” 03: É, que cuidam do asilo, o pessoal lá du [trecho incompreensível.]

Marilucia: Os pacientes, você também tem amigos lá ou não?

“Boba” 03: Só conhecido...

Marilucia: Não tem nenhuma aproximação, nenhuma amizade?

“Boba” 03: É. A senhora é daqui?

Marilucia: Não, eu não sou daqui, não.

“Boba” 03: É de Goiânia?

Marilucia: Eu sou de São Paulo. Quer dizer, eu sou goiana, só que eu moro em São Paulo.

“Boba” 03: Ah.

Marilucia: Entendeu?

“Boba” 03: Ah.

Marilucia: Amanhã eu vou lá no asilo. Amanhã eu vou conversar lá no asilo. Como eu tô conversando com você hoje, eu vou lá amanhã.

“Boba” 03: Ham, Ham. Tá bom.

Marilucia: Tá bom?

“Boba” 03: Calorão, hein!

Continuando a conversa, auxiliada pelo Entrevistado 26, demonstra recordar alguma coisa da creche onde foi encontrada, antes de ser adotada pela família:

Marilucia: Mesmo a [digo o nome da “Boba” 03], que veio de uma creche, também não se sabe nada?

Entrevistado 26: Não. [dirigindo-se à “Boba” 03.] A sua creche era em Goiânia, não era? Você lembra, era Lar o quê?

“Boba” 03: Ham?

Entrevistado 26: Como é que chamava a creche que você ficou?

“Boba” 03: Eu não sei o nome.

Entrevistado 26: É Lar... ?

“Boba” 03: [trecho incompreensível.]

Entrevistado 26: Perto da praça do avião, né, no setor do aeroporto?

“Boba” 03: [trecho incompreensível.] Aquela rua, rua Cristo Redentor.

Entrevistado 26: Cristo Redentor?

“Boba” 03: É [trecho incompreensível.]
 Marilucia: A creche ficava nessa rua, né, “Boba” 03?
 “Boba” 03: [trecho incompreensível.]
 Marilucia: Você já andava?
 Entrevistado 26: Você tinha cinco anos?
 “Boba” 03: Acabei de mudar dente foi aqui.

A entrevista com a “Boba” 06 foi realizada em Goiânia na residência de parentes da matriarca da família, onde estava se submetendo a tratamento quimioterápico, em razão de um câncer de mama que havia ocultado. Esta “boba” tinha melhores habilidades para se comunicar do que as anteriores e demonstrou possuir condições psíquicas mais preservadas.

Iniciei a entrevista me apresentando e relatando o encontro, realizado no dia anterior, com a matriarca da família na Cidade de Goiás:

Marilucia: Como vai? Tudo bem?
 “Boba” 06: Tudo bem.
 Marilucia: [digo o nome da “Boba” 06] nós estivemos ontem lá em... você pode abaixar um pouquinho prá mim? [o som da Televisão.] [repito o nome da “Boba” 06], nós estivemos ontem lá com a [digo o nome do Entrevistado 27] e ela disse que você estava aqui em Goiânia, né?
 “Boba” 06: É.
 Marilucia: Pois é. Nós viemos aqui prá bater um papinho com você.

Começa a falar, espontaneamente, sobre sua saúde e o tratamento a que estava se submetendo:

“Boba” 06: Eu vim aqui prá fazê quimioterapia... por causa do... eu tenho um caroço dentro. [aponta para o seio.]
 Marilucia: Ah sei... e você já fez a aplicação?
 “Boba” 06: Já, já é a segunda.
 Marilucia: Já é a segunda?
 “Boba” 06: É.
 Marilucia: Que dia que você volta prá Goiás?
 “Boba” 06: Que dia que eu volto? Depois do dia 11.
 Marilucia: Depois do dia 11?
 “Boba” 06: É, aí eu vou prá Goiás. Aqui... eu não gostu daqui não, aqui a gente não pode andá. Lá também não andu nada que eu vô... ficu mais é dentro de casa, não possu pegá sol, não posso pegá chuva por causa do pulmão, né.
 Marilucia: E você tá bem, você tá se sentindo bem?
 “Boba” 06: Tem hora que eu sinto bem, tem hora que eu levantu assim, dá tontura. Por isso que eu não levantu correndu.
 Marilucia: Sei.
 “Boba” 06: Dá tontura. E já tive, já caí assim... Até na rua. Aí eu deixei de saí, deixei de saí, por causa disso. Tava vermêiu aqui. É o isquerdu. E agora eles tão querendu fazê a operação, mas não é agora. Já tirô um, agora vai tirá ôtru.
 Marilucia: Sei...
 “Boba” 06: Não é agora não, deixa mais... se tiver vermeio que... é por causa que tem que muchá mais assim... a bôia [bolha], é uma bôia que tem por dentro assim, tá mole.

Marilucia: E você descobriu...

“Boba” 06: Foi.

Marilucia: Sozinha que você descobriu?

“Boba” 06: Já. Não, eu num quis tomá conhecimentu, achei que era coisa à toa. Aí eu num quis falá nada não. Ai começô a avermeiá, aí eu fiquei, fui falá com a [diz o nome do Entrevistado 27] aí... arrumô o dr. [diz o nome do médico que a atende], mais um...

Perguntei sobre quanto tempo está com a família:

Marilucia: Você tá há muitos anos com a [digo o nome do Entrevistado 27], né?

“Boba” 06: Tem muitos anos.

Marilucia: Quanto tempo [digo o nome da “Boba” 06]?

“Boba” 06: Tem bem uns 60 anos.

Marilucia: 60 anos... Você chegou na casa da...

“Boba” 06: Quando eu vim prá casa dela, eu já morava na Fazenda Nova. Tinha de seis prá sete anu. A vó dela, desse aqui ó [aponta para o netinho da matriarca, que estava na sala], tinha, eu sou mais velha que ela sete anu, as duas tinha apelido de bujão de dois.

Marilucia: Bujão de dois?

“Boba” 06: É, vestidu era tudu igual, né, naquele tempu vestia tudo igual, né. Tudu... aí, mas quem oiava ela não era eu não. Eu oiava assim, alguma hora que eu tinha tempo. Era mais nova assim... eu fui descobri ainda agora.

Marilucia: Agora, quando você chegou, você chegou na casa do pai da [digo nome do Entrevistado 27, a matriarca da família].

“Boba” 06: É.

Marilucia: E você chegou lá por quê? Quem te levou?

“Boba” 06: A mãe dela qui pegou eu prá criá. A mãe, a bisavó desses minino.

Marilucia: E você lembra quando, aonde você morava antes?

“Boba” 06: Eu morava na roça.

Marilucia: Na roça? E você tinha irmãos?

“Boba” 06: Morava assim num rancho. Num tinha casa não, nós era pobre.

Marilucia: Era você, seu pai, sua mãe...

“Boba” 06: Era eu, o [nome do irmão], o [nome do outro irmão], a [nome da irmã] e minha mãe. Dois homi e três muié.

Marilucia: E seu pai, o nome dele?

“Boba” 06: É, [diz o nome e sobrenome completo de seu pai].

Marilucia: [repito o nome e sobrenome completo de seu pai]?

“Boba” 06: É. Mas eu num quis, num pus o nome dele, porque eu não sabia, eu era pequena... Eu num sabia. O povo num tava somano...

Marilucia: E seus irmãos ficaram lá e só você que veio que veio prá Goiás?

“Boba” 06: Porque meu padrinhu que vêiu prá tratar aqui, chegô aqui e morreu, de repenti.

Marilucia: E deixou você lá.

“Boba” 06: É.

Marilucia: E você lembra dessa época que foi quando você saiu da roça e foi prá lá?

“Boba” 06: Ah! Nem tenhu... quandu eu vim prá cá, já tem muitos anu.

Marilucia: Mas cê lembra dessa época quando você era pequenininha, quando você saiu da roça, ou não?

“Boba” 06: Num lembro mais não.

Marilucia: Nada nada?

“Boba” 06: Nadinha, porque sai da roça a gente apaga a mente.

Marilucia: É?

“Boba” 06: É, tá na cidade, né? A gente não tinha esses privilégium que tem, muita coisa e fica assim na cidade. Não, a gente morava na roça, num ranchinho de pau a pique. Prá nós era uma festa.

Marilucia: Era uma festa o que?

“Boba” 06: Porque prá nós era uma festa, porque tinha... o que cobria, né? Porque meu pai era doente, alejado.

Marilucia: Seu pai?

“Boba” 06: É, era doente, alejado quebrô assim o braço e naquele tempu num tinha médicu assim em Fazenda Nova... Aí meu padrim veio, foi lá chamá eu prá í prá lá, na casa da [diz o nome do Da. Entrevistado 27].

Marilucia: E eles combinaram antes ou não? De você ficar lá na casa da Da. [nome do Entrevistado 27]?

“Boba” 06: Eles que arrumaram.

Marilucia: Eles que arrumaram?

“Boba” 06: É.

Marilucia: E você gostou dessa...

“Boba” 06: Eles são muito bão prá mim, eles são muito bão, porque eles não descuida. Eu mesma sô culpada de não falá nada. Achava qui era nada A senhora vê que eu nem façu nada...

Marilucia: Quer dizer, você chegô lá em Goiás, você veio de Ponte Nova, foi prá Goiás, você tinha uns cinco anos, sete anos.

“Boba” 06: Não é Ponte Nova não, é Fazenda Nova.

Marilucia: Ah, é Fazenda Nova.

“Boba” 06: É.

Marilucia: E lá na Fazenda Nova, nesse ranchinho, como é que vocês sobreviviam? Vocês viviam do quê?

“Boba” 06: Vivia de trabaiaá pros outros.

Marilucia: Que que a família fazia?

“Boba” 06: Fazia arrumá casa, lavá casa, lava rôpa, prá fazê o qui tava precisanu...

Marilucia: E hoje você tem algum irmão, ainda?

“Boba” 06: Tem, e também ele sofre du coração. O otru morreu porque ele tinha barbero nu... coração.

Marilucia: Faz muito tempo?

“Boba” 06: Tem... mas ele morreu de câncer. Deu um bloqueiu du coração.

Marilucia: De irmão hoje seu, tem quantos vivos?

“Boba” 06: Só três, só eu, a [nome da irmã] e o [nome do outro irmão].

Marilucia: E eles moram onde?

“Boba” 06: Moram aqui em Goiânia, moram ali ni... tem o jardim novu mundu... a senhora tá com muita pressa? [fica aflita pois se esforça pra lembrar o nome da rua]

Marilucia: Não, pode lembrar...

“Boba” 06: Lá no, na avenida Anhanguera.

Marilucia: Em Campinas [bairro de Goiânia]?

“Boba” 06: É...

Marilucia: É perto de Campinas?

“Boba” 06: Não. Não é não. Não sei andá aqui, não sei falá nada.

Marilucia: E você vai na casa deles, vocês se encontram?

“Boba” 06: Vô quando eles vão me buscá lá em Goiás.

Marilucia: E eles vão?

“Boba” 06: Vão.

Marilucia: Sempre ou não?

“Boba” 06: Não, sempre não. Eles também é doente, não, a muié é nervosa, cheia de fricote.

Marilucia: É.

“Boba” 06: Num pode falar nada prá ela que ela zanga. Então é... chamô eu prá passá o Natal lá e eu não quis í.

Marilucia: Você não gosta muito então de ir não? Você prefere aqui vir prá...

“Boba” 06: Não, eu preferiu ficá lá com a Da. [dis o diminutivo do nome da matriarca] du que...

Estimulo minha entrevistada a falar mais de sua convivência com a família:

Marilucia: E o que cê faz lá na Da. [uso do diminutivo do nome da matriarca]?

“Boba” 06: Eu fazia. Eu oiava esses minino tudo, oiava uma véia de 94 anos, e já morreu... a Da. [nome da mãe da matriarca]. É a [fala o nome e sobrenome de outra matriarca da família], a bisavó da [diz o nome de uma irmã da atual matriarca]... mais velha. e a [diz outro nome de uma mulher da família]. Aí eu varria terrêro, lavava banhero, essas coisa, punha lavagi prá porcu, carregava lenha, varria o sobrado, era serviço. Quando não tinha empregada, era eu que lavava a vazia. É, não podia lavá vazia? Eu tava ali prá quê? Só prá comê? Não.

Marilucia: Claro.

“Boba” 06: Aí eu fui... Eu num importo cum nada não.

Lembra-se, a esta altura, de alguns episódios de sua infância, anteriores à sua chegada na família:

Marco: Você foi à escola?

“Boba” 06: Fui, mas eu nunca, não entrava na minha cabeça... Que quandu eu era mais nova, eu morava com meu padrim, aí a fia dele que era muito preguiçosa, aí eu ia lá prá lavá vazia num riu, aí ela queria jogá eu lá dentru du riu. Afogá eu. Eu cheguei lá, a minha madrinha foi e sentô o facão aqui ni mim. [coloca a mão na cabeça.] Só por causa dissu.

Marilucia: Foi aí que seu padrinho levou lá prá casa da Da. [digo o nome do Entrevistado 27]?

“Boba” 06: Foi.

Quando fala de suas tentativas de aprendizagem na escola, eu me surpreendo. Utiliza palavras expressivas para falar de sua dificuldade de aprendizagem: “num sei juntá as letra”.

Marilucia: E a Da. [falo o nome da mãe do Entrevistado 27] colocou você na escola?

“Boba” 06: Colocô, eu tivi em dez escola.

Marilucia: Dez escolas?!

“Boba” 06: Particular, Coléju Santana.

Marilucia: E em nenhum você conseguiu ficar?

“Boba” 06: Não, eu num sei juntá as letra.

Marilucia: Eu tô vendo que você tem um problema no seu olho, o que que foi isso?

“Boba” 06: Isso é, é, catarata, não. Eu tenhu esse olhu vesgu. Agora tô cum glaucoma.

Marilucia: Hum, nas duas vistas? Você vai fazer a cirurgia também?

“Boba” 06: Não, num compensa. Em vez de enxergar comu eu tô assim, vai dexá cega.

Marilucia: E você tá enxergando bem?

“Boba” 06: Enxergu um pouquinho, assim ó. A vista fica embaçada porque tava brincanu cus minino...

Faço mais perguntas sobre sua convivência com a família:

Marilucia: Você ainda gosta de brincar com os meninos?

“Boba” 06: Gostu, eu gostu de criança demais!

Marilucia: Você passou a vida, então, cuidando de criança?

“Boba” 06: É, mas na hora do vamo vê, eu quero vê. Se não obedece eu... vai tudo lá prá cama, durmi.

Marilucia: E você não fica irritada com essas crianças, não?

“Boba” 06: Não, porque num adianta a gente ficá irritada com as criança, porque eles num tem cupa.

Marilucia: Não? Por quê que eles não tem culpa?

“Boba” 06: Uai, eles, porque eles gostam de irritá os otru.

Marilucia: Ah é?

“Boba” 06: Minunu é assim memo.

Marilucia: Mas tem hora que cansa, né?

“Boba” 06: Cansa, eu não, eu oio por mim, porque eu chegu na casa dos otru, a gente tem que ficá mais, manera a barra, né... prá podê esperá o que a gente precisa de ganhá.

Marco: Você, depois de ir prá escola, quando você crescia, você brincava com outras crianças da cidade, como é que era?

“Boba” 06: Não, não tinha brincadeira não.

Marco: Não?

“Boba” 06: Não, era mais assim prá ficar arrumano casa, varrendo a casa, porque eu oiava, oiava e aí depois os minino foi crescendu e fui larganu. Aí tive que oiar a veia, uma com 95 e a outra com 90. E oiei elas até o último suspiru.

Marco: Você andava pela cidade, você conversava com as pessoas?

“Boba” 06: Eu andu prá rua.

Marco: É?

Faz considerações sobre as pessoas da cidade que fazem brincadeiras de mau gosto com ela e, consciente de sua história, diz que não teve infância, que sempre trabalhou:

“Boba” 06: É, os outros fica falandu de mim, eu falu tamém.

Marilucia: Fica falando o quê?

“Boba” 06: Que eu sou “boba”, que não sei que lá. Me xinga. Eu disse qui “bobu” é aquele que cê deixou prá traís.

Marilucia: Como é que é? “bobo”?

“Boba” 06: “Bobu” é aquele que cê deixou prá trais [riso.] Eu não tive infância, não tive não. Infância minha era sirviço. Eu passava ropa, até tratano de porcu, buscá lavagi prá porcu... às veis eu demorava aí seu [dizo o apelido do patriarca da família] falava assim: [diz seu nome] cê demorô dimais... U rapaiz veio aqui, brincando... brincadeira dele mesmu. U rapaiz veio aqui pidi cê em casamento. Ah! Vô, dexa de brincadera! Ele ria, achava bom!

Continua me contando episódios de sua convivência com a família de “adoção”:

Marilucia: Quer dizer que o seu.

“Boba” 06: Chamava ele de vô. A esposa dele chamava ela de vô.

Marilucia: Era a Da. [digo o nome da mãe da matriarca]?

“Boba” 06: É.

Marilucia: E o marido dela era seu [digo o apelido do pai da matriarca]?

“Boba” 06: É, e era [diz o nome e os dois sobrenomes do pai da matriarca].

Marilucia: [repete o nome e os dois sobrenomes do pai da matriarca]?

“Boba” 06: É.

Marilucia: E você chamava ela de avó e ele de avô?

“Boba” 06: É, e engraçado, né, ele queria mais bem a gente, que tudu que ele me pedia prá fazê, í na rua, levá papel lá prá, prá Da. [diz um nome de mulher], prá í lá no INSS, lá INSS e otru o ali... quandu e ai prá podê levá prá ele, mandava as minina levá o papel lá prá ele, ela num levava... ele não gostava, achava ruim.

Marilucia: E pedia para voce?

“Boba” 06: E pedia prá mim e eu levava. Que na casa de Da. [repete o nome de mulher] é pertinho, agora prá dá recadu eu não dô não. Num gostu. É uma negação.

Marilucia: Por que?

“Boba” 06: É uma negação. Um dia dessi ele pediu assim: [fala seu próprio nome], leva lá pru dotô [diz o apelido de um homem]. Aí eu falei, em vez de falá dotô [repete o apelido]

do homem], eu falei Dotô [diz o nome e sobrenome de outro homem]. Eu não sabia, era dotô [repete o apelido do primeiro homem].
 Marilucia: O [repeto o apelido do primeiro homem] era o [repeto o nome e sobrenome do outro homem]?
 “Boba” 06: Não, [repete o apelido do primeiro homem] é, é um homi de, não sei o nome dele.
 Marilucia: E você confundiu os nomes, foi isso?
 “Boba” 06: Eu confundia. Quando chegava eu via aquela purção de gente ficava meio sismada.

Comenta com mais detalhes a respeito das brincadeiras que o povo da cidade faz com os “bobos”:

Marco: Agora me conta um pouquinho mais sobre esse negócio do pessoal falar dos “bobos”.
 Me conta um pouco.
 “Boba” 06: O povu? Gosta de caçua.
 Marco: É?
 “Boba” 06: Í! Comu gosta de caçua.
 Marco: Eles caçoam.
 “Boba” 06: [...] Caçoa dus ôtru, é muito preconceito!
 Marilucia: E o que você sente com isso?
 “Boba” 06: Sinto assim, ruim. Que às vez a genti é pobri. Mas num precisa de ficá aguantanu issu.
 Marilucia: Mas você não tem raiva também?
 “Boba” 06: Não, não tenho raiva não. Num guardu raiva não. Mas mágua eu guardu.
 Marilucia: Mas na hora você sente raiva, né? Quando as pessoas ficam falando.
 “Boba” 06: Tem um veinho lá, toda vez que eu ia recebê: cê vai morrê de raiva porque o dinheiro dela num tá lá. Pur mim ó. [faz um gesto de bater uma mão contra a outra mão.] Eu ia lá, recebia e vortava pá trais...
 Marilucia: Você recebia sua aposentadoria do INSS.
 “Boba” 06: É, minha aposentadoria. Hoje que era prá mim recebê mas num tô lá em Goiás.
 Marilucia: Quer dizer, esse homem falava só prá te chatear?
 “Boba” 06: É, um tal dum [fala o nome do homem que caço dela].
 Marilucia: [repeto o nome deste homem]?
 “Boba” 06: Num vale um vintém.
 Marilucia: É?
 “Boba” 06: É.
 Marilucia: Quer dizer, você tava indo lá prá receber e ele dizia que não tinha dinheiro lá?
 “Boba” 06: É, só prá insultá a gente. Eu nem conversa num dei...
 Marilucia: No caminho, ele se intrometia.
 “Boba” 06: Que tem muita gente intrometida tem. Isso tem.
 Marilucia: Mas isso deve dar muita raiva não?
 “Boba” 06: Fica, a gente fica cum muita raiva.
 Marilucia: E você entende por quê que essas pessoas tratam assim?
 “Boba” 06: Eu sei que eles tem preconceitu da gente.
 Marilucia: Preconceito, o que é preconceito [digo o nome da “Boba” 06]?
 “Boba” 06: Preconceito é que, é, a gente que não é moça mais. Vive, já é velha.
 Marilucia: Então é por isso?
 “Boba” 06: É. Então eles tira, quandu eles tira um pouco a “fifa” vai embora, vai longe...

Quanto aos seus relacionamentos afetivos, respondeu do seguinte modo:

Marco: Você teve algum namorado na vida?
 “Boba” 06: Não, não tinha tempu. Tava oiando a veinha.
 Marilucia: Mas você tinha vontade?

“Boba” 06: Ham?

Marilucia: Tinha vontade?

“Boba” 06: Não, tinha vontade de tê minha casinha, eu tinha vontade.

Marilucia: Você tinha vontade de ter sua casinha?

“Boba” 06: É.

Marilucia: E ter um companheiro? Um namorado, você tinha vontade?

“Boba” 06: Tinha. Mas a veia, a véia [diz o nome da mãe da matriarca]: [fala o seu próprio nome], num vai imhora não, [repete o seu próprio nome da]. Deixa eu não. Os otro larga eu aí sozinha, vai imhora pá rua... Segurava na minha mão pá num í, pá mim num deixá.

Marilucia: Mas quando você saía, você dava uma voltinha na cidade, não tinha alguém que você tinha vontade de conversar?

“Boba” 06: Nunca sôbe dissu.

Marilucia: Não?

“Boba” 06: Não, mas tamém quasi não saía, né. Mas tamém eu ia saí, se interessá nu rapaz, é perca de tempo. A gente...

Marilucia: Por quê?

“Boba” 06: A gente não pode í a ferru e fogu. Assim, pegá a gente, vai namorá às vez a gente engana. Muita coisa a gente engana. A gente engana.

Marilucia: Por exemplo, o que que você podia enganar?

“Boba” 06: Achá que o rapaz sai, se ele sai, se ele gosta da gente, não gosta. Aí é marinheiru de primera viagem, né. A senhora já ouviu falar isso?

Marilucia: Já, já sim.

“Boba” 06: Eu não interessava também não. Eu ía nas procissão. [fala o seu próprio nome] vai assistí a procissão, vai? A vida intêra acumpanhei a procissão. Eu ía na missa, ía na fulia do divinu, ía até lá nu asiluacompanhá.

Continuando com o tema do asilo, contou outros episódios e me diz que não gosta de ser chamada de “boba”:

Marco: Você alguma vez visitou o asilo?

“Boba” 06: Ham?

Marco: Alguma vez você visitou o asilo? Visitou?

“Boba” 06: Visitei. Eu ia prá lá só prá poder ver u... porque a Irmã Gabriela num gostava de falá “bobu”. Eu tamém num gostu.. Eu ia lá prá vê meus irmão dançá. Pur issu eu num xingu os otru de “bobu”... porque eu sô uma delas.

Marilucia: Você acha que você é uma delas?.

“Boba” 06: Eu s... Pelo modu do... achá, compará eu.

Marilucia: Não, mas o que você acha de você?

“Boba” 06: É.

Marilucia: E você, o que cê acha?

“Boba” 06: Eu acho que assim, que eles compara a genti comu “bobu”. Num sabe nada, num pode falá nada, porque é “bobu”. Num entendi, qui eu sô muito intrumitida. Então a gente vivi no seu canto, tira mió resultado.

Marco: Você preferiu resolver a coisa assim, ficar mais no seu canto?

“Boba” 06: É, no meu pensamento é assim. E dá certu.

Marco: E você tinha outras pessoas com o mesmo problema seu que eram suas amigas? Lá na Cidade de Goiás?

“Boba” 06: Tinha, amiga assim, é mais ativa do que eu.

Marco: É? ela ainda vive?

“Boba” 06: Ainda, é viva.

Marco: É?

“Boba” 06: É, ela mudou de Goiás.

Marco: Mudou de lá?

“Boba” 06: Todas duas. Uma casô, a outra falô assim: eu num vô casá com um coroinha de padre. Falei: cê vai casá. E cê vai pagá a língua, cê vai vê... Ela foi e casô. Que o rapaz tirô ela.

Marilucia: Agora, é...

“Boba” 06: Ela fala prá mim assim: [diz seu nome], ocê jogô praga prá mim casá, agora quero vê ocê casá. Ih, eu não... desse mal eu te livro.

Marilucia: Você é esperta, né, [digo o nome dela]?

“Boba” 06: Eu sou caaaalma, pensam que sou brava, mas num sou não.

Neste ponto ela se confunde, para logo se corrigir:

Marilucia: Escuta [digo o seu nome], você falou que você ia lá no asilo ver a irmã Gabriela.

“Boba” 06: Ela dançava cuns “bobu”.

Marilucia: Ela que dançava?

“Boba” 06: É. “Bobu”, não. Meus irmão. Dançava, achava bão, a banda de música ia prá lá...

Marilucia: Era uma festa. Era, tinha todo mês, tinha de vez em quando, como é que era essa festa?

“Boba” 06: Não, era só nu tempu de fulia mesmu.

Marilucia: Ah, era só no tempo de folia?

“Boba” 06: É.

Marilucia: Folia do Divino?

“Boba” 06: É, folia du divinu. A...

Marilucia: Agora, você chama as pessoas que estão internadas lá de “bobos”. Não, de meus irmãos, né?

“Boba” 06: Não, de meus irmão. É, a gente não pode fazê pocu dos otrô, se a gente é uma delas, eu pensu assim.

Marilucia: E lá dentro do asilo, você tinha amigas?

“Boba” 06: Tinha, a [diz o nome de uma interna]. Assim ó, [mostra com as mãos o tamanho da amiga.] Ela foi criada na casa de [cita o nome de uma matriarca], mas já morreu. Ih! Muita gente que eu conheci lá... num tem mais, eu num fui mais não. Achava bom í lá, a fulia tocá lá. Até o sordado dançava cum elas.

Marco: É? Você gostava de dançar com elas?

“Boba” 06: Dançava cum a miudinha lá. Achava bão vê ela.

Marilucia: Dançava uma com a outra?

“Boba” 06: É, dançava uma cá otra. Tocava e elas dançava.

Marilucia: Hum?

“Boba” 06: É, achava bom vê lá. A coisa era a distração que a gente tem.

Marilucia: E quê mais você fazia lá em Goias?

“Boba” 06: Em Goiás?

Marilucia: É, quando você era jovem.

“Boba” 06: Fazia mais nada.

Marilucia: De diversão assim... você acompanhava a procissão?

“Boba” 06: Acompanhava as procissão, a missa, ia na quando tinha... Lá tinha festival, agora num tem mais. Tinha cinema, num tem mais. Lá tinha muita coisa boa naquele tempo.

Marilucia: Qual igreja que você vai na missa lá?

“Boba” 06: Na igreja Senhora do Rosário.

Marilucia: Em frente da sua casa, né?

“Boba” 06: É, pertim. Porque num gasta nem meia hora [risos.] de í lá...

Marilucia: Só atravessar a rua, né?

“Boba” 06: [risos.] Só prá aparecer na rua.

Aqui, ela me ensina a fazer doce:

Marilucia: É. Agora ali tem muita coisa gostosa, né? Tem doce, tem o artesanato...

“Boba” 06: Eu mesma fazia doce.

Marilucia: Ah, você fazia doce?

“Boba” 06: Fazia.

Marilucia: Que doce você fazia?

“Boba” 06: Fazia doce de laranja, curtiã cidra, curtiã laranja. Agora limão tá muito difícil da gente curti. Curtiã aquela, mangaba...

Marilucia: Como é que você curtiã laranja?

“Boba” 06: Ah eu descavava ela primeiro, depois aí que eu ferventava ela, num pode ficá molinha não, senão ela não... aí ferventava ela e ia trocando a água. Esperava aquela água, que ela foi ferventada, eu deixava ela esfriar prá depois eu...

Marilucia: E quantas vezes você trocava a água?

“Boba” 06: Três veiz.

Marilucia: Três?

“Boba” 06: É.

Marilucia: E por que você trocava?

“Boba” 06: Prá não ficar amargando. Da. [diz o apelido da matriarca] num gosta de cidra amargando... Num gosta.

Marilucia: Aí depois que troca três vezes...

“Boba” 06: Troca três veiz... Aí prova, tira o miolinho da laranja, aí a gente vê se pode pô na calda.

Marilucia: Quer dizer que o ponto...

“Boba” 06: Aí a gente põe na calda aí deixa lá. Depois de dois dia, aí a gente volta pro tachu de novo prá podê apertá o pontu. E aí acabô.

Marilucia: Isso é o doce seco? ou é o doce...

“Boba” 06: Pode secar também.

Marilucia: E como é que seca a laranja?

“Boba” 06: Ah o doce de laranja é, a gente faiz a calda, da mesma calda a gente tira, escorre ela e põe. Se quisé passá açúcar passa, se não quisé num passa. Com a calda mesmo. Depois que ela tá cum ponto bão [faz o gesto esfregando o polegar contra o indicador], num pode pô água não, senão o doce de laranja fica duro que nem pedra!

Marilucia: Esse é o segredo?

“Boba” 06: É.

Marilucia: E até hoje você faz o doce?

“Boba” 06: Agora num tô fazeno mais, porque casu num posso mexê com o calô do fogo. Eu faço é doce de figu, doce de abóbra, doce de murango, doce de mamão lascadim, doce de...

Marilucia: O quê?

“Boba” 06: Um outru doce que eu fazia. Agora num lembro mais não. Já tá veia já.. [passa a mão sobre a cabeça.] Toda hora tô procuranu meu cabelo. [A “Boba” 06, em razão da quimio, está com a cabeça raspada.]

Fala-me, também, de seu sonho de ganhar na loteria:

Marilucia: E que sonho você tem ainda na vida? O que que você sonha ainda na vida?

“Boba” 06: Eu sonhu ganhá na loteria, e comprá uma casa prá mim.

Marilucia: Você tem o sonho ainda de ter sua casinha?

“Boba” 06: É. Meu sonhu é isso.

Marilucia: Diz que você joga no bicho, né?

“Boba” 06: É, eu jogava muito no bicho. Aí eu vi que num resolvia nada. Larguei, de uma veiz.

Neste ponto, fala de sua relação econômica com a família em que vive:

Marilucia: E o dinheiro prá jogar, como é que você consegue?

“Boba” 06: Eu tinha dinheiro não. Eu ganhava dinheiro prá podê jogá.

Marilucia: Você recebe da aposentadoria?

“Boba” 06: Da aposentadoria é sagradu.

Marilucia: Você guarda?

“Boba” 06: Eu guardo.

Marilucia Você não gasta?

“Boba” 06: Ainda tem até o dinheiro lá ainda. Eu trouxe prá cá prá Goiânia prá podê comprá... O que eu mais compro as coisas prá mim é, rôpa, é calçado, é desodorante. Eu não gastu dinheiro assim à toa não. O povu gosta de ficá falanu de mim. Ô povu ruim igual aquele...

Marco: O que eles tão falando de você?

“Boba” 06: Falam que eu jogu nu bicho, mentira! Se eu fosse jogá nu bichu, eu num tinha rôpa, num tinha calçado, num tinha o remédio prá mim tomá. O remédio é Da. [diz o diminutivo do nome da matriarca] que dá. Agora ela tá dano. Tá veno que eu não tô tenu mais, né. Aí... ela.

Marilucia: Mas, e jogar na loteria?

“Boba” 06: A loteria é um e cinquenta.

Marilucia: Qual loteria que você joga?

“Boba” 06: Loteria esp... é mega sena.

Marilucia: Ah, na mega sena?

Marilucia: Você já acertou alguma coisa, alguma dezena?

“Boba” 06: Já acertei na loto. R\$ 161,00.

Marilucia: Você ganhou? Nossa! Você ganhou quanto na loto?

“Boba” 06: Ganhei R\$161,00. Aí eu peguei, dei pá... eu pus é... tava pono nu banco. Aí eu fui fazê besteira. Comprá as coisa e ficá deveno a loja. Antes que meu nome vai pro SPC, eu tirei ele e paguei a loja. Eu num podia contá cum ninguém. Não pode também. Nunca exigí nada. Prá eles lá, não. Se ele tivé de exigí assim... Pudia dá. Primeira vez que eu pidi foi um vistidu de lese. Aí a Da. [nome da mãe da matriarca] me deu. Foi daí ela, ela quiria que eu não ficasse sainu de pertu dela, aí ela pegô, ela pidiu prá podê comprá a televisão prá mim. Prá eu podê ficá no quarto junto cum ela.

Faz outras considerações sobre suas aptidões e o valor do trabalho:

Marco: A Da. [cita o nome da matriarca] faz crochê, você também faz crochê?

“Boba” 06: Não senhor. Eu num enxergu direitu.

Marco: Ah.

“Boba” 06: Num tenhu paciência.

Marilucia: Você não faz nenhum trabalho manual?

“Boba” 06: É. Eu gosto de fazê coisa grossera, porque eu me sinto bem. Agora ficá à toa, num gostu. Eu tô aqui porque tô tratano. A toa, mas se eu não tivesse, eu tava em Goiais. A coisa mió qui tem é a genti tê um de... a gente tê um trabaio prá podê a genti se sentí útil em alguma coisa, né? Que a gente num podi ficá sem fazê nada, sinão atrofia, né? Eu brigu prá não eu deixá de fazê as coisa. Eu brigu prá, porque é bobagi ficá, aí à toa. Eu veju genti mais véi qui eu, aí tá trabaianu, num tem importância nenhuma.

Neste ponto, chega a dona da casa, sobrinha neta da matriarca, acompanhada de sua irmã, e a “boba” faz a apresentação:

“Boba” 06: É a avó dela [apontando para a recém chegada] que pegô eu prá criá.

Marilucia: Foi a Da. [digo o nome da mãe da matriarca], né?

“Boba” 06: É.

Marilucia: É, isso mesmo.

Sobrinha: Aí ela ficô e ajudô minha mãe a criá a gente. Aliás, ajudou criá minha mãe, né? Que era quase da mesma idade dela, e aí criá a gente. Mais foi eu, né [fala o nome da “Boba” 06]?

Marilucia: O [digo o nome do Entrevistado 28] também tinha me falado..., que ela passou já por três gerações, né?

Sobrinha: E agora também não dá conta mais, né, [fala o nome da “Boba” 06]? Tá fazendo tramento.

Marilucia: É, ela nos contou mesmo.

Sobrinha: Agora chegô a vez da gente fazê, né [fala o nome da "Boba" 06]?

"Boba" 06: É.

Marilucia: Muito obrigada viu [digo o nome da "Boba" 06], por você ter nos atendido, nos recebido, eu tô contando prá elas que nós gravamos, e a gente vai mandar a fita prá, prá Da. [digo o nome do Entrevistado 27]. Aí, depois, você vai se vê na televisão tá? Você vai se ver na televisão. [a pergunta é dirigida às sobrinhas do Entrevistado 27] Lá na Da. [digo o nome do Entrevistado 27], é mais fácil DVD ou é melhor o VHS?

Como se pode ver pelas transcrições incluídas neste tópico, as "bobas" que entrevistei, com todas as suas limitações, têm muita lucidez, bom senso, sensibilidade, bom humor e experiência de vida.

Não gostaria de, a esta altura, fazer outros comentários.

Prefiro que meu leitor reflita sobre o que ouviu.

10 - CONCLUSÃO

Não foi à toa que, chegando pela primeira vez à Cidade de Goiás em 2005, vi-me diante da necessidade de reatar meus laços de sangue, melhor dizendo, de parentesco, com algumas pessoas da comunidade. Minha genealogia foi logo colocada a descoberto: filha de quem? Sobrinha de qual? Ser tratada como parente nesta comunidade, me conferiu direitos, privilégios e obrigações. Este é o alicerce da confiança que em mim foi depositada. A partir daí, fui recebida por algumas pessoas e autorizada a percorrer seu imaginário, suas lembranças, seus sofás, bancos de jardim e gabinetes com minhas perguntas impertinentes.

Era inerente à minha investigação quebrar o silêncio e tentar decifrar os enigmas escondidos por trás de meu tema de estudo. Meus entrevistados estavam cientes disso. Considero que a superação do pacto de silêncio foi a condição de possibilidade para esta pesquisa começar e, agora, chegar a seu término.

Falar dos “bobos” na tradição da cultura da Cidade de Goiás provoca um certo impacto: principalmente para quem não conhece a cidade, soa estranho, comporta certa esquisitice. Para os que pertencem a essa cultura, há o medo de que, ao se mexer neste tacho, sobrevenham novos ataques, mais zombarias.

A existência dos “bobos”, por mais fantástico que possa parecer, é um fato evidente. No passado, sua presença era abundante nas ruas da Cidade de Goiás. O que hoje encontramos são traços deste fenômeno em claro processo de desaparecimento.

O paradoxo está no fato de que, apesar de se tratar de uma realidade tão explícita, sobre ela recaiam tantos silêncios e segredos.

Para decifrar suas entranhas, reuni os instrumentos de investigação de que fui capaz. Abri diferentes caminhos.

Investiguei reminiscências que estão na base da formação da cultura vila-boense e reuni elementos teóricos que permitissem abordar a abrangência do tema. Examiná-los um a um, na profundidade que merecem, é objeto de grande parte deste estudo.

Esta escolha deveu-se a vários fatores amplamente já explicitados. A necessidade de abrir os horizontes deste tema, de estabelecer sua relação com a história universal, situá-lo no cenário brasileiro, cotejá-lo com as contribuições teóricas de outros autores, exigiu muitas páginas deste trabalho.

A Cidade de Goiás, então, pôde ser resgatada no contexto de seus principais traços culturais e, dentro dele, a maneira como incorpora seus “bobos” em seu cotidiano assumiu contornos reais.

O repertório que acumulei permitiu-me formular hipóteses: tiveram o caráter de colocação de perguntas que me orientaram ao estimular relatos.

As hipóteses que formulei foram organizadas segundo quatro diferentes perspectivas: a primeira, a da representação social da consanguinidade-causa articulando elementos da tradição cultural com a reificação e naturalização dos “bobos”; a segunda, a representação consanguinidade-causa da perspectiva antropológica do tabu do incesto; a terceira é o constructo teórico do avesso do tabu / avesso do *mana*; e a quarta é a consanguinidade-causa da perspectiva da dissonância cognitiva.

Dos depoimentos que recolhi durante as entrevistas, pude retirar fortes indícios de confirmação de minhas hipóteses.

O mito da consanguinidade-causa, “consagrado” como “explicação” única para “justificar” a existência dos deficientes mentais na comunidade, pôde ser constatado como sendo, de fato, um traço cultural muito difundido. A análise dos depoimentos, na medida em que desentranhou dos discursos o

entrelaçamento de seus conteúdos, permitiu desconstruir, paulatinamente, a forma naturalizada pela qual os “bobos” são assumidos na comunidade.

Vimos, por exemplo, que a consanguinidade é inerente à estrutura endogâmica das famílias oligárquicas. No entanto, para estas famílias, as consequências genéticas do nascimento de filhos com deficiências são minimizadas. Além disso, se essas crianças apresentam alguma seqüela genética, não serão jamais denominadas de “bobos”. O máximo de aproximação que fazem é chamá-las de “bobinhas”.

O cognome “bobo” é reservado apenas para a prole da parcela mais pobre da população. Quando esta ideia de consanguinidade é projetada sobre a parte miserável dos habitantes da cidade e da região, adquire a conotação de reprimenda moral associada ao incesto e à promiscuidade sexual. Por isso, a atribuição do cognome “bobo” sugere, além do preconceito moral, também uma conotação de preconceito de classe social.

Na medida em que a representação social de consanguinidade-causa é atribuída, por estas vias, à prole dos miseráveis da comunidade, assume grande consistência com as hipóteses que formulei, como “explicação” e justificativa” para a reificação e naturalização dos “bobos”.

Do ponto de vista do constructo do avesso do tabu / avesso do *mana* o “bobo” termina como depositário de um vazio: sua própria condição de ser humano é questionável. Ouvi nas entrevistas referências ao seu “descarte” ou sua qualificação como “refugo”. Além disso, a condição de desproteção em que se encontram em razão de suas deficiências os lança para além de um vazio, numa situação de dependência da qual não têm saída, a não ser a de se submeter a quem lhes ofereça qualquer tipo de amparo.

Um dado surpreendente foi a generalizada associação da condição dos “bobos” com a dos escravos.

Esta constatação permite duas considerações importantes:

A primeira, é que esta associação está presente enquanto recordação de um passado ainda não superada. Trata-se de reminiscências que ainda sobrevivem no imaginário das pessoas.

Quando se depara com uma descoberta como essa, além da constatação de um traço cultural resgatado diretamente dos dados colhidos em campo, há também a confirmação do acerto do esforço despendido na primeira parte desta tese: as reminiscências culturais da Cidade de Goiás foram de grande utilidade na escuta dos entrevistados.

A segunda consideração se refere à qualidade do vínculo dos “bobos” com as famílias que os acolheram: descreve com propriedade a forma não remunerada de seu trabalho e os limites extremos da exploração de sua força física e de seus corpos.

É a conjunção da atribuição aos “bobos” de uma origem por assim dizer “pecaminosa”, com o uso e abuso que fazem deles, que confirma as hipóteses que formulei em torno da ideia de consanguinidade-causa.

Esta foi a elaboração teórica que desenvolvi para explicitar a inconsistência da “explicação” e “justificativa” que, ao longo do tempo e até hoje, serviu e ainda serve para aplacar as consciências. A inconsistência da ideia de consanguinidade-causa está assentada em generalizações discursivas, destituídas de qualquer fundamentação teórica condizente com o conhecimento, principalmente o das ciências biológicas, que apontam inúmeros outros fatores para a origem das deficiências mentais.

Esta representação social da consanguinidade-causa, como “explicação” e “justificativa”, está em intensa e articulada sintonia com os dispositivos de disfarce que testemunhei durante o trabalho de campo. As formas concretas de atendimento aos “bobos” adotados pelas famílias oligárquicas — que se estendem até ao seu cerimonial fúnebre — impressionam pelo exagero. De outro lado, a importância que o Asilo São Vicente de Paulo assume perante a

comunidade, como receptáculo e guardião dos “bobos” abandonados, também, muitas vezes, tem algo de superlativo. Este é um bom exemplo para demonstrar como categorias do certo/errado, bom/mau, justo/injusto se manifestam impotentes diante dos fatos. É óbvio que os “bobos” idosos, estejam eles nas famílias oligárquicas ou no Asilo, merecem cuidados. A questão aparece quando tais cuidados são transformados em suporte de disfarces.

A série lógica subjacente é da seguinte ordem: por “pena”, as famílias “adotam” os “bobos” e o Asilo os “acolhe” para torná-los seus “filhos de criação” e, com isso, praticar a “caridade”.

Outra decorrência deste estado generalizado que se estabeleceu foi o amálgama que fixou o “bobo” na posição de objeto de uso e de abuso da exploração de sua sexualidade e de seu trabalho. Neste lugar, conseqüentemente negado, reduzidos a um não-lugar, não puderam ser nem reconhecidos, tampouco declarados. Coube-lhes então ser o que denominei de avesso do tabu, o não-tabu. Detentores de um avesso de *mana* profano, não puderam ser reconhecidos, porém foram tocados à revelia dos castigos divinos e humanos, daí o caráter da inversão semântica do tabu e do *mana*.

Do trabalho de campo, recolhi depoimentos sobre a existência de “bobas” abusadas por homens nas famílias, mantendo uma convivência pacífica e natural, fato de conhecimento geral, porém, reservado ao conluio do silêncio. Em outros casos, os filhos das “bobas” abusadas receberam o sobrenome da família, com mecanismos diversos de mascaramento tanto da maternidade quanto da paternidade. É a brecha nas interdições a que me referi quando abordei a consanguinidade-causa do ponto de vista do incesto para os antropólogos.

Também no trabalho de campo, recebi depoimentos tanto de famílias quanto de “bobas” nos quais o mecanismo de “adoção” resultava na afirmação de seu efetivo parentesco. São formas através das quais há o estabeleci-

mento de uma consanguinidade imaginária, que também abordei no esquema referido acima.

Estes exemplos e outros mais registrados no *corpus* da pesquisa evidenciam como a representação da consanguinidade-causa funciona como redutora da tensão gerada pela dissonância cognitiva proposta pela oposição entre desejo e proibição na comunidade.

A comunidade ficou aprisionada por esta natural e ampla “explicação” e “justificativa” que reduziu a tensão gerada por seus conflitos, sem resolvê-los.

A consanguinidade-causa como “explicação” e “justificativa”, sem aclarar ou aprofundar sua compreensão, funciona como uma ideologia. É uma ideia criada pela oligarquia com o intuito de defender seus próprios interesses que foi absorvida passivamente pela comunidade. Circula livremente, mas oculta sua base econômica de origem que estava, de fato, na substituição da mão de obra escrava pelo trabalho submisso do “bobo adotado” e adestrado.

Ainda que não tenha mais jeito, talvez o que faltou nas novas gerações foi sair desse ramerrão da representação “consanguinidade-causa” para buscar outras alternativas mais criativas, fora do campo murcho dos disfarces, incluindo outras explicações etiológicas e inventando novas formas de inclusão das deficiências mentais na comunidade.

O caminho naturalizado de toda esta história seria o esquecimento. Espero que este trabalho contribua para o registro da existência dos “bobos”, dos costumes relacionados a eles, para que não se percam no mutismo, no silêncio, no agrafismo.

BIBLIOGRAFIA

Referências bibliográficas

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 254 p.
- ALENCAR, M. *A crise na clínica psicanalítica: não há pacientes como os de antigamente*. 1999. 124 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.
- BALLONE, G. <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html>>. Acesso em 23 de set. 2007.
- BEAUVOIR, S. *As Estruturas Elementares do Parentesco*, de Claude Lévi-Strauss. Trad. LANNA, M. e IUBEL, A. *Campos - Revista de Antropologia Social*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 183-189, 212 p., 2007
- BERTRAN, P. (Org.) *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, Editora da Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1997. 227 p. v. 1.
- _____. *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, Editora da Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1997. 104 p. v. 2.
- BITTENCOURT Filho, J.; RIBEIRO, H. *A última entrevista de Pedro Ludovico Teixeira*. *Memória*. *Revista UFG*, Goiânia, Ano XI n. 6, p. 191 – 202, 238 p. Jun. 2009.
- BLEGER, J. *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. 3 ed. Martins Fontes: São Paulo, 1987. 113 p.

- _____. Temas de psicología: entrevista y grupos. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971. 117 p.
- BOBO da corte. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bobo_da_corte>. Acesso em 18 de nov. 2007.
- BOSI, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1999. 484 p.
- BRASIL, A. Súmula de história de Goiás. 2. ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961. 123 p.
- BRAZIL, A. Pela Terra Goyana (reivindicações históricas). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. 295 p.
- BREUER, J. e FREUD, S. (1893 [1893-1895]) Estudios sobre la histeria. In Sobre el mecanismo psíquico de fenómenos histéricos: comunicación preliminar. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1985, p. 27-43, 342 p. (Sigmund Freud -- Obras Completas, v. II).
- CAIADO, M. Joana Boba. <<http://www.marcoscaiado.blogspot.com.br/>>. Acesso em 07 de jun. 2008.
- CÂNDIDO <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cândido>>. Acesso em 18 de mai. 2007.
- CARNEIRO, M. Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos novos e o mito da pureza de sangue. São Paulo: Perspectiva, 2005. 327 p.
- CHAUL, N. Goiânia: a capital do sertão. Dossiê Cidades Planejadas na hinterlândia. Revista UFG, Goiânia, Ano XI n. 6, p. 100 – 110, 238 p. Jun. 2009.
- CID-10. Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português (Centro Brasileiro de Classificação de Doenças) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo/Organização Mundial de Saúde/Organização Pan-Americana de Saúde. 10 rev. v. 1. São Paulo: Edusp 2003. 85 p.

- COSTA, C. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Duarte_Costa>, Acesso em 06 de jul. 2006.
- COUNCIL of Trent. <http://en.wikipedia.org/wiki/Council_of_Trent>. Acesso em 06 de jul. 2006.
- CORALINA, C. Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais. 19 ed. São Paulo: Global, 1997. 246 p.
- _____. Vintém de Cobre: meias confissões de Aninha. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1987. 236 p.
- _____. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cora_Coralina>. Acesso em 15 de mai. 2008.
- CROCHÍK, J. Preconceito, Indivíduo e Cultura, 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. 174 p.
- CROMBERG, R. Cena Incestuosa: abuso e violência sexual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. 260 p. (Coleção Clínica Psicanalítica)
- CURADO, F. Memórias Históricas. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revistas dos Tribunais”. 1956. 388 p.
- DAHER, T. O projeto original de Goiânia. Dossiê Cidades Planejadas na hinterlândia. Revista UFG, Goiânia, Ano XI n. 6, 238 p. Jun. 2009.
- CIVITA, V. (Ed.). Dicionário de Mitologia Greco-Romana. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 196 p.
- EAST, E. Heredity and Human Affairs. Nova York: C. Scribner's Sons, 1927. 325 p.
- ECO, H. História da Feiura. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2007. 453 p.
- FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: EDUSP e FDE, 1994. 650 p.
- FENILCETONÚRIA <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fenilcetonúria>>. Acesso em 08 de jun. 2008
- FERENCZI, S. (1933) Confusión de lengua entre los adultos y el niño. El lenguaje de la ternura y de la pasión. In Psicoanálisis – Obras completas, Tomo IV [1927-1933]. Madrid: Espasa-Calpe, 1984. p. 139- 149, 376 p.

- FERNANDES, C. <<http://mimeographo.blogspot.com/2006/05/os-bobos-de-gois.html>>. Acesso em 26 de jun. 2006.
- FERNANDES, M. Percursos de Memórias: A Trajetória Política de Pedro Ludovico Teixeira. 2003. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2003.
- FERRAZ, F. Andarilhos da Imaginação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 263 p.
- _____. Andarilhos da Imaginação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 263 p.
- Resenha de: SILVA Jr., N. Psychê-Revista de Psicanálise, São Paulo, ano V n. 7, p 169 – 174, 2001.
- FERREIRA, A. Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 2128 p..
- FESTINGER, L. Teoria da dissonância cognitiva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, 249 p.
- FIRST Vatican Council <http://en.wikipedia.org/wiki/First_Vatican_Council>. Acesso em 06 de jul. 2006.
- FRAZER, J. G. The Golden Bough. Part II: Taboo and the Perils of the Soul. 3th ed. Londres: 1911, 466 p.
- FREITAS, M. (Org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997, 336 p.
- FREUD, S. (1900-1901) La interpretación de los sueños. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1984, 747 p. (Sigmund Freud -- Obras Completas, v. IV-V).
- _____. (1905) Tres ensayos de teoría sexual. In Tres ensayos de teoría sexual y otras obras. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1985, p. 109–224, 314 p. (Sigmund Freud -- Obras Completas, v. VII).

_____. (1913 [1912-13]). Totem y tabú. Algunas concordancias en la vida anímica de los salvajes y de los neuróticos. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, p. 1-164, 278 p. (Sigmund Freud -- Obras Completas, vol. XIII).

_____. (1925) La negación. In El yo y el ello y otras obras. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1984. p. 251-257, 334 p. (Sigmund Freud -- Obras Completas, v. XIX).

_____. (1927) El porvenir de una ilusión. In El porvenir de una ilusión, El malestar en la cultura y otras obras. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 3-55, 290 p. (Sigmund Freud -- Obras Completas, v. XXI).

GEORGE, M. Autobiografia de Henrique VIII: com comentários de seu bobo, Will Somers. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, 224 p. v. V.

GNOSISONLINE

<http://www.gnosisonline.org/Curiosidades/Origem_Esoterica_do_Bobo_da_Corte.shtml>. Acesso em 19 de mai. 2007

GOIANOS da cidade de Goiás

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Goianos_da_cidade_de_Goiás>. Acesso em 14 de fev. 20/08

GOIÁS < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiás_\(Goiás\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiás_(Goiás))>. Acesso em 22 de jun. 2008.

GUERRA do Paraguai <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Paraguai>.

Acesso em 06 de jul. 2006.

GUINSBURG, S. Entrevista concedida à autora em setembro de 2008.

HERCULANO, A. O Bôbo. São Paulo: DIFEL, 1967. 181p. (Coleção Clássicos Garnier).

_____. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Herculano>. Acesso em 18 de nov. 2007.

- HOLANDA, S Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006. 447 p.
(Ed. Comemorativa 70 anos)
- HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss - Editora Objetiva, 2009. 1986 p.
- HUGO, V. Notre-Dame de Paris. Paris: Gallimard, 2002, 702 p.
- IBGE <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/goiania.pdf>>. Acesso em 6 de jul. 2006.
- IMPÉRIO Bizantino <http://pt.wikipedia.org/wiki/Império_Bizantino>. Acesso em 24 de mar. 2008.
- IPHAN <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=371>>. Acesso em 13 de jan. 2008.
- JOBIM, E. <http://br.geocities.com/worth_2001/guerrajusta.html>. Acesso em 07 de maí. 2008.
- KHOURI, O. Modernismo no Brasil: o signo Anita Malfatti - uma aproximação. FACOM Revista da Faculdade de Comunicação da FAAP, São Paulo, n. 10 - 2 sem. 2002.
- LACERDA, R. A Independência em Goiás. Goiânia: Oriente, 1970. 107 p.
_____. Vila Boa História e Folclore. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1977. 215 p.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. Vocabulário da Psicanálise. 2 ed. Lisboa: Moraes, 1975, 707 p.
- LÉVI-STRAUSS, C. Las estructuras elementales del parentesco. Buenos Aires: Paidós, 1969. 575 p.
- LIGA DA DEFESA NACIONAL. <<http://www.ligadadefesanacional.org.br/>>. Acesso em 17 de fev. 2007.
- LUCAS, F. Expressões da identidade brasileira. São Paulo: EDUC, 2002, 222 p.
- MAGALHÃES, C. Viagem ao Araguaia. 7 ed. São Paulo: Nacional, 1975, 222 p.
(Coleção brasileira, v. 28)

- MAGALHÃES, S. Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX, *Revista História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3. set.-dez. 2004.
- MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. In *Malinowski (1884-1942) – Vida e Obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p 29-30, 424 p. (Coleção os Pensadores).
- MARIA I de Portugal <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_I_de_Portugal>. Acesso em 28 de mai. 2008.
- MARTINS, M.
<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=8824&cat=Ensaio_s&vinda=S>. Acesso em 10 de ago. 2008.
- MEIRELES, M. Anomia: patologia social do milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, 110 p. (Coleção Clínica psicanalítica).
- _____. Anomia: Ruptura civilizatória e sofrimento psíquico. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, 110 p. (Coleção Clínica psicanalítica).
- MEIRELLES, J. Planalto Central do Brasil no Passado, no Presente e no Futuro. Brasília: Palestra pronunciada na Procuradoria da Justiça do Distrito Federal, em 29/11/1972, xérox, 12 p.
- MELO, O. A invenção da Cidade - Leitura e Leitores. Goiânia : Editora UFG, 2007, 244 p.
- Memórias Goianas 3. Relatórios dos Governos da Província de Goiás 1835-1843. Goiânia: Editora UCG, 1986.
- Memórias Goianas 4. Relatórios dos Governos da Província de Goiás 1845-1849. Goiânia: Editora UCG, 1996.
- Memórias Goianas 7. Relatórios dos Governos da Província de Goiás 1856-1859, Goiânia: Editora UCG, 1997.

- MORAES, C. Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás — 1736-1808. 2005. Tese (Doutorado em História) — Universidade Nacional de Lisboa. Lisboa: UNL, 2005.
- MORAES, V. e TOQUINHO.
<<http://www.viniciusdemoraes.com.br/poesia/index.php>>. Acesso em 07 de jun. 2008.
- MOSCOVICI, S. Social Influence and Social Change. Londres: Academic Press. 1976, 248 p.
- _____. Representações Sociais. Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2007, 5 ed., 404 p.
- NEW ADVENT CATHOLIC ENCYCLOPEDIA
<<http://www.newadvent.org/cathen/15125a.htm>>. Acesso em 06 de jul. 2006.
- OLIVEIRA, E. Imagens e mudança cultural em Goiânia. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) — Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1999.
- OLIVEIRA, M. Bobos e tipos de rua: tempo e memória de cidades. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2003, 134 p.
- OPS/OMS. DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. <http://www.defnet.org.br/decl_montreal.htm>. Acesso em 29 de nov. 2009.
- PEREIRA, E. e RODRIGUES, G. <<http://www.arqnet.pt/dicionario/joao5.html>>
Acesso em 09 de mai. 2008.
- PICHON-RIVIÈRE, E. O Processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 181 p.
- POEL, C. <<http://www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/bobodacorte.htm>>. Acesso em 19 de mai. 2007.

- POPE Pius IX <http://en.wikipedia.org/wiki/Pope_Pius_IX>. Acesso em 06 de jul. 2006.
- PRUDENTE, T. Cotidiano e Preservação: Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia-IGPA, Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2006.
- QUEIROZ, M. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. São Paulo: SBPC, Ciência e Cultura, n. 39, mar. 1987, p. 272-286.
- QUINTELA, A. Os Índios “Goyá”, Os Fantasmas e Nós. Revista UFG, Goiânia, Ano VIII n. 1, jun. 2006.
- RETARDO mental. In: AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM. IV*. <<http://virtualpsy.locaweb.com.br>> Acesso em 23 de set. 2007.
- ROCHA, H. Goiânia 75. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2009, 324 p.
- SANTAS CASAS e Hospitais Filantrópicos. Goiânia: O Popular, Ano I, n. 2. nov. 1991. 19 p.
- SAINT-HILAIRE, A. Viagem à Província de Goiás. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1975. 158 p.
- SANTOS, C. <www.arquivistica.net>. Acesso em 12 de ago. 2008.
- SHAKESPEARE, W. *O rei Lear*. [1605]. <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000086.pdf>>. Acesso em: 12 de nov. 2007.
- _____. *Timon of Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2004, 384 p. (Series Oxford Shakespeare).

- SILVA, M. Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 46, 2003. p.123-146.
- SILVA, W. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, jul./dez. 2008.
- SYLLABUS errorum <http://en.wikipedia.org/wiki/Syllabus_errorum> Acesso em 06 de jul. 2006.
- TAYLOR, R. *Te Ika a Maui*. Londres: 1870, 2 ed.
- TASSARA, E.; ARDANS, O. Imaginário-USP. São Paulo: Laboratório de Estudos do Imaginário - LABI, n. 9, p. 9-14, 2003.
- TASSARA, E. Relatório Final de Pesquisa. Proximidades e identidades urbanas. Dinâmicas das representações sociais da urbanidade e espacialização da identidade. São Paulo: Laboratório de Psicologia Sócio-Ambiental e Intervenção - LAPSI, 2005, 142 p. Mimeo. Contém também anexos.
- TAUNAY, V. *Goyaz*. São Paulo, Caieiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos; Weiszflog. 1931. 111 p.
- TEIXEIRA, P. Relatório apresentado ao Ex.^{mo} S.^{nr} D.^r Getulio Vargas, d.d. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, 1930-1933. Goiaz-Capital: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1933.
- TELES, J. *No Santuário de Cora Coralina*. 2 ed. Goiânia: Kelps, 2001. 115 p.
- TEORIA Miasmatica de la enfermedad
<http://es.wikipedia.org/wiki/Teoría_miasmática>. Acesso em 28 de out. 2007
- TORRINHA, F. *Dicionário Latino Português*, Porto: Gráficos Reunidos, 1942. 314 p.

- ULTRAMONTANISMO <<http://en.wikipedia.org/wiki/Ultramontanism>>. Acesso em 06 de jul. 2006.
- VALDEZ, D. Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goianas do século XIX. 1999. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.
- _____. História da Infância em Goiás: Séculos XVIII e XIX. Goiânia: AGEPEL; UEG – Universidade Estadual de Goiás. 2002, 67p. (Coleção Histórias de Goiás v. 2)
- _____. Inocentes Expostos: o abandono de crianças na Província de Goiás no século XIX.: Inter-Ação - Revista Faculdade de Educação – UFG – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v. 29 (1), jan. – jun. 2004.
- VELLOSO, M.; MEIRELES, M. Seguir a Aventura com Enrique Jose Pichon-Rivière: uma biografia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, 283 p.
- VELOSO, M.; MADEIRA, A. Leituras Brasileiras, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- VISSER, A.
<http://www.officinae.net/eclettica/?module=displaystory&edition_id=28&story_id=1398&format=html>. Acesso em 18 de nov. 2007.
- VOLTAIRE. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção os Pensadores).
- _____. Candide. Paris: Larousse, 2007.
- YIN, R. Estudo de Caso, Planejamento e Métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

Referências filmográficas

- CHNAIDERMAN, M. Dizem que sou Louco. Prod. Pinheiro, R. Fot. Macedo, A., Maradei, C. Rot. Chnaiderman, M. Ed. Chnaiderman, M., Maradei, C., Munhoz, A. São Paulo: 1994, documentário 16mm, 12 m., son., color.
- FELLINI, F. Casanova. Elenco: SUTHERLAND, D., AUMONT, T., BROWNE, C., SCARPITTA, C., ALGRANTI, C., GATTI, D., CLÉMENTI, M., CENCELLI, M., CARLISI, O., FUSACCHIA, S., LOJODICE, L., ALLEN, S., ROLL, C., BELLONI, A., SUTTON, D., BELLE, M., EMILFORK, D., ZERBINATI, L., KARLSEN, J., NALDER, R., HOEK, H. Prod. GRIMALDI, A. Rot. FELLINI, F., ZAPPONI, B. Fot. ROTUNNO, G. Mús. ROTA, N. Dir. Art. DONATI, D. Roma: 1976, DVD, 2:28 h., son. Color.
- DELANNOY, J. O Corcunda de Notre Dame. Elenco: QUINN, A., LOLLOBRIGIDA, G., DANET, J., CUNY, A., HIRSCH, R., SARFATI, M., CLAY, P. Rot. AVRENCHE, J., PREVERT, J. Paris: 1956, 109 m. son. color.
- VERHAEGHE, J. La Controverse de Valladolid. Elenco: MARIELLE J., TRINTIGNANT J., CARMET J., DUPUIS J., LAUGIER, C. Prod. ROGUENANT, A., BARUCH, C., CARRIERE, I. Rot. CARRIERE, J. Paris: 1992, DVD, 90 m., son. color.

ANEXO

Aprovação do Projeto de Pesquisa nº 2007.006
pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
do IPUSP (CEPH-IP)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA



Of.059/08-CEPH-IP-26/09/2008

Senhora Professora,

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IPUSP (CEPH-IP) aprovou o Projeto de Pesquisa nº 2007.006, intitulado "Os "bobos de Goiás" enigmas e silêncios de um tipo característico de figuras do povo" a ser desenvolvido por sua orientanda Marilucia Melo Meireles, nível Doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Atenciosamente,

Prof.ª. Dr.ª. Ana Maria de Barros Aguirre
Coordenadora do CEPH-IP

Ilma. Sra.
Profa. Titular Eda Teresinha de Oliveira Tassara
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo